# DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

**SESSÃO: 087.1.55.O**

**DATA: 28/04/15**

**TURNO: Vespertino**

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa Ordinária - CD**

**LOCAL: Plenário Principal - CD**

**INÍCIO: 14h**

**TÉRMINO: 20h03min**

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

| Hora | Fase | Orador |
|---|---|---|
| | | |

**Obs.:**

**Ata da 87ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 28 de abril de 2015.**

**Presidência dos Srs.:**

**Eduardo Cunha, Presidente.**

**Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário.**

**Carlos Manato, Laudivio Carvalho, Delegado Edson Moreira, Francisco Floriano, Capitão Augusto, Alceu Moreira, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.**

ÀS 14 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Eduardo Cunha

Waldir Maranhão

Giacobo

Beto Mansur

Felipe Bornier

Mara Gabrilli

Alex Canziani

Mandetta

Gilberto Nascimento

Luiza Erundina

Ricardo Izar

## I - ABERTURA DA SESSÃO

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 347 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

## II - LEITURA DA ATA

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA,** servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

## III - EXPEDIENTE

**(Não há expediente a ser lido)**

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Passa-se ao

**IV - PEQUENO EXPEDIENTE**

Concedo a palavra à Sra. Deputada Alice Portugal, do PCdoB da Bahia.

V.Exa. tem até 1 minuto na tribuna.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, vivemos no Brasil de fato momentos difíceis do ponto de vista econômico que se busca resolver, mas vivemos também uma pauta regressiva nesta Câmara dos Deputados em relação aos costumes. Essa discussão da redução da maioridade penal precisa ser tratada cientificamente e de frente, senão não resolve.

Quero neste minuto conclamar os jovens brasileiros a entrarem no amanhecer contra a redução da maioridade penal. Hoje, em 23 Estados, já temos mais de 70 cidades inscritas.

Praças serão enfeitadas com pipas, cartazes, estênceis para mostrar os argumentos de que precisamos de mais escolas, de educação integral. Precisamos cumprir o ECA — Estatuto da Criança e do Adolescente —, garantir que a ressocialização seja, de fato, realizada, através dos preceitos do ECA, e fazermos, de fato, justiça com educação.

Amanhecer nas cidades!

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputada.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Heitor Schuch, do PSB do Rio Grande do Sul.

**O SR. HEITOR SCHUCH** (PSB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Manato, quero registrar que participei da abertura do 3º Festival da Juventude Rural da CONTAG, que reúne, em Brasília, 6 mil jovens de todos os recantos deste País.

Houve também grande participação da juventude do Rio Grande do Sul, organizada pela FETAG/RS e pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Essa juventude vem para o debate de temas importantes da vida nacional. *"Juventude na luta por terra, políticas públicas e sucessão rural na América Latina".* Vem propor políticas para o fortalecimento da agricultura familiar; contra a terceirização indiscriminada; contra a redução da maioridade penal; o fim do extermínio de negros; o fim do trabalho escravo no campo; acabar com a corrupção, os corruptos e os corruptores.

O desenvolvimento rural pressupõe gente no campo, a sucessão rural na perspectiva de renovar a esperança de continuar produzindo o pão nosso de cada dia, gerando emprego, renda e alimento para o povo brasileiro.

Como disse o Presidente da CONTAG, *"a juventude é o fermento do sindicalismo rural brasileiro"*.

Muito obrigado, Presidente Manato.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu que agradeço, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados (as), participei da abertura do 3º Festival da Juventude Rural da CONTAG, que reúne 6.000 jovens de todos os recantos deste País.

Registro com satisfação também grande participação dos jovens do Rio Grande do Sul organizados pela FETAG/RS e STRs.

A juventude vem para o debate de temas importantes para a vida nacional. *"Juventude na luta por terra, políticas públicas e sucessão rural na América Latina".* Participam de painéis temáticos: Juventude Rural, terra, agroecologia e organização da produção; Juventude Rural, educação do campo e saúde; Juventude Rural, participação social e organização sindical; Trabalho decente para a juventude assalariada rural; Juventude e sucessão rural na perspectiva de gênero e geração; Juventude Rural e sustentabilidade político-financeira do MSTTR.

A juventude vem propor políticas públicas: nova ruralania; fortalecimento da agricultura familiar; contra a terceirização indiscriminada; contra a redução da maioridade penal; o fim do extermínio de negros; o fim do trabalho escravo no campo; acabar com a corrupção, os corruptos e os corruptores; o desenvolvimento rural com gente no campo; a sucessão rural para garantir a continuidade das propriedades.

No aspecto sindical a juventude rural renova a esperança de continuação da luta por uma categoria que produz o pão nosso de cada dia, sacia a fome do povo brasileiro e alimenta o Brasil gerando empregos, renda e tributos para os cofres públicos.

A juventude fortalece o sindicalismo com sangue novo, braço forte e a defesa intransigente dos direitos conquistados durante meio século de lutas.

Alberto Broch, Presidente da CONTAG declara que *"a juventude é o fermento do sindicalismo rural brasileiro"*.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Tem a palavra o nobre Deputado Valmir Assunção, pelo PT da Bahia.

**O SR. VALMIR ASSUNÇÃO** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho aqui, mais uma vez, registrar que as fortes chuvas ocorridas em Salvador causaram grandes deslizamentos e 17 pessoas morreram soterradas.

O Ministro da Integração Nacional, juntamente com o Governador da Bahia e o Prefeito de Salvador, sobrevoou a cidade hoje pela manhã para identificar os locais e tomar algumas medidas importantes para as pessoas darem continuidade a sua vida, como a recuperação das encostas e a reconstrução das suas moradias. Esse é um esforço grande. O Ministro Jaques Wagner pediu ao Exército para também fazer um levantamento no sentido de, junto com o Governo Federal, termos algumas ações que possam minimizar o sofrimento por que passam aquelas famílias em Salvador devido às fortes chuvas.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Pelo PT da Paraíba, concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Couto.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o dia 25 de abril é o Dia do Contabilista. Então, quero parabenizar todos os contabilistas do País, principalmente os do meu Estado, a Paraíba. Quero parabenizar o Presidente do Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba, o Sr. Glaydson Trajano Farias, pelo excelente trabalho que tem realizado.

Ontem também celebramos a emancipação política de Serra Branca, Município da Paraíba que comemorou seu 56º aniversário.

Portanto, parabenizo todo o povo do Município; parabenizo aqueles que procuram sempre viver aquilo que está no hino da cidade: *"Serra Branca, teus filhos te amam."* Parabéns, Serra Branca!

Solicito que seja dada a devida publicidade ao meu pronunciamento pelos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Nos Cariris Velhos do Estado da Paraíba está encravada a acolhedora cidade de Serra Branca, que esta semana comemora o 56º (quinquagésimo sexto) aniversário de emancipação política, pois, precisamente no dia 27 de abril de 1959 o novo Município se separava, ganhava autonomia em relação ao histórico Município de São João do Cariri.

Hoje é Serra Branca, mas em datas mais remotas, quando ainda era um pequeno povoado, foi chamada de Jericó, numa evidente demonstração da influência do cristianismo, da ação dos evangelizadores e da presença histórica da Igreja Católica na formação do núcleo urbano do que viria a ser a cidade.

Serra Branca também foi chamada de Itamorotinga, palavra tupi que faz uma clara alusão à grande formação rochosa, uma montanha de pedra muito branca, um imenso monolítico localizado a oeste da cidade, a Serra do Jatobá, o seu principal ponto turístico natural.

O pequeno povoado que daria lugar à cidade de Serra Branca surgiu na confluência de três rios temporários que cortam a região, o Rio do Poção, o Rio da Serra e o Riacho do Ahu, onde, no início do século XIX, fazendas de gado foram instaladas em um território antes habitado por povos indígenas.

Eu pessoalmente tenho uma afinidade afetiva com Serra Branca, porque tenho familiares, irmão, sobrinho e sobrinhas, além de muitos amigos e amigas na cidade. Mas tenho uma grande afinidade política com amplos setores da população serra-branquense, que tem reconhecido nosso trabalho no Parlamento. Em seguidas eleições tenho sido o candidato a Deputado Federal mais votado no Município.

O nosso mandato está muito presente na cidade de Serra Branca. Na última década temos dedicado uma atenção especial à cidade, viabilizando emendas individuais no Orçamento da União e auxiliando o Governo da Paraíba na busca de recursos federais para as obras que a população de Serra Branca precisa.

O nosso mandato está presente no Município de Serra Branca nas obras de calçamento, nos bairros do Pilão e Pereiros, na construção de cisternas em várias comunidades rurais e no Distrito de Santa Luzia do Cariri, nos sistemas de

abastecimento de água em diversas comunidades e no Distrito de Sucuru, na construção de casas populares, na construção do sistema de esgotamento sanitário da cidade.

Quero dar meus parabéns ao Município de Serra Branca e renovar, nesta oportunidade, o compromisso do nosso mandato com os paraibanos e paraibanas de Serra Branca. E, como como fui agraciado com o título de cidadão serra-branquense, faço minhas as palavras que abrem o hino oficial da cidade: *"Serra Branca teus filhos te amam".*

Parabéns Serra Branca, parabéns ao povo serra-branquense!

Era o que tinha a dizer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Quero parabenizar todos os contabilistas e contadores do Brasil. No último dia 25 de abril, comemorou-se, na Paraíba e em todos os Estados brasileiros, o Dia do Contador/Contabilista.

Na Paraíba, desde a semana passada, o Conselho Regional realizou programações sobre o tema com o lançamento de uma importante campanha de prestação de serviços de orientação à apresentação do Imposto de Renda, no Ponto de Cem Réis, em conjunto com o SESCON-PB, para comemorar esta data.

Ocorreu, também, uma série de palestras sobre temas voltados à saúde e atualização de conhecimentos da categoria, que teve início na última quarta-feira a partir da cidade de Monteiro e se estendeu até a última sexta-feira no CRC-PB, em João Pessoa, onde foram disponibilizados plantões de tira dúvidas sobre Imposto de Renda pelo auditor e mestre em Direito Tributário Francisco Leite, e verificação de glicemia e pressão arterial por professores e alunos do UNIPÊ-PB.

Quero elogiar o Presidente do Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba, Sr. Glaydson Trajano Farias, que hoje é uma das autoridades mais competentes já estabelecidas naquele cargo. E, a meu ver, trouxe uma renovação para a área contábil paraibana.

Sua atuação como gestor do CRC-PB rendeu-lhe, anteriormente, diploma de Honra ao Mérito concedido pela Câmara Municipal de João Pessoa, através do Vereador Sérgio da Sac.

Destaco que seus relevantes serviços prestados na condição de empresário contábil e, sobretudo, à frente do órgão, pelas ações desenvolvidas ao longo dos últimos 16 meses de administração democrática, compartilhada com vice-presidentes e conselheiros, de forma descentralizada a partir da Capital, voltada aos mais distantes rincões do Estado, ultrapassando não apenas fronteiras, mas as atividades-fim do órgão, como registro e fiscalização, é sobretudo uma inovação na área.

Nesse contexto, seu trabalho potencializou o Programa de Educação Continuada Quintas do Conhecimento, que em 2014 atraiu 5 mil participantes em busca de atualização de conhecimentos através de 70 qualificadas palestras. O programa foi reaberto em nada menos que cinco cidades: Monteiro, Patos, Sousa, Pombal e Cajazeiras.

As sessões plenárias também passaram a ser transmitidas via *web* através da *TV CRCPB*, pioneira na Região Nordeste e instrumento de transparência das ações administrativas e institucionais desenvolvidas pelo órgão.

O Presidente do Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba também reuniu, em novembro passado, profissionais da contabilidade pública de todas as

partes do Estado em duas audiências públicas, pensando e discutindo formas de contribuição junto ao Tribunal de Contas do Estado e órgãos afins, para um melhor controle da despesa pública.

Desde janeiro de 2015, o Sistema CFC/CRC implantou a fiscalização eletrônica, que agilizará a atividade e permitirá uma análise mais criteriosa em relação aos documentos disponibilizados, além de proporcionar um maior alcance no número de profissionais a serem fiscalizados em todo o Estado.

Em 2014, dois profissionais da contabilidade foram punidos pelo órgão, com suspensões de 6 e 12 meses, por terem, respectivamente, emitido DECORE (Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos) sem documento de base legal e se apropriado indevidamente de valores por meio de títulos que eram confiados à sua guarda para pagamentos de tributos da empresa que estava sob sua responsabilidade técnica contábil.

As medidas resultaram da fiscalização de 276 registros profissionais e 127 registros de organizações contábeis. Somadas às fiscalizações de empresas não contábeis, de instituições financeiras, entidades sem fins lucrativos e órgãos públicos, totalizaram 698 diligências até novembro.

A Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina julgou, até o mês de dezembro de 2014, 161 processos, inclusive os remanescentes de anos anteriores, sendo 141 julgados em fase de defesa e 20 em fase de recurso. Vale ressaltar ainda que no transcorrer do ano até novembro foram abertos um total de 173 (cento e setenta e três) processos das mais variadas infrações cometidas pelos profissionais contábeis.

Segundo informações repassadas pelo Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba nos próximos meses, serão concluídas as obras e inaugurada a Subsede

do Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba na cidade de Campina Grande, segunda maior do Estado da Paraíba.

Por tudo isso, quero aqui parabenizar o Presidente do Conselho Regional da Paraíba e todos aqueles que com ele formam um grupo de trabalho que traz a cada dia o avanço para a categoria contabilista. Parabenizo também todos(as) profissionais da área contábil do Brasil.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Misael Varella, do Democratas de Minas Gerais.

**O SR. MISAEL VARELLA** (DEM-MG. Sem revisão do orador.) - Boa tarde.

Sr. Presidente Deputado Carlos Manato, Sras. e Srs. Deputados, tornou-se pública e notória a presença do MST bloqueando as estradas e avenidas de grandes centros urbanos, o que causa grandes transtornos aos cidadãos, que têm o seu direito elementar de ir e vir mais do que prejudicado. A pergunta imediata que salta dos lábios é quem paga a conta das manifestações do MST. O ex-Deputado paulista e agrônomo Xico Graziano fez o cálculo e mostrou.

Em São Paulo, a CUT organizou recentemente, na Avenida Paulista, um ato para defender o Governo. Conseguiram juntar, segundo eles, cerca de 20 mil pessoas. Os seus participantes confirmaram ter recebido uma espécie de "*kit* protesto", com todos os apetrechos necessários — incluindo transporte gratuito — e um "vale" individual que variava entre 35 e 50 reais, valor este que, multiplicado pelo total dos manifestantes, indica que a ação da CUT teria custado R$ 2 milhões, no mínimo.

Nós, provavelmente, estamos pagando a conta das manifestações do MST. O dinheiro do ônibus, das camisetas, dos lanches, das faixas parece estar saindo dos convênios entre o Governo e certas entidades ligadas ao movimento denominado por Lula de "exército do Stédile". Através desses acordos, irriga-se o Movimento com recursos do Orçamento da União. Tal conjectura vem de longe.

Em dezembro de 2003, uma CPI mista (Senadores e Deputados) se formou para analisar a questão, a CPMI da Terra. Ela ouviu 125 pessoas, de todos os

quadrantes e entretons. Colheu vários depoimentos em segredo de Justiça. Por fim, acionou o Tribunal de Contas da União (TCU).

Resultado: descobriu-se grande sujeira debaixo do tapete do MST. Duas organizações apareciam como operadoras ou controladoras dos principais convênios da época: a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA) e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB).

Afinal, o MST nunca teve personalidade jurídica, nem apresenta balanço contábil, pois tais formalidades poderiam lhe dificultar os passos. Passaram-se os anos. Nenhuma providência concreta foi tomada. Hoje, a situação permanece ainda mais nebulosa.

Levantamento feito a partir do Portal da Transparência mostra que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) repassou, entre 2003 a 2014, a enormidade quantia de R$ 2,75 bilhões — sim, bilhões — para 1.424 entidades civis... Sr. Presidente, a maior parte dos brasileiros tem dificuldade em avaliar montantes dessa ordem, pela simples razão de que tais cifras estão fora de seu dia a dia.

Sr. Presidente, precisamos investigar. Só a Fundação para o Desenvolvimento do Semiárido Nordestino recebeu 58 milhões de reais, em sete convênios, para investir nessa infeliz reforma agrária. Esse dinheiro nas mãos de verdadeiros produtores rurais teria contribuído para produzir muito alimento para o nosso povo, que, em razão desta e de outras políticas, a cada dia sente mais e mais os efeitos do câncer inflacionário que já grassa pelo País.

Tenho dito.

Sr. Presidente, peço que se divulgue este pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Lúcio Vale, do PR do Pará.

**O SR. LÚCIO VALE** (PR-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ocupo a tribuna para registrar que o Governo do Estado do Pará, através da Secretaria do Meio Ambiente, emitiu a licença ambiental de instalação para o asfaltamento da BR-308 no trecho que liga o Município de Bragança ao Município de Viseu.

Quero aqui agradecer ao Secretário Luiz Fernandes e ao Governador do Estado. Agora é com Ministério do Transporte, é com o DNIT.

Já tive oportunidade, hoje de manhã, de estar com o Ministro Antonio Carlos solicitando o recurso para o asfaltamento dessa BR, que é a única rodovia, Sr. Presidente, que liga os Municípios do nordeste do Estado do Pará.

Por isso, nós estamos aqui solicitando o asfalto dessa BR para poder melhorar cada vez mais a vida do viseuense, do Bragantino, do povo daquela região.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Waldenor Pereira, do PT da Bahia.

**O SR. WALDENOR PEREIRA** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é com muita alegria e satisfação que saúdo o Esporte Clube Primeiro Passo, time de futebol profissional de Vitória da Conquista, que, jogando futebol da mais alta qualidade, classificou-se para as finais do campeonato baiano e, no último domingo, venceu o campeão brasileiro, o tradicional Esporte Clube Bahia, por 3 a 0.

Eu quero cumprimentar os jogadores do Esporte Clube Primeiro Passo saudando o companheiro e grande artilheiro Tatu e quero cumprimentar a toda a Diretoria do Esporte Clube Primeiro Passo saudando o companheiro Ederlane Amorim.

Convido a todos os torcedores do Vitória da Conquista para, no próximo domingo, nós nos dirigirmos ao estádio Fonte Nova, em busca do primeiro título de campeão de futebol da Bahia.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

*Durante o discurso do Sr. Waldenor Pereira, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Laudivio Carvalho, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, e Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Sandro Alex, do PPS do Pará.

**O SR. SANDRO ALEX** (PPS-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, dei entrada na Casa a uma indicação ao Ministro do Planejamento, Sr. Nelson Barbosa, pedindo a regulamentação do Programa de Aviação Regional.

O referido Programa foi promulgado em janeiro deste ano, com o objetivo de aumentar o acesso da população ao sistema aéreo, integrar comunidades isoladas à rede de aviação e proporcionar o acesso a regiões com potencial turístico. O funcionamento, os detalhes, os critérios para alocação de recursos, condições operacionais de pagamento, controle de subvenção e periodicidade de pagamento às empresas ficaram para ser regulamentados pelo Poder Executivo.

Não podemos aguardar mais! Já estamos aguardando há muito tempo.

Pedimos, então, até em respeito ao Ministro Eliseu Padilha, Secretário de Aviação Civil, apoio no sentido de que se debruce sobre a matéria com a sua equipe, porque essa área merece regulamentação para colocar em prática no Brasil a aviação regional.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Agradeço, nobre Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Com a palavra a Deputada Alice Portugal, para fazer um registro.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero registrar pronunciamento sobre exigência de negociação para resolver a greve dos 6 mil professores de Camacã, na Bahia. Esses professores estão em greve há 50 dias, e Camacã precisa de negociação.

Solicito seja dada divulgação a este pronunciamento nos órgãos de comunicação da Casa.

Obrigada.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os professores da rede municipal de ensino de Camacã, Bahia, encontram-se em greve há mais de 50 dias, período em que fizeram diversas manifestações pela cidade, buscando o apoio da população e esclarecendo aos pais de alunos os motivos da paralisação.

O Município de Camacã, situado na região sul da Bahia, conta com cerca de 6 mil alunos e quase 400 professores. O movimento grevista teve início no dia 9 de março, e a categoria aguarda decisão da Prefeita Municipal, que não repassou o reajuste de 13,01% previsto na lei sobre o piso salarial nacional dos profissionais do ensino básico, oferecendo apenas 6,41%. Dessa forma, deixa aproximadamente 6 mil alunos sem aulas por mais de 1 mês e sem avanços nas negociações, pois não apresenta contraproposta concreta para finalizar a paralisação.

Os professores demonstram disposição de negociação e chegaram a admitir que o reajuste seja concedido sem que haja a retroatividade a janeiro de 2015, que

lhes é devido por direito. Contudo, a Prefeita Municipal permanece irredutível e ignora os prejuízos que sua intransigência está causando a alunos e professores da cidade.

No último dia 14 de abril, foi realizada uma audiência pública que, de acordo com a administração, seria para demonstrar as receitas e despesas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — FUNDEB. No entanto, nada de novo foi apresentado de modo a comprovar o que foi dito pelos representantes do Executivo Municipal. Apenas muitos números, sem comprovação oficial de fontes como o Tribunal de Contas dos Municípios ou do Conselho de Acompanhamento e Controle Social — CACS do FUNDEB, que sequer foi representado nessa audiência.

Na manhã de segunda-feira, 16 de abril, os professores, apoiados pela comunidade, fizeram uma passeata para exigir da Prefeitura Municipal os 13% sob o piso salarial dos professores. Na passeata que saiu pelas principais ruas da cidade, participaram não só profissionais de educação, mas também alunos, pais de alunos e pessoas da comunidade.

A greve, deflagrada com o apoio da APLB-Sindicato, exige a pontualidade do pagamento dos salários e a porcentagem garantida pelo Governo, cumprindo o que determina a legislação federal. Também participaram das manifestações políticos, comerciantes e pessoas de todos os segmentos da sociedade, numa clara demonstração de apoio da população à mobilização dos professores.

Os professores demonstraram para a comunidade de Camacã que Municípios vizinhos como Santa Luzia, Pau Brasil, Mascote e outros, bem menores do que Camacã, já receberam o reajuste de 13% previsto na Lei do Piso. Alegam que não

há justificativa aceitável para que a Prefeitura Municipal de Camacã não pague o mesmo reajuste.

Quero fazer um apelo à Prefeita Ângela Castro e à Secretária de Educação do Município, Ilce Tourinho, para que garantam o cumprimento da lei federal sobre o piso dos professores e concedam o reajuste a que têm direito os professores de Camacã. Sou uma das autoras do projeto de lei que originou a Lei Salarial Profissional Nacional aos profissionais da educação básica e não posso admitir que um único Município brasileiro negue-se a cumprir uma lei pela qual tanto lutamos e que tem o explícito propósito de melhorar a qualidade da educação pública brasileira através da melhoria da remuneração de nossos mestres.

Uma administração pública que não valoriza seus professores não merece a confiança de sua população. Por esta razão, manifesto meu apoio integral às reivindicações dos professores de Camacã e a seu movimento grevista em defesa de um direito assegurado por lei federal, o reajuste de 13% no piso salarial.

Espero que a Prefeita Ângela Castro compreenda o quão justas são as reivindicações dos professores municipais e abandone sua intransigência para que não termine seu mandato como uma Prefeita inimiga da educação.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos, do PSDB do Ceará. Em seguida, terão a palavra os Deputados Marcon e Maria do Rosário.

**O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS** (PSDB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Parlamentares, telespectadoras e telespectadores da *TV Câmara*, a Comissão Externa que analisa o projeto da transposição do Rio São Francisco ouviu, na terça-feira passada, o Prof. Francisco de Assis de Souza Filho, que foi taxativo em dizer que a transposição não resolve sozinha o problema da estiagem e da seca.

O Brasil precisa de um plano de combate à estiagem e de planejamento e gerenciamento dos riscos hídricos e climáticos. Precisamos fazer com que os Estados também cooperem, com planejamento de recursos hídricos. E os Municípios também precisam fazer o seu trabalho de construção de barragens e de manutenção de reservas hídricas, para garantirmos um melhor desenvolvimento para o País.

O Presidente Eduardo Cunha oficializou uma Comissão para debatermos as questões de recursos hídricos no Brasil. Não podemos apenas socorrer as vítimas na hora da estiagem.

Sr. Presidente, solicito divulgação deste nosso pronunciamento no programa *A Voz do Brasil.*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Marcon, do PT do Rio Grande do Sul.

**O SR. MARCON** (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nesse final de semana, estive no Município de São Leopoldo, na Região Metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, junto com o representante da Caixa Econômica Federal, com o Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, entregando a 222 famílias integrantes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, as 222 casas, que são muito bem feitas, organizadas, com infraestrutura, quase no centro de São Leopoldo.

Por isso, muitas vezes, ou sempre, a Oposição — os tucanos, o DEM — ataca o Governo Federal, porque agora o pobre tem oportunidade de morar bem, ter uma casa e resgatar a autoestima.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado nos órgãos de comunicação da Casa, inclusive, no programa *A Voz do Brasil.*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - V.Exa. será atendido, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e demais servidores desta Casa, o Loteamento da COOTRAHAB, em São Leopoldo/RS, beneficia 222 famílias.

Neste último domingo, 26 de abril, participamos, no Município gaúcho de São Leopoldo/RS, juntamente com o Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Miguel Rossetto, do ato de assinatura de contratos de 222 beneficiários

do Projeto Minha Casa Minha Vida, do Loteamento da COOTRAHAB, em São Leopoldo.

Há 12 anos, se iniciou um programa habitacional inédito, voltado para a população mais carente deste País. Graças ao ex-Presidente Lula e agora com a Presidenta Dilma, o Programa Minha Casa Minha Vida é uma realidade que vem realizando o sonho da casa própria de milhares de brasileiros, oferecendo mais dignidade e igualdade social ao povo brasileiro.

Presença de Andreia Camillo Rodrigues — Presidente da Cooperativa COOTRAHAB; Gilberto Aguiar — Dirigente Nacional do MNLM (Movimento Nacional de Luta pela Moradia); Eleonora Lisboa Mascia — Gerente Nacional da GEHUR-Brasília; Mauro Roberto Bom — Superintendente Regional da SR Vale dos Sinos; Jairo Antonio Manfro — Superintendente da SR de Habitação Vale dos Sinos; Ary Vanazzi — Presidente Estadual do PT; Anibal Moacir, Prefeito, Vereadores e lideranças da região.

Participaram do ato 21 entidades que atuam na organização de projetos habitacionais com recurso do FDS. Saldamos, mais uma vez, o Governo Federal, através do Programa Minha Casa Minha Vida, o qual temos certeza que nesse segundo mandato da Presidenta Dilma realizará mais e mais sonhos da casa própria.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Sra. Deputada Maria do Rosário, do PT do Rio Grande do Sul.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero destacar desta tribuna e pedir a divulgação do falecimento ontem, no Rio de Janeiro, da Sra. Inês Etienne Romeu, aos 72 anos.

Inês Etienne foi a única sobrevivente da chamada Casa da Morte, instalada em Petrópolis, no Rio de Janeiro. Por 96 dias, em 1971, ela sofreu todas as formas de tortura e de violência. E, tendo sobrevivido, indicou três dos seus torturadores, até hoje impunes.

Inês Etienne Romeu permanecerá entre nós como uma pessoa que lutou pela democracia, esteve ao lado do Brasil e ajudou-nos a conhecer mais a verdade e termos a memória do período da ditadura militar.

Homenageio nesta data Inês Etienne Romeu e todos os que lutaram contra a ditadura e que nos ajudaram a fazer a travessia para um regime democrático de direitos no nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu que agradeço, nobre Deputada.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Com a palavra o nobre Deputado Delegado Edson Moreira, do Bloco do PTN de Minas Gerais. Até hoje a polícia sente falta de S.Exa.

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA** (Bloco/PTN-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho mais uma vez a esta tribuna falar de segurança pública. Por que lhes digo isso? Vou continuar batendo nessa tecla até o último dia do meu mandato.

A violência cresce e, em todos os crimes, geralmente há a participação de menores na maioria dos assaltos, na maioria dos homicídios, no tráfico de drogas, etc.

Então, faz-se necessária e urgente essa redução para que responsabilizemos essas pessoas e que elas saibam que quem cometer crime tem que ser devidamente punido da melhor maneira que seja.

Precisamos rever isso tudo, o Estatuto do Desarmamento, a devolução dos direitos ao cidadão. Se a maioria da população quer, quem sou eu para dizer que não. O povo manda!

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. Srs. Parlamentares, ouvintes da *Rádio* e *TV Câmara*, venho à tribuna desta Casa, como tem sido habitualmente, falar da segurança pública do povo brasileiro.

Nós Parlamentares temos feito a nossa parte, dando especial atenção à votação dos projetos voltados para a segurança pública, mas ainda precisamos

melhorar muito mais. É necessário investir em tecnologia e inteligência, além de aumentar o efetivo de policiais nas ruas para reduzir também os roubos, que em 2015 aumentaram em 10% no Estado de Minas Gerais.

Nesses 120 dias, aprovamos diversos projetos de lei que aumentaram as penas de alguns tipos de crimes. Foram criadas Comissões Especiais para tratar de temas específicos como a maioridade penal, normas sobre a utilização de armas de fogo, Lei Orgânica da Segurança Pública e nas Subcomissões para tratar do combate ao crime organizado, sistematização das propostas referentes à segurança pública, roubo de cargas, roubo de veículos, tráfico de drogas, etc.

A Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) divulgou balanço revelando que a criminalidade diminuiu em Belo Horizonte e Minas Gerais no primeiro trimestre de 2015 em relação ao mesmo período do ano passado. O número de homicídios caiu de 1.953 para 1.195, uma queda de 11,72% nos 853 Municípios mineiros. Diminuíram, também, os registros de sequestro e cárcere privado, além de extorsão.

Pela primeira vez o balanço da SEDS informou um dado importantíssimo: a quantidade de estupros cometidos contra crianças e adolescentes, sendo que nos últimos 3 anos os estupros de vulneráveis representaram mais da metade de todos os registrados em Minas. Foram 6.875 ocorrências de estupro de vulnerável consumado no período, para um total de 12,1 mil casos de estupro em geral.

Dessa maneira, peço aos nobres pares, especialmente àqueles ligados à segurança, que nos atentemos à questão dos estupros de vulneráveis e ao aumento dos furtos com adoção de punição mais severa.

Aproveito a oportunidade para demonstrar a minha aprovação ao PL 3.187/97, na pauta de votação desta semana, que trata do crime de danos contra a

propriedade, como a prática de pichação ou vandalismo, aumentando a pena desse crime na forma qualificada de 6 meses a 3 anos de detenção para 1 a 3 anos. A pena é aumentada ainda para danos em bem tombado ou especialmente protegido. Convoco-os a votarem pela aprovação, dando mais um passo à frente na redução da criminalidade com a adoção de leis mais rígidas.

É o que tenho a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Com a palavra o nobre Deputado Celso Maldaner, do PMDB de Santa Catarina.

**O SR. CELSO MALDANER** (Bloco/PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais Parlamentares, gostaria de encaminhar dois pronunciamentos.

Um referente à comemoração dos 49 anos do nosso PMDB em Santa Catarina. Um grande evento aconteceu na segunda-feira à noite e no domingo houve o encontro estadual do PMDB Mulher. Santa Catarina é o Estado que tem mais mulheres filiadas ao partido.

Mais de 800 mulheres participaram do grande encontro do PMDB Mulher, em Santa Catarina, elegendo a nossa Presidente, a Deputada Estadual Ada De Luca.

Então, eu gostaria de dar como lidos esses dois pronunciamentos.

E também quero, Sr. Presidente, registrar que estamos recebendo hoje, na Câmara Federal, no plenário, o nosso Prefeito Luciano, do Município de Iomerê, o Vice-Prefeito Milto e o Vereador Renato. Eles estão em Brasília em busca de emendas parlamentares para levar dinheiro para o Município de Iomerê. Queremos agradecer-lhes a presença.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de destacar que os 49 anos de fundação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB, comemorados no último dia 23, foram celebrados na noite desta segunda-feira, dia

27, pela Assembleia Legislativa do Estado, em uma grande solenidade que enalteceu a criação da primeira executiva do partido em Santa Catarina.

Durante o evento, foi lembrado que o PMDB é mais longevo partido em atividade ininterrupta na história republicana, visto como símbolo da resistência. Ainda quando era MDB, lutou pela redemocratização e a valorização do voto popular assumindo a sigla PMDB a partir de 1980, ajudando a criar novos parâmetros de organização social e estabelecendo a Constituição Cidadã de 1988. Diante de tantas conquistas ao longo de quase meio século de existência, a bancada estadual homenageou alguns dos peemedebistas que fizeram história como homens públicos e honrados.

Durante a solenidade, cada parlamentar que integra a bancada do partido no Legislativo catarinense prestou uma homenagem a uma liderança regional por sua trajetória partidária em Santa Catarina e, de forma coletiva, ao Senador Luiz Henrique da Silveira e ao mano Casildo Maldaner.

Quero reiterar a importância das homenagens a essa grande família peemedebista, que me enche de orgulho e entusiasmo.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, partido com o maior número de mulheres filiadas no Estado, o PMDB catarinense realizou neste domingo, em Florianópolis, a convenção estadual do PMDB Mulher. Mais de 800 mulheres de todas as regiões do Estado marcaram presença no evento, que conduziu a Deputada Ada De Luca à presidência do segmento feminino, em Santa Catarina. A executiva e o diretório foram eleitos por aclamação.

Durante o evento, as cinco ex-Primeiras-Damas do partido, em âmbito estadual, e a suplente de Senador, Odinéia Estefânia Marchetti *(in memoriam)*, receberam homenagens do segmento. São elas: Ivete Appel da Silveira, Ivana Fretta Moreira *(in memoriam)*, Ivone Maldaner, Mariza Lobo Campos, Elianne Vieira.

Ao todo, 16 peemedebistas passaram a compor a nova executiva do PMDB Mulher e 71 o novo diretório. A Vice-Presidência do segmento ficou com Emanuela Wolff, de Jaraguá do Sul.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado João Daniel, do PT de Sergipe.

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria dar como lidas duas falações nossas.

Rapidamente, quero registrar e parabenizar todos os que lutaram e lutam pela preservação ambiental. Hoje é o Dia Nacional da Caatinga, nosso bioma. São 27 milhões de nordestinos brasileiros que residem nessa região, e lá nós temos nove Estados que envolvem uma grande população, um povo lutador e, em especial, aqueles que preservam o bioma, que são os camponeses, os pequenos agricultores, os quilombolas e os indígenas.

Quero também registrar, Sr. Presidente, que, no dia de ontem, o nosso Governador, Jackson Barreto, recebeu a direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Sergipe, para debater ações importantes nas áreas da reforma agrária, da educação, do desenvolvimento, da agroindústria para o Estado de Sergipe.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu que agradeço, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, gostaria de fazer um registro importante nesta data. Hoje é comemorado o Dia Nacional da Caatinga, a mata branca, que é uma vegetação típica das regiões das secas.

A Caatinga ocupa uma área de cerca de 840 quilômetros quadrados, o equivalente a 11% do território nacional. Engloba os Estados de Alagoas, da Bahia,

do Ceará, do Maranhão, de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Piauí, de Sergipe e o norte de Minas Gerais. Rico em biodiversidade, o bioma abriga uma flora inteiramente diversificada e rica, além de contar com uma população de mais de 27 milhões de pessoas que dependem dos recursos do bioma para a sua sobrevivência.

A Caatinga se apresenta como um importante polo de biodiversidade que conta com diversas atividades econômicas e que, se bem utilizada, pode ser importantíssima para o desenvolvimento da região e do País.

Apesar da importância, o bioma tem sido desmatado de forma acelerada, devido principalmente ao consumo de lenha nativa, explorada de forma ilegal e insustentável, para fins domésticos e indústrias, além da conversão para pastagens e agricultura.

Em Sergipe, a CODEVASF fez a doação de uma área para ampliação do Monumento Natural Grota do Angico, uma unidade de conservação localizada entre os Municípios sergipanos de Canindé de São Francisco e Poço Redondo. Com o repasse, a unidade será ampliada em 85,3 hectares, contribuindo para a preservação da Caatinga no Alto Sertão sergipano. O termo de doação que transferiu a área à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos — SEMARH foi assinado em março.

Entendo, Sr. Presidente, que precisamos ter uma ação cada vez mais integrada entre os governos, as entidades ambientais e as próprias empresas, no sentido de buscar uma melhor convivência com esse bioma, ao tempo em que esperamos que o Congresso Nacional mude de atitude e o que estamos vivenciando

com uma bancada ruralista que tem o lucro como objetivo e que impõe derrotas ao povo, como aconteceu ontem na votação do projeto da biodiversidade.

Temos que entender que o Nordeste e o seus biomas precisam ser protegidos para que deem sustentação aos programas de superação das desigualdades regionais que enfrentamos.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para registrar nos Anais da Casa a íntegra da Pauta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Sergipe, entregue dia 27 de abril de 2015 ao Governador do Estado, Sr. Jackson Barreto.

Participaram conosco os dirigentes nacionais do MST-SE, Gislene Reis e Gileno Damascena, o Secretário de Estado da Agricultura, Esmeraldo Leal, e lideranças do movimento em várias regiões do Estado.

Essa foi a primeira audiência do MST com o Governador Jackson Barreto depois de sua posse, e nós temos clareza do momento que estamos vivendo e reiteramos a confiança e a certeza de que o movimento tem em sua gestão, e o Governador irá no que for possível atender à solicitação do Movimento.

As demandas dizem respeito ao acesso a terra, agroindústria e produção, centros de formação, infraestrutura para os assentamentos, educação, regulamentação da lei de agroecologia estadual, água, saúde, meio ambiente e demarcação topográfica para os assentamentos e colônias de Sergipe.

Esses pontos tratados com o Governador Jackson Barreto e o Movimento são extremamente importantes e têm nosso total apoio. Trabalharemos para que sejam viabilizados.

Muito obrigado.

PAUTA A QUE SE REFERE O ORADOR

Pauta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Sergipe

1- Terra

Apoio para construção de novo convênio de terras em Sergipe

Liberação da contrapartida do Governo Estadual, última parcela, para conclusão da indenização das benfeitorias dos lotes empresariais para efetivação da Federalização do Jacarecica II.

2- Agroindústria/Produção:

Convênio entre o governo e Estado e o BNDES para um programa de agroindústria para assentamentos, em continuidade a discussão iniciada entre o então governador Marcelo Déda, BNDES, MST e Incra no início do ano de 2013.

Programa estadual de Quintais Produtivos nos Assentamentos de Reforma Agrária. E mini sistemas de irrigação para assentamentos da reforma agrária.

Liberação de 5 mil horas de trator para assentamentos de reforma agrária, nas áreas de abrangência do programa Estadual.

Fortalecimento do programa de Aquisição de Alimentos (PNAE), com objetivo que todas aquisições sejam feitas dos assentamentos de reforma agrária e da pequena agricultura.

Estimular através dos órgãos de tecnologia e pesquisa iniciativas voltadas a agricultura camponesa e de áreas de reforma agrária a exemplo do ITPS e SergipeTec, etc.

3- Centros de Formação

Reforma do Centro de Formação Quissamã — projeto de Assentamento Moacir Wanderley, em Nossa Senhora do Socorro.

4- Infraestrutura dos Assentamentos

Construção de quadra de esporte nos assentamentos: Moacir Wanderley, em Nossa Senhora do Socorro; Queimada Grande, em Poço Redondo; e Santana dos Frades, em Pacatuba.

Parceria com o Incra e Governo do Estado no programa de Estradas para Assentamentos de Reforma Agrária em Sergipe.

Criação de um programa de sementes que: incentive a produção de sementes nos assentamentos, criação de cinco bancos de sementes em assentamentos de reforma agrária, garantia de compra das sementes produzidas.

5- Educação

Criação de um Programa Estadual Estratégico para alfabetização de Jovens e Adultos, utilizando uma parceria com o MST através do método Sim eu Posso. Realizando por Região, iniciando pelo Baixo São Francisco.

Criação de um programa estadual para reforma e manutenção de escolas localizadas nos assentamentos de Sergipe.

Articulação de apoio junto ao MEC para construção de Escolas nos Assentamentos: José Emídio – Capela; Caraíbas – Japaratuba; Cleonice Alves – Umbaúba; Novo Marimbondo – Tobias Barreto; Che Guevara – Lagarto; Caio Prado – Estância; Marcelo Déda – Malhador.

Construção de uma Escola de Ensino Profissionalizante no Assentamento Santana dos Frades – Pacatuba;

Programa de Capacitação Profissional Estadual – na área de agroindústria, em parceria com o IFS, Incra, para público de Assentamento da Reforma Agrária.

6- Regulamentação

Regulamentação da Lei de Agroecologia Estadual, com abertura de um crédito específico via Banco Banese, que inclua compra de pequenos tratores adequados a agroecologia, equipamentos agrícolas.

7- Água

Construção de poços artesianos, cisternas, adutoras e barragens em áreas de assentamento da Reforma Agrária.

8- Saúde

Criação de um Programa de Capacitação em Saúde Popular e Meio Ambiente para beneficiários da Reforma Agrária.

Construção de postos de saúde da família nos assentamentos:

Baixo São Francisco: Boa Vista – Pacatuba; Santana dos Frades – Pacatuba

Leste sergipano: José Emídio – Capela

Centro sul: Novo Marimbondo – Tobias Barreto

Alto Sertão: João Pedro Teixeira – Canindé

Sul Sergipano: 05 de Janeiro – Indiaroba; Luiz Alberto – Cristinápolis: Caio Prado – Estância

Agreste Central: Marcelo Déda - Malhador

9- Meio Ambiente

Proibição do uso de defensivos agrícolas em Sergipe, tanto por pulverização aérea quanto pela proibição da legislação brasileira a determinados produtos e atuação de fiscalização.

10- Demarcação

Criação de um convênio entre Incra e governo federal para solução imediata dos processos de demarcação topográfica para os assentamentos e colônias de Sergipe.

Gislene dos Santos Reis

Direção Nacional do MST-SE

Gileno Damascena Silva

Direção Nacional do MST-SE

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Com a palavra o nobre Deputado Renato Molling, do PP do Rio Grande do Sul.

**O SR. RENATO MOLLING** (Bloco/PP-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria destacar hoje a importância da reforma política, especialmente, da unificação das eleições, do mandato de 5 anos e do fim da reeleição.

Isso, com certeza, vai fazer com que tenhamos projetos mais bem elaborados, mais consistentes, porque hoje o grande problema da corrupção são projetos malfeitos, mal planejados; e têm que ser executados, porque logo haverá uma eleição, logo haverá a reeleição.

Então, com certeza, a reforma política vai auxiliar para que nós possamos ter uma aplicação de recursos públicos de maneira mais eficiente, principalmente com maior planejamento, com projetos elaborados, porque não existe maneira de fazer um bom projeto e depois pagar 1.000 % a mais.

Eu acredito que é muito importante nós nos mobilizarmos para que aconteça essa reforma política.

Sr. Presidente, gostaria que este pronunciamento fosse divulgado nos meios de comunicação da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - V.Exa. será atendido, nobre Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado João Derly, nobre campeão, do PCdoB do Rio Grande do Sul.

**O SR. JOÃO DERLY** (PCdoB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, venho falar sobre um tema que considero necessário encaminharmos e votarmos, que é a flexibilização do programa *A Voz do Brasil*.

Esta Casa possui o seu espaço e as nossas ações têm a devida divulgação com jornalismo bem feito e um programa de extrema qualidade. O rádio é fonte de informação para milhões e milhões de brasileiros, e é exatamente por isso que inúmeras vezes temos temas de grande relevância e interesse local em determinadas regiões do País, mas que não podem ser transmitidos em função da rigidez do horário do programa *A Voz do Brasil*.

Em pesquisa do Datafolha, chegou-se à conclusão de que a flexibilização seria salutar tanto para a prestação de serviços de jornalismo como para a audiência do programa *A Voz do Brasil*.

Os resultados indicam que, caso tivesse em horário mais flexível, das 19 horas às 22 horas, a audiência desse programa que ajuda a divulgar o nosso trabalho nesta Casa aumentaria 13 pontos, ou 22%. Um número bem alto que demonstra que a flexibilização não vai acabar nem prejudicar o programa *A Voz do Brasil*, e sim fortalecê-lo.

Por esse motivo, requeri a inclusão do PL 595/03 na Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, caros Deputados, público que nos assiste pela *TV Câmara*, venho para falar sobre tema que considero necessário encaminharmos e votarmos: a flexibilização do horário de *A Voz do Brasil*.

Tradicional programa criado em 1935 e regulamentando em 1939, durante o Governo do Presidente Getúlio Vargas, ele tem a missão de informar as iniciativas e ações dos três Poderes.

Esta Casa possui o seu espaço e nossas ações têm a devida divulgação, com um jornalismo bem feito em um programa de extrema qualidade. O rádio é a fonte de informação para milhões e milhões de brasileiros. E é exatamente por isso que em inúmeras vezes temos temas de grande relevância e interesse local em determinadas regiões do País, mas que não podem ser transmitidos em função da rigidez do horário de *A Voz do Brasil*.

Em pesquisa da Datafolha, chegou-se à conclusão de que essa flexibilização seria salutar tanto para a prestação de serviço de jornalismo, como para a audiência de *A Voz do Brasil*. Os resultados indicam que caso ele tivesse um horário mais flexível, entre as 19 horas e as 22 horas, a audiência desse programa, que ajuda a divulgar nosso trabalho nesta Casa, aumentaria 13 pontos, ou 22%. Um número alto que demonstra que a flexibilização não vai acabar nem prejudicar *A Voz do Brasil*, e sim fortalecê-la.

A ABERT (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão) lançou campanha, em 2014, favorável à flexibilização e apresentou esses números. E defende que o ouvinte tenha a opção de ouvi-la mais tarde, para que siga sendo

informado sobre a hora do *rush*, ou sobre uma partida com apelo popular. Por esse motivo, requeri a inclusão do PL 595/03 na Ordem do Dia.

Está na hora de votarmos esse projeto que tramita no Congresso há mais de 10 anos, e é de relevante interesse popular que arranjemos a votação dessa matéria, em termos que beneficiem a população, que em uma maioria de ampla de 68% acredita ser necessária essa flexibilização.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado homenageado pela revista *Movimentto*, com muita honra e prazer, o Deputado Gonzaga Patriota, do PSB de Pernambuco.

**O SR. GONZAGA PATRIOTA** (PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentar os salgueirenses, porque o Salgueiro ganhou do Sport, na disputa da final do Campeonato Pernambucano.

Segundo, registro pronunciamento que trata de extintores, que são muito importantes no Brasil, e também pronunciamento que trata da PEC 25, que apresentei hoje com mais de 250 assinaturas. Ela diminui a idade de 35 anos para 30 anos para Presidente da República e Vice-Presidente da República; de 30 anos para 25 anos para Governador e Senador; de 21 anos para 18 anos para Deputados e Prefeitos; e Vereador, para 16 anos. Deve haver maioridade aos 16 anos não apenas penal, mas também civil. Molequinho agora, com 16 anos, vai fazer concurso, casar, tirar carteira de habilitação.

Eu peço apoio de toda esta Casa para que possamos diminuir a maioridade com responsabilidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu é que agradeço, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o tema que me traz hoje aqui à tribuna é a vida, como podemos evitar grandes tragédias, grandes e pequenos incêndios que tiram milhares de vidas todos os anos. Incêndios de grandes proporções como o da Boate Kiss, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul**,** chocam

pelas vidas ceifadas: 231 mortes confirmadas, a maioria de jovens asfixiados dentro da casa lotada e com apenas uma saída, além de dezenas de feridos.

Mas tenho certeza de que muitos ainda se lembram da tragédia do Gran Circus Norte-Americano, no Rio de Janeiro, em 1961, quando um ex-funcionário demitido jogou gasolina na lona e ateou fogo, fazendo 503 vítimas fatais — 70% delas eram crianças. Mais de mil pessoas ficaram feridas.

Em 1974, um curto-circuito em um aparelho de ar condicionado no 12º andar do Edifício Joelma, em São Paulo, vitimou mais de 180 pessoas e, 10 anos depois, um vazamento de centenas de litros de gasolina num mangue de Cubatão, perto de uma favela, matou 93 pessoas.

Além dessas grandes tragédias, Sr. Presidente, lemos todos os dias nos jornais a respeito de gás de botijões que explodem em favelas e fazem vítimas anônimas; há milhares de veículos que pegam fogo todos os anos... Atualmente, inúmeros ônibus têm sido incendiados em protestos por todo o País e, nas estradas, muitos brasileiros perdem a vida por incêndios que começam com um vazamento de combustível, uma fagulha, uma peça desgastada. O fato é que o fogo mata, desfigura, aleija, além de causar prejuízos patrimoniais.

Há ainda incêndios domésticos, curtos-circuitos, um ferro de passar roupas esquecido ligado, uma panela de pressão que explode, vitimando famílias, crianças... Apesar de a situação ser tão comum e tão perversa, apesar de o fogo tirar tantas vidas todos os dias — pasmem, senhores! —, apenas 14% das 5.570 cidades brasileiras têm Corpo de Bombeiros! E mesmo onde ele existe muitas vezes o fogo já matou, quando os bombeiros conseguem chegar ao local do incêndio, em que pese à grande celeridade no atendimento aos chamados. Hoje em dia, em

tempos de falta d'água generalizada e baixa pressão no abastecimento, os riscos crescem ainda mais.

É por isso que precisamos ficar atentos a esses grandes perigos, que nos cercam em casa, no trabalho, nas ruas, nas estradas, nos nossos carros, nos ônibus. Os equipamentos de proteção coletiva são fundamentais quando se trata de garantir a segurança de todos, e é nosso dever, como Parlamentares, representantes do povo, exigir que eles estejam em todos esses locais, para evitar tantas tragédias, tantas vidas perdidas, tantos prejuízos patrimoniais.

É fato que há anos, Sr. Presidente, os extintores de incêndio têm normas bem específicas no Brasil, tanto para fabricação quanto para importação: as normas NBR 15.808, relativas a extintores de incêndio portáteis, e NBR 15.809, sobre extintores de incêndio sobre rodas e demais disposições legais.

Mas não basta criarmos leis, se não houver fiscalização adequada, rigorosa, precisa. Não basta haver leis e fiscalização, se não houver punição efetiva para os infratores. Por isso, é preciso averiguar a conformidade dos extintores com a lei vigente, proceder à correta manutenção, com matéria-prima dentro das normas.

O extintor de incêndio é um equipamento de segurança que possui a finalidade de extinguir ou controlar incêndios em casos de emergência, um cilindro que pode ser carregado até o local do incêndio, contendo um agente extintor sob pressão, e salva as nossas vidas. Em casos de foco ou princípio de fogo, a presença desses extintores e sua correta utilização, logo após a identificação do sinistro, contribuem para evitar a propagação do fogo.

Os extintores são usados e indicados para o combate imediato ao incêndio. Ou seja, o principal uso do extintor é para apagar e deter o fogo no seu estágio

inicial, para pequenos focos. Como a maioria dos incêndios começam pequenos, é preciso capacitar o maior número possível de pessoas para usar extintores, ainda que seu manejo seja muito simples.

Na prática, Sr. Presidente, o uso de um extintor deve ser feito por qualquer pessoa, assim que ela detectar um incêndio. A rapidez de atuação é primordial, já que a quantidade do agente extintor e o tempo de utilização são limitados.

Os extintores de incêndio são os primeiros equipamentos disponíveis para salvar vidas em situações de emergência. Início de incêndio e outros sinistros menores podem deixar de se transformar em tragédia, se forem evitados e controlados com segurança e calma por pessoas treinadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Ronaldo Nogueira, do PTB do Rio Grande do Sul.

**O SR. RONALDO NOGUEIRA** (Bloco/PTB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero dar como lido um pronunciamento e também solicitar que lhe seja dada a devida divulgação nos órgãos de comunicação da Casa.

Trata-se de discurso com o qual pretendo provocar esta Casa a apreciar o Projeto de Lei nº 3.299, de 2008, que trata do fim do fator previdenciário.

Neste ato expresso minha convicção de que o fator previdenciário precisa ter um fim iminente, pois é prejudicial ao trabalhador brasileiro que se aposenta. O projeto está pronto para ser pautado e votado.

O fim do fator previdenciário permitirá que o cálculo do salário da aposentadoria volte a ser baseado na média aritmética simples, até o máximo dos últimos 36 salários de contribuição, apurados em período não superior a 48 meses.

O cálculo complexo do fator previdenciário se baseia em quatro elementos: alíquota de contribuição, idade do trabalhador, tempo de contribuição à Previdência Social e expectativa de sobrevida do segurado, tomando por base a tabela do IBGE.

Como se vê, é um instrumento injusto. O trabalhador brasileiro descobre que, após décadas de contribuição e de árdua atividade, não contará com uma aposentadoria tranquila, pois o fator previdenciário reduz drasticamente os salários, abocanhando de 30% a 50% do valor do benefício, no mesmo período em que as despesas com a saúde também aumentam, em grande parte, pelo uso contínuo de remédios, quase sempre caros.

O rigor imposto pelo fator previdenciário pune o trabalhador e em nada contribui para o equilíbrio das receitas da Previdência, cuja sangria é devida à sonegação e a fraudes épicas.

Neste contexto, em vez de descanso, um número cada vez maior de aposentados se vê obrigado a retornar ao trabalho.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, precisamos pôr um fim no fator previdenciário logo, o que seria um fator a mais de comemoração no Dia do Trabalho.

Peço que este pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Com a palavra o nobre Deputado Ivan Valente, do PSOL de São Paulo.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dar como lido nosso pronunciamento sobre o recorde dos juros do cheque especial e o modelo econômico.

Analiso os juros do cheque especial, que são os maiores em 20 anos: 220% ao ano; o do cartão de crédito é absurdo: 345,8%; além de todas as modalidades de empréstimo da Caixa Econômica, inclusive da casa própria.

Enquanto isso, os cinco maiores bancos ganharam 60 bilhões de reais. Só o Itaú ganhou 20 bilhões de reais. Ou seja, o modelo é o do rentismo dos juros.

Aqui não se faz uma auditoria da dívida pública. Metade do Orçamento vai para pagar juros, e quem paga a conta é o pobre. Por isso, está se praticando o "austericídio", inclusive com as Medidas Provisórias nº 664 e nº 665.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos que assistem a esta sessão ou nela trabalham, os juros do cheque especial atingiram a marca de 220,4% ao ano, de acordo com os números divulgados pelo Banco Central na última sexta-feira, dia 24. Com isso, a taxa atingiu o maior patamar desde dezembro de 1995 — quando ficou em 242,2% ao ano —, ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Para se ter uma ideia da escalada de aumento nos últimos meses, no fim de 2013, os juros do cheque especial estavam em 148,1% ao ano. Ou seja, um crescimento de 72,3% nos últimos 15 meses.

Já os juros do cartão de crédito rotativo, que incidem quando os clientes não pagam a totalidade de sua fatura, chegou a 345,8% ao ano em março — a mais alta de todas as modalidades de crédito. É o maior patamar desde o início da série histórica, em março de 2011.

Com as seguidas altas da taxa SELIC, as taxas de todas as modalidades de empréstimo e financiamentos também subiram; um destaque é o aumento da taxa de juros para financiamento da casa própria feito pela Caixa Econômica Federal. O crédito ficou mais caro e as condições de vida da população sofrem o impacto dessa alta.

Enquanto isso os bancos batem todos os recordes de lucro, conforme também foi divulgado na semana passada, e o País segue gastando metade do Orçamento para o pagamento de juros e serviços da dívida pública.

É uma verdadeira extorsão praticada com a conivência da lei. E o máximo que o Banco Central recomenda é que a população evite o uso do cheque especial e do rotativo do cartão de crédito, como se fosse uma simples questão de escolha, sem levar em consideração o quanto as famílias estão endividadas e seus orçamentos comprometidos.

Esses dados são ainda mais alarmantes combinados com outros, como o que foi divulgado hoje pelo IBGE de que o rendimento real dos trabalhadores teve a maior queda mensal dos últimos 12 anos. Conforme alertamos desde o início do segundo Governo Dilma, o modelo econômico adotado, contrário ao que foi defendido durante a campanha eleitoral, tem caráter recessivo e onera os mais pobres e a classe média. O modelo privilegia o capital financeiro e os rentistas, tentando com isso conter a inflação e alavancar investimentos, mas, na prática,

aprofunda os graves problemas do País, gera endividamento das famílias e queda no poder de consumo causando mais desaceleração da economia e desemprego.

O modelo é saudado como uma única alternativa possível pela chamada grande imprensa, que critica Dilma, mas poupa o Ministro Joaquim Levy. O ajuste fiscal é tratado como se fosse uma medida prudente e saneadora, sem levar em consideração que os cortes nos gastos públicos em áreas fundamentais e o corte de direitos no seguro-desemprego, pensão por morte e abono salarial, aprofundam ainda mais a desigualdade e penalizam os mais pobres.

Esse verdadeiro “austericídio” cometido pelo Governo Dilma já mostrou suas deletérias consequências em vários países da Europa, como Espanha, Grécia e Portugal, onde os índices de desemprego batem recorde e a população busca alternativas opostas ao receituário neoliberal para enfrentar a crise. Não precisamos ir muito longe, basta recordar o Governo FHC e verificar que as chamadas saídas ortodoxas significam, na verdade, mais transferência de dinheiro dos mais pobres aos mais ricos e aumento da desigualdade.

O problema é que quanto mais o Governo Dilma é atacado e mais perde popularidade, mais se agarra às saídas conservadoras. Como um mantra, pratica aquilo que o mercado quer, dando amplos poderes a Joaquim Levy. A tendência é o Governo agonizar à direita, enquanto o povo sofrerá na pele as consequências de uma política econômica irresponsável, que promete uma coisa, mas leva a outra. Se não quisermos continuar batendo recordes em taxas de juros, é hora de mudar o modelo econômico.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Décio Lima, do PT de Santa Catarina.

**O SR. DÉCIO LIMA** (PT-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna para fazer um apelo ao Colégio de Líderes e ao Presidente desta Casa no sentido de pautar a Proposta de Emenda Constitucional nº 443.

A exemplo de termos aprovado, neste ambiente da Câmara dos Deputados, o conteúdo da PEC que deu isonomia à Defensoria Pública, agora, mais do que nunca, que as carreiras vinculadas à segurança pública, assim como a Advocacia-Geral da União, os Procuradores de Estado e as demais carreiras jurídicas, possam também ter a isonomia agraciada, sobretudo como carreiras fundamentais e estratégicas para o Estado brasileiro.

Trago aqui inclusive um relatório para que seja acolhido como lido e divulgado nos meios de comunicação desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Seu pedido será atendido, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a PEC 443 trata de careiras jurídicas típicas e estratégicas de Estado, que constituem a base fundamental das áreas de segurança pública, execução fiscal e defesa em juízo dos interesses da União.

São carreiras que, nitidamente, estão perdendo atratividade dada a disparidade com os subsídios recebidos pelos membros do Judiciário, Ministério

Público e Defensoria Publica — muitos são aprovados nos concursos públicos, mas poucos permanecem, pois acabam migrando para outras carreiras jurídicas mais bem remuneradas. Há exemplos de defensores que têm mais de 10 anos de concursados e ainda estão estudando para outros concursos.

O impacto orçamentário é baixo, Sr. Presidente, principalmente se considerados alguns fatores: cronograma de implantação de 2 anos na esfera federal e 3 anos no âmbito dos Estados; não gera efeito cascata sobre o subsídio dos demais servidores públicos, pois atinge apenas os que exercem atividade reconhecidamente jurídica por lei; o número de servidores atingidos pela mudança é muito baixo, considerando-se o total de servidores do Poder Executivo; o impacto financeiro, além de ser postergado para daqui a 2 ou 3 exercícios, é muito baixo, considerando-se a importância estratégica dos cargos e os valores que recupera para o Orçamento da União em atividades como a execução fiscal (PSFN), o ajuizamento de ações de indenização por prejuízos causados à União (AGU e PFE) e a recuperação de ativos relacionados o cometimento de crimes (DPF).

Todas as carreiras são essenciais à Justiça e merecem o mesmo tratamento dado aos membros do Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, uma vez que exercem funções correlatas, similares, complementares e, em alguns casos, sobrepostas (ajuizamento de ACP, investigação, etc.). Funções e nível de responsabilidades similares devem ser contemplados com remunerações semelhantes.

A regra apenas diminui a defasagem com relação aos membros de outras carreiras jurídicas, alguns dos quais ainda contam com auxílios de naturezas diversas, adicionados ao subsídio (moradia, primeira lotação, etc.), mas já significa

um grande avanço para melhorar a atratividade dessas funções a quem ingressa no serviço público, atualmente muito baixa.

O estabelecimento de uma regra para adequação dos subsídios evita ou pelo menos minimiza desgastes que essas categorias anualmente têm com o Governo para correção inflacionária de seus respectivos subsídios, dado que até hoje não foi cumprida a regra constitucional que prevê a revisão geral anual dos salários dos servidores públicos.

Diante do exposto, Sr. Presidente, a matéria está pronta para ser votada no Plenário desta Casa, e devemos excitar a sua apreciação, pois está mais do que comprovado que os membros da Advocacia-Geral da União, os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, os integrantes da Defensoria Pública e os Delegados da Polícia Federal, as carreiras jurídicas merecem a aprovação da PEC 443.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

*O Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Com a palavra o Deputado Rogério Marinho, do PSDB do Rio Grande do Norte.

**O SR. ROGÉRIO MARINHO** (PSDB-RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, peço que seja dado como lido e divulgado no programa *A Voz do Brasil* este meu pronunciamento, que trata de uma guerra que se estabeleceu no nosso País, a epidemia de dengue.

Houve mais de 240% de aumento dos casos do ano passado para este ano, e o Ministério da Saúde, que deve fazer o trabalho de prevenção e de combate a essa grave epidemia, que é reiterada e renitente no nosso País há dezenas de anos, utilizou-se, no ano passado, de um critério para modificação do defensivo que era utilizado contra o *Aedes aegypti*. E pasme, Sr. Presidente: trocou o Abate, que era utilizado anteriormente, que matava as larvas, por um novo defensivo chamado Pyriproxyfen. E este outro defensivo só está inibindo o crescimento das larvas, mas não as mata. No nosso Estado, por exemplo, no Rio Grande do Norte...

*(O microfone é desligado.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Muito obrigado, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a dengue, mais uma vez, preocupa o País. De acordo com o último Boletim Epidemiológico divulgado pelo Ministério da Saúde, houve um aumento de mais de 160 casos para cada 100 mil habitantes no Brasil do ano passado para este. No Rio Grande do Norte, passamos de 64 casos para cada 100 mil habitantes para quase 209. Em números absolutos, isso significa

que apenas no Rio Grande do Norte 7.113 cidadãos foram infectados pelo vírus da dengue. Na Região Sudeste o aumento nos casos de dengue passa de 460%. É de pensar que, diante de uma situação como essa, o Governo Federal, responsável pelo planejamento das políticas de combate ao mosquito, tome medidas rápidas e eficazes para contornar o problema. Mas vejam o que fez o Governo.

No final do ano de 2014, o Ministério da Saúde, por meio da Coordenação-Geral do Programa Nacional de Controle da Dengue, modificou o pesticida recomendado para o combate do vetor da dengue e da chikungunya, o mosquito *Aedes aegypti.* O produto utilizado até então era o Abate, cujo princípio ativo, Temeplios, é classificado pelo Esquema de Avaliação de Pesticidas da Organização Mundial da Saúde (Pesficide Evaluation Scheme — WHO, em inglês) como um organofosfato que atua matando as larvas do mosquito sem apresentar nenhuma complicação para os seres humanos. Esse produto não só impede a reprodução do mosquito, como, de fato, mata as larvas.

Pois bem, o novo produto recomendado pelo Ministério da Saúde, o Pyriproxyfen, apesar de constar na lista da Organização Mundial da Saúde como um pesticida que pode combater esse tipo de mosquito, apresenta características completamente distintas do produto utilizado até então. O Pyriproxyfen é um análogo de hormônio juvenil, não mata as larvas do mosquito e, teoricamente, atua impedindo o desenvolvimento da larva, isto é, as larvas continuam vivas, não são eliminadas

Enquanto um produto é utilizado para matar as larvas, o outro é utilizado para controlar o crescimento do inseto. Por mais que se argumente que o mosquito está resistente ao Temephos, existem outros produtos que agem da mesma maneira que

são indicados pela OMS. Por mais que ambos os produtos sejam recomendados pela Organização Mundial da Saúde, a classificação e a utilidade são diferentes. É dizer, em meio a um momento delicado de epidemia da doença, em que, de acordo com o último levantamento do próprio Ministério, a incidência de dengue no ano de 2015 já está no patamar de 227,1 casos para cada 100 mil habitantes, que o Governo está mudando o produto utilizado no combate sem tomar o cuidado de escolher um produto que seja efetivo no combate do mosquito da dengue.

Inclusive, um estudo do ano de 2006, publicado na *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, já demonstrava a ineficácia do Pyriproxyfen. O estudo indica que nos primeiros 7 dias de aplicação do produto a mortalidade da larva do mosquito é de apenas 33%; da pupa, 49%; e do mosquito adulto, pasmem, 1,5%.

Em meio a uma epidemia generalizada da doença, o órgão que deveria ser referência para todos os entes da Federação faz alterações sem critérios e sem levar em conta os estudos científicos e os parâmetros técnicos que devem ser abordados nessa área. O Governo demonstra, mais uma vez, sua incompetência, sua incapacidade de ter um mínimo de efetiva organização. É cada vez mais preocupante a situação em que o Brasil se encontra, principalmente pela ausência de um minimamente capaz.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Bebeto, do PSB da Bahia.

**O SR. BEBETO** (PSB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer um registro, neste dia 28, em que a Organização Internacional do Trabalho — OIT comemora este dia dedicando-o às vítimas de acidente de trabalho em todo o mundo. E aqui, no Brasil, que é campeão em acidentes de trabalho, não poderíamos deixar de considerar que essa é uma chaga social que atinge o mundo do trabalho e, portanto, atinge também a vida do nosso País.

Segundo dados da OIT — e o seu Diretor-Geral, Guy Ryder, recentemente os divulgou —, nós consumimos 10% do PIB global para bancar os acidentes de trabalho que ocorrem em todo o mundo.

No Brasil, nós temos o valor absurdo que o Estado banca, quando deveria ser responsabilidade das empresas.

Portanto, a nossa homenagem a todas as vítimas de acidente de trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Átila Lins, do Amazonas, por 1 minuto.

**O SR. ÁTILA LINS** (PSD-AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar que a Comissão Especial que trata da reforma política recebeu hoje em audiência pública o Vice-Presidente da República e Presidente Nacional do PMDB, Dr. Michel Temer.

Fizemos um debate amplo a respeito da reforma política e dos pontos que o Vice-Presidente da República defende, como o distritão — voto majoritário para a escolha de Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores. O Vice-Presidente também tratou do financiamento público de campanha, e sua ideia é que ele seja misto: público e privado.

Enfim, esse foi mais um debate muito importante para a Comissão Especial da Reforma Política, que hoje à tarde vai receber o Presidente do PT.

A Comissão já está concluindo os seus trabalhos, porque o Presidente Eduardo Cunha quer votar a reforma política até o final de maio.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

*Durante o discurso do Sr. Átila Lins, o Sr. Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Gostaria de registrar a presença nas galerias de jovens do Colégio Pequeno Príncipe, de Goiânia, Estado de Goiás.

Muito obrigado pela presença de vocês. É uma honra receber vocês, jovens, aqui na nossa Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Edinho Bez.

**O SR. EDINHO BEZ** (Bloco/PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de dar como lido pronunciamento sobre a banda larga.

Na qualidade de Relator da Subcomissão que trata da telefonia, tendo como objetivo melhorar a qualidade dos serviços prestados pelas operadoras, tenho a honra de falar aqui sobre o acesso à Internet em banda larga, que representa um portal de oportunidades para o País.

A banda larga muda a forma com que nos informamos, a maneira de educar. Hoje, a Internet está presente desde a educação infantil até a pós-graduação, trazendo um novo aliado para professores e educadores. A banda larga também ajuda a levar aos pontos mais distantes do País o mais sofisticado da saúde, por exemplo, via telemedicina, presente hoje em mais de 8 mil pontos de atendimento no Brasil. Ela transforma por completo a forma como produzimos, como as empresas fazem seus negócios, como nossas famílias se relacionam também.

Gostaria, Sr. Presidente, que V.Exa. desse ampla divulgação a este pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Edinho Bez.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o meu pronunciamento versa sobre a banda larga. Na qualidade de Deputado Federal pelo sexto mandato consecutivo e

Relator da Subcomissão de Telefonia, tendo como objetivo melhorar a qualidade dos serviços prestados pelas operadoras, tomo a palavra nesta oportunidade para falar sobre a banda larga. O Brasil está celebrando 200 milhões de acessos em banda larga. Mais do que comemorada, essa marca precisa estimular nossa reflexão e nossa ação como legisladores e como cidadãos.

O acesso à Internet em banda larga representa um portal de oportunidades para o País! A banda larga muda a forma com que nos informamos, a maneira de educar. Hoje, a Internet está presente desde a educação infantil até a pós-graduação, trazendo um novo aliado para professores e educadores.

A banda larga também ajuda a levar a pontos mais distantes do País o mais sofisticado da saúde, via telemedicina, presente hoje em mais de 8 mil pontos de atendimento em todo o Brasil. Transforma por completo a forma como produzimos, como as empresas fazem seus negócios, como nossas famílias se relacionam, trazendo quem está longe para perto. Altera por completo nosso leque de possibilidades para nosso lazer, nosso entretenimento. Para nós, legisladores, representa uma grande mudança na forma pela qual conversamos com nossos eleitores, por meio das redes sociais, por exemplo, e aprimora nossa tarefa de representar as demandas de nossas bases.

Recebi a informação e outros dados de que estamos celebrando 200 milhões de acessos em banda larga. Essa marca firma um bom momento para lembrarmos que esses avanços só foram possíveis graças a um grande investimento do País, sobretudo das prestadoras de serviços de telecomunicações, na modernização e a expansão da infraestrutura de redes. Nos últimos 16 anos, essas prestadoras de serviços de telecomunicações investiram quase meio trilhão de reais no Brasil. Todo

esse investimento permitiu que implantássemos no País uma das maiores infraestruturas de telecomunicações do mundo, essencial para o desenvolvimento do Brasil, para garantir esses 200 milhões de acessos em banda larga — e muito mais.

Este é o momento também para nos lembrarmos de que agora estamos diante de um novo tempo, em que se faz necessário intensificar o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação, as chamadas TICs. A intensificação desse uso permitirá ao Brasil ter um ganho significativo na qualidade dos serviços públicos, melhorar sua competitividade, ter uma economia mais inovadora e incluir socialmente um número cada vez maior de brasileiros. Estudo organizado pela TELEBRASIL, chamado “Brasil Digital Inovador e Competitivo”, mostra como políticas adequadas, que incentivem as telecomunicações, podem fazer com que o Brasil dê um grande salto de competitividade. De acordo com o estudo, se centrarmos foco nessas políticas, o País pode passar da posição de número 57 para a posição de número 20 no *ranking* de competitividade do Fórum Econômico Mundial até 2022, ano em que celebramos o bicentenário da Independência.

Para isso, precisamos expandir serviços e aplicações das TICs para áreas como registros públicos, saneamento, gestão ambiental, saúde, educação, previdência e assistência social, mobilidade urbana, segurança pública e valorização do patrimônio cultural, imprimindo mais eficiência a esses serviços. O Brasil precisa ainda criar um ambiente institucional que incentive investimentos no setor de telecomunicações, que dê ao País mais segurança jurídica, intensifique o uso de Parcerias Público-Privadas, desburocratize processos e políticas industriais para maior e mais efetiva utilização das tecnologias de informação e comunicação.

Precisamos ainda incentivar a formação e a capacitação profissional para o uso dessas tecnologias, como bem destacou o documento final da reunião de Cúpula das Américas, publicado no domingo 12 de abril. Só assim será possível qualificar o capital humano do País de forma contínua.

Nossa tarefa também como país é estimular a inovação e o empreendedorismo, a pesquisa para o desenvolvimento de soluções de segurança de redes e garantia da privacidade dos usuários. Precisamos nos aprontar para os novos e grandes saltos dessa grande revolução da banda larga, que tanto muda nossas vidas, todos os dias.

Se desenvolvermos políticas mais efetivas, de maior estímulo às telecomunicações, teremos um Brasil mais digital, mais inovador e mais competitivo. Este País, então, será capaz de manter o ritmo de crescimento de acessos em banda larga, o que aprimora nossos serviços, estimula investimentos, apoia e promove a inovação, beneficia o desenvolvimento econômico, amplia a produtividade e promove uma efetiva inclusão social. Eis aí uma enorme oportunidade e um caminho viável. Estamos atentos e vamos aguardar.

Agora cabe a nós responder: seremos capazes de adentrar esse imenso e promissor portal?

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Aliel Machado, do PCdoB do Paraná. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

**O SR. ALIEL MACHADO** (PCdoB-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu assomo a esta tribuna estarrecido com o que está acontecendo, neste momento, no Estado do Paraná: os professores da rede estadual de ensino estão sendo achincalhados, estão sendo combatidos por mais de 4 mil policiais no Centro Cívico da nossa Capital paranaense. É imprescindível o olhar desta Nação, deste Congresso Nacional, para as atrocidades do Governo medíocre do Sr. Beto Richa.

Eu estou estarrecido, e é preciso que se tome uma providência. Nós não podemos aceitar que os professores do Estado do Paraná sejam açoitados, como se nós estivéssemos vivendo dentro de um regime da ditadura militar.

O Governador Beto Richa, do PSDB, para aprovar o regime de previdência e alocar servidores do Estado dentro da previdência paga pelos professores, faz um achincalhamento politico e eleitoral, pois mentiu nas eleições e agora ataca os professores.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Odorico Monteiro, do PT do Ceará.

**O SR. ODORICO MONTEIRO** (PT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de fazer um registro, que peço a V.Exa. seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*, sobre uma reunião que tivemos, hoje, no Ministério da Saúde, eu, acompanhado do Deputado Jorge Solla, do PT da Bahia, discutindo a necessidade de os Governadores e Prefeitos aplicarem a Lei nº 12.994, de 17 de junho de 2014, que cria o piso salarial dos agentes comunitários de saúde.

Nós conseguimos, nessa reunião, uma agenda importante, que é a de o Ministério da Saúde publicar um relatório-síntese aos gestores, aos prefeitos e aos secretários sobre a situação da lei hoje. Esperamos que até o mês de maio seja publicado o decreto, já que muitos prefeitos alegam que não aplicam o piso por falta desse decreto.

Hoje, os agentes comunitários de saúde já começam uma campanha para a aplicação do piso.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado José Airton Cirilo, do PT do Ceará.

**O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO** (PT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, venho aqui registrar o Dia do Contador, celebrado no dia 25 de abril. Quero parabenizar todos os contabilistas do País, em especial o meu amigo e Presidente do Sindicato dos Contabilistas do Estado do Ceará, Manoel Pinheiro Cavalcante, extensivo a toda a diretoria.

O SINDCONT tem sua história registrada a partir de novembro de 1930, data em que foi fundada a Associação dos Contadores do Estado do Ceará. Posteriormente, no ano de 1943, passa a Instituto Cearense de Contabilidade e, pouco depois, já com o reconhecimento da carta sindical, em 18 de setembro de 1943, foi denominado de Sindicato dos Contabilistas de Fortaleza. A denominação de Sindicato dos Contabilistas no Estado do Ceará somente lhe foi atribuída no ano de 1970, permanecendo assim até hoje.

Deixo aqui o meu registro e os meus parabéns a todos os contabilistas do Estado do Ceará e do País.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, venho aqui registrar O Dia do Contador, que foi celebrado no dia 25 de abril. Quero parabenizar todos os contabilistas do Brasil e, em especial, o meu amigo e Presidente do Sindicato dos Contabilistas do Estado do Ceará (SINDCONT-CE), Manoel Pinheiro Cavalcante, extensivo a toda a diretoria.

O SINDCONT tem sua história registrada a partir de novembro de 1930, data em que foi fundada a Associação dos Contadores do Estado do Ceará, e que posteriormente, no ano de 1943, passa a Instituto Cearense de Contabilidade, e pouco depois, já com o reconhecimento da carta sindical em 18 de Setembro de 1943, foi denominado de Sindicato dos Contabilistas de Fortaleza. A denominação de Sindicato dos Contabilistas no Estado do Ceará somente lhe foi atribuída no ano de 1970, permanecendo assim até hoje.

Com uma nova sigla SINDCONT-CE e filiado à Federação dos Contabilistas do Norte e Nordeste, constrói sua sede social no Bairro Papicu, em Fortaleza. Um dos maiores objetivos do SINDCONT-Ceará é desenvolver o sentimento associativista nos associados para assim aumentar a representatividade política do SINDCONT-Ceará, como órgão de classe, e consolidar a Instituição e sua marca, credenciando-a junto à comunidade, e, com isso, expandir as parcerias, trazendo mais benefícios aos associados.

Fica, pois, o registro dessa data de um dos profissionais mais importantes do nosso País.

Quero registrar também a passagem do Dia do Engenheiro, que foi celebrado em 10 de abril. Um engenheiro é um profissional de engenharia preocupado com a aplicação do conhecimento científico, de matemática e criatividade, em nome do desenvolvimento do País.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Solla, por 1 minuto.

**O SR. JORGE SOLLA** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria deixar registrada aqui a *Carta Aberta* da Associação dos Moradores dos Povoados Atingidos pela Barragem de Sobradinho, Sento Sé e Remanso, na Bahia, que relata uma situação que há muito tempo deveria estar resolvida.

Ainda hoje, passados 40 anos da construção da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, que afetou cerca de 70 mil pessoas do entorno, que viviam basicamente da agricultura de vazante, da pesca artesanal e da criação de caprinos, muitos trabalhadores ainda lutam pela indenização que lhes é devida. Quatro décadas de espera!

A situação é particularmente dramática porque 60% desses atingidos já faleceram, sem nunca ter recebido indenização ou ter conhecido a justiça.

Quero dar como lida a Carta Aberta deles e indagar a todos que nos ouvem: como é possível explicar que uma obra considerada de interesse nacional, executada por empresa pública, tenha sido feita passando-se por cima do bem-estar da população ribeirinha?

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado. O pronunciamento de V.Exa. será considerado como lido e divulgado no programa *A Voz do Brasil*. V.Exa. será atendido.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero deixar registrada a Carta Aberta da Associação dos Moradores dos Povoados Atingidos pela Barragem de Sobradinho, Sento Sé e Remanso, na Bahia, que relata uma situação que há muito tempo deveria estar resolvida.

Ainda hoje, passados 40 anos da construção da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, que afetou cerca de 70 mil pessoas do entorno, que viviam basicamente da agricultura de vazante, da pesca artesanal e da criação de caprinos, muitos trabalhadores ainda lutam pela indenização que lhes é devida. Quatro décadas de espera!

A situação é particularmente dramática porque 60% desses atingidos já faleceram, sem nunca ter recebido indenização ou ter conhecido a justiça.

Diz a carta:

*"Carta Aberta*

*Sento Sé, 9 de abril de 2015.*

*Exmos. Srs. Deputados Federais da Bahia e do Brasil,*

*Estamos sofrendo desde o tempo da DITADURA no Brasil, com a expropriação e exploração de nossas terras férteis nas quais trabalhávamos, para o sustento de nossas famílias, as quais foram inundadas pelas águas da represa de SOBRADINHO no Estado da Bahia, as quais somadas dá um total de 4.214 km² de área.*

*Até hoje continuamos sofrendo com o abandono, a desigualdade e o descaso que nos impuseram as instituições do Governo Federal, negando das indenizações das áreas inundadas.*

*Pedimos justiça com celeridade na execução do pagamento de nossos DIREITOS, que foram outorgados pelos legisladores do nosso País.*

*Perdemos nossas terras, a fauna, a flora e as riquezas do nosso solo fértil às margens do nosso Rio São Francisco que sempre nos garantiu a nossa sobrevivência.*

*Nossa espera já dura 40 anos, queremos uma solução URGENTE. Será que merecemos esta SOLUÇÃO?*

*Desde já agradecemos sua atenção por ter lido este apelo.*

*Assina o nosso Presidente, José Gomes de Souza."*

Srs. Deputados, como explicar que uma obra considerada de interesse nacional, executada por empresa pública, tenha sido feita passando por cima do bem-estar da população ribeirinha?

A explicação óbvia era o momento vivido na época, "os anos de chumbo" impostos pela ditadura militar, quando qualquer reivindicação por direitos ou

manifestação era violentamente reprimida. Nesse contexto, camponeses pobres eram totalmente excluídos dos grandes projetos nacionais.

E agora, como explicar ou aceitar que a violência cometida no passado não seja reparada?

Este é o teor do meu pronunciamento. Peço o registro dele nos Anais desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Missionário José Olimpio, por 1 minuto.

**O SR. MISSIONÁRIO JOSÉ OLIMPIO** (Bloco/PP-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu também quero deixar como lido meu discurso e pedir que ele seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais órgãos de comunicação da Casa.

Nesta tarde, Sr. Presidente, venho falar sobre os Correios. Milhares de brasileiros têm sofrido danos e perdas por causa do mau serviço prestado pelos Correios. Correspondências e contas chegam atrasadas, vencidas. O povo não aguenta mais!

Nós precisamos que seja tomada uma providência. Vejam bem que hoje os Correios estão em 10º lugar no *ranking* das reclamações, com centenas de depoimentos de clientes insatisfeitos com o serviço prestado. Isso não pode continuar. No meu Estado de São Paulo, a insatisfação é constante.

Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados, é inaceitável que, num País tão grande, estejamos lidando com precariedade em um serviço que é de suma importância.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho aqui no dia de hoje me colocar no lugar de milhares de brasileiros que estão sofrendo danos e perdas por causa do mau serviço prestado pelos Correios. É conta que chega depois do vencimento, extravio de correspondência, mal atendimento no sistema telefônico da empresa, e por aí vão milhares e milhares de causas que, nos *sites* de pesquisa de reclamação,

colocam os Correios em 10º lugar no *ranking* de reclamações. São centenas os depoimentos de clientes insatisfeitos com os serviços prestados, e isso não acontece só no Estado de São Paulo, não, a insatisfação é de nível nacional.

Sr. Presidente, é inaceitável que, num País de tão grande dimensão territorial e comercial, estejamos lidando com precariedade em um serviço que é de suma importância não só para pessoas físicas, mas para milhares de empresas públicas e, principalmente, privadas, que geram renda e emprego mas, por causa de atrasos e outros problemas, estão tendo prejuízos e às vezes até perda de credibilidade por não poderem contar com o serviço de qualidade que os Correios deveriam prestar.

São Paulo é a maior metrópole do País. Temos a maior população e milhares de empresas instaladas em todo o Estado, por isso peço encarecidamente que providências cabíveis venham ser tomadas urgentemente, de modo que esta situação seja revertida o mais rápido possível, para o bem de todos, pessoas físicas e jurídicas em todo País.

Peço que meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais órgãos de comunicação da Casa.

Obrigado Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Gostaria de registrar a presença do Prefeito Municipal de Tio Hugo, Verno Aldair Müller, acompanhando o Deputado Afonso Motta. É um prazer tê-lo aqui discutindo emendas ao Orçamento da União com esse nobre Deputado. O senhor está muito bem acompanhado!

Concedo a palavra ao Deputado Padre João, do PT de Minas Gerais.

**O SR. PADRE JOÃO** (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, venho dizer aos colegas que, na semana passada, ausentei-me desta Casa porque estava numa viagem oficial a Cartagena, na Colômbia, levando toda a experiência do Brasil em relação à agricultura familiar e fazendo o planejamento das frentes parlamentares de combate à fome.

Foram 19 os países presentes, e isso muito nos alegra, porque, por mais que a elite brasileira não aceite, que a Oposição não aceite, o Brasil é referência mundial no combate à fome. É referência mundial! Nenhum país do mundo, em tão pouco tempo, reduziu as desigualdades como o Brasil, segundo dados da Organização das Nações Unidas — ONU, da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura — FAO e de todos os organismos internacionais.

Em novembro, no Peru, haverá o fórum da Frente Parlamentar contra a Fome da América Latina e do Caribe.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues. S.Exa. dispõe de até 1 minuto.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro que Eusébio Ka'apor, uma liderança que inclusive esteve aqui semana passada, foi morto no último domingo, e que o povo Ka'apor, no Maranhão, no Alto Turiaçu, vinha denunciando madeireiras e sofrendo ameaças.

Então, ficam aqui a minha tristeza e a minha solidariedade ao povo Ka'apor e à família da liderança indígena Eusébio Ka'apor.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Está feito o registro, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Ainda na última semana, denunciamos aqui nesta tribuna um relatório da ONG britânica Global Witness, que indica que o Brasil foi o país com o maior número de ambientalistas assassinados em 2014. Foram registradas 29 mortes no País. Hoje venho aqui lamentar profundamente a morte de uma liderança indígena, Eusóbio Ka'apor.

De acordo com informações do Fórum Estadual de Transparência, Controle Social e Políticas Públicas, ele foi assassinado no último domingo (26/4) na terra indígena Alto Turiaçu. De acordo com lideranças indígenas, madeireiros da região que praticam crimes ambientais seriam os autores do crime.

Enquanto esse e outros povos indígenas vivem vulneravelmente com o permanente risco de serem assassinados pelo simples fato de defenderem suas terras, a FUNAI não aparece nessas terras e os órgãos responsáveis seguem

omissos. E essa conivência de órgãos públicos contribui fortemente para o aumento das violações dos direitos humanos contra os indígenas Ka'apor.

Não podemos permitir que essa e outras crueldades continuem a ser perpetradas contra os povos indígenas. Infelizmente, se hoje estamos no topo do *ranking* de ambientalistas assassinatos, podemos ainda agravar essas estatísticas. Mortes como a de Eusébio podem se tornar cada vez mais corriqueiras. Basta que autorizemos a aprovação da PEC 215, esta proposta que, ao retirar do Poder Executivo a prerrogativa de demarcação de terras, pode intensificar ainda mais os conflitos por terras em nosso País.

Nossas terras devem servir de abrigo ao nosso povo. Não podemos permitir que elas sejam exploradas e destruídas para garantir lucro a poucos criminosos. Não vamos permitir que interesses imorais sejam atendidos à custa de vidas e de nossos povos!

Toda a nossa solidariedade ao povo Ka'apor e a todos os povos que agonizam defendendo suas terras sem qualquer proteção!

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Zé Geraldo.

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de dar como lido pronunciamento em que falo exatamente da distribuição de renda que os Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma têm feito neste País.

Solicito que os meios de comunicação da Casa deem ampla divulgação ao meu pronunciamento, inclusive no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos os que nos acompanham pelos veículos de comunicação da Casa, um estudo sobre trabalho feminino divulgado ontem, segunda-feira, dia 27, pela Organização das Nações Unidas — ONU, coloca o Brasil como um dos destaques internacionais na geração de trabalho *"decente"*, assim definido como aquele *"adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança e capaz de garantir uma vida digna"*.

Senhoras e senhores, o relatório *Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016: Transformar as economias para realizar os direitos* demonstra que a taxa de participação da mulher na população economicamente ativa subiu de 54% para 58% no País, de 2001 a 2009.

A organização internacional que reúne cerca de 200 países também constata que *"o sucesso brasileiro na criação de empregos é resultado de um conjunto de*

*políticas econômicas e sociais que geraram um crescimento inclusivo"*, citando nominalmente o Programa Bolsa Família.

*"O aumento real do salário mínimo tem ajudado a reduzir a pobreza e explica a queda de 66% na desigualdade, no período entre 2000 e 2008. As políticas de proteção social também tiveram importantes efeitos: 16% da queda da desigualdade deveram-se ao aumento das pensões e 12% ao Programa Bolsa Família"*, informa o relatório.

Muito embora a grande mídia tente ocultar, é de conhecimento público que essas políticas se acentuaram nos Governos petistas de Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2010, e foram aprimoradas no primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff, de 2011 a 2014.

O relatório informa que, no período citado, foram criados 17 milhões de novos postos de trabalho, dos quais 10 milhões "fichados" — com registro em carteira. Esse resultado traduz, segundo a ONU, a ampliação da cobertura de proteção social pelos empregos com registro em carteira.

*"A proporção das mulheres com carteira assinada aumentou de 30% para 35%"*, destaca a ONU, em reportagem veiculada pela Empresa Brasil de Comunicação — EBC. O relatório afirma ainda que *"a duplicação do salário mínimo nos anos 2000 também teve importantes efeitos sobre as disparidades salariais entre homens e mulheres. Entre 1995 e 2007, tal disparidade caiu de 38% para 29%"*.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Rocha, do PSDB do Acre. S.Exa. dispõe de 5 minutos na tribuna.

**O SR. ROCHA** (PSDB-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicio este pronunciamento saudando os colegas da Associação dos Militares do Acre que visitam esta Casa e acompanham esta sessão. Desejo aos membros da nossa Associação uma boa estada em nossa Capital.

Sr. Presidente, na verdade, venho a esta tribuna hoje para fazer o registro do protocolo de uma representação contra o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Antes da Constituição de 1988, nós vivíamos um regime de exceção no País. Houve então uma transição e se consolidou o que os juristas hoje chamam de Estado de Direito.

Segundo a definição, um dos sustentáculos do Estado de Direito é que, durante a sua vigência, Deputado Jair Bolsonaro, todo cidadão e até mesmo o Estado se subordinam à lei. Não existe, pelo menos de acordo com a legislação vigente no nosso País, ninguém acima da lei, ninguém acima do que prevê a nossa legislação.

Sr. Presidente, eu fiquei estarrecido com matéria publicada na revista *Veja* que faz referência à atuação do ex-Presidente Lula, a qual, no meu humilde ponto de vista, claramente, Deputado Bolsonaro, enquadra-se no que prescreve o art. 317 do Código Penal, que trata da corrupção passiva.

Está no art. 317:

*"Corrupção passiva*

*Art. 317. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função*

*ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem: (...).”*

E o nosso Código Penal prevê para corrupção passiva uma pena de reclusão de 2 a 12 anos.

Sr. Presidente, vamos aos fatos. O empresário Léo Pinheiro, ex-Presidente da Construtora OAS, um dos empresários presos no mar de lama que foi a Operação Lava-Jato e tido como uma pessoa íntima do Presidente Lula, entre as suas muitas declarações, revelou, segundo consta na revista *Veja*, que Lula pediu a ele que providenciasse a reforma do ‘seu’ sítio. O sítio está registrado em nome de Jonas Suassuna, sócio de Fábio Luís da Silva, filho do ex-Presidente Lula.

Sr. Presidente, não para aqui a imoralidade praticada por esse Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, que é useiro e vezeiro em se envolver em escândalos. E aí prossegue, no número 2 ainda da revista *Veja*, falando sobre o tríplex do Guarujá. De acordo com o relato do ex-Presidente da OAS, também foi pedido de Lula que a empreiteira que incorporou as obras inacabadas da BANCOOP, aquela mesma que o Sr. Vaccari administrava e que deu prejuízo a mais de 3 mil mutuários... Esse imóvel hoje pertence ao ex-Presidente Lula, um imóvel de cerca de 300 metros quadrados.

Para finalizar, Sr. Presidente, vem o terceiro caso, que o jornalista titulou como *“O caso Rose”.* A Polícia Federal descobriu que a secretária Rosemary Noronha, ex-chefe do escritório da Presidência da República em São Paulo, que vendia favores no Governo, era amiga íntima de Lula — amiga íntima! — desde os tempos do sindicato e, por causa disso, tinha trânsito livre nos altos escalões da República.

O que diz mais? Que o Presidente Lula pediu ao Sr. Léo, da OAS, que ajudasse o marido da sua amiga íntima Rosemary Noronha.

*(O microfone é desligado.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Conclua, nobre Deputado.

**O SR. ROCHA** - Então, Sr. Presidente, entrei em contato com a minha assessoria. Protocolaremos no Ministério Público de São Paulo uma petição em que pediremos abertura de processo investigativo contra o ex-Presidente Lula. E repito: o Brasil é um país no qual vigora o Estado de Direito. E, sob a égide do Estado de Direito, ninguém está acima da lei, nem mesmo aqueles que se julgam intocáveis, como o ex-Presidente Lula.

Espero, sinceramente, que as denúncias graves trazidas ao conhecimento do público pela revista *Veja* sejam apuradas; e, se confirmadas, que o ex-Presidente Lula seja punido, na forma da lei.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Gostaria de registrar a presença dos estudantes intercambistas da Universidade Federal de Goiás — UFG. É um prazer muito grande para esta Casa recebê-los!

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Alan Rick. S.Exa. tem 1 minuto.

**O SR. ALAN RICK** (Bloco/PRB-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, rapidamente, quero apenas registrar o aniversário de algumas cidades importantes do Acre. São 23 anos de fundação dos Municípios de Acrelândia, Bujari, Capixaba, Epitaciolândia, Jordão, Santa Rosa do Purus, Marechal Thaumaturgo, Porto Acre, Porto Walter e Rodrigues Alves. Eles foram criados em 1992, exatamente no dia 28 de abril, 1 mês antes do assassinato do então Governador Edmundo Pinto, morto em condições ainda hoje não muito bem reveladas.

Aqui fica o meu registro de parabéns ao povo desses Municípios acrianos tão importantes, tão queridos por todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Sou eu quem agradece, nobre Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Sra. Deputada Iracema Portella, sempre muito gentil com esta Mesa. S.Exa. tem até 5 minutos na tribuna.

**A SRA. IRACEMA PORTELLA** (Bloco/PP-PI. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vencer a dependência que temos das grandes hidrelétricas é um dos grandes desafios do nosso País. E eu venho a esta tribuna hoje justamente para falar sobre uma fonte menos poluente — energia limpa e renovável — que pode contribuir definitivamente para alcançarmos a segurança energética que tanto buscamos: trata-se da energia eólica.

Na última sexta-feira, ao lado de Wellington Dias, Governador do meu Estado, o Piauí, ao lado do Senador Ciro Nogueira e de outras lideranças políticas, fizemos uma visita técnica às obras do Complexo Eólico da Chapada do Araripe, nos Municípios de Simões e Marcolândia.

É um megaempreendimento denominado Ventos do Araripe, que marca a história do desenvolvimento econômico e social do meu Estado. E igualmente importante, pois respeitando a ordem mundial de investimentos em fontes limpas e renováveis de energia.

O Complexo Eólico da Chapada do Araripe abrangerá, além de Marcolândia e Simões, os Municípios de Caldeirão Grande, Padre Marcos, Curral Novo, Paulistana, Betânia do Piauí, Lagoa do Barro, Queimada Nova e Dom Inocêncio.

A entrega da primeira parte da obra está prevista para julho deste ano, e já em 2017 a energia eólica produzida poderá ser utilizada para o consumo interno e também comercializada com outros Estados.

Além disso, haverá a construção de uma subestação, considerada a maior obra do gênero feita pela iniciativa privada no Brasil, que deverá melhorar a infraestrutura elétrica do Estado e de todo o Nordeste.

Quero ressaltar ainda que o desenvolvimento da produção de energia eólica no Piauí ajudará o País a reduzir as emissões de gases de efeito estufa, ao tempo em que já beneficia a população local ao gerar emprego e renda.

Um dos grandes impactos da ativação do Parque Eólico Chapada do Araripe é a geração de 4 mil empregos diretos ao longo da construção da obra. Posteriormente, 300 trabalhadores terão empregos fixos. Do aproveitamento essencial de mão de obra local, deriva a oferta de cursos de formação e outras ações de caráter socioambiental.

O projeto beneficia a infraestrutura da região com melhoria das estradas e acessos e promove a regularização fundiária de todas as áreas envolvidas. O Parque Eólico está estimado em R$7,1 bilhões, que devem ser investidos até dezembro de 2017.

O Piauí responde por 1,4% da energia eólica produzida no Brasil, e, em 2017, produzirá 10,4% do total. Nosso Estado será, portanto, Deputado Átila Lira, o quinto maior produtor de energia eólica do País — um salto a celebrar!

Sras. e Srs. Deputados, a maior parte da energia utilizada no planeta não é renovável, ou seja, tem origem em recursos que não podem ser repostos pela ação humana ou pela natureza em prazo útil. São energias altamente poluentes, tais como o petróleo e o carvão. Por outro lado, a demanda por energia elétrica é cada vez maior. Então, para que se promova a integração entre proteção ambiental e crescimento econômico, nós entendemos que é uma obrigação das autoridades

públicas o incentivo a projetos como esse que acabo de relatar, que explora as fontes de energia renováveis e limpas.

Por isso, quero registrar a minha satisfação com o andamento do projeto do Parque Eólico da Chapada do Araripe e cumprimentar o Governador Wellington Dias, cuja visão de futuro o fez apoiar integralmente o empreendimento.

Com esse cenário, o Piauí reforça a presença do Brasil em um movimento internacional para tornar o sistema eólico uma fonte primária de energia.

*"É preciso audácia para aproveitar os ventos"*, dizem os navegadores. Então, vamos aproveitar os bons ventos e celebrar a consolidação da prosperidade do meu querido Piauí.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu é que agradeço, nobre Deputada.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Átila Lira, do PSB do Piauí.

V.Exa. tem até 5 minutos na tribuna.

**O SR. ÁTILA LIRA** (PSB-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu quero aproveitar este momento também para registrar que a fala da Deputada Iracema Portella, sobre a expansão da energia eólica no Piauí e no Brasil, refere-se a uma contribuição do setor privado, sobretudo para enfrentar o aquecimento global. O sucesso da energia alternativa eólica hoje é o que mais tem contribuído para as nações enfrentarem o problema do aquecimento global.

Mas eu quero, neste momento, prestar homenagem a dois grandes homens públicos que se dedicaram ao nosso Estado. Um, da Igreja Católica, é o Padre Lotário Weber, que deixou a Alemanha nos anos 60 e se dedicou ao Estado do Piauí.

Padre Lotário fez doutorado em Filosofia e tornou-se uma liderança em evangelização em nosso Estado. Dedicou-se às prelazias de Parnaíba, Cajueiro da Praia, São João da Fronteira, Pedro II e Batalha. Realizou uma grande obra na área de educação, tendo sido o pioneiro da educação básica na região norte do Estado. Enfim, o Padre dedicou, dos seus 60 anos de sacerdócio, mais de 50 anos ao Estado do Piauí.

Nesse sentido, queremos, como Parlamentar e representante do Estado, prestar homenagem à Igreja, ao Padre e a todos que se dedicaram a sua obra social.

Quero também registar aqui uma homenagem a um empreendedor do Ceará que se dedicou ao nosso Estado, Jaime Tomás de Aquino.

Jaime Aquino foi um industrial e um homem voltado também para a agricultura. Ele foi o pioneiro da cultura moderna do caju em nosso Estado. Fez com que o Piauí e o Ceará se tornassem exportadores do caju como fruta e como produto industrializado. Ele foi um modernizador da região, empregador, homem dedicado, grande empresário que reconhecidamente cumpria toda a legislação trabalhista, homem humano, homem que dedicou sua vida a empreender o progresso nos Estados do Piauí e do Ceará.

Nesse sentido, queremos homenagear esses dois grandes líderes, um no campo da religião e o outro no campo da iniciativa privada, que ajudaram o Piauí a se desenvolver, sobretudo nos campos da educação, da ação social e do empreendimento, para dar emprego e oportunidade a todos.

Portanto, Sr. Presidente, venho aqui hoje fazer esta homenagem do nosso Estado ao Dr. Jaime Tomás de Aquino e ao Padre Lotário Weber, que dedicou a sua vida sacerdotal de humanização, de educação e de ação social ao povo da região norte do Estado do Piauí, às prelazias de Parnaíba, Pedro II, São João da Fronteira e Batalha.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna nesta terça-feira para lamentar o falecimento do Padre Lotário Weber, ocorrido no dia 20 deste mês, no Município de Parnaíba. Lotário nasceu em Langenberg, na Alemanha, mas realizou um grande trabalho social, religioso e educacional no Piauí, principalmente nos Municípios de Pedro II, Cajueiro da Praia e São João da Fronteira.

Em sua terra natal iniciou os primeiros estudos. No mês de março de 1950, entrou no Seminário Maior em Bonn, na Alemanha. Fez o doutorado em Filosofia e foi ordenado padre em fevereiro de 1955. Inicialmente trabalhou em paróquias na sua Diocese de origem. Durante o Concílio Vaticano II, o então Bispo de Parnaíba, Dom Paulo Hipólito de Sousa Libório, fez contatos com os Bispos da Alemanha apresentando a necessidade de ter um clero mais numeroso.

Lotário Weber queria ir a uma terra de missão na África, quando foi convidado para vir ao Brasil. Chegou à Diocese de Parnaíba, onde lhe foi confiada a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, em Pedro II.

Monsenhor Lotário Weber faleceu aos 91 anos de idade e, além de um grande trabalho de evangelização, realizou também muitos trabalhos de promoção humana, como a construção de hospitais e escolas.

Quero lamentar também, Sr. Presidente, o falecimento do empresário Jaime Tomás de Aquino, fundador da Companhia Industrial de Óleos do Nordeste (CIONE), maior exportadora de castanha de caju do Brasil. Faleceu no dia 16 de abril, aos 91 anos, em Fortaleza.

O Brasil perdeu um empresário diferenciado, um dos maiores em seu setor, responsável por uma empresa que gera milhares de empregos diretos no Ceará, além de um líder sindical ativo. Jaime atuou no Sindicato das Indústrias de Beneficiamento de Castanha de Caju e Amêndoas Vegetais do Estado do Ceará (SINDICAJU) e na Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) e foi agraciado com diversos prêmios, como o de Produtor Modelo, pelo Ministério da Agricultura, e a Medalha do Mérito Industrial, pela FIEC. Jaime deixa o exemplo de empreendedor responsável e comprometido.

Meus sinceros sentimentos aos familiares e amigos de ambos.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Bacelar.

**O SR. BACELAR** (Bloco/PTN-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. considerar como lido discurso que faço em homenagem ao Dia Internacional da Educação, reconhecendo alguns avanços na área da educação pública brasileira, mas denunciando o quadro caótico que a assola.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Está feito o registro, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, 28 de abril, é comemorado o Dia Internacional da Educação. A data serve para nos incentivar e conscientizar da importância da educação, e é por isso que venho a esta tribuna.

Apesar de o Brasil ter evoluído e avançado nessa área, muita coisa ainda precisa ser feita. A Presidente Dilma Rousseff anunciou, neste segundo mandato, que a educação seria prioridade do Governo. Até criou o lema *Brasil Pátria Educadora*. Mas até agora o que se vê são resultados insatisfatórios. Duas em cada dez crianças ainda não estão matriculadas.

As avaliações nacionais mostram que as crianças saem da escola sabendo muito menos do que deveriam, e, nos exames internacionais, o desempenho dos alunos brasileiros é bem abaixo do apresentado pelos estudantes de países desenvolvidos. Na prova realizada em 2012, apenas 44,5% dos alunos do 3º ano mostravam alfabetização adequada na leitura. No ensino médio, em 2013, mais de 90% dos estudantes não tiveram desempenho adequado em matemática. Com a baixa qualidade do ensino, estudantes repetem o ano e abandonam a escola. Só

para se ter uma ideia, metade dos alunos não concluem o ensino médio até os 19 anos. Isso reflete também nas provas do ENEM. No ano passado, quase 600 mil estudantes tiraram zero na redação.

Nobres Deputados e Deputadas, os professores também estão numa situação muito complexa e delicada. O IPEA revelou que um em cada quatro professores da rede pública é temporário. Ou seja, eles não têm direitos trabalhistas completos, o que gera uma desmotivação ainda maior. Isso sem contar a falta de segurança, as péssimas condições de trabalho e os salários baixos. O piso salarial da categoria aumentou este ano, mas ainda assim não é o suficiente — 1.918 reais por 40 horas semanais. Ora, sabe-se que é impossível ter uma vida estável com esse salário. A inflação está cada dia mais alta, as contas cada vez mais caras, e os salários, lastimáveis. E o cenário para os docentes de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rondônia é ainda pior. Esses Estados não pagam nem o piso salarial da categoria, nobres Parlamentares. Isso é inadmissível! Por isso, reafirmo que precisamos, o quanto antes, aprovar a Lei de Responsabilidade Educacional e estabelecer metas para Estados e Municípios. Se quisermos que nosso País cresça e avance, é preciso valorizar esses profissionais, discutir a carreira docente e a formação dentro das faculdades.

A má educação reflete também no ensino superior. A quantidade de brasileiros que entram na universidade é baixa. Apenas 32,3% das pessoas de 18 a 24 anos cursam ou cursaram ensino superior. A meta do Plano Nacional de Educação é que o índice chegue a 50% em 2024. Para isso é preciso, antes de tudo, implementar o PNE e investir na área.

Dados coletados pelo PISA 2012 mostram que o Brasil investe 26.765 euros por estudante entre 6 e 15 anos. A média dos demais países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico — OCDE é de 83.382 euros. É justamente aí que começa o desafio do novo Ministro da Educação, Renato Janine. O Governo anunciou que vai reduzir o Orçamento do Ministério. O PNE, aprovado no ano passado, prevê aumento no investimento em educação de 6% para 10% do PIB até 2024. No entanto, a crise econômica e o corte de verbas afetaram logo no início do ano o Ministério da Educação, que teve de mudar as regras do Fundo de Financiamento Estudantil, prejudicando mais de 200 mil estudantes.

Portanto, neste Dia Internacional da Educação, proponho uma reflexão sobre o dever do Estado de garantir condições para a formação educacional de todos os cidadãos, com qualidade e gratuitamente. E nós, Parlamentares, somos peças fundamentais na aprovação da Lei de Responsabilidade Educacional.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Caetano. S.Exa. tem 5 minutos.

**O SR. CAETANO** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna na tarde de hoje para me solidarizar com a população de Salvador, na Bahia.

Como é do conhecimento de todos, Salvador e as cidades de toda a Região Metropolitana passam por momentos muito difíceis, em razão das fortes chuvas que caem sobre a cidade. Até o momento, infelizmente, já foram confirmadas 14 mortes, mas esse número pode aumentar.

Quero manifestar toda a minha solidariedade às famílias desabrigadas e às que perderam entes queridos nessa verdadeira tragédia que entristece a todos. Neste momento, é importante juntar esforços, como têm feito o Governador Rui Costa e as Prefeituras, para minimizar o sofrimento dessas famílias. A Presidenta Dilma Rousseff divulgou nota de apoio oficial e colocou a estrutura do Ministério da Integração Nacional e dos demais Ministérios, além da Defesa Civil e das Forças Armadas, à disposição do Estado para auxiliar no enfrentamento do problema.

É hora de darmos as mãos, apoiarmos as pessoas e pensarmos soluções para impedir que novas tragédias como essa voltem a ocorrer. Por isso, Sras. e Srs. Deputados, os Parlamentares do Estado vão se reunir para discutir como podem ajudar em ações emergenciais para atender à população da Bahia atingida pelas chuvas. É um momento de solidariedade. Temos que trabalhar em conjunto para agilizar a liberação de recursos, Sr. Presidente.

Graças a Deus, o Governador da Bahia, Rui Costa; o Ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi, e o Prefeito de Salvador fizeram um voo sobre a cidade,

viram os estragos feitos, deram uma entrevista coletiva à imprensa e estão tomando as providências. A Presidenta Dilma Rousseff também foi rápida, no sentido de solicitar o deslocamento do Ministro até Salvador.

Chamamos a atenção para que os governantes façam o trabalho de prevenção nas encostas de Salvador para evitar que isso volte a acontecer naquela belíssima cidade.

Não só Salvador, mas também Camaçari, a minha cidade, teve problemas. Candeias teve problemas sérios, assim como Lauro de Freitas também teve problemas sérios. A bancada da Bahia vai ter uma reunião agora à tarde, às 17 horas, para poder, inclusive, conjuntamente, ajudar, já que diversos Deputados Federais da Bahia estão empenhados em ajudar a sociedade baiana e especialmente a que se encontra na Região Metropolitana de Salvador.

Em Camaçari, cidade da qual fui Prefeito por três mandatos, também houve transtornos. Os estragos foram menores em função das obras do Rio Camaçari que nós fizemos durante a nossa gestão e que contam agora com mais 89 milhões de reais para sua continuidade, liberados pelo Ministério das Cidades, graças a nossa intermediação. Mas, mesmo assim, em função da falta de manutenção, tivemos diversos problemas.

Ficamos triste em chegar a esta Casa e relatar uma situação como essa, Deputado João Carlos Bacelar, mas, infelizmente, está acontecendo. Nós temos que dar as mãos. Não é hora de olhar para política, nem para divergências políticas. É, sim, hora de todos estarem solidários com o povo da Região Metropolitana de Salvador e com o povo de Lauro de Freitas, Candeias e também Camaçari.

Sr. Presidente, registro aqui minha total solidariedade ao povo baiano. Mais uma vez, coloco meu mandato à disposição de todo esse esforço de ajuda às famílias atingidas pelos desabamentos e alagamentos provocados pelas chuvas.

Quero, também, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registrar que hoje está presente nesta Casa o Prefeito da Cidade de Jussara, no interior da Bahia, Hailton Mendes Dias, juntamente com o Secretário de Governo, Emanuel Rocha, acompanhado de Pedro Francisco, amigo de infância, Pedro Antônio, Higino, Marivaldo Mendes, uma comitiva da cidade que está aqui em busca de projetos na Capital Federal, especialmente junto aos Ministérios.

Também quero registrar minha posição favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 443, de 2009, que trata dos subsídios de carreiras jurídicas. Eu fui procurado por uma comissão de procuradores da AGU do Estado da Bahia, que está aqui visitando os Deputados desta Casa, em especial os da Bahia, pedindo apoio para que haja isonomia salarial, já que os procuradores, no País, conseguiram realmente fazer uma arrecadação muito forte para o Governo, em torno de 125 bilhões de reais, durante o ano de 2014. Nós estamos realmente apoiando os procuradores do Brasil.

Sr. Presidente, quero também dizer que a economia brasileira começa a dar sinais de que é possível a sua recuperação, a retomada do desenvolvimento econômico. Nesta semana, tivemos diversas informações: no mês passado, a taxa de emprego do País subiu e foi positiva; também houve queda no valor dólar em nosso País; o balanço da PETROBRAS foi colocado com transparência, e, consequentemente, isso levou credibilidade à equipe que hoje dirige a PETROBRAS.

Nós temos uma posição clara de que todos os desmandos que ocorreram na PETROBRAS ou em qualquer outro órgão devem ser apurados, que é preciso ir a fundo com a apuração, com o que a Polícia Federal está fazendo, com o que a Justiça está fazendo. Mas temos realmente que fazer com que a PETROBRAS saia dessa situação mais forte. E a nova Direção da PETROBRAS está mostrando transparência.

Eu quero parabenizar o Presidente da PETROBRAS por esse trabalho que está fazendo de mostrar os problemas para a sociedade, de não jogar o lixo para debaixo do tapete e, sim, expô-lo para a sociedade, para que o Brasil possa retomar o seu desenvolvimento econômico, e a empresa possa se fortalecer.

Eu não sou a favor do quanto pior, melhor, muito pelo contrário. Eu acho que nós temos que dar as mãos, sim, para o Brasil continuar forte. Uma nação forte é poderosa, e eu tenho certeza de que nós vamos ter uma retomada do desenvolvimento econômico deste País.

Portanto, Sr. Presidente, aqui, nesta tribuna, nesta Casa, eu vou trabalhar sempre por isso, respeitando as divergências políticas, partidárias, ideológicas, mas, acima de tudo, respeitando o povo brasileiro. O povo brasileiro é plural, e nós temos que garantir essa pluralidade.

Solicito à Mesa a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Tia Eron, do PRB.

**A SRA. TIA ERON** (Bloco/PRB-BA. Sem revisão da oradora.) - Agradeço, Sr. Presidente, a tolerância de V.Exa. e dos demais colegas.

Assim como alguns Deputados que me antecederam, como os Deputados João Carlos Bacelar e Caetano, e outros, como os Deputados Daniel Almeida e Valmir Assunção, que ontem fizeram uso da palavra, eu quero registrar e lamentar os fatos ocorridos em Salvador.

Em 21 anos, nunca choveu tanto naquela cidade, como nesses últimos dias. Nós já chegamos ao número de 14 mortos. Agora há pouco, há 1 minuto, foi registrada a morte de um senhor de 59 anos. Para V.Exa. ter ideia, Sr. Presidente, dois jovens irmãos, um com 13 anos e outro com 15 anos de idade, faleceram, perdendo toda a sua juventude, em função das chuvas.

Quero aqui dizer que existe uma indicação de minha autoria, apresentada quando eu era Vereadora naquela cidade, que trata da prevenção aos problemas causados pelas chuvas. Que isso sirva de exemplo para o Brasil.

Hoje, nós vamos votar aqui os vetos à lei dos resíduos sólidos. Que isso sirva para que as outras cidades não sofram o que Salvador está sofrendo.

Obrigado, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputada.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a cidade de Salvador recebe grande volume de chuva desde as primeiras horas do dia 27 e já contabiliza 14 mortes. Em

consequência, os moradores estão sofrendo com deslizamentos de terra, desabamentos e congestionamento no trânsito. Para se ter ideia, a Avenida Paralela, uma das de maior fluxo de veículos na cidade, parou hoje. Com a chuva forte, algumas poças foram formadas, e isso prejudicou o trânsito. Ainda na Avenida Paralela, próximo ao condomínio Amazonas, a água não teve como escoar e invadiu casas e apartamentos. Diversos carros ficaram submersos; inclusive dois ônibus foram atingidos. Os desabamentos ocorridos na Avenida San Martin e no Marotinho, no Bairro Bom Juá, provocaram mortes e muito pânico.

As equipes de socorro, compostas por membros da Prefeitura e do Governo do Estado, juntamente com a população, empenharam-se para retirar as pessoas dos escombros. Essa ação conjunta possibilitou não se atingir número maior de vítimas.

Diante de toda essa situação, quero aqui parabenizar a atitude do Prefeito ACM Neto e do Governador Rui Costa, que, num momento como este, no qual famílias estão sofrendo com a perda de parentes e de seus bens materiais, se uniram em prol das melhorias para a cidade após a chuva.

Lembro que fui Vereadora da Capital baiana por quatro mandatos consecutivos e, em um deles, apresentei o Projeto de Indicação nº 519, de 2013, que foi aprovado na sessão de 11 de junho de 2014 e se transformou na Indicação 373, de 2014.

A cidade tem 600 áreas de risco mapeadas. Para evitar novas tragédias, o projeto envolve a participação de diversos órgãos municipais e estaduais, através de indicação de obras de contenção de encostas, adoção de sistema de monitoramento e alarme para prever grandes volumes pluviométricos, além de orientação à

população para que ela saiba agir em momentos de emergência e na mudança de comportamento para evitar o descarte do lixo em locais inadequados, dentre outros.

Gente, vamos trabalhar juntos, porque assim é mais fácil vencer as dificuldades.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Raul Jungmann, para uma Comunicação de Liderança, pelo PPS, por 4 minutos. Depois falará o Deputado Jair Bolsonaro.

**O SR. RAUL JUNGMANN** (PPS-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados aqui presentes, venho a esta tribuna celebrar o Dia da Caatinga, comemorado hoje, 28 de abril. Este importante bioma do Nordeste brasileiro é mais do que um patrimônio da biodiversidade, pois carrega nos seus veios a história e a cultura do povo nordestino, uma história sofrida, de luta, dor e suor, de poucos recursos, que também merece ser reconhecida, pelo seu esforço, pelo desenvolvimento e pela sua inserção em nosso País.

Na escassez da Caatinga também está a sua beleza. A falta de abundância castiga o povo do Sertão, que luta contra a própria natureza, mas esconde belezas cênicas que poucos brasileiros conhecem, a não ser pela televisão.

Além disso, quando estudamos e conhecemos de perto o tamanho e a diversidade natural da Caatinga, ela a todos nós impressiona. Muitos não sabem, mas a sua abrangência chega a 10% do território brasileiro e ocupa 70% da Região Nordeste. O bioma ocupa 850 mil quilômetros quadrados e está espalhado pelos Estados de Pernambuco, Paraíba, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Maranhão, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte do norte de Minas Gerais.

A Caatinga é o único bioma brasileiro que é exclusivo e não ocorre em nenhum outro lugar do planeta Terra. Por esse motivo, há uma elevada ocorrência de espécies endêmicas, ou seja, que só ocorrem na região. São conhecidas cerca de mil espécies de plantas e estima-se que haja em torno de 2 mil a 3 mil em sua

totalidade, mas que ainda não são conhecidas, entre outros motivos, porque a Caatinga é o ecossistema brasileiro com o menor número de pesquisas.

Sr. Presidente, quanto à sua fauna, são conhecidas 1.225 espécies de animais vertebrados, entre as quais se destacam 975 espécies de aves catalogadas, entre elas, a ararinha-azul, símbolo brasileiro, não mais observada desde 2000. Acredita-se que esteja extinta de seu habitat natural. Onças, veados-catingueiros e capivaras também são espécies ameaçadas no nosso bioma.

Além de toda a sua importância natural e paisagística, a Caatinga carrega a história e a cultura do povo nordestino — quiçá do povo brasileiro —, do Sertão e do Agreste, nas memórias de Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, nas músicas de Luiz Gonzaga, na resistência de Antônio Conselheiro, em Canudos, entre outros marcos, inclusive o da libertação contra os holandeses, no Morro dos Guararapes. Existem outros marcos da história e cultura brasileira, e lá reside a identidade e força do povo nordestino.

É por esse motivo, Sras. e Srs. Deputados, que venho aqui hoje fazer uma reverência à Caatinga, esse belíssimo e importante bioma brasileiro. Que possamos todos, juntos, nessa data de 28 de abril, em que comemoramos a sua eixstência, dedicar uma atenção especial a essa região que, muitas vezes, é esquecida pelo poder político e público nas políticas sociais e de desenvolvimento econômico.

Venho também pedir a este Plenário, ao Plenário desta Casa, que apreciemos a Proposta de Emenda à Constituição nº 504, de 2010, mais conhecida como PEC do Cerrado e da Caatinga. Assim, reconheceremos a importância desses dois biomas para o patrimônio natural, cultural e social do nosso País.

Precisamos, por fim, Sr. Presidente, senhoras e senhores que nos ouvem, também adotar uma postura mais incisiva, aproveitando este momento de crise hídrica para enfrentar as matérias que se fazem urgentes. Urge aliar a bancada da agricultura e do agronegócio à bancada ambientalista em busca de consensos que promovam o uso sustentável dos nossos recursos naturais. É acelerado o processo de desertificação que nós enfrentamos nesse bioma, que já chega a 46% de toda a sua áera. Hoje, o maior risco que corremos é não termos água para consumo, geração de energia e irrigação, em um futuro bem próximo.

Concluindo, Sr. Presidente, por todos esses motivos, vamos procurar pautar as matérias que enderecem ações nesse sentido. Comecemos, então, com a PEC do Cerrado e da Caatinga.

Agradeço aos presentes na galeria, que muito nos honram neste momento, ao ouvir a defesa que faço desse bioma fundamental e essecialmente brasileiro, que hoje comemora o seu dia, a Caatinga.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra Deputado Jair Bolsonaro, do Rio Grande do Sul. Depois, ao último orador, Deputado Laudivio Carvalho, de Minas Gerais. E em seguida passaremos ao Grande Expediente.

**O SR. JAIR BOLSONARO** (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu teria muita honra de ser gaúcho, mas sou paulista eleito pelo Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, eu gostaria de tratar de dois assuntos. Nós estamos na reta final de elaboração e votação do relatório da reforma política, e há uma grande preocupação de que todo o nosso trabalho não dê em nada, tendo em vista os vários interesses partidários e individuais envolvidos.

Assim sendo, eu acredito, Sr. Presidente, nobres pares, que a aprovação da Emenda n° 10 a essa PEC, por coincidência emenda de minha autoria, possa resgatar o que há de mais importante numa eleição democrática, que é a sua confiabilidade. A emenda permite o voto impresso ao lado da urna eletrônica, ou seja, o eleitor digita o voto para Presidente até Deputado Estadual, por exemplo, aparece na tela o nome do candidato, ele aperta um botão e assim imprime em um pedaço de papel aquela relação. Então, o eleitor, para confirmar a escolha, aperta um botão e aquele voto impresso cai em uma urna de lona, uma urna como aquela do passado. Ao término das votações, às 17 horas, os votos são apurados eletronicamente e aquela urna de lona vai para o respectivo Tribunal Regional Eleitoral. Em havendo suspeição, qualquer Presidente de partido poderá pedir a recontagem, parcial ou total, dos votos. Pronto!

Vejam como é preocupante a situação. Há poucas semanas, a nossa querida Dilma Rousseff esteve no Equador e assinou uns acordos na UNASUL — que não

tem muita diferença do pessoalzinho do Foro de São Paulo —, criando uma unidade técnica de coordenação eleitoral para a América do Sul. Ou seja, a Esquerda descobriu que a maneira mais fácil de se perpetuar no poder é manter essa urna Smartmatic. Pronto, ponto final! *(Palmas nas galerias.)*

Com o voto impresso, vocês vão ter a certeza de que votaram para Presidente da República, por exemplo, no Lula, no Aécio Neves, no Ronaldo Caiado, no Jair Bolsonaro, em seja quem for seu candidato em 2018. Assim vocês vão saber que votaram naquela pessoa e que aquele voto foi contado.

Muito obrigado pelas palmas!

Outro assunto, Sr. Presidente. Eu estive semana passada em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. Fui muito bem recebido. Fui lá para receber uma medalha ofertada pela Polícia Militar do Estado. O Comandante da Polícia Militar, Coronel Oliveira, tratou-me muito bem. Foi uma festa maravilhosa. Maravilhosa!

Eu aproveitei o momento, já que a imprensa estava lá e veio para cima com aquelas perguntas de sempre, a que estou cansado de responder, aproveitei o espaço que eu tive para mostrar que Mato Grosso do Sul tem problemas sérios, como, por exemplo, a indústria da demarcação de terras indígenas.

As terras férteis de Dourados estão ficando inviabilizadas para a agricultura. Prejudica-se o agronegócio. A fronteira mais ao norte e o cerrado também. Por quê? Por causa das demarcações de terras indígenas.

É um crime o que estão fazendo com o território nacional! Hoje nós já temos demarcada como terra indígena uma área maior do que a Região Sudeste. E tudo terra rica! Não tem área indígena em cima de terra pobre. Isso não existe!

O índio não fala a nossa língua, não tem dinheiro, é um pobre coitado que está sendo tradado como animal de zoológico! Confina-se o índio lá dentro, e por pressões internacionais, em especial. Nessas terras demarcadas, nessas terras riquíssimas, com toda a certeza, mais cedo ou mais tarde, provocando-se a sua independência — hoje já chamadas de nações —, o Primeiro Mundo virá aqui explorar a nossa biodiversidade, os nossos minerais, a água potável e, o que é uma grande preocupação, os enormes espaços vazios dessas áreas!

Por exemplo, a reserva ianomâmi, lá em Roraima, e um pedacinho no Amazonas, tem duas vezes o tamanho do Rio de Janeiro, para 9 mil índios! Isso é um crime! O Brasil tem que ser nosso!

Empenho é o que eu peço a todos, para resgatar esse nosso território e integrar o índio à sociedade.

Obrigado, Sr. Presidente.

Mais uma vez, obrigado pelas palmas! *(Palmas nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Floriano) - Obrigado, Deputado Jair Bolsonaro.

*Durante o discurso do Sr. Jair Bolsonaro, o Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Francisco Floriano, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Floriano) - Antes de conceder a palavra ao próximo orador, quero cumprimentar os estudantes do 1º ano do ensino médio do Colégio Madre Teresa de Taguatinga aqui presentes. Um abraço! Sejam bem-vindos!

Um abraço também aos atentos representantes da segurança e da Polícia Civil nas galerias! Vamos lutar e reivindicar juntos esses direitos! Já está na hora!

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Floriano) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Laudivio Carvalho.

**O SR. LAUDIVIO CARVALHO** (Bloco/PMDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo do meu Brasil que acompanha o trabalho dos Parlamentares nesta Casa, eu tenho andado muito preocupado. Há mais de 20 anos faço um trabalho voluntário em meu Estado. Recolho animais abandonados, animais feridos, animais maltratados. Quando começamos a nos aprofundar um pouco mais sobre a situação do Brasil, tomamos conhecimento de que 5 milhões de animais são exterminados, são executados em nosso País por ano! Cinco milhões de animais executados! Seres vivos são maltratados e levados muitas vezes aos centros de zoonoses. E nós não temos o menor controle, não sabemos como eles são mortos ali. Temos notícias de execuções a machadadas, a marretadas, a pauladas, com monóxido de carbono. Há pouco tomei conhecimento — este fato me deixa muito emocionado — de que animais são até incendiados, mortos por fogo. Não é possível que, em um país de dimensões continentais como o nosso, vivamos como se estivéssemos no início do mundo, como se estivéssemos na Idade da Pedra!

Machuca-me muito, incomoda-me muito chegar ao Mercado Central da Capital de Minas Gerais, ao Mercado Central de Belo Horizonte, e ver ali animais confinados para venda como se estivessem condenados ao cumprimento de uma pena. Não posso admitir que coisas assim continuem a acontecer no Brasil!

Quero até propor a esta Casa, Sr. Presidente, já que no mês de agosto existirão acampamentos em forma de protesto por todo o País, que faça uma

semana inteira de esforço concentrado para votar projetos que salvem a vida dos animais, projetos que preservem a vida de seres tão pequenos.

Na minha casa, tenho um casal de *poodles.* Ele tem 17 anos e ela, 16 anos. São tratados com todo o cuidado. Muito recentemente, meu filho encontrou um gatinho recém-nascido na rua, que foi adotado pela minha família e foi adotado inclusive pelos nossos dois cachorrinhos.

Srs. Deputados, vidas devem ser preservadas. Não é possível que continuemos a travar uma guerra contra seres indefesos.

Quando aqueles roedores foram soltos na CPI da PETROBRAS, nesta Casa, o Deputado Ricardo Izar e eu, que somos de uma Frente Parlamentar que defende o direito dos animais, fomos até lá recolhê-los. Eles seriam levados para um centro de zoonose, mas foram doados de forma legal, de forma responsável.

Quero propor a esta Casa a regulamentação da compra e venda de animais. O Código de Defesa do Consumidor, por exemplo, pode muito bem ser acionado por alguém que compra um animal no meio da rua, em uma feira livre, e não tem garantia da saúde do animal.

Temos que criar mecanismos, Srs. Deputados, para preservar a vida desses animais. Não adianta achar que o Brasil é o mais belo país do mundo. Nosso País tem belezas naturais, sim, mas precisa ser colocado nos trilhos, ser colocado nos eixos.

Sou defensor de lei dura para bandido. Eu quero bandido preso, eu quero bandido na cadeia, mas quero bandido trabalhando, conforme projetos de lei que já apresentei nesta Casa. E quero também dignidade para os que estão presos. Os direitos deles, previstos em lei, têm que ser preservados. Mas os animais também

precisam ter seus direitos preservados e respeitados neste País. E não há comparação entre um e outro. A comparação que faço é no sentido de que estamos deixando os nossos animais jogados, relegados a um segundo plano neste País. Não podemos continuar agindo desta maneira, Sr. Presidente.

Continuo a reafirmar o meu descontentamento, o meu incômodo com a situação dos animais no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Floriano) - Com a palavra o Deputado Chico Lopes.

**O SR. CHICO LOPES** (PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria que constasse nos Anais desta Casa a Nota da CNBB produzida entre os dias 15 e 24 de abril de 2015, em Assembleia Geral, que levantou três problemas que nós estamos discutindo. Primeiro, a não redução da maioridade penal para 16 anos; segundo, a lei da terceirização; e terceiro, a reforma política.

Nesse sentido, Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. autorizasse a publicação da Nota da CNBB, produzida entre os dias 15 a 24 de abril, que trata de assuntos importantes, da democratização e da liberdade do povo.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro com muita satisfação a reunião da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, em Aparecida, São Paulo, no período de 15 a 24 de abril de 2015, onde avaliou, com apreensão, a realidade brasileira, marcada pela profunda e prolongada crise que ameaça as conquistas, a partir da Constituição Cidadã de 1988, e coloca em risco a ordem democrática do País.

Segundo o documento aprovado na Assembleia Geral da CNBB:

*"O momento não é de acirrar ânimos, nem de assumir posições revanchistas ou de ódio que desconsiderem a política como defesa e promoção do bem comum"*.

*"A retomada de crescimento do País, uma das condições para vencer a crise, precisa ser feita sem trazer prejuízo à população, aos trabalhadores e, principalmente, aos mais pobres"*.

*"A lei que permite a terceirização do trabalho, em tramitação no Congresso Nacional, não pode, em hipótese alguma, restringir os direitos dos trabalhadores. É inadmissível que a preservação dos direitos sociais venha a ser sacrificada para justificar a superação da crise"*.

*"A credibilidade política, perdida por causa da corrupção e da prática interesseira com que grande parte dos políticos exerce seu mandato, não pode ser recuperada ao preço da aprovação de leis que retiram direitos dos mais vulneráveis. Lamentamos que no Congresso se formem bancadas que reforcem o corporativismo para defender interesses de segmentos que se opõem aos direitos e às conquistas sociais já adquiridos pelos mais pobres"*.

*"A PEC 171/1993, que propõe a redução da maioridade penal para 16 anos, já aprovada pela Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça da Câmara, também é um equívoco que precisa ser desfeito. A redução da maioridade penal não é solução para a violência que grassa no Brasil e reforça a política de encarceramento num País que já tem a quarta população carcerária do mundo. Investir em educação de qualidade e em políticas públicas para a juventude e para a família é meio eficaz para preservar os adolescentes da delinquência e da violência"*.

*"Muitas destas e de outras matérias, que incidem diretamente na vida do povo, têm, entre seus caminhos de solução, uma Reforma Política que atinja as entranhas do sistema político brasileiro. Apartidária, a proposta da Coalizão pela*

*Reforma Política Democrática e Eleições Limpas, da qual a CNBB é signatária, se coloca nessa direção"*.

Muito obrigado.

NOTA A QUE SE REFERE O ORADOR

Nota da CNBB sobre o momento nacional

*"Entre vós não deve ser assim" (Mc 10,43).*

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, reunida em sua 53ª Assembleia Geral, em Aparecida-SP, no período de 15 a 24 de abril de 2015, avaliou, com apreensão, a realidade brasileira, marcada pela profunda e prolongada crise que ameaça as conquistas, a partir da Constituição Cidadã de 1988, e coloca em risco a ordem democrática do País. Desta avaliação nasce nossa palavra de pastores convictos de que "ninguém pode exigir de nós que releguemos a religião para a intimidade secreta das pessoas, sem qualquer influência na vida social e nacional, sem nos preocupar com a saúde das instituições da sociedade civil, sem nos pronunciar sobre os acontecimentos que interessam aos cidadãos" (EG, 183).

O momento não é de acirrar ânimos, nem de assumir posições revanchistas ou de ódio que desconsiderem a política como defesa e promoção do bem comum. Os três poderes da República, com a autonomia que lhes é própria, têm o dever irrenunciável do diálogo aberto, franco, verdadeiro, na busca de uma solução que devolva aos brasileiros a certeza de superação da crise.

A retomada de crescimento do País, uma das condições para vencer a crise, precisa ser feita sem trazer prejuízo à população, aos trabalhadores e, principalmente, aos mais pobres. Projetos, como os que são implantados na Amazônia, afrontam sua população, por não ouvi-la e por favorecer o desmatamento e a degradação do meio ambiente.

A lei que permite a terceirização do trabalho, em tramitação no Congresso Nacional, não pode, em hipótese alguma, restringir os direitos dos trabalhadores. É inadmissível que a preservação dos direitos sociais venha a ser sacrificada para justificar a superação da crise.

A corrupção, praga da sociedade e pecado grave que brada aos céus (cf. Papa Francisco — O Rosto da Misericórdia, n. 19), está presente tanto em órgãos públicos quanto em instituições da sociedade. Combatê-la, de modo eficaz, com a consequente punição de corrompidos e corruptores, é dever do Estado. É imperativo recuperar uma cultura que prima pelos valores da honestidade e da retidão. Só assim se restaurará a justiça e se plantará, novamente, no coração do povo, a esperança de novos tempos, calcados na ética.

A credibilidade política, perdida por causa da corrupção e da prática interesseira com que grande parte dos políticos exerce seu mandato, não pode ser recuperada ao preço da aprovação de leis que retiram direitos dos mais vulneráveis. Lamentamos que no Congresso se formem bancadas que reforcem o corporativismo para defender interesses de segmentos que se opõem aos direitos e conquistas sociais já adquiridos pelos mais pobres.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/2000, por exemplo, é uma afronta à luta histórica dos povos indígenas que até hoje não receberam reparação das injustiças que sofreram desde a colonização do Brasil. Se o prazo estabelecido pela Constituição de 1988 tivesse sido cumprido pelo Governo Federal, todas as terras indígenas já teriam sido reconhecidas, demarcadas e homologadas. E, assim, não estaríamos assistindo aos constantes conflitos e mortes de indígenas.

A PEC 171/1993, que propõe a redução da maioridade penal para 16 anos, já aprovada pela Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça da Câmara, também é um equívoco que precisa ser desfeito. A redução da maioridade penal não é solução para a violência que grassa no Brasil e reforça a política de encarceramento num país que já tem a quarta população carcerária do mundo. Investir em educação de qualidade e em políticas públicas para a juventude e para a família é meio eficaz para preservar os adolescentes da delinquência e da violência.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em vigor há 25 anos, responsabiliza o adolescente, a partir dos 12 anos, por qualquer ato contra a lei, aplicando-lhe as medidas socioeducativas. Não procede, portanto, a alegada impunidade para adolescentes infratores. Onde essas medidas são corretamente aplicadas, o índice de reincidência do adolescente infrator é muito baixo. Ao invés de aprovarem a redução da maioridade penal, os parlamentares deveriam criar mecanismos que

responsabilizem os gestores por não aparelharem seu governo para a correta aplicação das medidas socioeducativas.

O Projeto de Lei 3.722/2012, que altera o Estatuto do Desarmamento, é outra matéria que vai na contramão da segurança e do combate à violência. A arma dá a falsa sensação de segurança e de proteção. Não podemos cair na ilusão de que, facilitando o acesso da população à posse de armas, combateremos a violência. A indústria das armas está a serviço de um vigoroso poder econômico que não pode ser alimentado à custa da vida das pessoas. Dizer não a esse poder econômico é dever ético dos responsáveis pela preservação do Estatuto do Desarmamento.

Muitas destas e de outras matérias que incidem diretamente na vida do povo têm, entre seus caminhos de solução, uma Reforma Política que atinja as entranhas do sistema político brasileiro. Apartidária, a proposta da Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas, da qual a CNBB é signatária, se coloca nessa direção.

Urge, além disso, resgatar a ética pública que diz respeito "à responsabilização do cidadão, dos grupos ou instituições da sociedade pelo bem comum" (CNBB - Doc. 50, n. 129). Para tanto, "como pastores, reafirmamos 'Cristo, medida de nossa conduta moral' e sentido pleno de nossa vida" (Doc. 50 da CNBB, Anexo – p. 30).

Que o povo brasileiro, neste Ano da Paz e sob a proteção de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, supere esse momento difícil e persevere no caminho da justiça e da paz.

Aparecida, 21 de abril de 2015.

Cardeal Raymundo Damasceno Assis

Arcebispo de Aparecida

Presidente da CNBB

Dom José Belisário da Silva, OFM

Arcebispo de São Luís do Maranhão

Vice-Presidente da CNBB

Dom Leonardo Ulrich Steiner

Bispo Auxiliar de Brasília

Secretário-Geral da CNBB.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Floriano) - Passa-se ao

**V - GRANDE EXPEDIENTE**

Concedo a palavra, por 25 minutos, ao nobre Deputado Geraldo Resende, do PMDB do Estado de Mato Grosso do Sul.

**O SR. GERALDO RESENDE** (Bloco/PMDB-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 13 de abril, o jornal *Diário MS* divulgou uma pesquisa eleitoral com o possível cenário de pré-candidatos para a Prefeitura de Dourados — a minha querida Dourados. O órgão de imprensa teve o cuidado de contratar um idôneo instituto de pesquisas de Campo Grande chamado Ícone e realizou a divulgação de forma correta e transparente.

Em todos os cenários, o nosso nome aparece em primeiro lugar. No melhor cenário, aparecemos com 37,7% das intenções de voto, e, no cenário menos favorável, sou lembrado por 36% do eleitorado sondado no levantamento. Mesmo compreendendo que ainda não estamos no momento do debate eleitoral — ainda não estamos visando às eleições de 2016 —, mas sim no momento de união em torno das soluções referentes às diversas e antigas demandas do Município, acredito que a pesquisa é uma fotografia da atualidade e que esse resultado reflete não só o nosso trabalho por Dourados, como também a nossa responsabilidade com toda a população da minha cidade.

A pesquisa fez um levantamento entre os demais nomes do PMDB que podem vir a ser candidatos. Nessa apuração aparecemos com 36% de preferência, demonstrando que a população de Dourados quer a experiência da administração progressista e extremamente bem aprovada do PMDB, como ocorreu na nossa Capital, a nossa querida Campo Grande, que hoje sente saudades desse modo de planejar e gerir a coisa pública.

Nessa patente aprovação ao nosso trabalho, é possível averiguar onde acertamos nesses quase 13 anos de mandato como Deputado Federal. Foram cerca de 350 milhões de reais em recursos federais destinados para Dourados. São mais

de 80 frentes de asfalto espalhadas por mais de 60 bairros da nossa cidade. São construções de praças, como a do Parque Alvorada, do Izidro Pedroso, do Canaã III, do Parque Ambiental do Córrego Rêgo D'Água, além da construção da primeira Vila Olímpica Indígena do País, dos recursos que viabilizamos para a Praça de Esportes e da Cultura, mais conhecida como Praça da Juventude, no Parque das Nações I, sem contar a revitalização total da Praça Antônio João, o cartão-postal da cidade.

Por meio de nossos esforços, também foram construídos o Estabelecimento Penal Semiaberto Industrial e Agrícola, ao lado da penitenciária, e a Casa da Acolhida para atender aos migrantes e à população de rua no Bairro Jardim Vista Alegre. Continuo lutando para conquistar recursos para a revitalização do Aeroporto Municipal, como lutei e, com isso, conquistamos a duplicação e revitalização da rodovia MS-156, entre Dourados e Itaporã, bem como a duplicação da Avenida Guaicurus, cujas obras estão em andamento.

Com investimentos conquistados junto ao Ministério da Saúde, viabilizamos a construção de 6 postos de saúde e a reforma e ampliação de outras 16 Unidades Básicas de Saúde. Viabilizamos recursos para a construção do Centro Especializado de Reabilitação, no Bairro Terra Roxa, cujas obras estão em andamento. Conquistamos recursos para ampliar, reformar e equipar o Hospital da Vida; e, por meio de nossa ação, foi construída também e equipada a UPA — Unidade de Pronto Atendimento 24 Horas, no Bairro Terra Roxa. Também foi o nosso trabalho que garantiu a construção, bem como todos os equipamentos, para a chamada Clínica da Mulher, no Jardim Água Boa, a renovação das ambulâncias do SAMU e os recursos para a construção de dez Academias da Saúde. Viabilizamos recursos

também para a nova feira livre coberta, que será construída no Jardim Rigotti, e para o Centro Integrado de Esportes.

Na área da educação, a partir de nosso trabalho, foi reconstruída a Escola Estadual Indígena Guateka Marçal de Souza. E, sem falsa modéstia, fico muito feliz quando posso dizer também que uma das obras que mais me orgulham é a reconstrução da Escola Estadual Presidente Vargas, que recebeu um moderno anfiteatro e recursos para a aquisição de modernas lousas digitais. Esse trabalho garantiu ainda a construção de novas escolas estaduais no Bairro Jóquei Clube; no Residencial Roma, no Grande Flórida; no Residencial Dioclécio Artuzi; e no Distrito de Indápolis, como também a reforma e ampliação de outros oito estabelecimentos estaduais.

O ensino técnico também foi uma das nossas prioridades. Sabemos que as maiores economias do mundo investem pesadamente na educação profissionalizante. Com esse intuito, através do nosso trabalho, estão sendo construídas a Escola Técnica do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, no Jardim Canaã I, e a Escola do Brasil Profissionalizado, ao lado do Parque Ambiental do Córrego Rego D'Água.

No setor de educação, porém, posso dizer que uma das maiores conquistas do nosso mandato foi a implantação da Universidade Federal da Grande Dourados, a nossa querida UFGD. Fui o autor do Projeto de Lei nº 1.266, de 2003, que ensejou as discussões, possibilitando, em 2005, a criação da instituição pelo ex-Presidente Lula. Atualmente, luto pela sua consolidação e me sinto responsável por que a nossa universidade atinja colocações ainda mais auspiciosas.

Nesse trabalho contínuo para consolidação da UFGD, destinamos valores que foram aplicados na construção de parte da Casa do Estudante, do Núcleo da Fazenda Experimental de Ciências Agrárias, do Centro de Convivência da instituição, além do restaurante universitário, dentre outras ações que possibilitaram essa universidade ser apontada, pela sétima vez consecutiva, como a melhor do Estado e uma das melhores do Centro-Oeste brasileiro.

Para a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, a nossa querida UEMS, indicamos recursos de emenda parlamentar para a aquisição de um novo e moderno ônibus destinado às práticas de pesquisa.

Também trabalhamos pela implantação, no Canaã I, do *campus* da Escola Técnica do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul e, ao lado do Parque Ambiental do Córrego Rego D'Água, da Escola Técnica do Brasil Profissionalizado.

Com os recursos que viabilizamos para Dourados, foram construídos o Centro de Convivência do Idoso no Parque das Nações do I Plano, a Perimetral Norte e a quadra poliesportiva para pessoas com deficiência no Centro de Geração de Renda Dorcelina Folador. Também priorizamos a construção da Delegacia da Mulher, cujas obras estão em andamento ao lado do Parque Ambiental do Córrego Rego D'Água.

Para a comunidade indígena, além da Vila Olímpica, viabilizamos a implantação de ligações de água, melhorias sanitárias domiciliares e a patrulha mecanizada, composta por três tratores, três grades aradoras, duas encanteiradeiras, uma plantadeira de mandioca e uma roçadeira hidráulica para a agricultura familiar.

Para a logística de transportes de nossa rica produção agrícola, estamos lutando também pela implantação das ferrovias EF-267 e EF-484, ambas com

traçados previstos para cortar o Município, o que vai significar ainda mais progresso, por baratear o custo de transporte e aumentar a competitividade de nossos produtos no mercado internacional.

Minha verdadeira devoção ao trabalho por Dourados teve início lá atrás. Tudo o que faço pelo Município é em sinal de gratidão por ter acolhido a minha família, vinda de Minas Gerais, em cima de um caminhão pau de arara, no ano de 1968.

Venho da pequena cidade mineira de Córrego D'Anta, de uma família de 12 irmãos. Meus pais eram pequenos agricultores que foram em busca de construir melhores condições de vida em Dourados, na época, ainda no Estado uno de Mato Grosso.

Chegando a Dourados, ainda criança, ao ver minha família passando necessidades, resolvi trabalhar. Com muito orgulho fui engraxate, vendedor de picolé, vendedor de frutas e salgados, além de ter sido jornaleiro e gráfico.

Nessas minhas andanças por Dourados, conheci cada cantinho da cidade. E, ao visitar consultórios médicos com minha cesta de frutas ao meu lado ou com meu carrinho de picolés, decidi que um dia seria médico. Não foi fácil. Foquei nos estudos. Na minha querida Escola Estadual Presidente Vargas, estudava com livros e cadernos emprestados e doados por colegas e professores.

Em 1976, mesmo com todas essas dificuldades, fui aprovado no vestibular de Medicina da Universidade Federal do Ceará. Foram tempos de muita dureza. Morava na Casa do Estudante da universidade e lutava pela redemocratização do País, no movimento estudantil. Formei-me em 1982. Após concluir minha especialização em Ginecologia e Obstetrícia, no Hospital das Clínicas da USP de Ribeirão Preto, voltei para Dourados e comecei a atender os pacientes, tendo

sempre a inclinação de me preocupar com a saúde das mulheres e da população mais humilde.

Hoje, lembrando esse passado de lutas e de vitórias, compreendo o porquê do meu trabalho refletir a obstinação em estruturar a saúde pública, em criar centros especializados para as mulheres e pela construção da Casa do Estudante da UFGD. O mundo dá voltas, e podemos responder com trabalho a todas as vicissitudes que nos fizeram crescer.

Em 1992, fui eleito Vereador em Dourados e dei início a lutas importantes pela cidade. Fui reeleito em 1996 e eleito Deputado Estadual em 1998. Em 2000, a convite do então Governador, assumi o cargo de Secretário Estadual de Saúde, quando o Estado enfrentava uma grave crise nesse setor.

Na época, por todo o Estado, construímos 13 novos hospitais e reformamos outros 40; implantamos cerca de 70 Unidades Básicas de Saúde; em Dourados, reformamos 20 postos de saúde; reformamos e ampliamos o Hemocentro e o Hospital Indígena Porta da Esperança. Em 20 de dezembro de 2000, entregamos o Hospital da Mulher de Dourados, o qual, infelizmente, foi desativado em 2008 e transformado em hospital de trauma, hoje Hospital da Vida.

Em 2002, fui eleito Deputado Federal e escolhi como principais bandeiras a saúde e a educação. Como já citado, agora, no quarto mandato, continuo emprestando meus esforços para ofertar a Dourados importantes e estruturantes obras. Na atuação legislativa, sou liderança na Frente Parlamentar da Saúde, criei a Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas com Deficiência e sou Vice-Presidente da Frente Parlamentar das Ferrovias.

É por toda essa atuação que a fotografia oriunda da última pesquisa nos coloca em posição favorável. Porém o que me motiva não é nenhum número estatístico, mas, sim, a certeza de que Dourados pode mais, nasceu para ser modelo, necessita de um planejamento para o futuro, precisa da união da classe política e de todos para finalmente ser a Dourados que queremos.

Essa motivação sempre foi e continuará sendo o norte de meu mandato, a razão de ser de minha atuação política. É certo que os números da pesquisa aumentam ainda mais minha responsabilidade, mas aumenta também meu ânimo em multiplicar minha devoção por essa cidade que eu amo tanto, desde que lá aportei, há 46 anos.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Gilberto Nascimento, do querido Estado de São Paulo.

**O Sr. Gilberto Nascimento** - Deputado Geraldo Resende, eu, inicialmente, parabenizo V.Exa. pelo currículo que mostrou nesta tribuna neste momento. V.Exa. é igual à maioria das pessoas desta Casa, a grande parte das pessoas desta Casa. Veio de um lar pobre, de uma família que lutou com dificuldades, teve seu primeiro emprego com muitas dificuldades, mas não perdeu a esperança de um dia fazer algo melhor. V.Exa. acaba de falar que passou, inclusive, necessidades. Portanto é como a maioria do povo brasileiro, que não perde a alegria, não perde a esperança de ver, em um processo democrático, acontecer exatamente o que aconteceu com V.Exa., que um dia sonhou em ser médico. E, quando realizou o sonhou de ser médico, não ficou simplesmente médico, mas foi Secretário de Saúde do seu Estado. Isso é uma demonstração de que V.Exa. tinha competência, organização e orientação política, porque, para assumir a Secretaria de Saúde de um Estado é

preciso ter competência e também relacionamento político. E V.Exa. fez as duas coisas ao mesmo tempo. Portanto, nobre Deputado, nós somos felizes por nascermos em um país chamado Brasil, que dá oportunidade a qualquer um, inclusive àqueles que estão nas galerias nesta tarde, de um dia estarem aqui nesta tribuna. E qualquer um daqueles que estão aqui nesta tribuna, nesta tarde, poderá um dia, quem sabe, chegar ao Palácio do Planalto e governar esta Nação, com competência. Nobre Deputado, junto-me a V.Exa. e peço a Deus que lhe dê muita vida e saúde. Eu sei que o caminho de V.Exa., mesmo nesse quarto mandato, politicamente, só está começando. O seu Estado, que é o nosso querido Mato Grosso do Sul, espera muito mais de V.Exa. Ele espera, quem sabe, V.Exa. um dia governar aquele Estado, um dia mostrar a sua competência e a sua capacidade de articulação política para governar um Estado como o Mato Grosso do Sul. Que Deus oriente e abençoe V.Exa. Que a sua família saiba entender que está emprestando V.Exa., aqui em Brasília e no seu Estado, para um desafio maior, para que possa ver uma população sendo governada por alguém mais justo, mais humano e mais digno como V.Exa. Que Deus abençoe V.Exa. E continue nessa sua caminhada, porque o Brasil espera muito de V.Exa. Parabéns!

**O SR. GERALDO RESENDE** - Muito obrigado, Deputado Gilberto Nascimento. Agradeço a V.Exa. o aparte e as palavras elogiosas, mas gostaria de dizer que eu acho que já fui longe demais. Quem vendia picolés e salgados, há 40 e poucos anos, nas ruas, na avenida principal da minha cidade, na Avenida Marcelino Pires, quem sonhou um dia ser médico e chegar a Deputado Federal, sendo um dos 513 Deputados desta Casa, já conseguiu grandes vitórias. Mas eu quero agora,

mais uma vez, reafirmo aqui, construir um projeto para a minha cidade, a fim de que a gente possa, de fato, fazer uma cidade cada vez melhor.

Eu queria incorporar o pronunciamento de V.Exa. ao meu discurso, nesta tarde de hoje, e agradecer de coração as palavras carinhosas que V.Exa. me direcionou.

Concedo um aparte também ao nobre Deputado Jose Stédile, do PSB do Rio Grande do Sul.

**O Sr. Jose Stédile** - Obrigado, Deputado. Eu não sou do seu Estado, mas eu o tenho acompanhado. Eu participo muito das sessões; inclusive, este ano não tive nenhuma falta. Eu fui o Deputado gaúcho com menos ausências aqui no plenário, por isso eu acompanho tudo o que acontece aqui. Sei da sua importância para esta Casa, em especial para a área da saúde. A área da saúde, Deputado, nós gostaríamos que estivesse muito melhor. Há pessoas que aguardam há mais de 10 anos uma cirurgia no joelho, sentindo dor na perna. É uma cirurgia simples. Com apenas um procedimento isso poderia ser resolvido. Então, parabéns pela sua luta. Eu também fui morador da Casa do Estudante, e temos que valorizar esses espaços que dão chances. Ah, se não fosse a Casa do Estudante! As pessoas falam que há o PROUNI, que há isso e que há aquilo, mas se não fosse a Casa do Estudante, os estudantes do interior não teriam a oportunidade de cursar um curso importante como o seu em cidades maiores. Parabéns pela sua luta! É uma luta que dignifica o povo do seu Estado.

**O SR. GERALDO RESENDE** - Muito obrigado, Deputado Jose Stédile. Eu agradeço a V.Exa. as palavras carinhosas e quero incorporá-las ao meu pronunciamento.

Tenho muito orgulho de ter morado em uma Casa do Estudante, quando cursava Medicina na Universidade Federal do Ceará. Se não fosse a Casa do Estudante, eu não teria tido condições de fazer o curso de Medicina. Ela me propiciou as condições para que eu pudesse ser médico, depois de ter feito especialização na USP de Ribeirão Preto, uma das escolas mais conceituadas do País, e ter devotado a minha profissão para atender os mais humildes, os mais necessitados. Fui o médico com o maior número de atendimentos de mulheres de Dourados e região. Elas, generosas, e seus companheiros me fizeram Vereador, Deputado Estadual e, pela quarta vez, Deputado Federal. E tenho tentado retornar a essas pessoas todo o carinho. Nós estamos lutando para construir o Instituto da Mulher e da Criança em Dourados, junto à Universidade Federal. Mas V.Exa. sabe muito bem da exiguidade de recursos. Pasme V.Exa.: quando nós conseguimos os recursos, através de emendas ou através da nossa gestão política, ficamos incomodados em ver que as instituições, que deveriam ser guardadoras e zeladoras desses recursos, são as que os fazem se perder, por falta de condições sequer de fazer um processo licitatório.

Eu estou numa luta incessante junto à Universidade Federal da Grande Dourados — UFGD, que ajudei a criar, e junto à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares — EBSERH, que foi criada aqui, inclusive com o meu voto favorável, para não perdermos os 12 milhões e 900 mil reais disponibilizados para a construção, lá, do Hospital da Mulher e da Criança, junto ao Hospital Universitário da UFGD. Há mais de 3 anos esses recursos já estão na conta da Universidade, e há mais de 5 anos empenhados, mas não tivemos o desfecho até agora.

Também tenho feito apelo pelo principal hospital de urgência e emergência da minha cidade, que possui recursos empenhados, garantidos, há mais de 6 anos, quase 7 anos, e até hoje não se consegue fazer os projetos para edificar, ampliar e melhorar o atendimento às pessoas que precisam desse hospital, que é chamado hoje Hospital da Vida e que a população da minha cidade e da região já denominam "Hospital da Morte", tendo em vista os desfechos, muitas vezes, negativos do atendimento lá dispensado à maioria das pessoas que lá chegam devido a traumas ocorridos pelas circunstâncias do trânsito caótico que hoje vivenciam a nossa cidade e a maioria das cidades brasileiras.

Então, quero agradecer a V.Exa., Sr. Presidente, e dizer que fico muito feliz em poder fazer essa prestação de contas dos meus mandatos nesta Casa, entendendo que nós aqui muitas vezes somos mal compreendidos. Mas eu tenho feito o meu trabalho como Parlamentar com um único objetivo: o de melhorar a vida das pessoas da minha cidade e do meu Estado, o meu querido Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Floriano) - Muito obrigado. Está de parabéns o nobre Deputado Geraldo Resende, do PMDB de Mato Grosso do Sul.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Floriano) - Entrou nas galerias outra parte dos alunos do ensino médio da Colégio Madre Teresa, de Taguatinga.

Um abraço. Boa tarde. Sejam bem-vindos.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Floriano) - Dando continuidade ao Grande Expediente, concedo a palavra à Deputada Christiane de Souza Yared, do PTN do Paraná, que disporá de 25 minutos.

**A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA YARED** (Bloco/PTN-PR. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados presentes, toda esta plateia que está aqui nos acompanhando, eu quero deixar o registro daquilo que aconteceu na minha vida e que tem sido a bandeira que eu tenho levantado: a morte de um filho no trânsito.

Em 2009, eu fui acordada na madrugada com a notícia de uma tragédia de trânsito. Os dois agentes funerários que traziam a notícia estavam interessados no DPVAT. Naquela loucura e no pesadelo daquela madrugada, então me veio a notícia de que meu filho havia sofrido um atentado, porque alguém, em altíssima velocidade, completamente alcoolizado, detendo poder, como um Deputado Estadual, avançou numa velocidade absurda e voou, caindo sobre o carro que meu filho dirigia, matando meu filho e seu amigo, e isso nos tirou o chão.

A partir daquele momento, eu comecei a entender que este País vive uma guerra. Nós estamos em guerra, Sr. Presidente!

Infelizmente, o País ainda acredita que a morte no trânsito é fatalidade. O que é uma fatalidade? É um mal que não se pode evitar. O que nós não podemos evitar é o que aconteceu no Nepal, é o que aconteceu na Bahia ontem, é o que aconteceu em Santa Catarina. Isso é inevitável. Mas beber e dirigir em alta velocidade, fazendo racha, isso é possível evitar. Nós estamos enterrando os filhos e perdendo-os para uma guerra em que não há vencedores.

O País está lavado em sangue. Calçadas, ruas, avenidas, rodovias estão lavadas em sangue. Para o Governo brasileiro, nós temos a estatística de 45 mil mortes/ano. Para o DPVAT, que paga as mortes, somos 70 mil irmãos brasileiros perdendo a vida. Para as ONGs que cuidam dessas famílias, já beiramos o número de 90 mil mortes/ano. Não é possível que este País não encare isso como uma pandemia! É uma pandemia que ocorre no nosso Estado brasileiro!

E quando eu sou cobrada por uma mãe que perde um filho na segunda-feira, porque um bêbado que estava dirigindo o carro o atropelou, e, antes de completar uma semana, ela recebe a notícia da morte do outro filho — um de 23, numa segunda-feira, e, antes da outra segunda-feira, um de 27 anos, porque um bêbado estava dirigindo o carro —, o que dizer a esta mãe quando ela diz: *"Deputada, o que é que vocês estão fazendo lá? O que é que vocês estão fazendo por nós, o povo que tem necessidade de leis mais enérgicas, mais duras e efetivas?"*

Qual a posição dos Deputados? Quais são as posições dos Parlamentares que aqui se sentam e, neste Parlamento, discutem questões políticas, desesperadamente abraçando os seus partidos, enquanto o povo brasileiro morre, numa quantidade absurda, porque as leis não são aplicadas? Como fazer a diferença, Sr. Presidente? Como podemos fazer a diferença?

Está em nós esse poder. Eu sei que é possível o endurecimento das leis, de maneira que esses assassinos de trânsito não apenas entrem, paguem as suas fianças e vão embora para as suas casas e, no dia seguinte, voltem para os bares para encher a cara.

Não é possível que todos nós que estamos aqui precisemos enterrar um filho no trânsito para que algo seja feito!

E este é o recado da Organização Mundial da Saúde: *"Se o Brasil não abrir os olhos, se o Brasil não fizer nada até 2020, que está aí, cada família terá enterrado um filho no trânsito brasileiro."* É necessário isso? Será possível que nós não podemos acordar? Será possível que a cerveja ainda seja vendida como uma bebida que não é alcoólica? Vocês sabiam que uma tulipa de cerveja tem uma dose de bebida destilada? Se você beber dez tulipas, você está bebendo dez doses de bebida destilada. E nós aceitamos isto como uma coisa normal, como fatalidade, filhos sendo enterrados. Eu não enterrei meu filho! Eu plantei o meu filho e vou colher frutos desse filho plantado.

No meu Estado, eu criei uma instituição chamada Instituto Paz no Trânsito. Lá nós recebemos essas famílias, que ficam completamente desestruturadas: a mãe não lava, não passa, não cozinha mais; a mãe não permite mais que o marido a toque. Esses pais perdem duas vezes: perdem o filho ou a filha e perdem a esposa. Famílias são completamente destruídas, porque essas tragédias de trânsito entram nessas casas devastando-as. Isso não é possível, senhores — não é possível!

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Floriano) - Só 1 minuto, Deputada.

Eu vou pedir silêncio às galerias, porque está discursando a nossa nobre Deputada. Eu peço silêncio, por gentileza.

**A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA YARED** - Isso diz respeito a cada um de nós — a cada um de nós. Todos nós estamos ligados. Se não somos o motorista, nós somos o passageiro. E, se não somos o passageiro, nós somos o pedestre. Não nos sobra outro espaço. Se não acordarmos para isso, meu Deus do céu, o que vamos colher? Que País teremos para os nossos filhos, os nossos netos e para nós mesmos?

É necessário que algo seja feito. É necessário que os senhores entendam, que o País entenda. Esse País que queremos começa com cada um de nós, com nosso exemplo. Dá para ser feito, dá para fazer, depende de cada um de nós. Meu Deus do céu!

Nessa instituição, nós recebemos as famílias que perderam os filhos. Reestruturamos essas casas. Depois, nós vamos para dentro dos hospitais, onde trabalhamos com as mamãezinhas que estão recebendo o seu bebezinho. Para lá nós levamos, então, esses equipamentos de segurança, a fim de que essas mães já aprendam, com palestras, com instruções, como levar a criança para casa.

Trabalhamos também com os infratores, algo espetacular, algo que é possível de ser feito no País inteiro. Recebemos o infrator. Ele passa horas dentro do núcleo de apoio às famílias, ouve as histórias de dores. Depois, ele passa mais horas com uma psicóloga clínica. E, por fim, vai trabalhar no Hospital de Traumas. Ocorre que, de um infrator, no final desse processo, nós temos um educador.

Meu Deus do Céu! Tantas coisas podem ser feitas! Precisamos fazer! É possível fazer! Se depender de nós, iremos fazer. Essas cadeiras aí não vão sair às ruas e dizer: "*Nós estamos fazendo alguma coisa".* Não são as cadeiras, somos nós. Cada Deputado, cada Deputada que está aqui tem que abraçar a causa do trânsito, porque os seus filhos dependem disso também. Há um país ferido, machucado, um país que precisa de mudanças.

**O Sr. Gilberto Nascimento** - V.Exa. me concede um aparte, nobre Deputada?

**A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA YARED** - Pois não, Deputado. Por favor.

**O Sr. Gilberto Nascimento** - Deputada Christiane, é claro que nós gostaríamos de viver em um país onde não houvesse um discurso como o de V.Exa. É muito triste, Deputada, sepultar um filho. É muito triste quando nós sepultamos alguém que amamos, principalmente na condição em que V.Exa. sepultou seu filho. Nós, como pais, não nascemos para sepultar filhos. Isso, logicamente, é uma situação adversa da vida. Eu, infelizmente, já sepultei um filho e sei a dor que V.Exa. sentiu. Agora V.Exa. sepultou um filho por, infelizmente, haver um irresponsável no Paraná que, arvorando-se de autoridade pública, entende que neste País não tem lei, que neste País matar uma pessoa ou matar uma formiga é a mesma coisa. Alguém assume o risco porque, quando bebe, quando fica numa balada até a madrugada e pega o seu carro, sabe que, se ocorrer alguma coisa, nada vai lhe acontecer. Muitas vezes ele, em um carro possante, em um carro blindado, mata e, infelizmente, quando chega a uma delegacia de polícia, trata-se de um crime culposo. Nossa legislação é muito falha. Nossa legislação é muito frouxa. Nós víamos, ainda ontem, nessa madrugada, nos canais de televisão, nos noticiários deste País, um bêbado, um maldito bêbado. Quem bebe tem que assumir a responsabilidade. Temos que pôr bêbado na cadeia, sim.

**A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA YARED** - Tem que ficar preso!

**O Sr. Gilberto Nascimento** - Bêbado tem que ficar preso. Ele tem que assumir, de qualquer forma, a responsabilidade. Deveríamos ter isso como crime doloso, porque ele tem que assumir a responsabilidade — mais uma vez eu digo.

**A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA YARED** - Exatamente.

**O Sr. Gilberto Nascimento** - Ontem, por exemplo, alguém saiu da pista, pegou cinco pessoas e as matou, inclusive uma criança de 4 anos de idade. O que

vai acontecer com esse preso? Provavelmente, hoje ele já terá pago a fiança, talvez de 500 reais, e estará na rua, bebendo novamente e zombando de seus familiares. Esta Casa, tem essa responsabilidade, sim, Deputada! Felizmente, V.Exa. está aqui. E eu quero me juntar a V.Exa., para termos uma legislação mais dura, legislação que não deixe que ocorram 45 mil mortes por ano neste País.

**A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA YARED** - Obrigada.

**O Sr. Gilberto Nascimento** - Este é um dos países que mais matam no mundo. Mas por quê? Porque também não tem legislação. Nobre Deputada, nós temos alguns projetos na Câmara, e tenho certeza de que agora, com a presença do Deputado Eduardo Cunha na Presidência desta Casa, sem dúvida nenhuma, vamos, juntos, falar com S.Exa. e dizer: *"Deputado Eduardo Cunha, nosso Presidente, vamos colocar um projeto como este na pauta. É o que o povo brasileiro espera"*. Eu imagino quantas mães, quantas pessoas se dirigem a V.Exa. para dizer o seguinte: *"Também perdi uma filho nesta condição, e o que é que nós vamos fazer agora?"*

**A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA YARED** - Exatamente.

**O Sr. Gilberto Nascimento** - Todos nós — todos os Deputados desta Casa, de todos os Estados — devemos uma satisfação ao povo brasileiro. E, principalmente, devemos endurecer a legislação, para que fiquem presos aqueles que tiraram a vida dos seus semelhantes, quando simplesmente se embriagaram, sabendo que teriam que assumir o risco e a responsabilidade porque tiraram vidas. Meus sentimentos, a cada dia, a V.Exa., porque eu sei que, mesmo quando nós plantamos um filho, a nossa vida passa a ser uma antes e outra depois. Deixo a minha solidariedade a V.Exa. e o meu compromisso de estarmos juntos nessa luta para mudar essa legislação. Parabéns, e que Deus abençoe a senhora!

**A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA YARED** - Muito obrigada.

É isso mesmo, Deputado, porque país que não pune não educa. Nós não conseguimos educar porque não punimos. A leitura que fica é muito fraca.

O que nós temos são jovens que bebem, senhores e senhoras que bebem — muitas vezes não estão nem habilitados —, matam e não são punidos. Se você conversar com qualquer um deles, eles vão lhe dizer a mesma coisa: *"Não dá em nada. Não dá em nada!"*. Como não dá em nada? As famílias, os amigos e aqueles que amam ficam completamente desestruturados.

Deputado, nós estamos num momento em que o País precisa de mudanças. Vamos fazer essas mudanças. Eu preciso de V.Exas. comigo. Eu preciso que V.Exas. entendam que as leis aprovadas devem ser duras, severas para esses assassinos, para esses indecentes, para esses transgressores, que ainda acreditam que beber e dirigir não dá em nada.

**O Sr. Moroni Torgan** - Deputada Christiane, V.Exa. me permite um aparte?

**A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA YARED** - Por favor.

**O Sr. Moroni Torgan** - Primeiro, quero parabenizar V.Exa. pelo discurso. Eu até vejo mais a mãe do que a Deputada aqui hoje, no sentimento de V.Exa. Realmente, perder um filho é uma coisa terrível, ainda mais nessas condições. A gente queria ver um filho pelo resto da vida, progredindo, queria ver os netos e tudo o mais. Eu não senti isso, mas meu pai sentiu. O meu irmão faleceu antes do tempo, e quantas vezes eu ouvi meu pai dizer, durante o enterro: *"Eu queria estar no seu lugar, meu filho"*. Então, é terrível. Com relação ao trânsito, as pessoas não se dão conta de que, quando pegam na direção de um veículo, pegam numa arma, e numa arma mortal. Por isso, eu duvido que uma pessoa embriagada pegue um revólver,

comece a brincar com esse revólver e comece a dar tiro para tudo quanto é lado. Ou, no caso de outra pessoa que não esteja no seu estado normal, por que alguém não chega a ela e diz: *"Meu amigo, você está meio fora de si, me dê essa arma!"* Eu não entendo por que os amigos dessa pessoa deixam-na sair bêbada e não se incomodam com isso. Se ela estivesse com uma arma na mão, iriam dizer: *"Você não vai mexer nessa arma, porque não está em condições de fazer isso!"* Eles também deveriam tomar essa atitude com as pessoas que bebem e dirigem. Muitas vezes eu também vejo os pais não ensinarem aos filhos como fazer a travessia de uma rua. A travessia de uma rua é o mesmo que atravessar um campo de tiros. Quando é que se atravessa um campo de tiros? Quando o instrutor diz: *"Parem!"* Aí todo o mundo para, pega os alvos, ou coisa parecida, e atravessa o campo de tiros. Numa rua deve-se fazer a mesma coisa: quando a sinaleira mostra "pare", é hora de não atravessar a rua. Da mesma forma quando sinaliza "siga". Nós temos que entender isso, tanto os motoristas que usam a arma quanto os pedestres que estão à mercê da arma. Nós temos que educar os dois lados e mostrar esse ponto. E, principalmente, é lógico, quem usa a arma tem maior responsabilidade e deve ter maior punição. O dolo eventual veio justamente para punir aqueles que sabiam que, através da sua conduta, poderiam praticar um delito. Acho que podemos ir além: aquele que realmente sai embriagado de um lugar e sem condições de dirigir tem que ser responsabilizado mais duramente. É como eu disse, ele vai pegar numa arma e vai começar a disparar para tudo quanto é lado, porque a direção de um veículo se torna uma arma letal quando a pessoa não tem condições de usá-la. Parabéns pelo discurso, Deputada!

**A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA YARED** - Obrigada, Deputado. Quero fazer um registro impressionante. Acreditam V.Exas. que para cada motociclista que morre 50 ficam sequelados? É algo assustador. De cada dez leitos dos hospitais brasileiros, sete são ocupados por acidentados de trânsito. O que está acontecendo com este País? Nós temos uma Nação machucada, ferida com ferida de morte. Há no País 47 milhões de sequelados. E a previsão é que isso aumente assustadoramente. O que nós precisamos fazer? Precisamos endurecer, porque o país que não pune não educa. E nós precisamos educar os nossos jovens, precisamos fiscalizar o que está acontecendo, precisamos punir, sim, seriamente.

Meu Deus, quando é que vamos acordar para tudo isso, para essa tragédia que se instalou no Estado brasileiro? Até quando vamos entender que isso é fatalidade? Jovens, senhores, mulheres, indivíduo que bebe e dirige, que dirige em alta velocidade, que não possui habilitação tem que ser punido, senão não mudamos, nós não mudamos o que está acontecendo neste País.

E o que está acontecendo neste País, meus amados irmãos brasileiros, amigos Deputados, colegas de trabalho, o que está acontecendo neste País é a guerra que se instalou, é uma pandemia de mortes no trânsito.

Deputado Jácome, por favor.

**O Sr. Antônio Jácome** - Deputada Christiane, gostaria de me solidarizar com V.Exa. em seu pronunciamento. Esse é um tema que precisa ser recorrente neste plenário, porque, apesar da Lei Seca e de outras medidas, o número de ocorrências, o número de mortes, de feridos e de sequelados ainda é muito grande. Eu conheço de perto o tema, porque durante muitos anos fui médico plantonista do maior hospital de urgências do meu Estado.

**A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA YARED** - Então V.Exa. sabe bem do que eu estou falando.

**O Sr. Antônio Jácome** - Quantas vezes atestei óbitos de jovens adolescentes mortos por irresponsabilidade de alguém! Assim como V.Exa., carrego comigo as marcas da irresponsabilidade no trânsito, porque perdi dois irmãos no mesmo acidente alguns anos atrás. Concordo que precisamos de uma legislação mais severa. Entretanto, precisamos de algo mais. Se a gente quer, de fato, diminuir a incidência de mortes no trânsito, é inconcebível que no Brasil o trânsito ainda continue matando mais do que o câncer de pulmão, por exemplo. Nós precisamos que a educação no trânsito, Deputada Christiane, seja uma matéria curricular.

**A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA YARED** - Com certeza!

**O Sr. Antônio Jácome** - Precisamos que desde a primeira infância a criança entenda que hoje, num país de dimensões continentais, num país onde a rodovia é o principal meio de transporte, com máquinas poderosas, com carros e motos que chegam a 250, a 300 quilômetros por hora, é preciso uma cruzada nacional em favor da educação no trânsito.

**A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA YARED** - É necessário.

**O Sr. Antônio Jácome** - E ninguém com mais autoridade do que V.Exa. para encampar, para comandar essa grande cruzada nacional para que a gente tenha a diminuição considerável do número de mortos e acidentados e que a gente estimule mais as *blitze* da Lei Seca.

**A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA YARED** - Com certeza!

**O Sr. Antônio Jácome** - A gente vê, muitas vezes, Deputada, nas mídias sociais, a juventude tentando driblar. Até grupos no WhatsApp dizem *"Tem blitz da Lei Seca em tal avenida".* Então, a gente vê essa tentativa de burlar ou de driblar.

**A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA YARED** - É verdade. Nós temos que mudar esse comportamento.

**O Sr. Antônio Jácome** - Exatamente. E mudar comportamento não é fácil.

**A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA YARED** - Mas é possível, Deputado. É possível mudar comportamentos. É um processo.

**O Sr. Antônio Jácome** - É possível num processo demorado, permanente e, como eu disse, iniciando pela educação no trânsito como matéria curricular. Obrigado e parabéns pelo pronunciamento!

**A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA YARED** - Obrigada, Deputado.

Antes de passar a palavra ao nosso caro Deputado, eu só quero deixar aqui o registro de que nós não queremos os nossos filhos pagos com cestas básicas. Nós queremos os nossos filhos vivos! Queremos os nossos amados conosco! Cestas básicas, horas de serviço à comunidade, para voltar às ruas e infringir novamente?!

Nós temos que rever muitas coisas, mas é possível fazer, porque no Estado do Paraná, em Curitiba, nós conseguimos, com ações, diminuir em 30% as mortes no trânsito. Então, é possível fazer. O que nós temos que fazer é levar isso para o País, que vai abraçar, porque esse grito silencioso já ecoa em todos os lugares. Ele não é mais silencioso, está na dor e na alma dessas mães, desses pais, desses amados que gritam que os seus estão indo!

Indiferentemente de quem seja o algoz do filho, a Justiça fica indolente e leva anos para julgar esses casos — anos! Chegam a prescrever. É uma vergonha!

E o nosso trabalho aqui, como representantes do povo... E eu, que represento 200 mil votos pelo Estado do Paraná, como a candidata mais votada, a Deputada mais votada no Estado; eu, que represento o grito e a dor dessas famílias, venho aqui exigir que nós, como parceiros do povo, façamos a nossa parte. É necessário mudar, é necessário fazer! Nós temos é que juntar as forças.

Deputado, por favor, o aparte.

**O Sr. Heráclito Fortes** - Deputada Christiane Yared, eu, a princípio, achava que o melhor testemunho que eu poderia dar era minha solidariedade através do silêncio. Depois, achei que não, que eu tinha o dever como cidadão, como pai, como avô de me associar a essa sua dor, que não tem fim, para ver se desperta as autoridades com relação a fatos como esse, para que não se repita a sua dor, a dor de Cissa Guimarães, da nossa colega Keiko Ota. Elas têm que servir de horizonte para as autoridades deste País. Vejo a senhora jovem, com a vida toda pela frente, acabada pela metade. A sua vida se torna um vazio terrível, porque perde da maneira mais inesperada, mais brutal do mundo um filho que lutou tanto para criar, para vê-lo ser uma pessoa importante na nossa sociedade. Nós temos que encontrar mecanismos para dar um basta a isso. Eu quero dizer a V.Exa. que estarei solidário no meu silêncio. Agora, dou-lhe um conselho: não pare de gritar.

**A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA YARED** - Obrigada, Deputado. Com certeza, não iremos parar, porque essa é uma causa legítima de cada cidadão brasileiro que luta e espera que nós façamos nosso trabalho neste lugar.

Deputada Benedita, por favor.

**A Sra. Benedita da Silva** - Deputada Christiane, estou aqui apenas para ter aqui uma voz de mulher, de mãe, de quem também já teve perda de filho, mas não

nessa circunstância, para dizer que estamos juntas ao levantar esta bandeira. Não aparteei antes, porque quando cheguei V.Exa. estava em sua abordagem. Eu não quis aparteá-la, mas compartilho da sua angústia, da sua dor, da sua veemência. Quero dizer que, se nós nos calarmos, as pedras clamarão. Então, é preciso que nós estejamos mesmo não só clamando, mas denunciando e buscando fazer cumprir aquilo que nós já conquistamos. As leis estão aí para serem aplicadas com eficácia. Por isso, eu agradeço a concessão do aparte por V.Exa.

**A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA YARED** - Só para encerrar, Presidente, eu quero dizer que nós não iremos nos calar. Eu sei que aqui nós temos amigos e irmãos, porque caminhamos juntos. Quero lembrar que, quando nós acendemos a luz para alguém, iluminamos o nosso próprio caminho. Que Deus nos ajude! Que Deus nos fortaleça, para que possamos fazer a nossa parte e a mudança de que este País necessita, começando em cada um de nós.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Floriano) - Dando continuidade às breves comunicações, tem a palavra o Deputado José Airton Cirilo.

**O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO** (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero inicialmente parabenizar todos os engenheiros e engenheiras, minhas colegas e meus colegas de trabalho, pelo Dia do Engenheiro, que foi comemorado no dia 10 de abril. Eu quero aqui abraçar especialmente as minhas companheiras Thereza Neumann Santos de Freitas e Lyttelton Rebelo Fortes, Presidente e Vice-Presidente do Sindicato dos Engenheiros do Estado do Ceará, estendendo essa nossa homenagem a toda a diretoria.

Sabemos da importância, do papel, dos avanços, das conquistas que essa categoria tem propiciado ao nosso País. Os edifícios, máquinas, computadores e até avanços em áreas como a genética se devem à Engenharia.

Um engenheiro é um profissional preocupado com a aplicação do conhecimento científico, matemático e criatividade em nome do desenvolvimento do País.

Venho aqui destacar também este dia 28 de abril, que é o Dia Mundial da Saúde e Segurança no Trabalho, e celebro com um alerta da Organização Internacional do Trabalho, a OIT: por ano, 313 milhões de empregados sofrem acidentes de trabalho, e milhões de trabalhadores e trabalhadoras acabam não sobrevivendo. A cada ano, 2,3 milhões de pessoas morrem. Isso quer dizer 6 mil e 400 pessoas por dia. Cerca de 313 milhões de acidentes de trabalho ocorrem a cada ano, a um custo de 4% do PIB mundial, segundo a OIT.

De acordo com a OIT, anualmente, cerca de 270 milhões de trabalhadores são vítimas de acidentes de trabalho em todo o mundo. No Brasil, segundo o

relatório, são 1,3 milhão de casos, que têm como principais causas o descumprimento de normas básicas de proteção aos trabalhadores e as más condições nos ambientes e processos de trabalho.

O correto é sempre pensar na prevenção. O melhor acidente na verdade é aquele que não ocorre. É fundamental investir em medidas que previnam o acidente de ocorrer.

Segundo a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), de cada dez casos laborais, oito são em áreas terceirizadas.

Com tanto impacto no desenvolvimento econômico do País, precisamos, junto ao Ministério do Trabalho, intensificar as ações fiscais, fazer valer o Pacto Nacional para Redução dos Acidentes e Doenças do Trabalho no Brasil, sobretudo fazer uma campanha nacional de prevenção de acidentes de trabalho e ampliar as análises de acidentes do trabalho realizadas pelos auditores fiscais do trabalho, melhorando sua qualidade e divulgação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Floriano) - Dando continuidade, com a palavra o nosso nobre Deputado José Rocha, do PR da Bahia, por 1 minuto.

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Ilustre Presidente Francisco Floriano, Sras. e Srs. Deputados, eu quero aqui manifestar a nossa solidariedade ao povo de Salvador, que está sofrendo muito com as fortes chuvas que têm caído sobre aquela cidade. Nós já contamos 17 vítimas fatais, diversas outras estão sendo atendidas nos hospitais, tudo em função das fortes chuvas que têm caído ultimamente na cidade e têm provocado dor em várias famílias na nossa cidade de Salvador.

Quero, ao mesmo tempo, registrar a preocupação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, que já manteve contato com o Governador Rui Costa, oferecendo todo o apoio do Governo Federal para amenizar o sofrimento das pessoas que estão passando pela dor da perda não só dos seus entes queridos, mas também dos bens materiais, da casa que habitavam. Realmente, Salvador sofre muito com as fortes chuvas, mas estamos vendo a Presidenta se colocar à disposição para minorar esse sofrimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Floriano) - Muito obrigado, Deputado José Rocha.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Floriano) - Quero parabenizar os alunos da Escola Pequeno Príncipe, do Distrito Federal. Um abraço para vocês. Hoje todo o setor da educação está aí. Hoje se celebra o Dia Mundial da Educação.

Concedo 1 minuto à nobre Deputada Jô Moraes.

**A SRA. JÔ MORAES** (PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero apenas registrar, neste dia 28 de Abril, Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes do Trabalho, minhas homenagens ao Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, que hoje, no conjunto das empresas, não só protesta pelas mortes já ocorridas, mas também nos pede que votemos medidas e leis que protejam os trabalhadores em suas empresas.

Sr. Presidente, peço que meu pronunciamento seja dado como lido e divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Floriano) - O pedido de V.Exa. será atendido, nobre Deputada.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje os trabalhadores da base do Sindicato dos Metalurgicos de Betim, lgarapé e São Joaquim de Bicas, de minha Minas Gerais, estão nas ruas para denunciar o desrespeito à integridade física e à vida do trabalhador. Os atos públicos estão sendo feitos nas portas de fábricas, onde têm ocorrido casos escabrosos de acidentes de trabalho, de violações à saúde dos trabalhadores, em sua maioria jovens em plena idade produtiva e reprodutiva.

Nos últimos 10 anos, 22 trabalhadores perderam a vida dentro de fábricas metalúrgicas de Betim e região — uma média de quase três mortes por ano,

engrossando as estatísticas de mais de 3 mil e 800 acidentes e doenças do trabalho registradas no mesmo período pelo Sindicato. O que perfaz quase 400 acidentes e registros de doença do trabalho anualmente.

Nesse período, uma empresa fornecedora de peças para a Fiat Automóveis, a Tower Automotive, registrou um dos casos mais emblemáticos dos acidentes ocorridos na categoria. No exato espaço de 1 ano, dois metalúrgicos tiveram que amputar ambas as mãos, após sofrerem acidentes no momento que trabalhavam em prensas. O último acidente ocorreu no último dia 12 março. Antes, em 2006, no setor de estamparia da fábrica, outro trabalhador já havia morrido esmagado por um equipamento conhecido como gaiola, que estava carregado com peças. Em 2012, outros quatro metalúrgicos também morreram em acidentes ocorridos na empresas Teksid, Nemak e Comau, do grupo Fiat.

Os registros do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e região não são uma aberração num universo alentador. Não! Infelizmente eles são quase a regra tanto nacional quanto em termos mundiais.

Anualmente cerca de 2 milhões de trabalhadores perdem suas vidas no exercício da atividade laboral. São 5 mil mortes por dia, quase o dobro das baixas ocasionadas pelas guerras. Desse total, 12 mil vítimas são crianças. São cerca de 270 milhões de acidentes de trabalho todos os anos. E 160 milhões de pessoas com doenças relacionadas ao trabalho, um custo equivalente a 4% do Produto Interno Bruto de todos os países do planeta.

A cada ano o Brasil perde de 2,5% a 4% de seu PIB com o pagamento de benefícios previdenciários e afastamento de trabalhadores de suas atividades por acidentes e doenças. Os dados são do Ministério da Saúde.

Só no ano de 2007, 653 mil e 90 brasileiros segurados do INSS, portanto inseridos no mercado formal de trabalho, foram vítimas de acidentes e doenças no exercício de suas atividades.Isso significa prejuízos à saúde, às famílias, ao País, pois a maioria dos casos envolve ferimentos, fraturas, traumatismo de punho e mão, amputações, queimaduras, corrosões e esmagamentos.

Por isso a frase dita pelo do Diretor de Saúde do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, Rogério Djalma, soa tão emblemática e dói tanto em nós. Diz ele: *"As empresas investem muito em tecnologia e no aumento da produtividade, e muitas vezes se esquecem de cuidar do principal: da vida humana".* Por que é disso que estamos falando aqui. É disso que trata a celebração do 28 de abril, Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes do Trabalho. Estamos nos referindo ao bem mais precioso, à vida humana.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Floriano) - Concedo a palavra ao Deputado Victor Mendes, do Maranhão.

**O SR. VICTOR MENDES** (PV-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente em exercício, Deputado Francisco Floriano, cumprimento V.Exa., as Sras. e os Srs. Deputados, a imprensa, os servidores desta Casa, os visitantes que se encontram nas galerias — em especial os jovens da Escola Pequeno Príncipe —, enfim, todos os que nos assistem e que participam desta sessão no dia de hoje.

Gostaria de, mais uma vez, Sr. Presidente, pedir vênia aos colegas e ao Brasil para tratar de uma questão. Sei que há diversos temas polêmicos e mais pertinentes à nossa Nação neste momento, como o da reforma política, que eu já abordei, o da redução da maioridade penal, que também já abordei, e o da terceirização. Enfim, eu queria pedir licença para, em vez de tratar dessa pauta nacional, reportar-me ao Estado do Maranhão, aos meus conterrâneos, em especial ao recém-eleito Governador do Estado, Flavio Dino, do PCdoB. Torcemos para que dê certo seu Governo e que realmente S.Exa. consiga efetivar tudo aquilo que prometeu durante a campanha eleitoral. Como Deputado Federal, eu estarei aqui para ajudar o Governo e principalmente o Maranhão no que for possível para melhorar a vida da nossa gente.

Com esse raciocínio, ocupo a tribuna na tarde de hoje justamente para fazer uma observação. Não é crítica, não é ofensa, mas uma observação, uma construção positiva ao nosso Governador Flavio Dino.

Uma preocupação que está tomando conta do nosso Estado são as várias obras paralisadas, que não têm tido continuidade, em especial as dos hospitais macrorregionais nas principais regiões do Maranhão, nas cidades-polo de Pinheiro,

Santa Inês e Bacabal. Alguns desses hospitais já estão com 95% das obras concluídas, quase prontos para funcionar. O de Bacabal está com apenas 60% das obras concluídas.

Esses hospitais representam um grande sonho para aquelas regiões, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, porque contarão, pela primeira vez, com atendimento de alta complexidade. O que é isso? É o acesso a uma UTI, a uma medicina completa, com a mais alta tecnologia. A preocupação do nosso Estado é que, se esses hospitais não começarem a funcionar, vidas continuarão a ser perdidas, como aconteceu recentemente na cidade de Pinheiro, onde um grande amigo meu perdeu um filho por falta de UTI.

E agora a notícia que nos chega é a de que essas empresas vão paralisar as obras por não terem recebido o pagamento ou por não terem notícia do Governo do Estado a respeito da continuação das obras, de como serão feitos os pagamentos e de como os processos vão tramitar.

Então, eu trago esta preocupação e rogo ao Governador Flávio Dino que resolva essa situação e coloque imediatamente esses hospitais para funcionar, pelo bem do povo do Maranhão, pelo bem do povo de Pinheiro, de Santa Inês, de Bacabal e pelo bem daquelas centenas de milhares de pessoas que vão ter acesso a uma saúde de alta complexidade.

É com esse sentimento de humildade que eu peço ao Governador Flávio Dino que mude um pouco as suas prioridades, que pare de ocupar a mídia apenas para dizer que o passado não prestou, que o passado foi isso e aquilo. Pare de olhar para o retrovisor e olhe para a frente, Governador, a fim de que se dê uma resposta efetiva à população do Maranhão! Os hospitais estão quase prontos para começar a funcionar. Só depende do Governo de V.Exa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Floriano) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Heráclito Fortes, que disporá de 3 minutos.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não poderia deixar de vir a esta tribuna para comentar matéria de ontem do jornal *O Estado de S.Paulo*: *Ex-Ministro de Lula e Dilma, Lupi diz que PT roubou demais e se esgotou.*

Concordo com a segunda parte, mas o Ministro Lupi falar em "roubou demais" está criando o "lupostrômetro", que é o medidor de corrupção neste País. É uma brincadeira, partindo de quem não tem sequer o direito de tratar desse tema, porque foi Ministro deste Governo, a tudo assistiu, saiu de maneira nebulosa e agora faz esse discurso como se tivesse descoberto a pólvora.

O que quero mesmo pedir, Sr. Presidente, é que conste nos Anais da Casa essa declaração. É preciso que a história brasileira registre esse fato para a posteridade.

Pasmem, meus caros colegas! Já se passaram 48 horas e o Governo, talvez como os que concordam — a Deputada Benedita não fez nenhuma manifestação —, não fez manifestação alguma, não desaprovou as declarações do ex-Ministro Lupi! Não protestou. Não afastou o seu colega de partido, que é o Ministro do Trabalho. Realmente, é difícil entender o que se passa no seio do Governo.

Isto aqui não está saindo da lavra da Oposição. Não é a Oposição que está dizendo isso; é o ex-Ministro, que sabe das coisas. Portanto, o povo brasileiro tem o direito de se indignar com o que vem acontecendo no Brasil.

Nós estamos em um despenhadeiro, onde os fatos acontecem e já não mais nos estarrecem. Quando vem o balanço da PETROBRAS, vê-se que nós temos um

rombo por incompetência de 22 bilhões, e um rombo declarado de 6 bilhões. Não é possível! Essa coisa tem que ser analisada e é preciso que se dê um basta.

De qualquer modo, Sr. Presidente, peço a transcrição nos Anais da Casa desse discurso de Carlos Lupi, que infelizmente, num país anestesiado como o nosso, não teve nenhuma repercussão.

Muito obrigado.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

Ex-ministro de Lula e Dilma, Lupi diz que PT 'roubou demais' e 'se esgotou"

Isadora Peron - O Estado de S. Paulo

'Faxinado' por suspeitas de irregularidades no Trabalho em 2011, presidente do PDT partido que petistas 'exageraram' e reclama que conversa com a atual e o ex-presidente é qual o naco de poder que fica com cada um'

BRASÍLIA- Ex-ministro dos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff e um dos "faxinados" do mandato passado, o presidente nacional do PDT, Carlos Lupi, disse que os petistas "roubaram demais" e que o partido deles "se esgotou". "O PT exauriu-se, esgotou-se. Olha o caso da Petrobrás. A gente não acha que o PT inventou a corrupção, mas roubaram demais. Exageraram. O projeto deles virou projeto de poder pelo poder", disse Lupi um dia após a Petrobrás divulgar que a perda da estatal com a corrupção chegava a R$ 6,2 bilhões.

A declaração foi feita durante um encontro com correligionários na quinta-feira, em São Paulo. O Estado teve acesso à fala de Lupi, que foi confirmada pelo próprio dirigente pedetista.

Na conversa, o presidente do partido fez ressalvas a programas simbólicos dos governos petistas, como o Bolsa Família. "Tirou milhões da miséria, isso é bom para caramba. O Nordeste é outro (avanço), é verdade. Quem não vê isso é mentiroso, nojento. Eu tenho raiva deles. Mas (o governo) criou também uma dependência. Eu vejo gente que não quer trabalhar para manter o Bolsa Família,

isso esta errado. O programa tem que ser instrumento para tirar da miséria, não para manter na miséria."

Aos correligionários, Lupi também reclamou do tratamento dado pelo PT ao PDT desde que as duas legendas formalizaram a aliança em 2006, quando o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva disputava a reeleição. "A conversa com o PT, com o amigo Lula e com a presidente Dilma, é qual o naco de poder que fica com cada um. Para mim, isso não basta. Eu não quero um pedaço de chocolate para brincar como criança que adoça a boca. Eu quero ser sócio da fábrica, eu quero ajudar a fazer o chocolate.

Em um momento de autocrítica, o presidente do PDT disse que o partido se "acomodou" por estar no poder, mas que, diante da insatisfação demonstrada pela população nas ruas, o partido precisa começar a buscar novos caminhos ou sofrerá as consequências no futuro.

"Se a gente não acordar para isso, daqui a pouco a população vai fazer como juiz de futebol: vai dar cartão vermelho para gente. Para muitos, já está dando", disse Lupi. De acordo com aliados do dirigente pedetista, esse tem sido o tom usado por ele durante as reuniões com as Executivas estaduais do PDT desde o início do ano.

Segundo Lupi, o fato de nas últimas eleições candidatos como o palhaço Tiririca (PR-SP) e o ex-jogador Romário (PSB-RJ) terem sido eleitos para cargos no Legislativo demonstram o descontentamento das pessoas com a figura do político tradicional. "O povo está fazendo isso para sacanear a gente. Está dizendo: 'Seus babacas, me respeitem, porque senão olha o que eu vou fazer com vocês. Em vez de votar em vocês, eu vou votar no Tiririca, vou votar no Romário'."

Planos. Procurado pelo Estado, Lupi confirmou o teor do discurso feito na quinta-feira. Ele nega que o PDT pense em deixar a base aliada neste momento. Acomodado no Ministério do Trabalho — cujo atual titular é Manoel Dias -, o partido conta hoje com 19 dos 513 deputados da Câmara e 6 dos 81 senadores.

Ex-ministro do Trabalho, Lupi deixou o governo Dilma em dezembro de 2011, após uma série de denúncias de irregularidades envolvendo integrantes da pasta. Apesar de o partido continuar no comando do ministério até hoje, a relação do PDT e PT está a cada dia mais estremecida. Parte dos senadores do partido defende a

saída imediata da base do governo. Na Câmara, a bancada da sigla não tem mais seguido a orientação do Palácio do Planalto na hora das votações.

Até agora, Lupi era apontado como o que mais resistia à ideia de deixar a base aliada. Hoje, no momento em que o PT passa pela sua maior crise desde que assumiu o governo, em 2003, o dirigente trabalhista resume assim o seu sentimento: “A gente não quer ser um rato, que foge do porão do navio quando entra a primeira água, mas também não queremos ser o comandante do Titanic, que ficou no barco até ele afundar”.

*O Sr. Francisco Floriano, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Capitão Augusto, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Augusto) - Com a palavra o Deputado Wadson Ribeiro, de Minas Gerais. S.Exa. tem 3 minutos.

**O SR. WADSON RIBEIRO** (PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu venho à tribuna para falar de um tema que, há alguns dias, tem tomado grande tempo de debate nesta Casa. Venho aqui expressar minha preocupação e confirmar minha posição em relação ao debate feito nesta Casa sobre a redução da maioridade penal.

É claro que o Brasil assiste, especialmente nos grandes centros, a um processo desenfreado da violência; uma violência que por vezes faz com que jovens abaixo dos 18 anos cometam crimes: crimes bárbaros e até mesmo crimes hediondos. Sr. Presidente, eu venho aqui para dizer que também respeito aqueles que aqui são Deputados e têm a sua origem na segurança, e que têm um belíssimo trabalho prestado à sociedade brasileira. Mas venho aqui com a mais firme convicção de que não é a redução da maioridade penal a resolução para os problemas que acometem a juventude brasileira. As cadeias do Brasil já estão superlotadas e, na sua maioria, lotadas por negros jovens, jovens que não tiveram acesso à educação, à cultura e ao lazer.

Acho que, de forma pejorativa, alguns nesta Casa falam em “bancada da bala”. Eu acho que isso é uma colocação pejorativa e depõe contra esta Casa, porque eu muito respeito aqui os Deputados que têm origem nessa militância da segurança pública. Nós não podemos banalizar esse debate.

Mas queria, de forma muito convicta, dizer que nós não podemos, no momento em que o Brasil ampliou a oportunidade para os jovens ingressarem nas universidades, no momento em que o Brasil procurou estabelecer mais políticas

públicas para a juventude, no momento em que o Brasil tirou mais de 20 milhões de pessoas da linha da miséria, votar uma medida que coloque a juventude na cadeia.

A juventude brasileira não precisa de cadeia, porque por muitas vezes a cadeia acaba se tornando uma escola do crime e não recuperando essa juventude. Do que a juventude precisa, Sr. Presidente, é que seja dada a ela a oportunidade de estudo, a oportunidade de lazer, a oportunidade de ter acesso à cultura. O que nós precisamos é fazer com que a nossa juventude tenha acesso e possa se alistar às Forças Armadas para defender a nossa Pátria.

Concluindo, Sr. Presidente, que a nossa juventude possa ter acesso a escola de qualidade, e nós não podemos encarcerar toda uma geração de jovens brasileiros a pretexto desse encarceramento ser a saída para os males da violência brasileira.

De modo, Sr. Presidente, que eu respeito muito esse debate feito na Casa, mas trago aqui a minha opinião, a minha posição e também a posição do meu partido de que nós somos contra essa medida que tramita, e vamos lutar até o fim para que ela não seja aprovada essa medida que vai colocar milhões de jovens abaixo de 18 anos nas cadeias do Brasil.

O remédio para essa juventude é o contrário disso: é mais escola, mais emprego, mais acesso ao lazer e mais educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Augusto) - Com a palavra a voz de Itu na Câmara dos Deputados, o Deputado Missionário José Olimpio. S.Exa. tem 3 minutos.

**O SR. MISSIONÁRIO JOSÉ OLIMPIO** (Bloco/PP-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todo o público que nos ouve, o que nos traz a esta tribuna nesta tarde é a votação que nós fizemos aqui sobre a terceirização.

Votamos a favor da matéria desde o primeiro momento. O projeto teve dificuldades, mas ao final foi aprovado.

Nós estamos hoje concluindo a discussão das emendas aglutinativas que foram aprovadas. Muitos dos que conduzem as empresas terceirizadas têm prestado um grande trabalho ao País, como nós temos acompanhado, principalmente no nosso Estado, São Paulo, Deputado Silas Câmara — e sei do seu trabalho no Amazonas.

Nobres Deputados, temos discutido projetos importantes nesta Casa, como o que trata do combate à violência. Nós temos que votar, sim, a redução da maioridade penal. Se o jovem de 16 anos pode votar, por que ele não pode responder pelas suas ações penais? Chegou o momento do embate. Nós vamos votar. Este Deputado é favorável, sim, à redução da maioridade penal, até para que possamos mostrar que realmente temos que fazer diferença no nosso País. Eu queria deixar este registro, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

E também queria falar um pouco da saúde. A saúde tem sido um peso para os nossos Municípios e Estados. Eu sou da região de Sorocaba e Itu e acompanhava nesta semana, Deputado Francisco Floriano, a visita da televisão

*Bandeirantes* a alguns pontos de atendimento, a alguns postos de saúde, que estão um caos.

Quero dizer mais uma vez ao Sr. Prefeito da cidade de Itu que, como Deputado, estou pronto para ajudar no que eu puder, aqui em Brasília, para que seja inaugurado o mais breve possível aquele posto de saúde que está sendo construído no Parque Industrial, um ponto de grande atendimento na cidade. Nós estamos prontos para ajudar, basta que o Prefeito nos procure e abra as portas para, juntos, independentemente de posição política, trabalharmos em benefício daqueles que nos elegeram. Esta é a nossa colocação, esse é o nosso trabalho, Sr. Presidente.

E eu deixei para o final o registro, que nós já fizemos aqui hoje, sobre os Correios, sobre o mau atendimento, sobre o precário atendimento prestado à população. Temos recebido muitas reclamações de pessoas que não têm conseguido pagar seus impostos, suas duplicatas, porque as contas chegam sempre atrasadas. É lamentável o que está acontecendo nos Correios. Precisamos de providências urgentes. Deixo mais este registro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Falou o Deputado Missionário José Olimpio, representante da Igreja Mundial do Poder de Deus de São Paulo.

*O Sr. Capitão Augusto, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário*

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Vamos ouvir agora o Deputado Silas Câmara. Logo depois, voltamos ao Deputado Francisco Floriano, do Rio de Janeiro.

**O SR. FRANCISCO FLORIANO** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Deputado Silas Câmara, tem V.Exa. a palavra.

**O SR. SILAS CÂMARA** (PSD-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em uma importante reunião, hoje, da Comissão Especial que vai proferir parecer sobre o Estatuto da Família, ficou decidido que faremos seminários e audiências públicas em diversos Estados brasileiros.

Fiquei feliz de o Estado do Amazonas ser incluído no plano de trabalho do Relator. Aproveito para aqui saudar o nosso Presidente, Deputado Pastor Sóstenes, que com certeza vai agregar ao nosso debate informação muito importante adquirida nessa caminhada pelo Brasil, a impressão do povo brasileiro, na sua própria origem, sobre a importância da família. Quero parabenizá-lo e registrar que, como Vice-Presidente da Comissão que vai gerar o relatório do Estatuto da Família, estarei sempre atento à família, à importância da família tradicional no contexto desse Estatuto.

Peço a V.Exa., Sr. Presidente, que faça divulgar este pronunciamento nos órgãos de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil.*

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Atendo o pedido de V.Exa. O pronunciamento será divulgado nos órgãos de imprensa da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Francisco Floriano.

**O SR. FRANCISCO FLORIANO** (PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a capa do jornal *O Globo* de dias atrás estampa a frase *Cadeia Zero*. *Plano para construir presídio se arrasta* — ainda no momento em que a Casa quer a mudança da maioridade. Onde vamos colocar tantos jovens?

A favor da nova maioridade eu sou, mas temos que educar. Hoje é o Dia Mundial da Educação. A educação não pode mudar o mundo, mas muda as pessoas. No entanto, após 4 anos, o Governo não criou as vagas prometidas em projeto.

Das 99 unidades previstas para ajudar ou combater a superlotação do sistema, 46 ainda estão no papel, 33 obras encontram-se paradas e outra quantidade também parada. Nenhuma obra concluída. Segundo o Ministério da Justiça, que gerencia o programa, os atrasos se devem a entraves enfrentados pelos Estados para aprovar os projetos, liberar terrenos e apresentar documentação.

O sistema prisional, diante da sua ineficiência, é um dos nossos maiores problemas, e isso faz com que a violência aumente. Nesse contexto, não só os direitos humanos são desrespeitados, mas as cadeias constituem-se em locais onde se formam as grandes quadrilhas, os principais problemas na área de segurança.

Além disso, as péssimas condições carcerárias não propiciam a recuperação dos infratores. Isso contribui para que a maior parte dos presos volte a cometer crimes quando retornam ao convívio social. Quer dizer, tem que haver uma educação formada, tem que haver um trabalho de base dentro dos presídios, tem

que se fazer algo que possa realmente mudar essa condição. Nós temos já essa grande situação dentro da Casa, da CPI da Carceragem, da qual faço parte, em que vamos levantar várias teses para que haja trabalho manual para o preso, para ocupar essa mente vazia.

Essa assertiva é comprovada por várias pesquisas recentes, que revelam a reincidência nos presídios — mais de 70% dos presos voltam a cometer crimes quando regressam ao convívio social. Fico muito preocupado, pois estamos a dois passos de aprovar a redução da maioridade penal e precisamos dar estrutura para aprovar essa proposta, ou seja, estruturar os presídios.

Estamos investigando aqui na Casa, através da CPI do Sistema Carcerário, essa latente desestruturação do sistema prisional, que intensifica a incredulidade da sociedade sobre uma possível reabilitação do preso e do seu retorno ao convívio social.

Precisamos de resposta rápida do Governo Federal, para que o Plano Nacional de Apoio ao Sistema Prisional seja 100% executado.

Enfim, que se venha a criar outra realidade para os presos no País.

Que Deus abençoe você, sua família e todo o povo brasileiro. Chamo a atenção de todos e parabenizo o grande trabalho da Igreja Evangélica, que tem estado presente nos presídios, obtendo uma grande recuperação de presos, que tomam uma nova vida, que tomam um novo pensamento e mudam seu comportamento.

É necessário que dentro do sistema carcerário pessoas venham trabalhar em apoio, não só os da religião evangélica, mas também da católica, da espírita, dando atenção total e completa aos presidiários.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que este meu pronunciamento seja divulgado nos órgãos de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Aliel Machado.

**O SR. ALIEL MACHADO** (PCdoB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita alegria que vejo as galerias da Casa ocupadas por funcionários, por pessoas que vêm aqui acompanhar o trabalho legislativo e reivindicar os seus direitos. Isso não está acontecendo no Estado do Paraná.

O Governador do Estado do Paraná, do PSDB, colocou em sistema de rodízio 4 mil policiais militares nos arredores do Palácio do Iguaçu e da Assembleia Legislativa para coibir as reivindicações dos professores da rede estadual de ensino e dos funcionários do Estado do Paraná. As reivindicações são contra o absurdo de quererem mudar o sistema previdenciário.

Após 4 anos, o Governador do Estado do Paraná quebrou o Estado, que era sólido. Agora ele tenta sequestrar, tirar à força, com um aparato policial, esse direito, essa contribuição, feita a duras penas, ao longo dos anos, pelos funcionários do Estado. Esse é o choque de gestão e o modelo de gestão do PSDB que está acontecendo no Estado de São Paulo, que está acontecendo no Estado do Paraná, que aconteceu quando quebraram a Previdência em Minas Gerais. Isso precisa ser visto!

Deixo aqui a minha indignação à maneira truculenta como foram tratados os profissionais da área da educação na madrugada de ontem para hoje no Estado do Paraná. Os profissionais foram tratados como bandidos — aqueles que são os responsáveis por educar os nossos filhos, por trazer cultura e ensinar sobre política!

Eles foram tratados como bandidos ontem na Capital do Paraná, Sr. Presidente, pelo Governador daquele Estado, de maneira truculenta, sem diálogo!

Ficam aqui os nossos pêsames.

E digo mais: estamos acompanhando, com todos os órgãos responsáveis, e não vamos aceitar essa atrocidade feita com os funcionários públicos do Estado do Paraná. Nós já estamos fazendo um debate sobre isso

na Comissão de Educação.

Para finalizar, Sr. Presidente, nós acabamos de ter uma audiência com o Ministro da Previdência Social, o Ministro Gabas, que inclusive ainda está acontecendo no Plenário 11. E eu alerto todos os cidadãos do Estado do Paraná para que fiquem atentos. Esse projeto da Previdência pode não só prejudicar os funcionários daquele Estado, por esse modelo falido do PSDB de fazer gestão pública, como também pode atrapalhar todos os paranaenses, porque corremos o risco, caso o projeto seja considerado ilegal, pela maneira como ele é conduzido, de termos condições e não termos as certidões necessárias para que aquele Estado possa correr atrás dos seus empréstimos, atrás de benefícios, inclusive de repasses diretos do Governo Federal.

Fica aqui a minha indignação e a minha solidariedade aos profissionais da área de educação e a todos os funcionários do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Depois do Paraná, vamos ao Rio de Janeiro, ouvir a voz forte da mulher, a voz da sempre Governadora do Estado Deputada Benedita da Silva.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje fizemos, em nome da Comissão de Relações Exteriores, uma visita institucional ao Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro — COMDABRA e ao 1º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo — CINDACTA.

Sr. Presidente, o objetivo da Comissão é acompanhar a implantação de projetos estratégicos das Forças Armadas. Fiquei muito feliz por ver que ali nós tínhamos um produto nacional de qualidade, feito aqui em nosso País, por pessoas que acreditam neste País e que nos estavam apresentando, com muita qualificação e inteligência, equipamentos de primeira ordem, que não ficam devendo aos de nenhum país do mundo.

Eu não poderia deixar de vir à tribuna parabenizar as medidas de policiamento e de controle do tráfego aéreo brasileiro em tempo de paz e as medidas necessárias para deixá-lo preparado para o tempo de guerra.

As explicações e informações passadas a nós nessa visita são fantásticas, extraordinárias, de quem tem estratégias. Quando perguntamos sobre a formação, eles disseram: *"É como se estivéssemos o tempo inteiro em céu de brigadeiro"*. Neste momento, a nossa preocupação está voltada para quando não estivermos nesse céu de brigadeiro. Esperamos que esse dia não chegue, mas estamos preparados para averiguação e para intervenção.

A Força Aérea Brasileira quer o espaço mais seguro e mais soberano para a nossa Nação, um território de 22 milhões de quilômetros quadrados. Este é o nosso País. Essa é a responsabilidade colocada nas mãos das COMDABRA. A nossa Força Aérea está, sem dúvida, defendendo e protegendo o nosso espaço aéreo, orgulhando-nos a cada dia mais.

Sr. Presidente, concluo dizendo que outras operações também são feitas, como patrulha marítima, busca e salvamento em acidentes aéreos e marítimos e apoio à Defesa Civil.

Agradeço a V.Exa. a tolerância, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Muito obrigado, Deputada Benedita.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo de Castro, por 1 minuto.

**O SR. RODRIGO DE CASTRO** (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Deputado Gilberto Nascimento, a Câmara fica honrada por ter V.Exa. na presidência dos trabalhos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os cortes promovidos pelo Governo Federal na área da educação atingem mais uma vez a parcela mais carente de nossos estudantes.

Depois de dificultar o acesso ao Programa de Financiamento Estudantil — FIES, problema até hoje sem solução, as universidades começam a cortar ou mudar os critérios de concessão das bolsas de estudo que auxiliam os alunos mais carentes a custear gastos extras com compra de livros, lanches e pagamento de transporte.

Universitários temem ser obrigados a abandonar o sonho do ensino superior. Apenas no meu Estado, Minas Gerais, em 11 universidades federais os critérios já foram mudados, dificultando o acesso aos alunos, inclusive, infelizmente, às Universidades de Viçosa e Juiz de Fora.

As reitorias e diretorias das universidades federais de todo o País, Sr. Presidente, têm feito verdadeiros milagres para manter as unidades em funcionamento, em função dos cortes orçamentários feitos pelo Governo.

A cada dia, Sr. Presidente, a promessa da “Pátria Educadora” parece ser mesmo uma brincadeira de péssimo gosto da Presidente da República, que não tem tido, infelizmente, compromisso com a educação do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os cortes promovidos pelo Governo Federal na área da educação atingem mais uma vez a parcela mais carente dos nossos estudantes. Depois de dificultar o acesso ao Programa de Financiamento Estudantil — FIES, problema até hoje sem solução, as universidades federais começam a cortar ou mudar os critérios de concessão das bolsas de estudo, que ajudam alunos a custear gastos extras como livros, lanches e transporte.

Universitários temem ser obrigados a abandonar o sonho do ensino superior. Apenas no meu Estado, Minas Gerais, em onze universidades federais já há novas regras para a concessão de bolsas, inclusive nas cidades de Viçosa e Juiz de Fora.

Em todas essas universidades, há corte nas bolsas para moradia e alimentação ou, ao menos, suspensão na concessão de novos benefícios. Ou seja, os calouros não conseguem nenhum tipo de auxílio.

Em algumas unidades, os critérios para a concessão de bolsas estão sendo revistos, e apenas os alunos cujas famílias tenham renda de até um salário mínimo estão sendo beneficiados. Mas como uma família com renda próxima de 1 mil ou 1,5 mil reais pode arcar com custos de alimentação, material didático, transportes e, até mesmo, em muitos casos, custear que o aluno viva em outra cidade? Sabemos que não dá.

As reitorias e diretorias das universidades federais de todo País têm feito verdadeiros milagres para manter as unidades em funcionamento em função dos cortes orçamentários feitos pelo Governo.

Além da questão das bolsas, serviços de manutenção já foram cortados, servidores terceirizados foram dispensados e a compra de material para laboratórios

e pesquisa foi suspensa. Na Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, houve até atrasos nos pagamentos de contas de água e luz.

A cada dia a promessa da “Pátria Educadora” parece ser mesmo uma brincadeira de mau gosto da Presidente Dilma.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Lincoln Portela, por 1 minuto.

**O SR. LINCOLN PORTELA** (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado Gilberto Nascimento.

Pronuncio-me para me mostrar contrário ao Projeto de Lei nº 6.701, de 2013, sobre a questão dos agentes penitenciários e do diretor de penitenciária. O projeto, da forma como está, não pode ser aprovado em hipótese alguma.

Inclusive, hoje estou entrando com um requerimento de retirada de pauta, para elaborarmos o substitutivo a esse projeto de forma mais completa, porque senão estaremos penalizando o diretor e determinados agentes, sendo que, no sistema prisional, temos dezenas de categorias de servidores.

Venho, ainda, mostrar-me solidário também com a Polícia Civil de Brasília, que não pode continuar mais da maneira como está, sendo injustiçada financeiramente em sua carreira.

É preciso resolver essas questões, principalmente a questão salarial dos policiais civis do Distrito Federal.

Obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Vanderlei Macris, do PSDB de São Paulo.

**O SR. VANDERLEI MACRIS** (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Srs. Deputados, a velha propaganda eleitoreira do PT novamente é exposta em rede nacional, infelizmente, à custa de recursos públicos mais uma vez jogados pelo ralo.

A verba retirada da educação para financiar a expansão do ensino superior pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais — REUNI mostra-se como mais um engodo petista, ou seja, mais um indício de propaganda enganosa para a população brasileira.

Em amostra de avaliação realizada pela Controladoria-Geral da União — CGU, de 72 obras fiscalizadas do REUNI, 37% não cumpriram nem o cronograma físico-financeiro apresentado.

Criado em 2007, o Programa tinha o objetivo de ampliar o acesso e a permanência de estudantes na educação superior.

Sr. Presidente, Deputado Gilberto Nascimento, como tudo o que acontece no Governo do PT, sobressai a propaganda, mas não se dá nenhuma importância às promessas. Assim, diversas obras que deveriam ampliar as universidades sequer ficaram prontas, e não há previsão para serem concluídas.

A construção de dois prédios para o Hospital Universitário da Universidade Federal de Sergipe foi interrompida com pouco mais de 10% da obra executada; na Universidade Federal do Rio Grande do Sul também há obras suspensas; as obras do Hospital de Medicina Veterinária da Universidade Federal da Bahia estão atrasadas; e na Universidade Federal do Pará a construção do prédio para os cursos

de Farmácia e Odontologia está parada. Em todo o Brasil a situação é a mesma: descaso!

Vale ressaltar que o REUNI terminou há mais de 2 anos. Bilhões de reais foram gastos, e muitas obras importantes ainda estão paradas e se deteriorando. O MEC diz que o cronograma foi cumprido, que muitas universidades foram ampliadas, permitindo um aumento significativo na oferta de cursos e vagas, o que não é verdade.

Para a Controladoria-Geral da União, a realidade é outra: das 72 obras fiscalizadas, um terço não cumpriu o cronograma.

No país do “Brasil, Pátria Educadora” é assim que se trata a educação.

Esse é o caminho, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que o PT escolheu para tratar a educação brasileira. É assim que o PT engana os brasileiros, como fez com a modificação no FIES, com a pseudorredução da tarifa de energia elétrica e com o falso controle da inflação, que sabemos, não existe.

A falácia do “País de todos” caiu por terra. O “Brasil para todos”, na verdade, é só para todos aqueles que participam do conluio petista. Estes, sim, estão bem amparados e resguardados.

Para os brasileiros, estudantes e trabalhadores, que buscam uma vida melhor e digna sobra o descaso e a negligência da Presidente Dilma e do seu débil Governo.

Esta é a realidade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de um país que se propõe, com o lema *Brasil, Pátria Educadora*, a investir na educação brasileira. Olhem o resultado que aqui está: obras paradas, universidades no descaso e os

estudantes sem condições de poder caminhar na direção proposta da propaganda enganosa propiciada pelo PT aos brasileiros nos últimos anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*O Sr. Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Cunha, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Valmir Assunção.

**O SR. VALMIR ASSUNÇÃO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, nesta tarde, com alegria, dizer a centenas de famílias sem terra do Município de Prado que, na quinta-feira, será concedida a imissão de posse aos assentados na Fazenda Colatina. Essa solenidade contará com a presença do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias; da Presidente do INCRA, Maria Lúcia Falcón; e também da Ministra Tereza Campello, além do Governador da Bahia.

Na próxima quinta-feira, dia 30, às 10 horas da manhã, com a presença de todos os movimentos sociais do extremo sul da Bahia, será coroado um trabalho que foi feito ao longo dos anos para assentar as famílias na Fazenda Colatina. Esse trabalho de ocupação teve posterior compreensão da empresa Fibria, que fez uma parceria e, ao mesmo tempo, destinou essa área para assentamento de reforma agrária.

Portanto, quero aqui parabenizar Evanildo e toda a direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST do extremo sul da Bahia. Parabenizo também o Ministro Patrus Ananias, que nesses 4 meses tomou a decisão de conceder a imissão de posse às famílias assentadas na Fazenda Colatina.

Ao mesmo tempo, quero parabenizar Luiz Gugé, Superintendente do INCRA na Bahia, que não mediu esforços para que se concretizasse o sonho dessas famílias, assim como Cézar Lisboa, Secretário do Governo Wagner responsável pela articulação dessa parceira. O Governador Jaques Wagner, naquele momento, foi

fundamental para consolidar esse projeto político que vai permitir às famílias serem assentadas na Fazenda Colatina, no Município de Prado.

O Governador Rui Costa estará junto com o Ministro, anunciando uma série de ações importantes para todo o povo que ali vive e que luta pela reforma agrária.

Tenho grande expectativa e grande esperança de que, nestes próximos 4 anos, a Presidente Dilma vai priorizar, agilizar desapropriações, criar infraestrutura nos assentamentos e, ao mesmo tempo, criar condições para que se produzam alimentos para sustentar o povo brasileiro. Essa é a missão dos movimentos sociais.

Portanto, acredito na democratização do acesso à terra, que será determinante para consolidar a reforma agrária, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Gilberto Nascimento.

Em seguida, vou iniciar a Ordem do Dia.

**O SR. GILBERTO NASCIMENTO** (Bloco/PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de dar como lido discurso em que homenageio o Dia da Liberdade de Imprensa, em nome do meu partido, o PSC.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esta Casa comemorou na manhã desta terça uma data tão significativa para todos nós, brasileiros ou não. Este Parlamento dedicou-se a refletir e homenagear, em Sessão Solene, o tão nobre encargo dos jornalistas e da Liberdade de imprensa. Em nome do meu partido, o Partido Social Cristão, venho manifestar meu apreço e reconhecimento a todos os profissionais da imprensa, especialmente àqueles que exercem sua profissão com independência, honestidade, propriedade e comprometimento no sentido de divulgar a verdade, de trazer à sociedade um diagnóstico do que se passa no Brasil e no mundo.

Uma das frases mais famosas de Thomas Jefferson diz que “o preço da liberdade é a eterna vigilância.” Isso pode ser aplicado às liberdades individuais em geral, à democracia, e, sobretudo à liberdade de imprensa.

Sr. Presidente, a liberdade de imprensa é um dos pilares de qualquer sistema livre. Sem ela, governantes podem abusar do poder sem tanta vigilância. Não foi por outro motivo que Thomas Jefferson chegou a optar: “Se tivesse que decidir se

devemos ter governo sem jornais ou jornais sem governo, eu não vacilaria um instante em preferir o último".

O papel principal do jornalista é levar à população o conhecimento dos fatos, inclusive e especialmente daqueles incômodos aos governantes poderosos.

Concordo com os que afirmam que jornalismo verdadeiro é sempre um vigia do governo, agindo para impedir o abuso de poder e para expor os fatos incômodos. Qualquer outra coisa não merece o nome. "Jornalistas" que vivem de bajulação aos governos ou de especular com os fatos são uma vergonha para a categoria.

Grandes e poderosos são os tentáculos daqueles que se opõem ao trabalho jornalístico e, com isso, opõem-se à divulgação dos fatos, da verdade do que o povo deve e precisa saber, a fim de formar sua opinião sobre o mundo que o cerca e como viver ou sobreviver nele.

Muitos também são os que cedem à pressão ou à sedução da distorção dos fatos. É senso comum afirmar que informação é poder. Daí a tentativa, ao longo da história, por parte de alguns setores, especialmente daqueles que detêm o poder constituído, de controlar ou cercear a atuação dos meios de comunicação.

Destaco, com a mais plena convicção de minha alma, que mesmo em regimes democráticos a luta pela liberdade de imprensa é interminável, embora seja mais comum nos regimes ditatoriais.

No contexto mundial, centenas de jornalistas são torturados ou até mortos, em consequência de perseguições resultantes de fatos que se tornaram públicos por meio de sua operacionalidade. A ideia de amordaçar a imprensa, total ou parcialmente, sempre existirá enquanto houver mundo.

Daí se chega a propor que a atividade jornalística chegue a ser uma vocação, um sacerdócio, pois nem sempre um indivíduo escolhe ser jornalista, mas o jornalismo é que o escolhe, como que num chamado quase que divino – romantismos à parte, isso existe, Sr. Presidente. E aqui fica o cerne das honras que desejo render a esse tipo de profissional para quem não há mordaça que o faça calar a voz.

Aqueles que se curvam diante da pressão dos grupos organizados em prol das minorias e do politicamente correto também são.

Só há jornalismo de fato onde há independência e coragem. Por isso é que temos de manter uma eterna vigilância para garantir essa liberdade de imprensa, tão importante para a construção de uma sociedade verdadeiramente bem informada.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

## VI - ORDEM DO DIA

*PRESENTES OS SEGUINTES SRS. DEPUTADOS:*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - A lista de presença registra o comparecimento de 252 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Depois eu aprecio os requerimentos sobre a mesa.

Item 1.

***PROJETO DE LEI Nº 6.701-B, DE 2013***

***(DO SR. FABIO REIS)***

*Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 6.701-B, de 2013, que altera o art. 319-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que institui o "Código Penal" para aumentar a pena pelo crime praticado por diretor de penitenciária e/ou agente público que deixa de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo; tendo parecer da: Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação (Relator: Dep. Laudivio Carvalho); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, proferido em Plenário, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação (Relator: Dep. Baleia Rossi). Emendas de Plenário: tendo pareceres proferidos em Plenário: da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação das Emendas (Relator: Dep.*

*Laudivio Carvalho); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação das Emendas (Relator: Dep. Baleia Rossi).*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Há sobre a mesa requerimento de retirada de pauta:

*"Senhor Presidente,*

*Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 83, parágrafo único, inciso II, 'c', combinado com art. 117, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a retirada de pauta da Ordem do Dia da seguinte proposição: PL 6.701-B/2013."*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Para falar a favor da proposição, concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá. *(Pausa.)* Ausente.

Não há orador inscrito para falar...

Vai falar? *(Pausa.)*

Pois não, eu deixo.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Parlamentares, estou pedindo a retirada de pauta desse projeto porque o texto estabelece pena de reclusão para agentes penitenciários e diretores de presídios se entrar algum celular na unidade prisional. Que culpa tem esse funcionário se entrar algum celular? Culpa nenhuma, até porque existe uma resolução do DEPEN que especifica as revistas que podem ser feitas. As inspeções estão proibidas por essa resolução. Ora, se ele não pode fazer a revista, como pode ser punido?

A unidade prisional não tem escâner, não tem bloqueador de celular, não tem nenhum tipo de impedimento. O DEPEN não permite a revista, e não há mecanismos para fazer as revistas. Não se pode, por exemplo, exigir que a pessoa dê um salto, que a pessoa se agache ou faça um desnudamento parcial. Isso é proibido.

Nós concordamos que o DEPEN faça essa proibição, mas temos que pensar numa alternativa. Qual é a alternativa? É que todo estabelecimento prisional tenha o seu escâner ou aquele pórtico que faz revista. Não tendo isso, não se pode culpar o agente prisional ou o diretor da unidade, sem dizer que é proibido usar celular na cadeia e é obrigação do Governo colocar os bloqueadores de celular. Não existe bloqueador de celular em nenhuma unidade prisional.

É fácil tentar estabelecer apenas a punição do agente penitenciário. Eu tenho certeza, Sr. Presidente, de que nós precisamos encontrar a solução. Ou, então, que esse projeto de lei revogue a resolução do DEPEN. O projeto de lei não trata da revista; quem trata da revista é a resolução do DEPEN, que impede qualquer a possibilidade de uma revista pessoal. Se se impede essa revista pessoal, como se pode punir com pena de reclusão o agente penitenciário?

Por essa razão, há necessidade que esse projeto de lei revogue a resolução do DEPEN que proíbe a revista, ou que se encontre outra saída, que obrigue toda a unidade prisional a ter o pórtico e o bloqueador de celular. A partir daí se poderá responsabilizar o agente penitenciário.

Sr. Presidente, vou ler o que diz o DEPEN na Resolução nº 5, de 28 de agosto de 2014. Ele diz que a revista pessoal, a inspeção com fins de segurança nas unidades prisionais fere a integridade física, psicológica e moral da pessoa revistada e que *"a revista pessoal deverá ocorrer mediante uso de equipamentos eletrônicos detectores de metais, aparelhos de raio x, escâner corporal* (...)*".* Nenhuma unidade prisional tem isso, além de não ter — o que, sem dúvida nenhuma, é extremamente importante — bloqueador de celular. E também é proibido o desnudamento parcial, como são proibidos agachamento ou saltos. Isso está em vigor, é a Resolução do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Portanto, ou se resolve revogar essa resolução, e isso precisaria estar expressamente na lei, ou não se pode fazer a aplicação disso e criar pena de reclusão.

Portanto, somos pela retirada de pauta, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Para falar contra a retirada de pauta, concedo a palavra ao Deputado Moroni Torgan.

**O SR. MORONI TORGAN** (DEM-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por mais que eu respeite todos os argumentos do orador que me antecedeu, quero dizer que a emenda assinada pelo Deputado Celso Russomanno resolve a questão do aspecto culposo. Na verdade, ela propõe: *"Franquear ou facilitar, valendo-se do cargo ou da função pública de diretor de estabelecimento prisional, o acesso de preso a aparelho telefônico, radiofônico ou similar"*. Ela coloca os verbos "franquear ou facilitar", o que já implica o dolo daquele agente público, implica que a vontade dele foi a de facilitar a entrega de aparelho telefônico ao preso. A vontade dele foi a de facilitar a entrega de instrumentos de comunicação aos presos para, dessa maneira, eles poderem coordenar o crime organizado de dentro dos presídios, como acontece hoje, como todos sabemos, Sr. Presidente.

Portanto, a preocupação do nobre Deputado extingue-se com esta nova redação: *"franquear ou facilitar"*. A redação antiga dava a ideia de que, no aspecto culposo, poderia ser condenado o diretor ou o agente prisional. A redação antiga, porém, já tinha jurisprudência suficiente que dizia que, no aspecto culposo, as sanções seriam administrativas e cíveis, e não penais.

Agora, com essa redação, fica mais claro ainda que não estamos lidando com o caráter culposo do agente prisional e do diretor de presídio, mas, sim, com o caráter doloso daquele que tem a vontade de facilitar, dentro do presídio, a comunicação dos presos com pessoas fora do presídio ou mesmo entre eles.

Isso tem sido terrível para a nossa sociedade, isso tem sido o maior instrumento para que criminosos presos comandem o crime organizado que acontece fora das cadeias.

Então, ficando bem claro que nós estamos falando de dolo e não de culpa, sem dúvida alguma, nós devemos votar o quanto antes, para que possamos, de uma vez por todas, ter uma sanção definida para aquele agente público que facilitar a vida dos presos que são comandantes do crime organizado fora das cadeias.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Em votação o requerimento de retirada de pauta.

Para orientar, como vota o Bloco do PMDB?

Deputado Ricardo Barros, pode orientar, pelo Bloco, sobre a retirada de pauta.

**O SR. RICARDO BARROS** (Bloco/PP-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - De acordo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Com a retirada de pauta?

**O SR. RICARDO BARROS** - Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Pelo Governo ou pelo Bloco?

**O SR. RICARDO BARROS** - Estou falando pelo Governo, Sr. Presidente. Estamos de acordo com a retirada de pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Está bom.

Como vota o Bloco PT?

O PMDB não tem...

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós votamos “sim”, favoravelmente à retirada de pauta, pelos argumentos que foram apresentados pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá, mas porque essa extensão, essa punição do diretor nos parece que será colocada em um procedimento que o pressionará, inclusive, a uma situação de maior ilegalidade, que é justamente a de ferir direitos daquelas pessoas que visitam os seus parentes nesses lugares, nessas penitenciárias, e que passam pela revista íntima.

No Brasil, é claro que nós queremos, como disse o Deputado Arnaldo Faria de Sá, que sejam usadas as tecnologias. Escâner e outras tecnologias precisam e

podem estar à disposição. Elas nem são tão caras, de modo que nós estejamos impedidos de utilizá-las para tomar conta de toda a situação e impedir o ingresso, nas penitenciárias, dos telefones celulares e de outros equipamentos de comunicação, uma vez que vedar a comunicação é fundamental para o enfrentamento do crime organizado, que também opera a partir das penitenciárias.

Por tudo isso, votamos favoravelmente, para que o projeto seja mais bem analisado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PSDB?

**O SR. BETINHO GOMES** (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB orienta "não" à retirada de pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o Bloco Parlamentar PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PSD?

**O SR. FÁBIO MITIDIERI** (PSD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - "Sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PR?

**O SR. LINCOLN PORTELA** (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR entende que o mérito do projeto é bom. Nós não podemos permitir que essas coisas continuem acontecendo.

Mas o texto tem algumas falhas como, por exemplo, *"Deixar o Diretor* (...)*"* — isso é crime culposo —, quando, na realidade, deveria ser "permitir", que é ciência, crime doloso...

O Governo começou, Sr. Presidente — o Deputado Moroni Torgan está me mostrando aqui —, a construir outro acordo, outro projeto.

Veja bem, no sistema prisional, eu estou com agentes penitenciários de todo o Brasil, presidentes de sindicatos, da Federação. Dentro dos presídios, o pessoal da manutenção, os servidores, terceirizados, advogados, assistentes de saúde, assistentes sociais, religiosos entram. De repente, você vai culpar o diretor por causa dessas pessoas, sendo que as prisões brasileiras não estão adequadas para isso?

*(O microfone é desligado.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Para concluir, Deputado.

**O SR. FÁBIO MITIDIERI** - Por essa razão também fiz um requerimento de retirada. Nós somos "sim", pelo requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PSB?

**O SR. VALADARES FILHO** (PSB-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB vota "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - "Não".

Como vota o PMDB?

**O SR. LAUDIVIO CARVALHO** (Bloco/PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós do PMDB somos contrários à retirada. Portanto, votamos "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o Democratas?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria pedir a autorização de V.Exa. Como faço parte do bloco e tenho uma posição divergente, que o PTB vota "sim". Nós queremos, na verdade, encontrar a solução, porque a resolução conflita com o projeto.

O PTB vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Pois não.

Como vota o Democratas?

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só quero ler aqui o artigo que está sendo incluído no código brasileiro:

> *“Art. 319. A Franquear ou facilitar, valendo-se do cargo ou da função pública de diretor de estabelecimento prisional, o acesso do preso a aparelho telefônico, radiofônico ou similar, que permita comunicação com outros presos ou com o ambiente externo”.*

Ou seja, tem que ser caracterizado o dolo, a disposição de facilitar. Ninguém está aqui condenando *a priori* o agente do sistema penitenciário e o diretor do sistema prisional.

Então, para mim, é claríssimo o texto e é coerente que ele seja aprovado, porque a pena hoje presente é realmente muito pequena para um tipo de delito que é muito frequente no sistema prisional brasileiro.

Votamos “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PDT?

**A SRA. FLÁVIA MORAIS** (PDT-GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PDT vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - “Não”.

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB?

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB encaminha o voto “sim”, considerando que essa matéria necessita de uma reflexão ainda maior a respeito do mérito, em função de acreditarmos que o mais eficiente para combater esses delitos é o uso da tecnologia.

Nós não podemos deixar de investir no uso de mecanismos mais eficazes, mecanismos mais ágeis, mecanismos que possam, inclusive, garantir os direitos e a proteção daqueles que exercem suas atividades nos presídios brasileiros. E é possível percorrer esse caminho. Não temos ainda garantia de que a matéria está madura para deliberação.

Por essa razão, encaminhamos “sim”, para o adiamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PPS?

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a bancada do PPS vota “não”, até porque nós temos uma emenda aglutinativa que melhora esse projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PROS?

**O SR. ADEMIR CAMILO** (PROS-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PROS vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - “Sim”.

Como vota o PV?

**O SR. VICTOR MENDES** (PV-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PV, Sr. Presidente, encaminha “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - “Não”.

Como vota o PSOL?

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós entendemos que esse projeto tem méritos, porque na verdade os celulares, com suposição de dolo do responsável pelo presídio, é um elemento de articulação do crime. Não entendi a razão de se pedir a retirada de pauta. Estamos prontos para votá-lo. Portanto, nosso voto é “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota a Minoria?

**O SR. MORONI TORGAN** (DEM-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Minoria, sem dúvida, vota “não”, esclarecendo que existe uma emenda de plenário cujo termo é justamente “franquear ou facilitar”.

Quer dizer, ela deixa bem claro o aspecto doloso. É franquear ou facilitar. Não está aqui o aspecto culposo, em que o diretor não saiba e porventura não conseguiu ali identificar o aparelho telefônico. Não. É ele facilitar; é ele dar facilidades ou ele próprio franquear. Portanto, a Minoria vota “não”.

**A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA YARED** (Bloco/PTN-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Bloco do PRB encaminha “sim”.

**O SR. MENDONÇA FILHO** - Levanta a mão quem vota “não”, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Em votação o requerimento de retirada de pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. Os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

REJEITADO.

**O SR. LINCOLN PORTELA** (PR-MG) - Verificação, Sr. Presidente.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB-BA) - Apoio o pedido de verificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Verificação concedida.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - A Presidência solicita a todas as Sras. Deputadas e Srs. Deputados que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

**O SR. LINCOLN PORTELA** (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR quer esclarecer que o projeto é bom, que a aglutinativa também é boa, mas nós estamos com os agentes penitenciários de todo o Brasil aqui, com o Presidente da Federação Nacional, com diversos presidentes estaduais que também estão estudando o texto.

Percebemos que houve uma mudança fundamental no novo texto apresentado pelo PPS, mas é preciso sentar com os agentes penitenciários que vieram de todo o Brasil exatamente por causa desse projeto. Então, o que nós estamos pedindo é uma retirada de pauta tão somente, pois somos plenamente favoráveis.

E, também, mais uma vez, coloco que o preso deveria ser apenado, ter a sua pena dobrada como acontece também na Austrália, mas isso aí nós vamos construir.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Chico Alencar, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSOL.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, servidores, todos que acompanham esta sessão, hoje tivemos, pela manhã, a presença aqui do Vice-Presidente da República, Michel Temer, na Comissão Especial da Reforma Política, trazendo suas ideias, suas convicções, nos ajudando no bom debate da questão.

Para nós, do PSOL, esse processo poderia envolver muito mais a população. Sem dúvida, o cenário ideal, dada a crise de credibilidade que atinge o sistema político do Brasil como um todo, seria uma Assembleia Constituinte exclusiva para fazer a reforma profunda, substantiva do sistema político, eleita por critérios, aliás, de igualdade, diferente do que nos trouxe aqui, onde sabemos que a força, a hegemonia do poder econômico é muito grande. Bom, esse seria o cenário ideal, que não se coaduna com o real, muitas vezes. Fica mais como um elemento indutor de posições, visões da chamada utopia, que, como o saudoso Galeano dizia, está sempre à nossa frente; se caminhamos dez passos, ela está dez passos adiante. Mas serve para isso, a utopia, nos fazer caminhar.

Considerando que não temos a Constituinte exclusiva para a reforma profunda do sistema politico, vamos tentar avançar dentro do que nos compete como Poder instituído, com muitas debilidades, e fazer não uma reforma política propriamente, mas algumas modificações que as maiorias que se formem aqui podem trazer para o sistema político.

Quero lembrar que, para nós do PSOL, dois elementos, dentro dessa visão mais restrita de modificações no sistema político, são fundamentais para o debate

que já estamos travando na Comissão Especial. O primeiro é o financiamento de partidos e campanhas. Nós somos radicalmente contra o financiamento empresarial de partidos e campanhas. Ele tem se mostrado — a realidade do dia a dia, o noticiário de jornal é contundente em relação a isso — como porta de entrada da corrupção.

Em segundo lugar, o sistema eleitoral tem que garantir que maiorias sociais possam se transformar em maiorias políticas, tem que garantir a existência das minorias, fundamentais à diversidade do Parlamento.

Nós queremos fazer esse debate com a sociedade e estamos assumindo, com muito vigor e ardor, o elemento que traz mais a sociedade a esse debate que estamos fazendo sobre a chamada reforma política, que é a iniciativa popular de lei, da OAB, da CNBB e de mais 100 entidades por uma reforma política democrática e eleições limpas, que chegará até nós, mais uma vez, daqui a pouco, daqui a 2 semanas, com o respaldo de 1 milhão e meio de assinaturas de pessoas comuns que querem, de fato, um sistema político mais limpo, em que a economia e as grandes corporações não nos colonizem, em que a vontade livre, soberana e consciente de cada cidadão possa se manifestar sem as mediações das empresas, que acabam vertebrando hoje o nosso sistema político. É nessa linha que nós vamos caminhar.

Sr. Presidente, registro nos Anais da Casa Nota Oficial dos Bispos reunidos na 53ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), realizada em Aparecida, São Paulo, no período de 15 a 24 de abril. A Nota avalia a atual realidade brasileira como *“marcada pela profunda e prolongada crise que ameaça conquistas,*

*a partir da Constituição Cidadã de 1988, e coloca em risco a ordem democrática do País"*.

Era o que tinha a dizer.

NOTA A QUE SE REFERE O ORADOR

Nota da CNBB sobre o momento nacional

*"Entre vós não deve ser assim" (Mc 10,43).*

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, reunida em sua 53ª Assembleia Geral, em Aparecida-SP, no período de 15 a 24 de abril de 2015, avaliou, com apreensão, a realidade brasileira, marcada pela profunda e prolongada crise que ameaça as conquistas, a partir da Constituição Cidadã de 1988, e coloca em risco a ordem democrática do País. Desta avaliação nasce nossa palavra de pastores convictos de que "ninguém pode exigir de nós que releguemos a religião para a intimidade secreta das pessoas, sem qualquer influência na vida social e nacional, sem nos preocupar com a saúde das instituições da sociedade civil, sem nos pronunciar sobre os acontecimentos que interessam aos cidadãos" (EG, 183).

O momento não é de acirrar ânimos, nem de assumir posições revanchistas ou de ódio que desconsiderem a política como defesa e promoção do bem comum. Os três poderes da República, com a autonomia que lhes é própria, têm o dever irrenunciável do diálogo aberto, franco, verdadeiro, na busca de uma solução que devolva aos brasileiros a certeza de superação da crise.

A retomada de crescimento do País, uma das condições para vencer a crise, precisa ser feita sem trazer prejuízo à população, aos trabalhadores e, principalmente, aos mais pobres. Projetos, como os que são implantados na Amazônia, afrontam sua população, por não ouvi-la e por favorecer o desmatamento e a degradação do meio ambiente.

A lei que permite a terceirização do trabalho, em tramitação no Congresso Nacional, não pode, em hipótese alguma, restringir os direitos dos trabalhadores. É inadmissível que a preservação dos direitos sociais venha a ser sacrificada para justificar a superação da crise.

A corrupção, praga da sociedade e pecado grave que brada aos céus (cf. Papa Francisco — O Rosto da Misericórdia, n. 19), está presente tanto em órgãos públicos quanto em instituições da sociedade. Combatê-la, de modo eficaz, com a consequente punição de corrompidos e corruptores, é dever do Estado. É imperativo recuperar uma cultura que prima pelos valores da honestidade e da retidão. Só assim se restaurará a justiça e se plantará, novamente, no coração do povo, a esperança de novos tempos, calcados na ética.

A credibilidade política, perdida por causa da corrupção e da prática interesseira com que grande parte dos políticos exerce seu mandato, não pode ser recuperada ao preço da aprovação de leis que retiram direitos dos mais vulneráveis. Lamentamos que no Congresso se formem bancadas que reforcem o corporativismo para defender interesses de segmentos que se opõem aos direitos e conquistas sociais já adquiridos pelos mais pobres.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/2000, por exemplo, é uma afronta à luta histórica dos povos indígenas que até hoje não receberam reparação das injustiças que sofreram desde a colonização do Brasil. Se o prazo estabelecido pela Constituição de 1988 tivesse sido cumprido pelo Governo Federal, todas as terras indígenas já teriam sido reconhecidas, demarcadas e homologadas. E, assim, não estaríamos assistindo aos constantes conflitos e mortes de indígenas.

A PEC 171/1993, que propõe a redução da maioridade penal para 16 anos, já aprovada pela Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça da Câmara, também é um equívoco que precisa ser desfeito. A redução da maioridade penal não é solução para a violência que grassa no Brasil e reforça a política de encarceramento num país que já tem a quarta população carcerária do mundo. Investir em educação de qualidade e em políticas públicas para a juventude e para a família é meio eficaz para preservar os adolescentes da delinquência e da violência.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em vigor há 25 anos, responsabiliza o adolescente, a partir dos 12 anos, por qualquer ato contra a lei, aplicando-lhe as medidas socioeducativas. Não procede, portanto, a alegada impunidade para adolescentes infratores. Onde essas medidas são corretamente aplicadas, o índice de reincidência do adolescente infrator é muito baixo. Ao invés de aprovarem a redução da maioridade penal, os parlamentares deveriam criar mecanismos que

responsabilizem os gestores por não aparelharem seu governo para a correta aplicação das medidas socioeducativas.

O Projeto de Lei 3.722/2012, que altera o Estatuto do Desarmamento, é outra matéria que vai na contramão da segurança e do combate à violência. A arma dá a falsa sensação de segurança e de proteção. Não podemos cair na ilusão de que, facilitando o acesso da população à posse de armas, combateremos a violência. A indústria das armas está a serviço de um vigoroso poder econômico que não pode ser alimentado à custa da vida das pessoas. Dizer não a esse poder econômico é dever ético dos responsáveis pela preservação do Estatuto do Desarmamento.

Muitas destas e de outras matérias que incidem diretamente na vida do povo têm, entre seus caminhos de solução, uma Reforma Política que atinja as entranhas do sistema político brasileiro. Apartidária, a proposta da Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas, da qual a CNBB é signatária, se coloca nessa direção.

Urge, além disso, resgatar a ética pública que diz respeito "à responsabilização do cidadão, dos grupos ou instituições da sociedade pelo bem comum" (CNBB - Doc. 50, n. 129). Para tanto, "como pastores, reafirmamos 'Cristo, medida de nossa conduta moral' e sentido pleno de nossa vida" (Doc. 50 da CNBB, Anexo – p. 30).

Que o povo brasileiro, neste Ano da Paz e sob a proteção de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, supere esse momento difícil e persevere no caminho da justiça e da paz.

Aparecida, 21 de abril de 2015.

Cardeal Raymundo Damasceno Assis

Arcebispo de Aparecida

Presidente da CNBB

Dom José Belisário da Silva, OFM

Arcebispo de São Luís do Maranhão

Vice-Presidente da CNBB

Dom Leonardo Ulrich Steiner

Bispo Auxiliar de Brasília

Secretário-Geral da CNBB.

**O SR. CARLOS MANATO** (SD-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade gostaria de orientar a bancada. Somos favoráveis a que se continue discutindo e somos contra a retirada de pauta da matéria. Votamos "não" à retirada de pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - "Não" à retirada de pauta, é isso? *(Pausa.)* O Solidariedade vota "não", Sr. Presidente.

Deputado Moroni Torgan.

**O SR. MORONI TORGAN** (DEM-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só esclarecer, porque muitos Deputados estão chegando aqui e querendo saber que proposta é esta.

A proposta é no aspecto doloso, no aspecto em que o diretor de penitenciária ou o agente penitenciário que quiser facilitar a entrada de instrumento de comunicação... Vejam, é o aspecto doloso, não é o culposo. Isso tem que ficar bem claro. É aquele que, por vontade própria, participa do crime organizado.

Na verdade, além dessa punição, ele deveria ser enquadrado em formação de quadrilha, porque, se ele, de vontade própria, vai facilitar a vida dos chefes do crime organizado nas penitenciárias, então é membro da quadrilha. Ele deve ser penalizado tanto nessa lei quanto na outra.

**O SR. LINCOLN PORTELA** (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes que complete o quórum, eu quero retirar o requerimento de verificação. Não consegui contato com os agentes penitenciários que estão aqui, que estavam no meu gabinete. Mas, como ficou agora, o texto do PPS melhorou, e muito. Por certo, o Senado poderá aperfeiçoá-lo. Eu retiro o pedido de verificação do PR.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Está cancelada a verificação.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente nós apoiamos a decisão do Líder Lincoln Portela de pedir verificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Está cancelado o pedido de verificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - O REQUERIMENTO FOI REJEITADO.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Passa-se à votação.

Encaminhamento de votação.

Para encaminhar contrariamente à matéria, concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira. *(Pausa.)* S.Exa. abre mão.

Para encaminhar favoravelmente à matéria...

Há acordo? V.Exas. vão querer falar ou não?

**O SR. LINCOLN PORTELA** (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Há acordo, Sr. Presidente. Percebe-se que há acordo.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, há acordo em torno da Emenda Aglutinativa nº 1.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Há acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Passa-se à votação.

Sobre a mesa o Destaque nº 3, do PPS:

*"Senhor Presidente,*

*Nos termos regimentais, requeiro preferência para a Emenda Aglutinativa nº 1 ao PL 6.701/2013."*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Em votação o requerimento de destaque de preferência à Emenda Aglutinativa nº 1.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Em votação a Emenda Aglutinativa nº 1.

Há acordo?

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Há acordo.

**O SR. LINCOLN PORTELA** (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Há acordo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Em votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA, RESSALVADOS OS DESTAQUES.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Agradecemos o apoio à emenda aglutinativa do Deputado Hissa Abrahão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Há sobre a mesa um destaque de bancada do Líder do PSDB. Pergunto ao PSDB se mantém o destaque.

**O SR. DANIEL COELHO** (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB mantém o destaque, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - O PSDB mantém o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

*"Senhor Presidente,*

*Requeiro, nos termos do art. 161, II, e § 2º, combinado com o art. 117, IX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado da Emenda nº 2, oferecida ao PL 6.701, de 2013."*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Não há oradores inscritos.

**O SR. JOÃO CAMPOS** - Sr. Presidente, como sou autor dessa emenda, permita-me explicá-la, para que o Plenário possa entender.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado João Campos.

**O SR. JOÃO CAMPOS** (PSDB-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o art. 319 trata do crime de prevaricação com pena de 3 meses a 1 ano. O art. 319-A trata de um tipo específico de prevaricação, o de facilitar a entrada de aparelhos de comunicação no presídio. Na época em que o aprovamos, estabelecemos a mesma pena: 3 meses a 1 ano. O que estou propondo? Nós estamos aumentando, para a prevaricação específica, a pena, que será de 2 a 4 anos. A outra, que é a prevaricação comum, está ficando com pena de 3 meses a 1 ano.

Sr. Presidente, só para que a Casa possa entender, vamos pegar o exemplo da Controladoria-Geral da União, nesse caso específico da empresa holandesa, em que o Relator disse que, para conseguir contratos com a PETROBRAS, teve que pagar milhões. A Controladoria segurou essa informação, portanto prevaricou. Só tomou providências após as eleições. Nesse caso, a pena máxima será de 1 ano. Agora, se um agente ou um diretor facilitar a entrada de um celular no presídio, a pena é de 4 anos. É um absurdo!

Então, que nós possamos estabelecer a simetria das penas, para que, nesse caso também, a pena seja de 2 a 4 anos. Caso contrário, não haverá razoabilidade nesse aspecto no Código Penal Brasileiro.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu quero fazer um esclarecimento contrário à colocação do Deputado João Campos.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Pois não.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP. Sem revisão do orador.) - Na verdade, está-se mudando a capitulação de detenção para reclusão. É um absurdo se colocar essa condição de reclusão quando não se estabelece nem a questão do *scanner*, do pórtico e do bloqueador, jogando tudo nas costas do funcionário. É lamentável o que esta Casa está votando!

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Orientação de bancada.

Como vota o Bloco PMDB à Emenda nº 2? *(Pausa.)*

Como vota o PT?

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PT vota contra.

Nós demos o nosso acordo para a votação da Emenda Aglutinativa nº 1. Compusemos esse acordo porque melhorou o projeto, mas a Emenda nº 2 versa sobre outro crime. Portanto, estaríamos aqui, sem uma análise mais detida deste Plenário, constituindo mudança de penalidade, avançando em matéria penal sem avaliarmos devidamente sequer a proporcionalidade entre essas questões. Há um agravamento que é possível que seja demasiado para o diretor do estabelecimento penitenciário. Nós avaliamos que a emenda não foi suficientemente debatida e analisada.

Pedimos a este Plenário que não ceda à ideia do Direito Penal máximo, já que vai aqui para a reclusão, saindo de detenção para a reclusão do servidor público, indo até 2 a 4 anos. Sai de 3 meses a 1 ano para 2 anos a 4 anos de reclusão, que é diferente de detenção. Decidir hoje sobre isso é absolutamente equivocado para este Plenário.

Nós votamos “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - O PT vota “não”.

Como vota o PSDB?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco PTB vota “não”.

**O SR. JOÃO CAMPOS** (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB vota “sim”, vota favoravelmente à aprovação da emenda, porque não há nenhuma lógica em que a pena, no mesmo crime de prevaricação, seja de 2 a 4 anos para um e de 3 meses a 1 ano para outro. O que é mais grave? Entrar um celular num presídio ou a Controladoria-Geral da União deixar de tomar providências para atender conveniência eleitoral? O que é mais grave?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o Bloco PRB?

**O SR. CELSO RUSSOMANNO** (Bloco/PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB entende que, do jeito que está, está ruim demais, considerando que, por prevaricar, a pena é tão branda que ninguém cumpre absolutamente nada. Então, o PRB entende que o agravamento da pena para quem prevarica só beneficia. Talvez dessa forma, com medo da situação em que o diretor da cadeia vá envolver-se, ele vai pensar duas vezes e vai impedir que aparelhos celulares, ou de comunicação, entrem nos presídios.

Então o PRB e o Bloco votam “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PR?

**O SR. LINCOLN PORTELA** (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR entende que o projeto ficou muito amplo com essa história de

prevaricação. Ficou amplo demais. Não temos ainda uma noção muito clara de como é que fica isso aqui. É preciso ver as especificidades disso, compreender melhor esse texto.

Por essa razão, o PR encaminha o voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PSB?

**O SR. TENENTE LÚCIO** (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nós do PSB, Sr. Presidente, da mesma forma que o PR, achamos que a mudança de “detenção” para “reclusão” já é uma diferença muito grande.

Realmente, até que nós possamos estudar melhor, o PSB vai encaminhar “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o Democratas?

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas, Sr. Presidente, vai encaminhar o voto “sim”, dizendo que para a prevaricação imprópria, que seria o diretor do presidio, ou por concessão ou por omissão, permitir a entrada de celular no presídio, acabou de ser aprovada uma pena de 2 a 4 anos.

Portanto, a prevaricação propriamente dita não poderia ser inferior a essa pena. Portanto, o agente público que usar a sua condição para se beneficiar ou beneficiar a terceiros também deverá ter a sua pena ampliada.

Por isso, nós votamos “sim”, entendendo que esta emenda do PSDB merece a aprovação deste Plenário. É justa. Votamos “sim”, portanto.

**O SR. FÁBIO MITIDIERI** (PSD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, PSD vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - PSD vota “não”.

Como vota o PDT?

**O SR. RONALDO LESSA** (PDT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o Solidariedade?

**O SR. ZÉ SILVA** (SD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PCdoB?

**O SR. CHICO LOPES** (PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já há tecnologia moderna no mercado e, às vezes, o Estado não faz investimento e vai querer culpar o servidor.

Portanto, nós votamos “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PROS? *(Pausa.)*

Como vota o PPS?

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PV?

**O SR. SARNEY FILHO** (PV-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PSOL?

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o projeto, que é bom na sua integralidade do ponto de vista de combater a entrada de celulares em presídios, generaliza demais, como disse o Líder o PRB, amplia inadequadamente. Nós não podemos ceder ao populismo penal

de que em tudo tem que ampliar a pena de qualquer maneira. Então, nosso voto nesse caso é “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota a Minoria?

**O SR. MORONI TORGAN** (DEM-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria tem a responsabilidade de liberar a bancada, devido ao fato de haver discrepância. Só quero deixar bem claro que aqui está no título “prevaricação”. Prevaricação é o dever de tomar uma atitude e não tomar essa atitude; deixar essa atitude para mais tarde, ao invés de tomá-la no tempo em que deveria ser tomada.

Então, também é um aspecto doloso, não é um aspecto só culposo. Mas a Minoria libera a bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o Governo?

**O SR. RICARDO BARROS** (Bloco/PP-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - “Não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Em votação o destaque de bancada da Emenda nº 2.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

REJEITADO.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Estão prejudicados a proposição inicial, as emendas e o Destaque de Bancada nº 2.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

**REDAÇÃO FINAL:**

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Há matéria sobre a mesa que nós havíamos decido em consenso que restaria para votação de urgência hoje.

Requerimento nº 10.813, de 2014, dos Srs. Líderes.

*"Senhor Presidente:*

*Requeremos, nos termos do art. 155 do Regimento Interno, urgência para a apreciação do Projeto de Lei nº 8.078, de 2014, que altera a Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, para transformar em cargos de nível superior os cargos da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal." (Palmas nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Os oradores querem falar ou abrem mão? *(Pausa.)*

Eu tenho que seguir a ordem de inscrição.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** - A Deputada Erika Kokay está na tribuna.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Para falar contra, o Deputado Laerte Bessa? Vai falar? *(Pausa.)*

**O SR. LAERTE BESSA** (PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pelo fato de um poder falar a favor e outro contra, eu me inscrevi para falar contra, para poder pudesse expressar a satisfação que estou sentindo em receber a Polícia Civil do Distrito Federal aqui na Casa, nas galerias. *(Palmas nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - V.Exa. é réu confesso.

**O SR. LAERTE BESSA** - Quero dizer, Sr. Presidente, que esse projeto é muito importante para a nossa carreira, é o reconhecimento da carreira de nível superior, o que na verdade vem ratificar o projeto de 1996, quando se considerou o nível superior para o ingresso na Carreira da Polícia Civil do Distrito Federal. Então hoje, aqui, nós estamos ratificando o que já era uma lei que considerava isso dentro da nossa carreira.

Eu queria dizer, Sr. Presidente, que isso vem qualificar ainda mais a nossa instituição Polícia Civil, porque há muito tempo nós estamos pleiteando, dentro da Lei Orgânica da Polícia Civil e da Polícia Federal, esse agrupamento e essa coalisão que existiam antes e que interromperam a ascensão na carreira da Polícia Civil, que foi perdida no mandato passado, Sr. Presidente.

A Polícia Civil e a Polícia Federal são irmãs, e nós não podemos tratá-las de forma diferente. A matéria encaminhada a esta Casa pela Presidenta da República

tirou covardemente a Polícia Civil daquela medida provisória, quando era para aprovar realmente o que nós hoje estamos ratificando.

Hoje eu queria dizer aos colegas aqui presentes que nós não só vamos fazer justiça, como também preencher uma lacuna que está sendo ocupada só pela Polícia Federal. E nós sabemos muito bem que a Polícia Civil do Distrito Federal é organizada e mantida pela União.

Então, nós não podemos fazer nada ou deixar de comparecer aos atos dessa instituição fora da Polícia Federal, que é a nossa carreira principal. Eu quero pedir aos colegas que aprovem este requerimento para que o Projeto de Lei nº 8.078, de 2014, que está na pauta da Comissão de Segurança Pública, seja votado com urgência aqui na Casa.

E vamos tentar, junto com o Presidente — já houve o compromisso dele — e junto com os Líderes, colocar na pauta da semana que vem para que, na próxima semana, possa ser votado o projeto sim, com urgência na Comissão. Essa é uma exigência nossa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - A plateia é muito bem-vinda, mas eu vou pedir que respeite os oradores e fique sem se manifestar, por gentileza.

Para falar a favor, com a palavra a Deputada Erika Kokay.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT-DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu compartilho da alegria de termos aqui nesta Casa, no dia de hoje, a oportunidade de votar a urgência desse projeto, porque ele é urgente para o Distrito Federal.

Ele não é urgente apenas para a Polícia Civil do Distrito Federal. Ele é urgente para o Distrito Federal, porque se corrige uma injustiça e se faz com que

esta categoria que já tem a obrigatoriedade de ter o curso superior para o ingresso em suas fileiras, as fileiras da Polícia Civil, possa ter também assegurada esta atribuição que já é pertinente e já consta das condições de trabalho da Polícia Federal.

A Polícia Civil é irmã, como disse o Deputado Bessa, da Polícia Federal, mas hoje não tem assegurada a atribuição que é exercida por esses policiais e não está formalizada como de nível superior. É um projeto que não provoca qualquer tipo de impacto nas finanças do Governo Federal ou nas finanças da União, mas provoca um impacto imenso, um impacto positivo na vida do povo do Distrito Federal. *(Manifestação nas galerias.)*

Nós estamos falando de uma das polícias mais bem preparadas de todo o Brasil — de todo o Brasil! — e que se sente injustiçada, injustiçada! Por isso, nós estivemos junto com os policiais civis aqui do Distrito Federal, junto com o Governo Federal, ainda no ano passado, para que ele pudesse remeter esse projeto para esta Casa e para que nós pudéssemos dizer para a Polícia Civil do Distrito Federal que nós estamos corrigindo esta injustiça e que estamos fazendo com que o povo do Distrito Federal se sinta contemplado. *(Manifestação nas galerias.)*

Digo e falo não apenas em meu nome, seguramente, estou aqui falando também em nome do Deputado Roney, que foi Relator na Comissão do Trabalho, do Deputado Ronaldo Fonseca, do Deputado Augusto Carvalho, do Deputado Rosso, enfim, de todos os Parlamentares que fazem parte da bancada do Distrito Federal. Nós conseguimos e construímos um consenso! um consenso suprapartidário em defesa do trabalho de vocês, em defesa da competência de vocês, que foram às ruas, que estiveram embaixo do sol, embaixo da chuva, para se fazer escutados,

para que sua voz pudesse ser ouvida. *(Palmas.)* Pois bem, a voz de cada uma e cada um de vocês está sendo escutada no dia de hoje e, na semana que vem, com o compromisso do Presidente desta Casa, vamos votar o mérito do projeto.

Parabéns ao sindicato e parabéns a cada uma e cada um de vocês pela luta. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Eu peço que respeitem.

Orientação de bancada, lembrando que haverá sessão do Congresso Nacional às 19 horas.

Como vota o bloco PMDB?

**O SR. RONEY NEMER** (Bloco/PMDB-DF. Pela ordem. Sem Revisão do orador.) - Sr. Presidente, por acreditar na importância do reconhecimento do nível superior dessa categoria e sabendo que não tem custo nenhum, apenas se faz justiça a todos esses profissionais que, na prática, já são de nível superior, o bloco do PMDB vota “sim”. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PT?

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PT, com muita convicção e se sentindo construtor dessa proposta, na medida em que esteve junto com o Governo Federal para que adentrasse a esta Casa essa proposição, reconhece a qualidade da Polícia Civil do Distrito Federal e sabe que nós precisamos fazer com que a isonomia não seja uma isonomia pela metade com a Polícia Federal, mas que seja uma isonomia de fato, para que nós tenhamos no quadro de carreira a condição de curso superior, porque a complexidade da atuação já é de nível de superior e o ingresso já é de nível

superior. Os policiais do Distrito Federal e a nossa cidade, Brasília, merecem a aprovação desse projeto.

O PT vota "sim". *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PSDB?

**O SR. JOÃO CAMPOS** (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB entende que classificar a carreira de policiais civis do Distrito Federal como de nível superior é um ganho. É um ganho para todos aqueles que integram essas carreiras, é um ganho para o Estado, para o Distrito Federal e para a sociedade. Prestigiar a instituição policial é nosso dever, porque quem exerce a atividade policial a exerce no sentido de proteger o cidadão, a vida do cidadão, a integridade física, a liberdade, o patrimônio. E, para realizar, portanto, uma atividade dessa nobreza, é preciso, cada vez mais, ter o reconhecimento do poder público e, por que não dizer, deste Parlamento.

Exatamente por isso, o PSDB vota "sim". *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PRB?

**O SR. CELSO RUSSOMANNO** (Bloco/PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido Republicano Brasileiro e o bloco entendem que uma polícia bem paga, preparada, com nível superior só traz resultados à sociedade. Infelizmente, os números que nós temos no Brasil de apuração de crimes feita pela Polícia Judiciária são muito baixos, em razão dos maus salários e das más condições de trabalho.

Por isso o PRB vota "sim". *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PSD?

**O SR. ROGÉRIO ROSSO** (PSD-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós, brasilienses, orgulhamo-nos da nossa cidade e das nossas instituições. Nós somos a Capital de todos os brasileiros e temos aqui um conjunto de servidores públicos que dão exemplo para todo o Brasil. A Polícia Civil do Distrito Federal é uma das instituições que nos honram.

Por isso, toda a nossa bancada vota “sim”, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PR?

**O SR. LAERTE BESSA** (PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu tenho orgulho de falar pelo PR e dizer que hoje se está fazendo a ratificação de algumas coisas do passado, para que possamos de vez implantar o nível superior da Polícia Civil do Distrito Federal.

Eu tenho orgulho de votar “sim”, pelo meu partido, e dizer que eu estou votando “sim” para a melhor Polícia Civil do Brasil. Eu tenho orgulho de pertencer a esta gloriosa Nação. O meu voto é “sim”. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PSB?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de declarar o voto, eu quero prestar um esclarecimento. O fato de esse projeto estar em pauta hoje, em parte, deve-se a uma iniciativa do PSB.

Eu estou fazendo essa advertência porque até parece que o que nós vamos votar agora e aprovar é única e exclusivamente de iniciativa do PT, quando não é. O PT, no Governo passado, foi o responsável por maltratar o Complexo da Polícia Civil de Brasília. O que nós estamos fazendo aqui é a tentativa de recuperar o que essa categoria sofreu nos últimos 4 anos.

Portanto, esse projeto é de todos os que têm a sensibilidade de saber a importância do policial civil na Capital Federal. Não venham com demagogia de querer colocar plaquinha de que é o dono dessa ação. Essa ação pertence a Brasília, Sr. Presidente, essa ação pertence aos policiais civis, que tiveram a sua polícia sucateada nos últimos 4 anos.

Este é o espaço para a recuperação dessa categoria em Brasília. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o Democratas?

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, essa orientação de bancada deveria estar sendo feita pelo Deputado Alberto Fraga, que é o Presidente da Frente Parlamentar da Segurança Pública. No entanto, o Deputado Fraga está presidindo a CPI do Sistema Carcerário.

Fica aqui a homenagem do Deputado Alberto Fraga aos policiais civis do Distrito Federal para que eles possam ter acesso ao que esse projeto dará no texto legal para os cargos de carreira da Polícia Civil do Distrito Federal.

Portanto...

*(O microfone é desligado.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Conclua, Deputado.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** - A orientação é “sim” para valorizar a carreira dos policiais civis do Distrito Federal. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PDT?

**O SR. SUBTENENTE GONZAGA** (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT entende que esse projeto, mais do que valorizar, reconhece o valor que os policiais civis do Distrito Federal já têm.

Sr. Presidente, esse esforço faz parte do reconhecimento da carreira de ensino superior, faz parte de um esforço nacional de nossa classe de policiais militares e civis de todo o Brasil. A esse reconhecimento se soma a outros Estados que já reconheceram, como Minas Gerais, que, para ser soldado, para ser agente da Polícia Civil, o pré-requisito é ter feito o terceiro grau.

Portanto, aprovar esse requerimento e, na semana que vem, o projeto é dar mais um passo no reconhecimento da importância dos policiais e da polícia para a democracia, para a governabilidade e para a segurança pública.

Portanto, o PDT, com toda convicção, vota “sim”, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o Solidariedade?

**O SR. AUGUSTO CARVALHO** (SD-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome do Solidariedade, nós também saudamos os policiais civis que aqui acompanham, depois de uma longa jornada, a luta pelo reconhecimento da qualificação da Polícia Civil do Distrito Federal, uma das mais respeitadas do nosso País. A unanimidade do painel retrata isso.

Esta Casa acolhe o pleito justo e espera que brevemente, ainda na semana que vem, possamos definitivamente consagrar essa reivindicação dos policiais civis do Distrito Federal. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PCdoB?

**O SR. CHICO LOPES** (PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós achamos a reivindicação justa, não só para Brasília, mas para o Ceará também. Temos que ter essa luta para que eles também sejam compensados com o nível superior. Todo aquele que coloca sua vida à disposição da tranquilidade da sociedade merece ganhar bem.

Parabéns! *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PROS?

**O SR. RONALDO FONSECA** (PROS-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento, quando fazemos este reconhecimento dos trabalhos prestados pela Polícia Civil aqui do Distrito Federal, é necessário que seja também reconhecido que esse projeto é de origem do Executivo, que cumpre uma promessa que foi feita com todos os Deputados da bancada do Distrito Federal e também com os policiais civis daqui.

É preciso também colocar, Sr. Presidente, que o reconhecimento deste projeto é pelos trabalhos prestados pela bancada do Distrito Federal, pela bancada dos Deputados Federais aqui do Distrito Federal, e também pela boa articulação do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal — SINPOL e de todos os agentes e policiais civis que trabalharam por esse projeto.

E por último, Sr. Presidente, quero agradecer aos Líderes desta Casa, a todos os Líderes de partido que consentiram para nós termos essa unidade, e, por último, a V.Exa., como Presidente desta Casa, que pautou...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Conclua, Deputado.

**O SR. RONALDO FONSECA** - O PROS vota “sim”, Sr. Presidente! *(Palmas nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - O PROS vota “sim”.

Como vota o PPS?

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos aqui vendo uma inversão de valores. Todos os editais de concurso público, há 10 anos, no Distrito Federal, exigem o certificado de ensino

superior. E agora nós estamos ajustando uma lei de há 10 anos; ou seja, aqui está o resultado da incompetência na gestão pública.

O direito que está sendo agora dado à Polícia Civil do DF para perito criminal, perito médico legista, agente de polícia, escrivão de polícia, papiloscopista policial e agente penitenciário deveria já estar na lei há 10 anos.

A bancada do PPS vota "sim". *(Palmas nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PV?

**O SR. SARNEY FILHO** (PV-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido Verde, evidentemente, vai votar "sim". Nós não podemos deixar que essa injustiça continue. *(Palmas nas galerias.)*

Dessa forma, Sr. Presidente, reafirmamos o compromisso de respeito para com os servidores públicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PSOL?

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é inegável que o País, aos trancos e barrancos, está mudando. E um dos elementos dessa mudança — que não é imediata, é histórica — é o acesso à universidade, à formação de nível superior. Mais brasileiros e brasileiras têm essa possibilidade. É verdade que nem sempre na universidade pública, gratuita e de qualidade, que defendemos, mas é um dado forte da nossa vida, hoje.

É verdade, também, que a concepção de polícia está mudando. Queremos uma polícia bem formada, bem remunerada, investigativa, que aja com inteligência, sobretudo na prevenção e na investigação qualificada.

Por isso tudo, o projeto merece a urgência, merece a aprovação, merece o "sim" do PSOL. *(Palmas nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota a Minoria?

**O SR. MORONI TORGAN** (DEM-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a polícia tem a responsabilidade de trazer tranquilidade para a sociedade. Para trazer a tranquilidade para a sociedade, eles têm que ter tranquilidade com as suas famílias. Estamos aqui fazendo justiça, como foi dito, de algo de 10 anos atrás; ou seja, isso já deveria ter ocorrido 10 anos atrás. E quero dizer que o Deputado Alberto Fraga tem trabalhado muito no Distrito Federal para que isso aconteça. Por isso, eu não poderia deixar de citar o nome dele aqui também, neste momento.

Sr. Presidente, é com muita alegria que nós fazemos isso para a polícia do Distrito Federal, e esperamos que os outros Estados também o façam e tragam o nível superior para todas as polícias.

Por tudo isso votamos “sim”, Sr. Presidente. *(Palmas nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PSC?

**O SR. EDUARDO BOLSONARO** (Bloco/PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na verdade o projeto só coloca na lei o que na prática já ocorre. Há mais de 10 anos é exigido desses profissionais o nível superior para o ingresso às carreiras da Polícia Civil.

Assim sendo, como muito bem reconhecido na Polícia Federal no ano passado, nada mais justo do que estender para esses profissionais também o nível superior. E a unanimidade que eu vejo aqui na orientação de bancadas quero crer que seja para a aprovação da lei.

Sendo assim, o PSC orienta “sim”. *(Palmas nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - E o Governo?

**O SR. RICARDO BARROS** (Bloco/PP-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Como é uma proposta do Executivo, o Governo vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Em votação o Requerimento de Urgência nº 10.813, de 2014.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Outro requerimento de urgência, de acordo do Colégio de Líderes.

Requerimento nº 1.572, de 2015.

"*Senhor Presidente,*

*Requeremos, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para a apreciação do Projeto de Lei nº 1.163, de 2015, de autoria do Deputado Leonardo Picciani, que 'acrescenta o art. 1.775-A à Lei nº 10.406, de 11 de janeiro de 2002 — Código Civil, dispondo sobre a curatela compartilhada dos filhos maiores portadores de necessidades especiais'."*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Não há oradores inscritos.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Em votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Arthur Oliveira Maia, para uma Comunicação de Liderança, pelo Solidariedade.

**O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA** (SD-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a mídia nacional divulgou, ontem e anteontem, o resultado das chuvas que se abateram sobre a cidade de Salvador. Na verdade, Sr. Presidente, segundo o Serviço de Meteorologia, foi a maior chuva que ultimamente se abateu sobre a Capital baiana. Há 21 anos, ou seja, nas duas últimas décadas, não havia acontecido, na nossa Capital, um ato natural tão violento como essa chuva que cai há dois dias, desde a segunda-feira, e que permanece até hoje.

Quero ressaltar, Sr. Presidente, a pronta ação que foi tomada pelo Prefeito ACM Neto, que, desde o início da sua gestão, tem feito várias ações no sentido de construir escadas de drenagem, fazer limpeza de canal, fazer macro e microdrenagens e escadarias nos morros, para poder combater os danos causados pelas chuvas na Capital baiana.

No ano passado, com recursos próprios do Município de Salvador, foram gastos 155 milhões de reais pela Prefeitura em obras para conter desastres, como os provocados por essas chuvas.

Quero dizer, Sr. Presidente, que atualmente existe em tramitação, no Ministério da Integração Nacional e no Ministério das Cidades, solicitação de convênio, para que sejam realizadas mais 18 obras de encostas na nossa Capital; e também há a solicitação de convênios para a construção de 55 obras de prevenção de desastres causados pelas chuvas.

Hoje enviamos a esses dois Ministérios a solicitação para que efetivamente seja feita a liberação desses recursos, para que a Capital da Bahia não seja mais uma vez flagrada, surpreendida por uma ação tão devastadora como essa.

Quero dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que, neste momento, a grande preocupação do povo baiano e da Prefeitura de Salvador, especificamente, é a situação dos desabrigados. São muitos os desabrigados. São muitas as casas destruídas pelas chuvas, e é preciso que haja a colaboração do Governo Federal.

A Presidenta Dilma telefonou ontem ao Prefeito Antonio Carlos Magalhães Neto, prestando a sua solidariedade. E a nossa esperança, a nossa expectativa é de que haja também um efetivo apoio, através da liberação de recursos, para que nós possamos atender àqueles que são flagelados por essa situação de calamidade.

Quero também, como baiano e como Deputado, parabenizar o Prefeito ACM Neto, que tem feito uma grande gestão como Prefeito da nossa Capital. Ele foi eleito o melhor Prefeito de capitais de todo o Brasil. E, num momento como este, tem emprestado a sua competência, o seu trabalho e a sua força em defesa do povo da nossa Capital.

Faço este registro aqui, e quero encerrá-lo solicitando aos Ministros das Cidades e da Integração Nacional que efetivamente liberem as verbas que a Prefeitura pleiteia junto a esses Ministérios para obras de contenção de encostas.

Muito obrigado.

**O SR. WEVERTON ROCHA** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dar os nossos parabéns ao Deputado Damião Feliciano, que tem cinco mandatos nesta Casa. Hoje é o aniversário dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Já cumprimentei o Deputado Damião Feliciano.

**O SR. WEVERTON ROCHA** - A nossa bancada está desejando um feliz aniversário a ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Parabéns!

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Bruno Araújo, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB.

**O SR. BRUNO ARAÚJO** (PSDB-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já que a Presidente Dilma resolveu passar longe da rede nacional de TV — ela que sempre a utilizou para fazer propaganda do seu Governo, de forma muitas vezes fantasiosa — cabe a nós utilizar o "vale a pena ver de novo".

Vale relembrar um pronunciamento da Presidente da República, que, no ano passado, ano eleitoral, utilizou esse mesmo tempo de que hoje ela resolve passar longe. Isso mostra que aquela Dilma que utilizou o *slogan Coração Valente* valeu para o período da eleição, não para este ano, quando as medidas que ela toma e que atingem o trabalhador apresentam outra configuração.

V.Exas. me permitam. A Presidente Dilma, no 1º de Maio passado, afirmava: *"Vocês que estão nas fábricas, nos campos, nas lojas e nos escritórios sabem bem que estamos vencendo a luta mais difícil e mais importante: a luta do emprego e do salário".*

No Brasil real, senhores, o desemprego chega a 6,2%. Só na indústria, são 232 mil desempregados, demitidos no mês de março.

A Dilma do ano passado, ano eleitoral, não é a Dilma que não tem coragem neste ano de afirmar o que disse ou de debater com os brasileiros.

No ano passado, ela dizia em cadeia nacional de TV: *"Nosso Governo nunca será o governo do arrocho salarial, nem o governo da mão dura contra o trabalhador".*

O Brasil real é o da Medida Provisória nº 664 e o da Medida Provisória nº 665, de 2014, que vão trazer supressão de direitos trabalhistas, dos mais graves na história recente do País. O Brasil real é o da queda de 2,8% do salário dos trabalhadores, a maior queda desde 2003, segundo o IBGE.

A Presidente Dilma de ano atrás usava o rádio e a TV para dizer: *"Meu Governo também será o governo do crescimento com estabilidade, do controle rigoroso da inflação e da administração correta das contas públicas".* Piada...

O Brasil acompanhou a Presidente, que dizia que tinha controle das contas públicas, pedir anistia, poucos meses depois, ao Congresso Nacional, para não ser processada por crime de responsabilidade.

O Brasil real é o da queda do PIB em 1%, em 2015 — esta é a previsão; é o da inflação na casa dos 8%; é o do maior déficit fiscal dos últimos 18 anos.

Dizia a Dilma do ano passado, a Dilma que aparecia como candidata: *"Quero garantir a você trabalhadora e a você trabalhador que nossa luta pelas mudanças continua. Nada vai nos imobilizar"*.

A tarifa de luz, por exemplo, teve o maior aumento da sua história. O Brasil real dispensa qualquer comentário aqui desta tribuna.

A Presidente Dilma, que se dizia valente no ano passado, em busca do voto dos brasileiros, mas que hoje se afugenta e, de forma covarde, resolve não olhar nos olhos do povo brasileiro, na mesma rede nacional de TV e rádio dizia há 1 ano atrás: *"O pacto pela educação, por exemplo, gerou a lei que permitirá que a maior parte dos royalties e dos recursos do pré-sal seja aplicada na educação"*.

No Brasil real há um corte de 7 bilhões na educação, o maior da história. Esse foi o maior corte da história, e feito por um governo que transformou em tema para

seu segundo mandato o *slogan* “Pátria Educadora”. E é esta a ferida de morte do Governo Dilma: o dinheiro do pré-sal só cobriu 1% das despesas da educação.

Por isso, relembrando o que foi dito ano atrás, fica claro o porquê de a Presidenta Dilma não ter condições morais de utilizar o 1º de Maio para voltar à rede nacional de televisão. Ela usa as redes sociais, eximindo-se de olhar nos olhos dos mais pobres, já que 50% da população brasileira não têm acesso à Internet. É desses que ela se esconde. É para esses que ela gerou o maior dano.

Portanto, Presidente Dilma, nesse período de 1 ano, a máscara caiu entre o que foi feito para vencer uma eleição, o dano causado à sociedade brasileira e a falta de coragem da Chefe de Estado e da Chefe de Governo de olhar no olho dos brasileiros e dizer como debelar uma crise que ela própria criou.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Item 2.

***PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.428-A, DE 2013***

***(DO SR. NELSON MARQUEZELLI)***

*Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.428-A, de 2013, que susta o art. 13 da Resolução normativa nº 479, de 3 de abril de 2012 , da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL, que repassa aos municípios a elaboração de projeto, a implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública; tendo pareceres proferidos em Plenário: pela Comissão de Minas e Energia, pela aprovação (Relator: Deputado Caio Narcio); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Deputado Rubens Bueno).*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Há sobre a mesa requerimento de retirada de pauta, do Deputado José Guimarães:

*"Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,*

*Requeremos, nos termos regimentais, a retirada de pauta da presente sessão do PDC nº 1.428, de 2013, que 'Susta o art. 13 da Resolução Normativa nº 479, de 3 de abril de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL, que repassa aos municípios a elaboração de projeto, a implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública'."*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Para falar contrariamente à matéria, concedo a palavra ao Deputado Mendonça Filho.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu me posiciono contrário à retirada de pauta do projeto de decreto legislativo que foi apresentado pelo Deputado Nelson Marquezelli porque, a rigor, o projeto de decreto legislativo tem embasamento constitucional, lógica jurídica e também consistência técnica.

A Agência Nacional de Energia Elétrica, que regula o setor energético brasileiro, através de uma resolução da própria Agência transferiu para os Municípios brasileiros todo o processo de manutenção das redes municipais, a estrutura de iluminação pública dos Municípios brasileiros.

Ocorre que, em boa parte das concessionárias de energia elétrica do Brasil e dos contratos de concessão, inclusive no meu Estado de Pernambuco, essa responsabilidade, do ponto de vista contratual, é da companhia concessionária de energia. E, à medida que a ANEEL transfere responsabilidades de empresas estatais e, principalmente, de empresas privadas para o poder público municipal, na prática transfere custos de operação de um ente privado ou de um ente estatal para um ente municipal demasiadamente sacrificado.

Os Municípios brasileiros têm vivido, ao longo dos últimos anos, terríveis momentos devido a repasses indevidos de encargos, a todo instante, pela União. Não é lógico assistirmos, via resolução da ANEEL, a uma deliberação que, a rigor, contraria toda a base contratual de boa parte das concessionárias no Brasil. Isso se dá também tendo em vista o fato de que o poder público brasileiro foi negligente e até mesmo irresponsável com relação à questão da política tarifária no Brasil. Tanto

é que o povo hoje sente na pele e no bolso as consequências desta irresponsabilidade: o aumento de 50% na tarifa de energia elétrica. Então, o Governo quer reequilibrar o modelo tarifário, transferindo responsabilidades das concessionárias para os Municípios.

Por isso, nós nos posicionamos contrários à retirada de pauta do projeto de decreto legislativo e queremos a aprovação do referido projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Para falar a favor da retirada, concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, primeiro, quero deixar claro: esta matéria não estabelece um divisor de águas entre quem é da Oposição e quem é da Situação. Esta matéria trata de algo extremamente importante, que envolve todos os Municípios brasileiros, e eu comungo, municipalista que sou, no pensamento de que nós temos que fazer todos os esforços para retirar das costas do Município qualquer sacrifício extra.

Tenho um respeito enorme pelo autor do projeto, que, por sinal, foi proposto em 2013, quando era outra a realidade e se estabelecia pela resolução que os Municípios passassem a assumir esse serviço.

É bom lembrar que o Município sempre pagou por esse serviço. Não é que agora se esteja transferindo a conta para o Município, não. Quando a concessionária fornece luz elétrica nas vias públicas, quando troca lâmpada, quando troca qualquer equipamento do serviço de iluminação pública, quando instala mais um poste para ampliar a iluminação, sempre é o Município que paga. Se o Município tem a taxa de iluminação pública, menos sacrifício para os cofres municipais, porque a taxa cobre

esse gasto. Mas, se o Município não tem a taxa de iluminação pública, ele paga essa conta com recursos do Tesouro municipal, do orçamento municipal. A concessionária nunca pagou por aquela lâmpada que está acesa na rua ou pela troca da lâmpada. Era preciso primeiro esclarecer isso. Pois bem.

Lá em 2013 havia um comando, uma resolução da ANEEL para que as Prefeituras assumissem isso. E havia aqueles que achavam que era melhor deixar essa responsabilidade com as concessionárias, para elas trabalharem em escala. Confesso que eu era um desses que achavam que melhor era deixar com a concessionária, para não pulverizar, porque ia haver Município pequeno que não teria condição de contratar ao custo adequado.

O tempo passou. Adiou-se a questão para 2014. Em 2015 foi implementada norma. Hoje, mais de 90% das Prefeituras já assumiram. Se nós agora votarmos para voltar atrás, em vez de ajudar os Municípios nós vamos tumultuar a vida dos Prefeitos e das Prefeituras, não vamos ajudar em nada.

Por isso, eu acho que devemos, sim, adiar esta votação, conversar com mais clareza, receber os dados da Agência Nacional de Energia Elétrica, conversar com os Prefeitos com base na realidade de hoje. Na realidade de 2013, eles queriam que não se implementasse isto que já foi implementado. As Prefeituras já fizeram licitação pública, já contrataram empresas para prestar o serviço. Algumas se organizaram em consórcios. E agora a Câmara dos Deputados manda fazer tudo de novo, cancelar os contratos, cancelar as licitações?! Em vez de ajudar, prejudicamos as Prefeituras.

Nós precisamos de segurança jurídica no Brasil. Nós precisamos respeitar o trabalho do Prefeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Conclua, Deputado.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** - Vou concluir. Não estou aqui emitindo juízo de valor sobre o projeto do Deputado Nelson Marquezelli, que é um grande companheiro, um grande Deputado. Estou apenas ponderando que, se votarmos hoje, no afã de ajudar os Municípios, podemos ser surpreendidos. V.Exas. serão surpreendidos, tenho certeza, amanhã, pelos seus Prefeitos...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Conclua, Deputado.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** - Os Prefeitos dirão: *"Puxa vida, mas agora você me manda fazer tudo ao contrário".* Isso vai complicar a vida do Prefeito, a vida da Prefeitura, possivelmente vai até aumentar custos.

Portanto, eu acho que deveríamos adiar este debate, para aprofundarmos o nosso entendimento e não votarmos equivocadamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PMDB o requerimento de retirada de pauta?

**O SR. SERGIO SOUZA** (Bloco/PMDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Votamos pela manutenção da matéria na pauta, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Pela manutenção na pauta, "não" ao requerimento.

Como vota o PT? *(Pausa.)*

**O SR. JOAQUIM PASSARINHO** - Sr. Presidente, eu estava inscrito para falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Em votação de requerimento de retirada, fala um e um. Já acabou.

Como vota o PSDB?

**O SR. NILSON LEITÃO** (PSDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - “Não”.

Como vota — mais uma vez — o PT? *(Pausa.)*

Como vota o Bloco do PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

**O SR. JOAQUIM PASSARINHO** (PSD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há uma divergência na bancada. O PSD libera a bancada nesta votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Liberada a bancada.

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o Democratas?

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós somos contra a retirada de pauta.

E eu aproveito esta orientação para lamentar a decisão do Supremo Tribunal Federal, que, neste fim de tarde, libertou nove empreiteiros da Operação Lava-Jato. Entendo, Sr. Presidente, que os argumentos utilizados pelos Ministros da Segunda Turma que votaram pela libertação dos empreiteiros não são plausíveis, porque o Paulo Roberto Costa fez uma delação premiada e alguns empreiteiros iam na direção da delação premiada. Mas houve essa soltura prematura. Nós entendemos que vai acabar toda essa operação numa grande *pizza*. Lamento, lamento pelos brasileiros!

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PT? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PDT? *(Pausa.)*

**O SR. HERÁCLITO FORTES** - Sr. Presidente, e o PSB?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PSB?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, isto é mais uma faca no peito dos Municípios pobres deste País. Vamos deixar as Prefeituras livres! E, para uma melhor avaliação, nós somos contra a retirada de pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Aviso que foi cancelada pelo Presidente do Congresso a sessão do Congresso Nacional. Vamos então seguir com a pauta. Não teremos essa folga.

Como vota o PDT?

**O SR. MARCELO MATOS** (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT libera a bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - O PDT libera.

Como vota o Solidariedade?

**O SR. LAERCIO OLIVEIRA** (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vota “não”, Sr. Presidente, “não” ao requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

Como vota o PROS? *(Pausa.)*

Como vota o PPS?

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a bancada do PPS vota “não”, até porque este é um problema que precisa ser resolvido imediatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PV? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL?

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós conversamos sobre este projeto na semana passada. O Governo pediu um pequeno prazo para fazer gestões. Acho que, pela tradicional incompetência, não conseguiu. Nós queremos votar a matéria.

Nosso voto é “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - “Não”.

Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

**O SR. CHICO LOPES** (PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PCdoB vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - PCdoB, “não”.

Como vota a Minoria?

**O SR. MORONI TORGAN** (DEM-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é muito melhor os Municípios terem a opção do que terem a obrigatoriedade de fazê-lo. Muitos Municípios já estão com a faca no pescoço, nem sequer têm verba para que isso possa ser consolidado. Consequentemente, achamos de extrema importância este projeto, e de extrema urgência.

A Minoria encaminha o voto “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PV?

**O SR. EVANDRO GUSSI** (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PV vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a palavra para orientar pelo Governo, já que foi e voltou, por gentileza. Libero as bancadas da base. O Governo libera.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - O Governo libera.

Como vota o PT?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - O PT vota “não”. É que a gente não está habituado a ver o PT votar igual à base.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PCdoB também vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - O PT e o PCdoB votam “não”.

Como vota o PR?

**O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA** (PR-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este requerimento não faz sentido. Os Municípios estão pagando uma conta que não é deles. A ANEEL exorbitou do seu poder de regulamentação. Isto é que é o mais grave. Quem tem que regulamentar a matéria é o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

Portanto, votamos “não”, pela não retirada de pauta, e vamos votar “sim” para sustar a Resolução da ANEEL.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PRB?

**O SR. MARCELO SQUASSONI** (Bloco/PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB libera a bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Libera a bancada.

Como vota o PROS?

**O SR. DOMINGOS NETO** (PROS-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - “Não”.

**O SR. JOAQUIM PASSARINHO** (PSD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD muda a orientação para “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - O PSD muda para “não”.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Em votação o requerimento de retirada de pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham; os contrários manifestem-se. *(Pausa.)*

REJEITADO.

**O SR. MENDONÇA FILHO** - Presidente Eduardo Cunha...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Pois não.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Peço um esclarecimento. V.Exa. anunciou há pouco que não haverá mais sessão do Congresso Nacional na noite de hoje. Isso foi uma comunicação, naturalmente, do Presidente do Congresso. Há alguma razão específica?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Não. O Presidente comunicou que a sessão será realizada na próxima terça-feira.

**O SR. MENDONÇA FILHO** - É bom assegurarmos que ela aconteça, porque já existia uma certa tradição, nas terças-feiras, de nós realizarmos sessão do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Concordo com V.Exa. Inclusive, na semana que vem, de certa forma, ela vai atrapalhar o esforço concentrado que queremos fazer.

**O SR. NILSON LEITÃO** (PSDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome da Liderança do PSDB, eu também quero deixar aqui a nossa reclamação. É preciso cumprir o que foi acordado. Hoje é uma terça-feira, dia de sessão do Congresso Nacional, para votarmos vetos. Suspender a sessão na última hora causa, no mínimo, estranheza. Nós queremos deixar o registro de que somos contrários à decisão, apesar de reconhecermos a soberania do Presidente do Congresso Nacional.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria lembrar apenas que a questão é até regimental. Foi aprovado um projeto de resolução que fixou a terceira terça-feira de cada mês como

dia de realização de sessão do Congresso Nacional. Não podemos ter um Presidente do Congresso Nacional que decide de forma exclusivamente pessoal quando vai realizar as sessões para apreciar vetos, que é uma das missões do Parlamento brasileiro. Fica uma coisa submetida à vontade individual de alguém.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Bom, estamos em sessão da Câmara e não do Congresso. Vamos recolher esse protesto.

**O SR. MENDONÇA FILHO** - Mas é onde eu posso reclamar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Eu entendo, mas há mecanismos para levarmos a reclamação.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, foi aprovado um projeto de resolução que estabelece a terceira terça-feira do mês para essas votações.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - É verdade.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - V.Exa. vai levar a reclamação ao Presidente do Senado?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Eu transmitirei ao Presidente do Congresso Nacional, por ofício, as notas taquigráficas com as reclamações dos Parlamentares.

**O SR. MENDONÇA FILHO** - Agradecemos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Vamos seguir a lista de inscritos para discussão.

Para falar contra, concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos. *(Pausa.)*

Para falar contra, concedo a palavra ao Delegado Edson Moreira. *(Pausa.)* S.Exa. abre mão.

**O SR. FABIO REIS** (Bloco/PMDB-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria apenas de agradecer a todos os colegas pelo nosso primeiro projeto votado nesta Casa, o Projeto de Lei nº 6.701, de 2013. Obrigado a todos os colegas. A matéria vai melhorar a segurança em nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Para falar contra, concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia. *(Pausa.)*

Para falar contra, concedo a palavra ao Deputado Alessandro Molon. *(Pausa.)*

Para falar contra, concedo a palavra ao Deputado Daniel Coelho. *(Pausa.)* S.Exa. abre mão.

Para falar contra, concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu estou insistindo em trazer uma reflexão aos meus pares. Conversava ainda agora com o Deputado Nelson Marquezelli, a quem muito respeito. Sei da sua intenção adequada de defender os Municípios e os munícipes, os cidadãos. É esse o sentimento que eu também sempre tive quando fui Prefeito de Divinópolis. Depois, quando eu era Deputado Estadual em Minas, acompanhei todo esse embate sobre retirar das concessionárias esse serviço e deixar a cargo dos Municípios a prerrogativa de contratar quem eles quisessem. Obviamente, nada impediria os Municípios de contratar as próprias concessionárias. Mas na verdade isso é até objeto de um questionamento que eu acho plausível fazer à ANEEL, porque a concessionária não pode ser contratada pelo Município. Cheguei a verificar isso e soube que não havia impedimento, portanto o Município poderia contratar a

concessionária sim. Mas as concessionárias não se interessariam numa contratação pulverizada, um Município contratando numa determinada região e outro contratando em outra região do Estado. Assim fica inviável organizar o atendimento. Optou-se então por essa resolução em que o Município contrata a prestação de serviço para a manutenção do serviço de iluminação pública. E é claro que o pagamento da conta de iluminação pública é feito à concessionária que fornece a energia. Isso continua da mesma forma.

O que mudou com esta resolução? As Prefeituras passam a contratar livremente, por licitação pública, quem vai prestar o serviço de manutenção da rede de energia elétrica dentro do Município. Ora, isso não é mais algo que está se prevendo para o futuro. Isso já é uma realidade. Esta é a grande polêmica que eu estou levantando.

Os Prefeitos precisavam desta Casa em 2013, quando o Deputado Nelson apresentou o projeto. Se naquela ocasião, quando ainda não havia sido implementada a mudança nesta prestação de serviço da concessionária para a própria Prefeitura, fosse votado este decreto legislativo, nós teríamos de fato todas as Prefeituras com o serviço com a concessionária e algumas até fazendo a opção de contratar de maneira terceirizada, ou direto com outra, por licitação. Ocorre que isso não foi votado.

Agora, 1º de janeiro deste ano, foi o último dia de prazo. Em qualquer cidade que no dia 1º de janeiro não tivesse ainda contratado um serviço para fazer a manutenção da iluminação pública, se uma lâmpada queimasse o cidadão ficaria sem iluminação. Então as Prefeituras deram o seu jeito, deram seus “pulos” dentro da lei. Elas fizeram licitação, consórcio, organizaram-se, e agora serão

surpreendidas por esta decisão da Casa: *"Olha, volta tudo à estaca zero. Vocês não terão mais essa prerrogativa".*

Acho isso um equívoco. Nós não deveríamos nos precipitar e votar a matéria esta noite.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Para falar a favor da matéria, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB-PR. Sem revisão do orador.) - Meu caro Presidente, senhoras e senhores, é louvável a iniciativa do Deputado Nelson Marquezelli, mas nós levamos muitos anos aqui para resolver o problema da Taxa de Iluminação Pública. Finalmente, ela foi condenada pela Justiça, e os Municípios ficaram na mão, não podiam mais cobrar a Taxa de Iluminação Pública, destinada a custear a iluminação das cidades, das praças das cidades brasileiras.

Entendemos que seria necessário criar uma contribuição de iluminação pública, para os Municípios poderem administrarem a sua iluminação pública, um serviço típico municipal — não há nisso nada de estadual, de federal, de internacional —, uma característica local. E veio essa resolução da ANEEL que obriga o Município a assumir o serviço e não mais as empresas elétricas.

Ora, é óbvio que esse não é um serviço das empresas concessionárias de distribuição de energia nos Municípios! Muitos Municípios se mobilizaram, organizaram-se, criaram suas empresas e consórcios, mas a maioria fica esperando. O mesmo ocorre com os lixões, cujo problema não foi resolvido até hoje. É uma vergonha para o Brasil ainda não ter resolvido o problema dos lixões.

Se um Município diz que não tem estrutura para trocar lâmpadas, para trocar um suporte de lâmpadas, então é melhor que esse Município volte a ser um distrito! Na essência, o que se discute é que, se existe dinheiro, se existe essa contribuição, por que não fazer um consórcio entre vários Municípios?

Eu entendo, Deputado Nelson, com todo o respeito a sua iniciativa, que alguns Municípios não têm essa capacidade. É verdade. Mas não dá para alterarmos a norma que já está estabelecida. Eles que corram atrás daquilo que deveriam ter feito há muito tempo e não deixado para fazer agora, quando acabou o prazo. Não dá para o Parlamento ficar tentando corrigir a incapacidade dos Municípios de cumprir com a sua prerrogativa, como no caso dos lixões e da troca de lâmpadas e de suporte de lâmpadas.

Por isso, encaminho contra esta proposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Para falar contrariamente à matéria, tem a palavra o Deputado Raul Jungmann. *(Pausa.)*

Para falar contra, tem a palavra o Deputado Padre João. *(Pausa.)*

Para falar contra, tem a palavra o Deputado Ságuas Moraes. *(Pausa.)*

Para falar contra, tem a palavra o Deputado Gilberto Nascimento. *(Pausa.)* Abre mão.

Para falar contra, tem a palavra o Deputado Hélio Leite. *(Pausa.)*

Encerraram-se os nomes de Deputados que queriam falar contrariamente à matéria.

Para falar favoravelmente à matéria, tem a palavra o Deputado Hildo Rocha. *(Pausa.)*

Para falar favoravelmente à matéria, tem a palavra o Deputado Jorge Côrte Real.

**O SR. JORGE CÔRTE REAL** (Bloco/PTB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, evidentemente, tudo o que se falou aqui tem pertinência. Mas, na realidade, um ponto em que não se tocou é que certas Prefeituras não buscaram se instrumentalizar, ter equipamento ou mão de obra para assumir esse serviço. Quero dizer também que as concessionárias não se prepararam para entregar a rede em condições de ser assumidas pelas Prefeituras. Aí está o xis do problema. Se estivesse tudo pronto para as Prefeituras assumirem, era uma história. O que ocorre é que as Prefeituras, já em situação difícil, já em situação de insolvência, não vão se limitar a fazer a manutenção ou a objetivar o funcionamento do sistema. A primeira providência será recuperar a rede, e isso, absolutamente, não estava na filosofia dessa concessão, na filosofia desse serviço, e vai praticamente inviabilizar as Prefeituras. Eu tenho estudos de algumas Prefeituras do interior do meu Estado, Pernambuco, onde a rede tem deficiência de cerca de 50% a 60% de operacionalidade. E quando falo em operacionalidade, Sr. Presidente, estou falando até de falta de postes, estou falando de postes escorados, sem luminárias, ou com luminárias abertas, quando a própria legislação já determina que as luminárias sejam fechadas. Esse é um ônus que nós não podemos impor às Prefeituras numa hora em que falamos até de um novo pacto federativo.

Nós temos que partir, sim, evidentemente, para um controle, para a manutenção da municipalidade, mas pelo menos devemos dar aos Municípios as condições mínimas para que comecem a trabalhar só na manutenção, que já não é um serviço fácil, porque requer equipamentos, mão de obra qualificada, estrutura

técnica de pessoal. A sociedade não aceita mais que os serviços piorem. Nós trabalhamos para melhorar o fornecimento e melhorar a condição de vida da população.

Portanto, façam o que eu digo. Eu me ponho, evidentemente, a favor da proposta do Deputado Nelson Marquezelli. Não há, Sr. Presidente, a menor condição de os Municípios assumirem mais esse ônus, nas condições em que se encontra a rede.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Há requerimento de encerramento de discussão e de encaminhamento, mas declaro encerrada a discussão. Eu acho que é mais rápido seguir o encaminhamento do que o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Passa-se à votação.

O projeto foi emendado.

Emenda nº 1.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Para oferecer parecer às emendas de Plenário, pela Comissão de Minas e Energia, concedo a palavra ao Deputado Caio Narcio.

V.Exa. deu o parecer na semana passada. É a Emenda de Plenário nº 1. É só para dar parecer.

**O SR. MENDONÇA FILHO** - Pode ler o teor dessa emenda que foi apresentada, Sr. Presidente?

**O SR. CAIO NARCIO** (PSDB-MG. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Parecer favorável, Sr. Presidente.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu gostaria de ter conhecimento pelo menos da emenda para poder votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Eu peço que seja distribuída a cópia ao Plenário.

A emenda diz:

> "*O Projeto de Decreto Legislativo passa a ter a seguinte redação.*
>
> *'Art. 1° Ficam sustados os efeitos do artigo 13 da Resolução Normativa n° 479, de 03 de abril de 2012, e os artigos 21 e 218 da Resolução Normativa n° 414, de 09 de setembro de 2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL, que repassa aos municípios a responsabilidade pelos serviços de elaboração de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública e a transferência de tais ativos.*
>
> *Art. 2° O Poder Executivo adotará as providências necessárias ao cumprimento deste Decreto Legislativo.*
>
> *Art. 3° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação."*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Para oferecer parecer à emenda de Plenário pela CCJ, concedo a palavra ao Deputado Rubens Bueno. *(Pausa.)*

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu gostaria que o Deputado Rubens Bueno, como o Presidente acabou de fazer a leitura da emenda apresentada, pudesse traduzir ao Plenário o que ela propõe objetivamente, porque, sinceramente, eu ainda não pude compreender qual é o...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - A emenda é de autoria do Deputado André Moura.

**O SR. MENDONÇA FILHO** - Eu li que o autor é o Deputado André Moura, mas eu não entendi exatamente o que ele quer com essa emenda que ele apresentou. Gostaria que ela fosse traduzida.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - O Deputado Rubens Bueno vai dar parecer apenas pela CCJ, não impede o parecer dele. Em seguida, pediremos ao autor do decreto legislativo para dar a explicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Rubens Bueno para emitir parecer sobre a constitucionalidade.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS-PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Emenda de Plenário nº 1 é do Deputado André Moura. Ele está, na verdade, alterando aqui dois artigos, os arts. 21 e 218, da Resolução Normativa nº 414 da ANEEL.

Ele está fazendo o quê com isso? Está tirando os pequenos Municípios que não têm capacidade para assumir obrigatoriamente esse processo da iluminação pública. Por isso, a necessidade de liberá-los, para que eles possam, de acordo com a sua gestão e a sua capacidade financeira, dar conta do recado.

Por isso, e eu falo pela Comissão de Constituição e Justiça, profiro parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, no mérito, pela aprovação da Emenda de Plenário nº 1.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Passa-se à votação. *(Pausa.)*

Encaminhamento...

**O SR. MENDONÇA FILHO** - Para orientar, Sr. Presidente.

**O SR. RICARDO BARROS** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Pois não.

**O SR. RICARDO BARROS** (Bloco/PP-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Nelson Marquezelli está se dispondo a esclarecer ao Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Deputado Marquezelli, V.Exa. pode esclarecer antes do encaminhamento. O objetivo é que nós cheguemos a um bom termo e todos entendam o que está sendo votado.

**O SR. DOMINGOS NETO** (PROS-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aproveitar este tempo enquanto o Deputado Nelson Marquezelli conversa com alguns Líderes, só para rebater aqui o que alguns falaram anteriormente, dizendo que esse projeto é contra os Municípios ou que os Municípios seriam prejudicados com a revogação dessa resolução. Isso é uma inverdade. Quero deixar isso claro.

A CNM — Confederação Nacional dos Municípios, a Frente Nacional dos Prefeitos, as Associações de Prefeitos dos Estados, todos esperam que este Plenário possa derrubar essa resolução, porque ela só beneficia as concessionárias que têm interesse de que os processos não lucrativos — são os Municípios pequenos, mais de 4 mil Municípios no nosso País — fiquem sob a responsabilidade dos Municípios, aumentado esse custo para o Erário Municipal.

Então, só para ficar claro que as entidades que representam o municipalismo no Brasil são todas a favor do projeto do Deputado Nelson Marquezelli.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado Nelson Marquezelli.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado André Moura viu uma falha no meu decreto legislativo. Eu vou ler a justificativa que explica perfeitamente.

> *"É louvável a proposta do Deputado tendo em vista que os Municípios atualmente não possuem condições de arcar com mais essa obrigatoriedade. Porém, a suspensão do art. 13 da Resolução Normativa nº 479/2012 não resolverá o problema, tendo em vista que os arts. 21 e 218 da Resolução Normativa nº 414/2010 continuarão em vigor.*
>
> *Assim, sem a suspensão dos artigos citados, os Municípios continuam com a obrigação de manter os ativos de iluminação pública.*
>
> *Destaca-se que, de acordo com o cronograma estabelecido pela ANEEL, o prazo final para transferência dos ativos de iluminação pública aos Municípios encerrou-se no dia 31 de dezembro de 2014. "*

Apenas a emenda dele completou a emenda que eu estou aprovando.

Na realidade, nós estamos fazendo hoje, Presidente, um grande serviço para a Nação brasileira. Essa portaria feita pela ANEEL já está sendo contestada, em primeira instância, por toda a Justiça Federal. Já existem mais de 300 ações com

ganho de causa paras as pequenas Prefeituras. Isso vai terminar no Supremo Tribunal Federal daqui a 8, 10 anos. Isso vai gerar uma indenização da União para os Municípios que foram obrigados a fazer cumprir uma portaria, pois só este Congresso tem — está aqui nos pareceres — poder de fazer uma lei no País, não uma agência. Agência não tem esse poder; apenas a Câmara Federal e o Senado Federal detêm esse poder, e a Justiça já está dando ganho de causa.

O que eu estou trazendo hoje aqui é para deixar uma opção às Prefeituras: aquelas que querem fazer, que o façam; aquelas que não quiserem, a distribuidora de energia tem a obrigação de cumprir. Nós estamos acabando aqui hoje com a obrigatoriedade!

Por isso, o voto é “sim”, “sim” para essa...

*(O microfone é desligado.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Concluiu, Deputado?

Encaminhamento.

Para falar contrário, Deputado Caio Narcio *(Pausa.).*

Deputado José Carlos Aleluia. *(Pausa.)*

Deputado Domingos Sávio. *(Pausa.)*

Para falar favorável, Deputado Glauber. *(Pausa.)*

Deputado Moroni Torgan, abre mão.

Deputado Luiz Carlos Hauly *(Pausa.).*

Deputado Hildo Rocha. *(Pausa.)*

Encerrado o encaminhamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Em votação a Emenda de Plenário nº 1, com parecer pela aprovação.

**O SR. SERGIO SOUZA** (Bloco/PMDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB orienta “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Querem orientar ou há acordo? Orientação?

**O SR. ANDRÉ MOURA** (Bloco/PSC-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não, Presidente! Vamos votar sem esse acordo, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Em votação a Emenda de Plenário nº 1, com parecer pela aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - As Sras. e os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

Está prejudicada a proposição inicial.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

**REDAÇÃO FINAL:**

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - As Sras. e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Prorrogo a sessão por 1 hora.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Item 3.

***PROJETO DE LEI Nº 4.148-A, DE 2008***

***(DO SR. LUIS CARLOS HEINZE)***

*Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.148-A, de 2008, que altera e acresce dispositivos à Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005; tendo pareceres, quando de sua tramitação conjunta ao Projeto de Lei nº 5.848/05, este originalmente principal (arquivado nos termos do art. 58, § 4º, do Regimento Interno): da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.848/05, com emenda (Relator: Dep. Fernando de Fabinho); da Comissão de Defesa do Consumidor, pela rejeição do Projeto de Lei nº 5.848/05 (Relator: Dep. Barbosa Neto); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e pela inconstitucionalidade e injuridicidade do Projeto de Lei nº 5.848/05 e da emenda da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (Relator: Dep. Ricardo Barros).*

*Tendo apensado o Projeto de Lei nº 7.335/14.*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Sobre a mesa, primeiramente, requerimento de retirada de pauta:

*"Senhor Presidente,*

*Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 83, parágrafo único, II, "c", combinado com o art. 117, caput, VI, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a retirada de pauta da presente Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 4.148, de 2008, que 'altera e acresce dispositivos à Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005."*

Assina Chico Alencar.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Não há orador contrário.

O orador favorável é o Deputado Chico Alencar. Concedo a palavra a V.Exa.

**O SR. CAIO NARCIO** (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero cumprimentar o gesto de independência que demonstrou o PT na questão da ANEEL hoje. Parabéns!

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, servidores, todos os que acompanham esta sessão, nós estamos pedindo a retirada de pauta pela importância da matéria. Ela diz respeito ao dia a dia da população e à vida saudável de cada um do povo.

Trata-se aqui da rotulagem, clara e definitiva, dos alimentos transgênicos. É bom lembrar, como tem sido muito comum ultimamente, que pesquisas de opinião indicam que 74% da população quer saber, com total clareza, se há elementos transgênicos naquilo que consomem ou não. O projeto, infelizmente, mitiga, diminui, minimiza essa possibilidade.

Há um substitutivo do Deputado Miriquinho Batista que é muito bom, por sinal, mas não podemos correr o risco de ver essa proposta mais substantiva, que estabelece até prateleiras nos mercados para os produtos com esses elementos transgênicos, o que facilita a identificação por parte de uma população que, na média, lamentavelmente, ainda não é suficientemente informada ou letrada e, portanto, é preciso o rigor visual para isso...

O projeto, da forma como está, diminui claramente essas possibilidades. Ele acaba por facilitar a piora da nossa qualidade de vida. Certamente, o Deputado Ricardo Tripoli está atento a isso, como tantos outros aqui.

Então, em nome da boa qualidade do produto legislativo aqui, para que ele não conte com nenhum elemento transgênico da nossa desatenção ou eventual interesse que não se conjuga com a saúde da população, com as nossas boas práticas alimentares, ainda muito precárias no País, vamos adiar esta votação para conjuminar melhor o projeto, apreciar a emenda substitutiva, tudo aquilo que pode, sem dúvida alguma, melhorar.

Daí, o nosso pedido de adiamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Para falar contra o requerimento, Deputado Luis Carlos Heinze.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco/PP-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, primeiro, transgênico é um alimento seguro. Para V.Exas. terem uma ideia, mais de 30 produtos, em torno de 90% da soja do Brasil, do milho do Brasil, do algodão do Brasil hoje são transgênicos. E por onde é que passaram essas sementes? Pela Comissão Nacional de Biossegurança, onde há seis doutores especialistas na área de saúde humana, seis doutores especialistas na área de saúde animal, seis doutores especialistas na área vegetal e seis doutores especialistas na área do meio ambiente, além dos representantes dos diversos Ministérios. Este colegiado é que aprova esses alimentos. Portanto, é um alimento seguro. É isso que eu quero colocar aos colegas Parlamentares.

A segunda situação é a seguinte: nós não estamos omitindo a informação. No próprio projeto diz: *"Eu vou trocar o T".* O que é o T? Foi feita uma pesquisa aqui no Brasil, em que se verifica que 35% das pessoas nem sabem o que é o T. Elas imaginam que é um sinal de trânsito, imaginam que é uma descarga elétrica, qualquer coisa assim, menos, especificamente, que é transgênico. Agora, com o

nosso projeto, o produto vai ser rotulado, dizendo: *"Contém transgênico",* quando tiver acima de 1%, e, se não tem transgênico, "*não contém transgênico"*. Não tem problema, podem colocar. Então, eu não estou omitindo a informação. Terá a informação.

Esse é o pedido que eu faço a V.Exas.

Quero dizer mais. Essa legislação, no mundo inteiro, hoje... Se nós pegarmos, por exemplo, alguns países, veremos que no Japão e na Rússia é 5%, e eu estou adotando a partir de 1%; os Estados Unidos nem colocam nada; na Austrália e Nova Zelândia é 1%, igual ao que eu estou propondo aqui; na União Europeia é 0,9%. Isso está de acordo com a legislação mundial. Os outros países estão adotando esse procedimento.

E mais: as regras de rotulagem estabelecidas no MERCOSUL e no Codex Alimentarius da FAO e da ONU sequer apresentam dispositivos específicos para produtos feitos a partir de OGM. Nós não estamos ferindo nada, estamos prestando informação ao consumidor brasileiro.

Então, é isso que eu quero colocar. Eu acho que nós temos que votar essa matéria, e não será de afogadilho, porque este projeto está aqui desde 2008 e já estamos em 2015. Acho que o Brasil tem condições de dar um passo à frente para adotar a legislação semelhante à legislação de tantos países do mundo.

Volto a repetir: o transgênico é um produto seguro, aprovado por essas dezenas de doutores que eu citei aqui. Cada produto foi aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Orientação de bancada.

Como vota o Bloco PMDB?

**O SR. SERGIO SOUZA** (Bloco/PMDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco PMDB vota “não” ao requerimento de retirada.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - “Não.” *(Pausa.)*

Como vota o PT?

**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT está sempre muito atento para orientar corretamente o consumidor. Eu quero chamar a atenção dos colegas Deputados, dos consumidores: o que está sendo debatido aqui é aquela identificação do T naquele triângulo que orienta o consumidor. Nenhum consumidor vai olhar categoricamente, escrito em letra pequena, se é transgênico, se é OGM. Não! O símbolo identifica. Isso foi um acerto extraordinário para a defesa do consumidor, da sociedade brasileira, porque há uma identificação daquele produto que contém transgênico, ou organismo geneticamente modificado.

Então, nós precisamos manter esse símbolo. O símbolo é a marca. Alterar para qualquer outra redação vai prejudicar o consumidor. Nós estamos com os consumidores.

Votamos “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PSDB?

**O SR. NILSON LEITÃO** (PSDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB vota “não”. Nós temos que discutir e votar essas matérias.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PRB?

**O SR. CELSO RUSSOMANNO** (Bloco/PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu cheguei aqui em 1995, e já se discutia naquela época a questão dos transgênicos. Os cientistas que defendiam os agrotóxicos diziam que os

transgênicos eram cancerígenos. De 1995 para 2015, o que se provou até hoje é que os agrotóxicos são cancerígenos e nada a respeito dos transgênicos.

O que é importante nesse projeto é deixar claro ao consumidor o que ele está consumindo. Isso o projeto está fazendo. Por isso, nós somos contra a retirada de pauta.

Nós votamos “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PSD?

**O SR. JOAQUIM PASSARINHO** (PSD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como foi falado pelo autor do projeto, desde 2008 este projeto está nesta Casa — ou seja, há 7 anos ele está tramitando —, e não há por que retirá-lo de pauta para fazer alguma outra análise. Se não se analisou em 8 anos, em 7 anos, não tem por que se analisar ainda mais.

Nós somos a favor da votação imediata do projeto, para que possamos analisar, debater; votar “sim” ou “não”, mas votar. Somos contra a retirada do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PR?

**O SR. SILAS FREIRE** (PR-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR é a favor do máximo de esclarecimento possível ao consumidor. Então, o PR vai votar “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o Democratas?

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - O Democratas vota “não”.

Como vota o PDT?

**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT quer deixar aqui bastante clara a sua posição de que em momento algum é contra qualquer produto que tenha transgênico. Pelo contrário, nós somos a favor. E somos a favor também da transparência.

Então, é importante que, além da transparência para que o consumidor tenha acesso a todas as informações dos produtos que ele vai consumir, nós também não tenhamos essa pressa toda para tratar essa questão.

O PDT vai encaminhar “sim”, entendendo que temos que discutir melhor o projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PSB?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - O PSB vota “não”.

Como vota o Solidariedade?

**O SR. LAERCIO OLIVEIRA** (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Pela importância do assunto, Sr. Presidente, precisamos avançar.

O Solidariedade vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PCdoB?

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o projeto avança em parte. No entanto, o substitutivo é melhor, e precisamos debater com maior profundidade o significado do seu impacto para a saúde.

O projeto que está em pauta agora é incompleto, seja do ponto de vista humano, seja do ponto de vista animal. Por isso, achamos que é preciso ganhar um tempinho para ver se o Relator e os autores conseguem entrar num acordo conosco no sentido de se votar um projeto mais completo relacionado com a saúde humana e a saúde animal.

Por isso, votamos pela retirada de pauta. “Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PROS?

**O SR. DOMINGOS NETO** (PROS-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PROS vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Vota “não”.

Como vota o PPS?

**O SR. SANDRO ALEX** (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PPS encaminha o voto “não”. Vamos votar a matéria que está desde 2008 tramitando nesta Casa. Inclusive, o Desembargador Prof. Rui Geraldo Viana fez um artigo interessante a respeito do tema, com o seguinte título: *Símbolo do atraso.* É uma matéria tão importante, há tanto tempo tramitando e no dia de hoje ainda querem retirar de pauta?

O PPS vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PV?

**O SR. EVANDRO GUSSI** (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PV entende que há inúmeras emendas surgindo, e percebe-se a possibilidade da criação de um consenso, porque nós não podemos negligenciar em prestar o máximo de informações possíveis ao consumidor.

Então, para que esse consenso possa ser elaborado, o PV é favorável à retirada de pauta, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PSOL?

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a própria justificação do projeto nos devia levar à cautela, porque o autor diz que defende, obviamente, o direito do consumidor — quem diria que não? —, mas esse direito à informação tem que estar restrito aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

Em outras palavras, diz-se que a legislação, o Código de Defesa do Consumidor, tudo o que já foi produzido de alerta em relação a organismos geneticamente modificados, de produtos do nosso consumo, é exagerado, tem que ser mitigado, diminuído, ao fim e ao cabo, porque pode diminuir a venda desses próprios produtos. Ou seja, é o negócio, o comércio acima da saúde, da vida. Daí a necessidade do adiamento e do bom debate, para aperfeiçoar o projeto.

Nosso voto é “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota a Minoria?

**O SR. MORONI TORGAN** (DEM-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse debate já está sendo feito. O projeto é bom. Não há razão para que haja mais delongas.

Na verdade, se, com relação aos transgênicos, nós temos dúvida sobre o que podem causar, com relação ao agrotóxico, nós temos certeza de que é cancerígeno. Por que não utilizar, então, um símbolo dizendo que contém produto cultivado com agrotóxico? Por que não um símbolo também dizendo que contém corante

cancerígeno? Por que não um símbolo também dizendo que contém conservante cancerígeno? Vamos encher de símbolos!

Aqui estão dizendo que vão faltar informações. Não foi isso que ouvi do autor. O autor disse que está lá: "*contém transgênico"*. Eu acho que, se é para utilizar símbolo, tem que se usar símbolo naqueles casos que já confirmadamente fazem mal à saúde. Agora, com relação a esses de que não temos certeza, queremos o símbolo; nos que fazem mal à saúde, ninguém quer o símbolo?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o Governo? *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Em votação o requerimento de retirada de pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

REJEITADO.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Passa-se à discussão da matéria.

Para falar contra, concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni. *(Pausa.)*

Para falar contra, concedo a palavra ao Deputado Duarte Nogueira. *(Pausa.)*

Para falar contra, concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, a sociedade mundial está cada vez mais preocupada com a qualidade do alimento.

Todos nós sabemos que existem muitas pesquisas, mas nenhuma conseguiu decididamente concluir que não há alteração para quem consome organismos geneticamente modificados, para aquele que reproduz, para aquele que é atingido por uma alteração que não faça mal ao meio ambiente, que não faça mal à saúde humana e que não possa provocar sérias consequências.

Há muitos dados a partir de vários estudos feitos em universidades por pesquisadores, pelas sociedades dos cientistas que demonstram prejuízo à saúde das pessoas no momento em que há o uso dos transgênicos.

Neste momento, vale, com certeza, um princípio que é mundialmente conhecido, que é o princípio da precaução. Na dúvida, não ultrapasse. Na dúvida, respeite o princípio da precaução. Fundamentalmente, o que para nós é impositivo nesse tema é a questão do acesso às informações.

As pessoas têm o direito de saber o que elas estão consumindo. Nesse sentido, foi consignado, está aceito e é legislação: todos os organismos geneticamente modificados — OGMs devem ser identificados. O consumidor, quando vai à prateleira de um mercado, quando faz uma compra, deve ver a identificação no rótulo daquele símbolo do “T”, que é a marca visualizada, exposta,

que lhe dá segurança. Se ele quiser comprar, que compre! A decisão é dele, mas que ele tenha direito de decidir.

Nós não podemos, portanto, alterar e retirar esse símbolo, porque isso seria omissão da informação correta, porque apenas escrever, sem que haja uma pequena identificação — a maioria das pessoas não vai ler —, na verdade, é tirar o direito a essa informação.

Por isso, nós estamos aqui defendendo contrariamente a esse projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Para falar favorável, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. *(Pausa.)*

Para falar favorável, Deputado Afonso Florence. *(Pausa.)*

Para falar favorável, Deputado Pompeo de Mattos. *(Pausa.)*

Para falar favorável, Deputado Luis Carlos Heinze.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco/PP-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, chamo a atenção: o único setor, Deputado Valdir Colatto, que está dando certo hoje no Brasil é o agronegócio. Deputado Odelmo Leão, do Estado de Minas Gerais, quem segura este País hoje é a agricultura, é a pecuária e é a produção.

Estamos querendo ser mais realistas do que o rei. Queremos chamar a atenção dos colegas Parlamentares para o fato de que quanto mais complicações... E não há falta de informação, ninguém está se negando a prestar informação. As informações existirão nos rótulos dos produtos. Estamos adequando dessa forma. Falei como é que eles fazem em outros países.

O que nós queremos é proteger também aqueles que produzem, e não prejudicar a produção brasileira, jamais prejudicar o consumidor brasileiro ou

mundial. O Brasil é o maior exportador de frango do mundo, é o quarto exportador de suíno no mundo, hoje é o maior exportador de soja do mundo, é um grande exportador de milho.

O mundo compra, e ontem diziam: *"Não, se plantarem transgênicos não vão usar"*. Mas 90% do milho, 90% da soja e do algodão hoje são transgênicos no Brasil, aprovados por doutores, como citei aqui para V.Exas.

Então, o que eu estou colocando? Estamos adequando uma legislação brasileira, sem omissão de informação. Esse é o ponto para o qual nós temos que chamar a atenção, para também ajudarmos um setor que está dando certo no Brasil, que está ajudando a levar este País nas costas.

Deputado Ricardo Barros, do Estado do Paraná, se o Brasil hoje tem quase 500 bilhões de reserva, quem deu foi a agricultura, a pecuária, a produção. Quando alguém toma café de manhã, almoça e janta, são esses produtores rurais que estão fazendo essa agricultura. É reconhecido no mundo inteiro, hoje, o padrão da agricultura brasileira. Por isso, nós somos os maiores em vários produtos; somos o primeiro colocado em vários produtos, pela qualidade dos nossos produtores, pela qualidade da nossa pesquisa, pela qualidade das nossas empresas.

Então, do que é que precisamos? Precisamos adequar essa legislação, sem que falte informação ao consumidor. Por isso, nós estamos pedindo apoio a V.Exas.

O projeto está tramitando desde 2008. Quero cumprimentar vários Líderes e o Deputado Eduardo Cunha, que colocou a matéria em votação. Se tivermos votos a favor, vamos ganhar, se não tivermos votos a favor, vamos perder. Quem perde com isso? Quem perde é a agricultura, é o setor produtivo brasileiro. Perde, de certa forma, na competitividade para os demais Países.

Tivemos a questão da vaca louca, Deputado Afonso. Os canadenses, um dia, vieram aqui, à Comissão de Agricultura, se queixar quando estavam embargando a nossa carne bovina. A lei restritiva não foi feita pelo Canadá.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Conclua, Deputado.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** - Nós estamos cobrando a lei que V.Exas. fizeram no Brasil. Pelo amor de Deus, o que eu estou colocando para V.Exas. é a segurança de um produto. Vamos manter as informações necessárias. Por isso, peço apoiamento a este destaque.

Conversamos com a Liderança do Governo, alteramos pontos que a Liderança do Governo nos propôs. Está aqui o Vice-Líder do Governo, Deputado Ricardo Barros, que vai encaminhar o relatório, e vários outros Líderes também. Portanto, peço a V.Exas. apoiamento a este projeto.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Para falar contrário, Deputado Ivan Valente.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos aqui para defender, primeiro, que a votação desse projeto não acabe hoje. Nós entendemos que retirar o direito da população de escolher o tipo de alimento ou o tipo de componente que está dentro do alimento é uma questão inclusive antidemocrática. Isso é um atropelo da legislação à democracia brasileira. Há países que simplesmente proíbem os transgênicos, proíbem 100% os transgênicos.

Aqui, o que se pede, Sr. Presidente, é não tornar obrigatória a informação sobre a presença de transgênicos, não obrigar a rotulagem de alimentos de origem

animal, em que os animais tenham sido alimentados por ração transgênica, e excluir o símbolo de transgênicos — excluir o símbolo! —, não havendo como identificar os transgênicos. E, na primeira questão colocada, quando não for possível a detecção por métodos laboratoriais, excluir a maioria dos alimentos, inclusive. Então, é obvio que o que se quer aqui é reverter uma decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Por isso, Sr. Presidente, a questão principal a ser debatida aqui é se o povo brasileiro, o cidadão brasileiro, o consumidor brasileiro tem direito a ser informado sobre que escolha ele vai fazer. O que o projeto do Deputado Heinze está fazendo é retirar a escolha do cidadão brasileiro. Aliás, o autoritarismo, a centralização e o totalitarismo estão contidos nas palavras. O que é isso? O que importa é o produtor. Mas os produtores são uma camada, são os que ganham dinheiro com isso aqui; o resto é consumidor. Quem quiser consumir, esteja à vontade para consumir, desde que esteja informado e possa fazer essa escolha.

Por isso, Sr. Presidente, isto contraria, inclusive, o compromisso assumido pelo Congresso Nacional em 2005, quando aprovou a nova Lei de Biossegurança, Lei nº 11.105, e reiterou, no art. 40, que:

> *"Art. 40. Os alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de OGM"* — organismos geneticamente modificados — *"ou derivados deverão conter informação nesse sentido em seus rótulos, conforme o regulamento".*

Isto aqui é um retrocesso do que já foi acertado em 2005.

Então, peço aos nobres pares e aos cidadãos que estão nos observando neste momento pela *TV Câmara* que pensem no seguinte: nós não estamos nem discutindo aqui se o transgênico faz mal ou faz bem. Nós só estamos discutindo o direito de o cidadão escolher.

O que o Deputado Heinze quer com o projeto é tirar a informação, é esconder do povo que há transgênicos nos alimentos, sem que ele possa fazer uma escolha.

Então, esse projeto é autoritário, é um retrocesso e não deve ser aceito por esta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, primeiramente, quero cumprimentar o Deputado Luis Carlos Heinze pelo brilhante relatório de um projeto de alto nível e trazer alguns esclarecimentos, eu diria, nem tanto para os colegas Parlamentares, que, não tenho dúvida, há tantos anos debatem essa matéria que já a dominam bem, mas para todos que nos acompanham e para alguns que possam ter alguma dúvida sobre isso.

Primeiramente, 90% da soja, do milho, do algodão e, consequentemente, da cadeia produtiva da carne e do leite têm a presença de transgênico. Isso pode ser algum assombro, algum risco para a saúde do cidadão? Eu digo com muita segurança que não. Primeiramente porque isso não é algo que se está inventando agora.

Eu vou voltar na história, e quem quer construir um futuro melhor não pode ignorar a história. Na década de 50, chegou ao Brasil o milho híbrido. Eu nasci na

roça, vivi no interior, na década de 60, e via meu pai plantar o milho que ele próprio colhia. Não havia milho híbrido disponível na época. Milho híbrido nada mais é do que o cruzamento de duas sementes para produzir uma semente mais eficaz, mais produtiva. Naquela época, quem era contra, quem não queria ver aquela semente ser disseminada no Brasil dizia que o milho híbrido ia causar câncer no povo.

O milho híbrido matou a fome do povo brasileiro! O milho híbrido, não só aqui, mas no mundo inteiro, foi o início de uma revolução em que a tecnologia, a pesquisa fez haver alimento com fartura.

O estudo da genética está a serviço do ser humano e da saúde. Por exemplo: desenvolve-se uma soja geneticamente modificada que é resistente a uma praga, e não é preciso usar agrotóxico.

Portanto, o que nós estamos votando aqui é apenas para regulamentar. É importante que o consumidor saiba que o alimento tem transgênico. A partir de 1% de transgênico, se houver traços de transgênico naquele alimento, o rótulo já dirá que há. Ora, isso é excelente!

E vêm alguns dizer que nós queremos enganar o consumidor. Pelo contrário, nós queremos garantir ao consumidor o direito de ser informado e garantir ao produtor brasileiro que produza com eficiência, que seja competitivo. É esse o País que queremos desenvolver.

Mas há aquela turminha que joga para a plateia e traz aqui a mentira repetida de que o transgênico vai matar as pessoas, de que nós queremos esconder no rótulo, que queremos tirar o símbolo, um símbolo que passa uma ideia de terror. Querem colocar lá um “T”, parecendo que aquilo é tóxico, para passar uma ideia de terror para as pessoas; a serviço de quem, eu não sei, mas deve ser daqueles que

não querem que a agricultura se desenvolva no Brasil. É claro que existem aqueles que não querem que a agricultura se desenvolva, que não conhecem a realidade de quem luta no campo produzindo alimentos e não sabem que todo ser humano precisa de alimento.

Portanto, defendo o meio rural, mas defendo cada cidadão que me acompanha. Eu não conheço até hoje alguém que sobreviva sem se alimentar.

Portanto, nós somos a favor do projeto.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Eu não vou mais prorrogar o tempo, porque a gente vai perdendo a sessão por causa das prorrogações.

Para falar contrariamente, concedo a palavra ao Deputado Daniel Coelho. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Padre João.

**O SR. PADRE JOÃO** (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Deputadas e Deputados, antecipo que eu quero o bem da agricultura e que é a agricultura familiar que alimenta o povo brasileiro. Setenta e cinco por cento do alimento que chega à mesa do brasileiro é da agricultura familiar e é livre de transgênico, é livre do agrotóxico.

O Deputado que me antecedeu está dizendo que vêm Parlamentares aqui para mentir. Quem está mentindo é quem está dizendo que vai manter a informação para o consumidor! Não é verdade! A legislação atual, independentemente do percentual de transgênico, obriga a constar no rótulo, em todas as embalagens, o "T" de transgênico. Isso já é obrigatório. A legislação atual é simples. O que eles

estão propondo é dispensar qualquer informação, seja por escrito, seja pelo “T” de transgênico.

Colegas Deputadas e colegas Deputados, vamos prestar atenção nesse Projeto de Lei 4.148-A, de 2008. Já não bastasse, na noite de ontem, esta Casa ter votado somente para beneficiar a grande indústria, a grande empresa multinacional. E este projeto só beneficia as empresas multinacionais, nem sequer as empresas brasileiras. Quem vai ser contemplado com este projeto é a Monsanto, é a Bunge, é a Bayer, é a BASF, é a Dow.

Nós não podemos ficar aqui a serviço somente das grandes empresas. Nós devemos ter respeito ao povo brasileiro, respeito ao consumidor. O mínimo de direito que o nosso povo tem é o direito à informação! Já é uma conquista do povo brasileiro, é uma conquista do nosso povo da América Latina como um todo o direito à informação, a constar nas embalagens o “T” de transgênico.

Está-se retirando, sim! Todo produto, no material final, que tiver menos de 1% de transgênico não precisa conter essa informação. E mesmo que tenha mais de 1%, as condições de análise que estão propondo são para burocratizar, são para inviabilizar. Então, estão aqui enganando o consumidor.

Então, Sr. Presidente, já tivemos...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Deputado, é realmente para concluir, porque nós não vamos prorrogar.

**O SR. PADRE JOÃO** - Concluindo, Sr. Presidente, quero só dizer que o povo brasileiro já teve a grande conquista em relação à informação do que consome, seja em relação ao carboidrato, seja em relação às gorduras, seja em relação aos sais. Nós não podemos abrir mão dessa informação do “T” de transgênico.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Obrigado, Deputado.

**O SR. VALDIR COLATTO** (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero informar ao Padre João que a hóstia é feita de trigo transgênico.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Por favor, vamos respeitar os oradores. Não lhe foi concedida a palavra.

Para falar favoravelmente, concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira.

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA** (Bloco/PTN-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, um filósofo baiano, Bertoldo Brecha, dizia o seguinte: *"A ignorância é que astravanca o progresso"*. Aí é que está o problema.

Já se sabe, por estudos e mais estudos, que o transgênico é de excelente qualidade, sendo até direcionado para a cura de doenças. Fiz um estudo depois de ver esse projeto. Mundialmente, o transgênico é essencial. E mais: futuramente vai haver escassez de alimentos no mundo, e o transgênico vai suprir essa falta.

Esse projeto do Deputado é excelente. Vamos votar favoravelmente porque é a melhor coisa que fazemos. Por quê? Temos que olhar para o futuro. O Congresso, a Câmara tem que olhar para o futuro e não ficar olhando para o passado, inclusive, trazendo de fora franceses para invadir laboratórios e quebrá-los todos, destruindo anos de pesquisa, como aconteceu recentemente. Aliás, pegaram um francês no Rio Grande do Sul, com o apoio do Governo de lá, arrebentaram os laboratórios e destruíram anos e anos de progresso em pesquisa.

Então, vamos avançar! Esse projeto é excelente!

Avante Brasil!

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Há sobre a mesa requerimento de encerramento da discussão, assinado por vários Líderes.

*"Sr. Presidente,*

*Nos termos do art. 157, § 3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos o encerramento da discussão e do encaminhamento do Projeto de Lei 4.148, de 2008, de autoria do Deputado Luiz Carlos Heinze."*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Para falar contra a matéria, concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho à tribuna tão somente para esclarecer. Parece-me algo que objetivamente faz-se necessário para que tenhamos a compreensão muito clara, transparente do que estamos votando.

Primeiro, é importante dizer que sou a favor dos transgênicos. Aliás, eu fiz debates históricos e homéricos, especialmente com a bancada do PT, sobre a questão dos transgênicos. Divergíamos frontalmente, porque alguns, equivocadamente, entendiam que os transgênicos causavam hepatite B, que os transgênicos traziam AIDS, que eram a pior praga do mundo, que eram o fim do mundo. Quando nós vimos, na verdade, que os transgênicos não são o fim do mundo, não causam hepatite B, não trazem AIDS.

Ao contrário, é uma tecnologia implementada na qualidade da semente, no seu glúten, enfim, que desenvolve potencialidade para enfrentar as pragas, desenvolve resistência às pragas ou a determinados herbicidas.

Bom, esse me parece ser um tema morto, passado, vencido. Bem-vindo o transgênico. Ele está ajudando na produção de alimentos do País. A EMBRAPA, a grande pesquisadora nacional, a grande empresa pública abraçou com todo o esforço e com todos os dedos, a quatro mãos, a quatro braços, os transgênicos, e é ponto pacífico; hoje não se discute mais isso.

O que nós estamos discutindo aqui é outra coisa. Quero esclarecer que, na verdade, vencida a etapa da discussão se pode ou não pode o transgênico, foi decidido que pode o transgênico. Está bem. Quem sabe um dia nós vamos rir à toa

desse debate. Mas enquanto ele não for pacificado, não é demais colocar no rótulo do produto que ali contém transgênico, até porque é um consenso para nós que transgênico não é problema. Então, eu não vejo por que não constar do rótulo do produto a palavra transgênico.

Por que só aqueles acima de 1%? Parece-me que pode ser para enganar o consumidor. Mas o consumidor não está com esse problema. Então, qual é o problema? Qual é o objetivo? Fico, assim, com um pé atrás. Eu quero que o produto que eu consumir, se tiver transgênico, tenha a informação: tem transgênico. Eu vou consumir, porque estou consciente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Para falar favoravelmente, com a palavra o Deputado Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PSB-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, vejam como as coisas mudam. O PT hoje está brigando pela colocação de um selo. Como mudou? Os que estão aqui há mais tempo se lembram de o PT patrocinando nesta Casa a vinda do ativista francês José Bové, que invadiu a Comissão de Agricultura, jogou soja, de maneira que ninguém aguentava ficar em pé. A soja transgênica era o demônio. Hoje, evoluiu. Aliás, a evolução do pensamento do PT é proporcionalmente dez vezes maior do que a evolução da ciência com relação aos transgênicos.

Portanto, acho que nós estamos sendo injustos com esse partido. Nós não devíamos trazer essa briga a esse nível por causa de um selo. O simples fato de eles aceitarem a evolução da ciência e acharem que o transgênico, desde que tenha o selinho, resolve o problema, é uma tranquilidade para os brasileiros. Aliás, eles foram muito injustos com o José Bové. O José Bové veio ao Brasil várias vezes, foi

ao Rio Grande do Sul, foi ao Nordeste quando eles eram oposição. Tomaram o Governo e mandaram o José Bové às favas. Não sei onde ele anda. Não sei onde está o José Bové. Mas nunca mais veio aqui patrocinar baderna no Congresso Nacional. Viva, minha gente, a evolução da espécie! Viva, minha gente, a conscientização de que nada melhor do que a pesquisa!

E essa maneira como o PT encara hoje, dobrando-se aos fatos, eu acho que é uma grande conquista para este Brasil. Mas eles não se emendaram ainda. De vez em quando, as suas vertentes invadem centros de pesquisa e destroem plantações que estão em processo de estudo. Mas a gente não pode querer tudo ao mesmo tempo. Essa evolução acontece, mas demanda tempo.

E eu tenho certeza de que, com a mesma convicção de que o selinho hoje vai resolver o problema do biscoito com componente transgênico, amanhã outro selinho irá resolver a questão das pesquisas de pessoas, de institutos, de homens que se dedicam há anos à evolução da ciência e que têm, num átimo de segundo, tudo destruído pela irresponsabilidade e inconsequência dos que querem, ninguém sabe a título de quê, destruir, Sr. Presidente, o que foi feito em nome deste País.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Nós não estamos prorrogando, Deputado. Conclua, por gentileza, porque eu não prorroguei o tempo do orador anterior.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** - Portanto, minha gente, é uma bobagem. É uma bobagem! O importante é que o alimento genérico irá para as prateleiras com o selinho do PT ou sem ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Em votação o requerimento de encerramento de discussão e de encaminhamento.

Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PMDB?

**O SR. VALDIR COLATTO** (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB vota contra o requerimento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - O requerimento é de encerramento, não é retirada.

**O SR. VALDIR COLATTO** - Ah, é de encerramento da discussão? Somos a favor do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - O PMDB vota a favor.

Como vota o PT?

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PT vota para continuarmos debatendo e discutindo o tema.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - O PT vota “não”.

Como vota o PSDB?

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o Bloco do PRB?

**O SR. CELSO RUSSOMANNO** (Bloco/PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PRB vota pelo encerramento da discussão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - O PSDB vota “sim”. O PRB vota “sim”.

Como vota o PSD?

**O SR. MARCOS MONTES** (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - "Sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - "Sim".

Como vota o PR?

**O SR. JORGINHO MELLO** (PR-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vota "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - "Sim".

Como vota o PSB?

**O SR. TENENTE LÚCIO** (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB, Sr. Presidente, vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - "Sim".

Como vota o Democratas? *(Pausa.)*

Como vota o PDT?

**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - "Não".

Como vota o Solidariedade?

**O SR. LAERCIO OLIVEIRA** (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade vota "sim", Sr. Presidente. Vamos encerrar esta discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - "Sim".

Como vota o PCdoB?

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PCdoB vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - "Não".

Como vota o PROS? *(Pausa.)*

**O SR. ELMAR NASCIMENTO** (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - O Democratas vota “sim”.

Como vota o PPS?

**O SR. SANDRO ALEX** (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS vota pelo encerramento da discussão, vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - “Sim”.

Como vota o PV?

**O SR. EVANDRO GUSSI** (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PV vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - “Não”.

Como vota o PSOL?

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL quer colocar que este projeto, em primeiro lugar, descumpre compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito do Protocolo de Cartagena. Em segundo lugar, ele é um retrocesso à decisão do Tribunal Regional Federal. E, em terceiro lugar, ele é uma violência a todos os consumidores brasileiros, porque quer tirar o direito de escolha e de informação do povo brasileiro.

Há aqueles que vão à tribuna dizer que existe um consenso de que produto transgênico não faz mal. Não existe consenso nenhum! É por isso que países inteiros rejeitam os transgênicos, é por isso que os cientistas brigam até hoje na CTNBio. É claro que não existe consenso! Tirar do cidadão consumidor o direito ser

informado é um crime que está sendo cometido em nome do negócio, do lucro e do agronegócio brasileiro.

O PSOL vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. DOMINGOS NETO** (PROS-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PROS vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - O PSOL vota “não” e o PROS, “sim”.

Como vota a Minoria?

**O SR. MORONI TORGAN** (DEM-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acho que todos que querem alongar o debate deveriam estar defendendo um “A” bem grande para produto com agrotóxico; deveriam estar defendendo um “C” bem grande para produto com conservante; e deveriam estar defendendo outro “C”, de outra cor, para produto com corante. Então, vamos colocar “C” grande e “A” grande, porque estes já dão câncer. Mas com estes a gente não se preocupa. Para o transgênico, sobre o qual a gente não tem certeza de coisa nenhuma, é que a gente quer colocar grande! Então vamos colocar antes nos outros, e bem grande, porque desses a gente já tem certeza.

A Minoria quer que acabe esta discussão. O voto é “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o Governo?

**O SR. RICARDO BARROS** (Bloco/PP-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo afirma que a informação está garantida. Estará escrito “contém elemento transgênico” em todas as embalagens, conforme a norma e o regulamento do próprio Governo, do tamanho da letra que o Governo determina.

Portanto, nós indicamos o voto “sim”. E vamos ao mérito!

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Em votação o requerimento de encerramento de discussão e de encaminhamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

Estão encerrados a discussão e o encaminhamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - O projeto foi emendado.

Para oferecer parecer às emendas de Plenário pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, concedo a palavra ao Deputado Valdir Colatto.

**O SR. VALDIR COLATTO** (Bloco/PMDB-SC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, declaro que nós, no relatório, rejeitamos a Emenda nº 1 e aprovamos a Emenda nº 2 e a Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao Projeto de Lei nº 4.148, de 2008.

Este é o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Faltou uma emenda, Deputado Valdir Colatto. Faltou emitir parecer sobre a Emenda nº 3.

**O SR. VALDIR COLATTO** - A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio é pela aprovação das Emendas nºs 2 e 3, nos termos da Subemenda Substitutiva Global de Plenário.

É o parecer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Para oferecer parecer às emendas de Plenário pela Comissão de Defesa do Consumidor, concedo a palavra ao Deputado Nelson Marquezelli.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** (Bloco/PTB-SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Comissão é pela aprovação das Emendas nºs 2 e 3, nos termos da Subemenda Substitutiva Global apresentada.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Deputado Nelson Marquezelli, faltou o parecer à Emenda nº 1. V.Exa. não falou sobre a Emenda nº 1.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Somos contra a Emenda nº 1.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Para oferecer parecer às emendas de Plenário pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros.

**O SR. RICARDO BARROS** (Bloco/PP-PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a CCJC é pela admissibilidade de todas as emendas.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - A CCJC é pela admissibilidade de todas as emendas.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Passa-se à votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Há sobre a mesa o seguinte requerimento:

*"Senhor Presidente,*

*Requeiro, nos termos do artigo 193, caput, do Regimento Interno, o adiamento de votação do Projeto 4.148/08 pelo prazo de 02 sessões."*

O requerimento está assinado pelo Deputado Evandro Gussi, do PV, e é apoiado pelo Deputado Sibá Machado, do PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Mantém-se este requerimento?

**O SR. EVANDRO GUSSI** (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Mantém-se, Sr. Presidente.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o requerimento agora é de adiamento de quê?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - De votação.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** - Sim, de votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Está mantido o apoiamento do PT?

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Está mantido.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** - Sr. Presidente, é para encaminhar, então?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Não.

Para falar a favor do requerimento, tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o requerimento é do PV, de adiamento da votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - O requerimento está em urgência. Tem o apoiamento do PT.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** - Nós apoiamos o requerimento do PV. Apoiamos o adiamento da votação, apoiamos o requerimento do PV. O Líder Sarney Filho conversou com o PT, e nós apoiamos o adiamento da votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Pois não. Vamos votar, sem problema.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

**O SR. IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, cedo a palavra ao Deputado Alessandro Molon.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - O Deputado Alessandro Molon é o segundo inscrito, pode falar.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado.

Quero, antes de tudo, agradecer ao Deputado Ivan Valente, Líder do PSOL, a gentileza desta cessão da palavra. Deputado Ivan, muito obrigado pela gentileza!

Sras. e Srs. Deputados, o que está em jogo neste projeto não é se os alimentos terão ou não transgênicos, é se o consumidor vai ou não vai ter o direito de saber se há transgênicos no alimento. O projeto de lei cassa, na prática, o direito do consumidor de saber que um produto é transgênico, porque se está retirando um símbolo para colocar letras, não sabemos de que tamanho, indicativas de que há transgênicos ali.

Pergunto, mesmo àqueles que são favoráveis aos transgênicos: é correto sonegar ao consumidor essa informação? É certo tirar do consumidor, na prática, o direito de saber que determinado alimento tem elementos transgênicos?

Aqueles que defendem os transgênicos acreditam que não há mal nenhum no seu consumo. Ora, se não há mal nenhum, por que esconder do consumidor? Por que não deixar saber ao consumidor que há elementos transgênicos ali?

Eu tenho certeza de que muitos colegas Parlamentares não têm noção da gravidade deste projeto. O projeto é extremamente grave. Não é por causa dos transgênicos em si, porque o projeto não trata disso. Refiro-me à fraude a que os consumidores, na prática, vão ficar sujeitos, porque vão comprar produtos

transgênicos sem saber, vão consumir produtos transgênicos sem saber. Isso não é correto.

Quem defende os transgênicos deveria dizer isto: *"Nós vamos defender de peito aberto, claramente, à luz do dia, a presença dos transgênicos nos alimentos".* Por que esconder essa informação? Na prática, o projeto vai esconder essa informação. Alguém vai me dizer depois: *"Não, não vai esconder, vai escrever"*. Nós sabemos que, na prática, a informação vai estar do tamanho de letra de bula de remédio, e o consumidor vai comer transgênico sem saber. Nós não temos o direito de fazer isso.

Sr. Presidente, para que todos possam conhecer as emendas que foram apresentadas, entender o parecer do Relator e votar com calma, para evitar que cometamos outros erros, como cometemos recentemente, pela pressa em votar matérias que dizem respeito à vida das pessoas, o nosso partido vai votar "sim" ao requerimento do PV de adiamento da votação. Isso nos trará mais segurança. Todos vão poder conhecer melhor o projeto e votarão cada um de acordo com a sua consciência.

Por isso, "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Em votação o requerimento de adiamento da votação.

Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PMDB? *(Pausa.)*

**O SR. HERÁCLITO FORTES** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Orientação de bancada.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há aqui um substitutivo sobre a matéria, e eu acho que ele merece uma reflexão. Acabou de chegar. Nós ainda não temos conhecimento do seu teor, mas seria preciso examiná-lo.

Eu quero lhe ser muito franco, Sr. Presidente: as argumentações do Deputado Alessandro Molon são pertinentes. Alguma coisa nós temos que avaliar. Este substitutivo, pelo que estou sendo informado, resolve a questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Deputado, vamos lá! Orientação de bancada para o requerimento de adiamento da votação.

Como vota o Bloco do PMDB?

**O SR. SERGIO SOUZA** (Bloco/PMDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é muito claro que há um *kit* obstrução aqui. É claro também que a transgenia já consta de todos os rótulos. Nós queremos votar o mérito do projeto, por isso votamos “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PT?

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, este projeto trata da rotulagem de alimentos e modifica a Lei de Biossegurança. Aqui neste plenário trouxeram dispositivos para sonegar informação sobre o que os produtos conterão. Como votar uma matéria como esta, que é contra o consumidor, sem fazer uma reflexão maior?

O PT vota “sim”, porque nos posicionamos a favor dos consumidores brasileiros, da livre escolha e da livre possibilidade. Quem quer esconder o que os produtos têm decerto não se preocupa com a qualidade do que vai colocar na mesa dos trabalhadores e das famílias brasileiras.

Por isso, “sim”, Sr. Presidente, em nome do PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PSDB?

**O SR. NILSON LEITÃO** (PSDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero dar uma informação: as cidades que têm agronegócio e que têm soja são as que têm o IDH mais alto do País, e 90% da soja brasileira é transgênica. É isso que tem bancado o Governo — ou o desgoverno — do PT. É isso que tem bancado o PIB e a balança comercial. Este não pode ser um debate apenas sobre a questão do rótulo.

Eu acho que temos que votar. É preciso orientar o consumidor. O consumidor tem o direito de saber o que está usando, o que está comprando, mas não é isso o que faz mal ao consumidor. O transgênico não pode ser um produto demonizado, mesmo porque até o nosso salário aqui, com toda certeza, tem a participação da soja transgênica e de alimentos transgênicos, da carne do boi que é alimentado com milho transgênico e tudo o mais.

Nós queremos votar! O voto é “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o Bloco do PRB?

**O SR. CELSO RUSSOMANNO** (Bloco/PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB não entende esta discussão de defesa do consumidor, se a defesa do consumidor está no rótulo. O art. 31 do Código de Defesa do Consumidor é muito claro ao especificar que nós temos que ter informações suficientemente adequadas no rótulo. Se tem que estar no rótulo a informação de que existe transgênico naquele alimento, ou se o animal consumiu o alimento transgênico, nós estamos contemplando o que estabelece o Código de Defesa do Consumidor.

Por isso, o PRB e o Bloco são contrários ao requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PSD?

**O SR. MARCOS MONTES** (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro: nós temos que desmistificar essa questão de transgênico. Se o mundo se alimenta é porque a pesquisa avançou e conseguiu construir alimento para o mundo todo. O Brasil é hoje papa nessa situação.

Segundo: a Deputada Maria do Rosário, que me antecedeu há pouco, não leu o projeto, não se dedicou ao projeto, está querendo, isto sim, obstruir o projeto, que é de grande interesse para o nosso País.

Por isso, o PSD, com muita convicção, pensando em alimentar o mundo, mas também informando, como disse o Deputado Celso Russomanno — e S.Exa. provavelmente seja o Deputado que mais conhece de defesa do consumidor nesta Casa —, faz esta defesa enfática da mudança na rotulagem.

O PSD, com convicção, pensando no País, pensando naqueles que se alimentam, vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PR?

**O SR. JORGINHO MELLO** (PR-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - “Não”.

Como vota o PSB?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós votamos favoravelmente ao adiamento, mas não temos nenhum compromisso com a votação do texto. Queremos apenas dar oportunidade para que esta discussão continue. Ela é democrática, é salutar. E, repito, o fato de o PT

admitir o transgênico, defendendo a perda do selinho, já é um avanço histórico neste País.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o Democratas?

**O SR. ALBERTO FRAGA** (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT tem que reconhecer que já foi derrotado lá atrás, quando se discutia a transgenia. O que nós estamos fazendo agora é simplesmente levar a informação para o consumidor. É impressionante a forma desagregadora com que o PT se comporta num projeto importante como este.

Antigamente, quando discutíamos a transgenia, eles reclamavam, diziam que era um absurdo, que era cancerígeno. Na época, nós fizemos tudo que eles nos pediram para fazer. Uma das solicitações que eles faziam era que contivesse nos envelopes, nas embalagens, esse alerta. Agora, infelizmente, o PT se comporta de outra maneira. Na verdade, ele não é contra o projeto, está apenas se lembrando de que levou uma surra na época da transgenia e agora está querendo recuperar a questão.

Não adianta. Hoje, o projeto já é uma realidade, e essa informação para o consumidor é muito importante.

Por isso, o Democratas vai votar “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PDT?

**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT gostaria de deixar claro, primeiro, que nós não somos contra os transgênicos. Não somos contra. Portanto, o PDT não está em processo de obstrução. Nós vamos encaminhar pela votação da matéria. Agora, no mérito, nós somos contra. E acredito que a Casa esteja sendo mal informada, primeiro porque

nós estamos, sim, atacando o direito do consumidor: art. 31 e art. 6º. As pessoas têm o direito de saber o que estão consumindo. O consumidor vai à prateleira e tem o direito de saber o que é transgênico. Nós não somos contra o transgênico, mas a informação tem que estar clara no rótulo do produto, como hoje. Aliás, nós só estamos voltando atrás, porque hoje já é assim. Por que tirar? Eu não estou entendendo esta intenção, este desespero para dizer que quem é contra o projeto é contra o produtor. Pelo contrário: nós somos a favor do produtor, mas somos também a favor da transparência.

O PDT vai votar “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o Solidariedade?

**O SR. LAERCIO OLIVEIRA** (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade acompanha o requerimento de adiamento da votação e vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PCdoB?

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, na verdade aqui está havendo uma certa confusão. Ao contrário, ninguém aqui está contra a informação ao consumidor. Todos queremos informar o consumidor. O que se discute é se a informação deve ser completa ou não e se nós estamos sonegando informação ao consumidor no projeto que está em pauta.

A nossa preocupação é com a construção de um acordo melhor para este projeto, para que consigamos dar ao consumidor tudo de que ele tem direito em termos de informação, sem liberar nenhum percentual de informação.

Eu é que não entendo o porquê desta agonia para votar sem que antes se construa um acordo mais amplo, em defesa da sociedade. Todos queremos informar o consumidor, pelo que estou entendendo; o problema é até onde vai a informação e o que se sonega de informação.

Por isso, nós queremos avançar no debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PROS?

**O SR. DOMINGOS NETO** (PROS-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PROS vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PPS?

**O SR. SANDRO ALEX** (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PPS vai encaminhar contra o requerimento de adiamento da votação. Nós queremos votar a matéria. A matéria traz a informação sobre o transgênico, nós não estamos deixando de informar. O Relator é claro: vai estar informado se produto contém transgênico. É clara a matéria!

A discussão aqui não é sobre rotulagem. A discussão está sendo sobre transgenia entre aqueles que não querem informar, querem gerar um medo, porque a informação está lá: “contém transgênico”.

E nós vamos votar a matéria hoje. A matéria já está aqui há 7 anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

**O SR. SARNEY FILHO** - O PV, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Perdão, PV primeiro.

**O SR. SARNEY FILHO** (PV-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu ouvi atentamente o Deputado Heinze defender o seu projeto. Eu

queria alertar que este projeto visa diminuir o nível de informações que existem hoje. Ele não está acrescentando nada, só está retirando.

Portanto, se o agronegócio é hoje uma das atividades que mais beneficia o Brasil, é uma atividade dinâmica, esse agronegócio tem a mesma obrigação que nós de manter o que o Deputado Heinze quer tirar! Não se está querendo acrescentar nada, o que se está querendo é retirar direitos do consumidor.

Portanto, vamos votar pelo adiamento, inclusive porque há nova matéria. Há uma emenda aglutinativa. O Governo também entrou na confusão. Nós precisamos olhar isso. O que está acontecendo é que querem retirar direitos do consumidor, Deputado Celso Russomanno! O projeto original, este sim, ampliava esses direitos. Mas foi feito um substitutivo que retira direitos. Então, vamos, pelo menos, deixar como está.

Nosso voto é “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o PSOL?

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ao dizer “sim” ao adiamento, o PSOL quer deixar nos Anais da Casa um documento alentado com oito razões de fundo sobre as impropriedades do projeto, um documento que não é assinado pelo “pessoalzinho” que quer deixar o povo passar fome, não. Isso é argumento tacanho. Ele é assinado pela Articulação Nacional de Agroecologia — ANA, pela Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor — o IDEC e por mais 22 entidades.

Sr. Presidente, é evidente que o projeto minimiza a informação. Por exemplo, papinhas de bebê e outros alimentos em que não são detectados laboratorialmente

organismos geneticamente modificados ficam isentos dessa informação. Isso não é admissível, não é aceitável, não é razoável.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos e todas que assistem a esta sessão ou nela trabalham, registro nos Anais da Casa análise da bancada PSOL sobre o Projeto de Lei nº 4.148, de 2008:

A sociedade civil divulgou uma carta das entidades da sociedade civil contra o PL 4.148/2008, solicitando a rejeição da matéria, de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze, *"pois tal projeto nega o direito do consumidor à informação sobre a presença de transgênico em alimentos. A iniciativa também ignora a vontade da população que, segundo diversas pesquisas de opinião, já declararam querer saber se um alimento contém ou não ingrediente transgênico (74% da população - IBOPE, 2001; 71% - IBOPE, 2002; 74% - IBOPE, 2003; e 70,6% - ISER, 2005)"*.

De acordo com a análise, o PL 4.148/2008:

> *"(1) não torna obrigatória a informação sobre a presença de transgênico no rótulo se não for possível sua detecção pelos métodos laboratoriais, o que exclui a maioria dos alimentos (como papinhas de bebês, óleos, bolachas, margarinas); (2) não obriga a rotulagem dos alimentos de origem animal alimentados com ração transgênica; (3) exclui o símbolo T que hoje permite a fácil identificação da origem transgênica do alimento (como*

*tem se observado nos óleos de soja); e (4) não obriga a informação quanto à espécie doadora do gene."*

Entre as razões para a rejeição do projeto, as entidades apontam que ele:

*"1) Reverte a decisão do Tribunal Regional Federal da Primeira Região que em agosto de 2012 decidiu que independentemente do percentual e de qualquer outra condicionante, deve-se assegurar que todo e qualquer produto geneticamente modificado ou contendo ingrediente geneticamente modificado seja devidamente informado (Apelação nº 2001.34.00.022280-6).*

*2) Fere o direito à escolha e à informação assegurados pelo Código de Defesa do Consumidor, nos artigos 6º, II e III e 31.*

*3) Prejudica o controle adequado dos transgênicos, já que a rotulagem de transgênicos é medida de saúde pública relevante para permitir o monitoramento pós-introdução no mercado e pesquisas sobre os impactos na saúde.*

*4) Viola o direito dos agricultores e das empresas alimentícias que optam por produzir alimentos isentos de ingredientes transgênicos. E pode impactar fortemente as exportações, na medida em que a rejeição às espécies transgênicas em vários países que importam alimentos do Brasil é grande.*

*5) Apensado no PL 5.848/05, o mérito do PL 4.148 não foi discutido adequadamente nas comissões de mérito da Câmara dos Deputados, nem com a sociedade, mas tão somente na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.*

*6) Revoga o Decreto 4.680/03 que respeita o direito dos consumidores à informação e impõe a rastreabilidade da cadeia de produção como meio de garantir a informação e a qualidade do produto. (Vale lembrar que a identificação da transgenia já é feita para a cobrança de royalties).*

*7) Contraria o compromisso assumido pelo Congresso Nacional em 2005, quando aprovou a nova Lei de Biossegurança, Lei 11.105, e reiterou no artigo 40 que: "Os alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de OGM ou derivados deverão conter informação nesse sentido em seus rótulos, conforme regulamento."*

*8) Descumpre compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança que demanda que os países membros adotem medidas para assegurar a identificação de organismos vivos modificados nas*

*importações/exportações, destinados à alimentação humana e animal (artigo 18. 2. a) – para tornar obrigatória a adequada identificação das cargas a partir de 2012 (decisão BSIII/10, item 7).”*

As entidades que se manifestaram contra o PL foram as seguintes: Articulação Nacional de Agroecologia, Articulação Paulista de Agroecologia Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica, campanha Brasil Livre de Transgênicos e Agrotóxicos, campanha Cresça, da Oxfam, Campanha Permanente Contra o Uso de Agrotóxicos e Pela Vida, Cert ID Brasil, Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), Greenpeace, IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), IDS (Instituto Democracia e Sustentabilidade), Instituto Alana, Instituto Kairós, Instituto Terra Viva Brasil de Agroecologia, MPA Brasil, Núcleo de Agroecologia Apetê Caapuã, pesquisadores do Instituto de Economia Agrícola, Planeta Orgânico, ProTerra Foundation, Slow Food São Paulo, Terra de Direitos, Via Campesina.

Nossa posição contrária ao PL 4.148 é coerente com essa argumentação, com a qual concordamos.

Agradeço a atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota a Minoria?

**O SR. MORONI TORGAN** (DEM-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero entender por que dois pesos e duas medidas. O transgênico não é pior que corante, que conservante e que agrotóxico. Agora, corante, conservante e agrotóxico estão lá, em letra pequena, informados no

produto. Por que o transgênico tem que estar em letra grande, se ele, de acordo com todas as pesquisas que a gente vê, se fizer mal, faz muito menos mal do que o corante, o conservante e o agrotóxico? Se é para informar com letra grande... Eu não entendo por que dizem que estão defendendo o consumidor. Eu defendo o consumidor, e acho que tem que ter letra grande para tudo. Não podemos ter dois pesos e duas medidas.

Se corantes, conservantes e agrotóxicos estão informados em letras pequenas, então “contém transgênico” pode estar em letra pequena também. No dia em que formos adotar letra grande, que seja letra grande para tudo.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Conclua, Deputado.

**O SR. MORONI TORGAN** - O voto da Minoria é “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como vota o Governo?

**O SR. RICARDO BARROS** (Bloco/PP-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a informação está garantida para o consumidor. Estará escrita no rótulo, no mesmo tamanho que a norma brasileira determina para se informar se o produto contém ou não contém glúten, se contém ou não contém lactose, quantas calorias têm — para quem quer controlar a obesidade dos filhos.

A informação não será sonegada. É preciso que nós estabeleçamos aqui um debate legítimo, claro. Não estamos suprimindo a informação. O agronegócio é que sustenta a balança comercial do Brasil, sempre foi assim, e nós não podemos, nós mesmos, criar obstáculos para o consumo dos nossos produtos pelos grandes consumidores, pelos países que consomem os nossos produtos.

Portanto, nós vamos votar “não”. Nós queremos apreciar a matéria. Não há nenhum prejuízo à transparência.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Governo, “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Em votação o requerimento de adiamento da votação por 2 sessões.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se acham; os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

REJEITADO.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Mendonça Filho, para uma Comunicação de Liderança, pelo Democratas.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, os números do mês de março são na verdade a comprovação de que o Governo afundou o Brasil do ponto de vista econômico.

Temos no mês de março uma inflação de 1,32%; em 12 meses, uma inflação de 8,13%. A inflação de março é a maior em 20 anos para o mês de março. Isso mostra o tamanho do descalabro que estamos vivendo. E eu lembro que inflação de 8,13% ao ano é na verdade quase o dobro da meta fixada pelo Governo.

Claramente, o Governo perdeu o controle, e a população está pagando a conta com o derretimento do poder de compra do salário do trabalhador da classe média.

Constatado esse fato, temos que a classe trabalhadora perdeu nesse último mês, no acumulado dos últimos meses, 3% do seu poder de compra, o que mostra o efeito nefasto da recessão em torno daquilo que é a vida do brasileiro. O brasileiro está sofrendo demasiadamente.

Sr. Presidente, uma segunda grande notícia negativa que eu gostaria de comentar da tribuna é a alta do desemprego, que também está batendo recorde. Deputada Jandira Feghali, do ano passado para este ano, no mês de março, o desemprego, que era de 5%, subiu para 6,2%, um aumento de 24% em 1 ano. E esse era o último dos índices que o Governo pegava como algo positivo. Agora, nem mais o emprego está mantido. Em todas as praças, nas cidades pequenas, nas cidades médias e nas capitais do Brasil, sente-se a perda de renda e de

oportunidade de trabalho. Isso é, evidentemente, a caracterização de um ambiente de recessão econômica.

O Governo, para justificar esses fatos, vem falar de crise internacional. Eu diria que, além de mentira consagrada e reiterada, isso chega ao patamar do cinismo, porque, na verdade, não está havendo crise internacional. A Europa cresce 1,5%. Os Estados Unidos crescem 3,1%. Os países emergentes crescem: a China, 6,8%; a Índia, 7,5%. E, na América Latina, o Brasil só supera a Venezuela.

Então tenham dó de mim, tenham dó do povo brasileiro! As lambanças praticadas pelo Ministro da Fazenda Guido Mantega enterraram o Brasil em uma recessão profunda. Nós vamos ter crescimento negativo este ano. O desemprego, infelizmente, está tomando conta do Brasil, e a população sente claramente essa perda de renda, que esmaga o trabalhador, penaliza o aposentado e a pensionista e sacramenta um sacrifício nefasto sobre a classe média do Brasil.

Evidentemente, eu tenho a obrigação, como alguém que exerce a função de Líder de partido de oposição, de falar aqui da tribuna, caro Deputado José Guimarães. E acredito que aí está a justificativa da Presidente Dilma Rousseff, que se esconde até da televisão. Eu imaginava que a Presidente Dilma estivesse se escondendo do povo nas ruas, fazendo evento com cercadinho, com público selecionado. Mas não, ela chegou ao cúmulo de se esconder do povo até na televisão, com medo de panelaço, com medo de protestos em todo o País, com medo da reação da população brasileira, que não suporta um Governo que, em pouco mais de 100 dias, jogou o País em uma profunda recessão.

A alquimia, cara Deputada Maria do Rosário, praticada pelo Ministro da Economia Guido Mantega, todas aquelas lambanças, todas aquelas artimanhas,

toda aquela mágica gerada para ganhar eleição teve um resultado prático. Está aí o resultado: quem paga a conta não é a Presidente Dilma pessoalmente, quem paga a conta é o povo brasileiro, que está sofrendo.

Caminhoneiros do Brasil inteiro estão reclamando e protestando, trabalhadores estão sendo demitidos e donas de casa estão sofrendo para colocar a feira na despensa e na mesa dos seus filhos.

Esta é a realidade do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Conclua, Deputado, por gentileza.

**O SR. MENDONÇA FILHO** - Eu quero, naturalmente, ao finalizar, dizer da minha grande tristeza de viver um momento de decepção tremenda da população brasileira, que está sofrendo por conta do desgoverno da Presidenta Dilma.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Mendonça Filho, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Alceu Moreira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, e Eduardo Cunha, Presidente.*

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** - Sr. Presidente, eu queria dar uma boa notícia ao Líder Mendonça Filho, a notícia da inauguração da fábrica da Jeep na sua terra, Pernambuco.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Deputada, eu quero terminar a sessão. Deputada, por gentileza.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra à nobre Deputada Jandira Feghali, para uma Comunicação de Liderança, pelo PCdoB.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu hoje não vou dar ao Deputado Mendonça Filho o prazer de me ouvir responder a sua intervenção, porque eu hoje me preocupei em registrar aqui um acontecimento, um tema que, na minha opinião, vai tomar muito tempo do Parlamento brasileiro.

Vai se expressar nesta quarta-feira, em centenas de praças dessa cidade, um movimento da juventude brasileira, de vários níveis de escolaridade, de forma espontânea, independente de partidos e de entidades. Refiro-me ao movimento chamado Amanhecer, que vai expressar nas praças públicas deste País, com cartazes, faixas, pipas e toda a criatividade que eles têm, uma luta contra a redução da maioridade penal.

O movimento será realizado nesta quarta-feira. Os jovens virarão a madrugada enfeitando as praças com a sua criatividade, com a sua alegria, com o oxigênio de quem pensa o futuro, numa luta contra a redução da maioridade penal.

Alerto que este Parlamento terá uma grande responsabilidade. Nós temos votado aqui uma pauta da área de segurança pública sem a preocupação precípua de não fragmentar o Código Penal. A cada momento chega aqui um projeto de urgência decidindo o Código Penal brasileiro segundo a emergência de parte deste Congresso.

Nós precisamos entender que o Brasil tem hoje quase meio milhão de crianças vítimas de trabalho infantil. Hoje, 73% da população carcerária são da raça negra. Nós temos ainda, Sr. Presidente, colegas Deputados, uma superpopulação

carcerária que já chega a 700 mil detentos, dos quais mais de 200 mil sequer tiveram julgamento que os condenasse a estar na cadeia. Frei Betto tem dito que as delegacias são o ensino fundamental do crime, os cadeiões são o ensino médio do crime e as penitenciárias são o ensino superior do crime.

Nós precisamos olhar para a Constituição brasileira, que, em seu art. 5º, diz claramente que não podemos aplicar penas iguais para pessoas de idades diferentes e que nós não podemos adotar penas cruéis no Brasil. E o art. 5º cláusula pétrea da Constituição.

Precisamos entender a realidade internacional. Hoje, Estados conservadores dos Estados Unidos estão buscando reverter a redução da maioridade, para aumentar a idade penal para mais de 18. Em 70% dos países do mundo, a maioridade é acima de 18. E 54 países do mundo, até mesmo da Europa, que reduziram a maioridade não tiveram redução da violência. Alemanha e Espanha já reverteram a redução da maioridade.

Ora, nós precisamos tratar a causa, e não os efeitos. Somos solidários a todas as famílias que tiveram entes queridos vítimas de crime de menor. E também somos solidários às vítimas de outros crimes que não perderam a vida. Mas esses crimes não atingem 1% do total dos crimes cometidos no País, e, no caso de homicídio, nem 0,5% cometido por jovens.

Este Congresso não pode legislar para a exceção. Nós queremos garantir que legislaremos para a maioria, com regras gerais. Há punição, sim, para menor de 18 anos, é um erro dizer que não há. A taxa de reincidência de quem passa por medida socioeducativa, por exemplo, é de apenas 20%, contra os 70% de reincidência registrados no sistema carcerário.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Conclua, Deputada, pois tenho que encerrar a sessão.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Vou concluir, Presidente.

Portanto, precisamos entender neste processo que a redução da maioridade penal não terá nenhum efeito sobre a criminalidade, mas nós daremos aos jovens uma carceragem que será o mesmo que escolas de crimes do Brasil.

Repito, a punição existe. Se precisamos ajustar algo, ajustemos o Estatuto da Criança e do Adolescente com medidas socioeducativas.

Nós dissemos aqui claramente: mais pipas e menos trabalho infantil; mais escolas e menos cadeia para os jovens.

Viva o amanhecer, Presidente!

**O SR. IVAN VALENTE** - Novo painel, Presidente, novo painel!

## PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB-PR. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para prestar minhas homenagens ao Dia do Contabilista, ocorrido no último dia 25 de abril.

O contabilista é o cerne da estrutura e funcionamento das organizações empresariais. Sua atuação possibilita rapidez e operacionalidade nos procedimentos da Contabilidade, no registro e controle das receitas, despesas e lucro. Também planeja, coordena e controla documentos dos negócios realizados, tais como compras, vendas, investimentos, e aplicações, além de registrar os fatos e atos administrativos e pagar impostos. Somente um profissional com alto grau de responsabilidade e formação, como o contabilista, para executar tão essenciais atribuições, além de profundo conhecedor da legislação fiscal, tributária, comercial e do trabalho.

Uma das ciências mais antigas do mundo, Sr. Presidente, a Contabilidade é utilizada desde a época das antigas civilizações, quando as primeiras técnicas contábeis foram registradas.

De acordo com dados do Conselho Federal de Contabilidade — CFC, só no Brasil existem cerca de 491 mil profissionais registrados e 82 mil escritórios ativos.

A Região Sudeste é destaque e concentra mais da metade dos contadores, seguida do Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte, sendo que o universo feminino já ocupa quase metade do mercado na área da Contabilidade

Aproveito para registrar que a entrada dos contabilistas no SIMPLES Nacional foi uma grande vitória da categoria, bem como a alteração para uma forma de

tributação mais justa e adequada para o setor.

Nesta oportunidade, gostaria de homenagear os profissionais contabilistas, cumprimentando-os pelo seu Dia, em especial os contabilistas do Estado do Paraná, na pessoa da Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, Sra. Lucélia Lecheta, e todos os membros da sua diretoria.

Muito obrigado.

**O SR. VALADARES FILHO** (PSB-SE. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, moradores dos bairros situados na Zona de Expansão de Aracaju, Capital do Estado de Sergipe, que tenho a honra de representar nesta Casa, recorreram à Justiça na tentativa de encontrar no Poder Judiciário a atenção que não conseguem junto à Prefeitura de nossa Capital para os graves problemas que eles vêm enfrentando com inundações e desmoronamentos que os castigam cada vez que chove mais forte.

Inundações e desmoronamentos não são problemas causados pelas chuvas, como alegam as autoridades da Prefeitura de Aracaju quando são procuradas pela imprensa. Ao contrário, chuvas são solução, principalmente em meu Estado, e em todo o Nordeste, onde a baixa pluviometria tem sido um traço histórico de nossa realidade e da nossa cultura. Em todo o Nordeste, quando chegam as chuvas, o sentimento da população é sempre o da celebração.

Entretanto, Sr. Presidente, na Zona de Expansão de Aracaju, devastados pela repetição de calamidades, os moradores recebem as chuvas com muita apreensão e foram levados a improvisar novos hábitos para evitar a perda total de seus pertences.

Nos primeiros sinais de chuva, eles tratam logo de erguer os seus móveis, aparelhos eletroeletrônicos e vestuário para protegê-los da lama. Não é uma operação simples, porque as inundações não marcam hora de chegar e assim muitos lares, cujos adultos encontram-se no local de trabalho, dependem da solidariedade dos vizinhos para salvar alguma coisa.

Felizmente não falta solidariedade em nossa Capital. Erguer móveis, aparelhos eletroeletrônicos e demais pertences domésticos é um recurso de

desespero que se tornou hábito rotineiro entre os moradores da Zona de Expansão de Aracaju. Hábito, como se sabe, é uma decorrência da repetição. Só no mês de agosto do ano passado foram duas inundações em menos de 30 dias. No Bairro de Santa Maria, ocorreram dois deslizamentos de terra em 15 dias.

Eu tenho mantido contato com os moradores e líderes comunitários dessa região de Aracaju e deles colhido depoimentos dramáticos sobre famílias que perderam a maior parte de seus móveis e aparelhos eletroeletrônicos com as inundações e desmoronamentos frequentes. Os moradores relatam que já são mais de 2 anos sem nenhuma obra naquela região da cidade. Eles dizem que o que estava sendo feito foi paralisado sem qualquer explicação da Prefeitura, que também não responde aos apelos da comunidade.

Por essa razão, os líderes comunitários decidiram recorrer ao Ministério Público Federal em Sergipe, onde, afinal, foram ouvidos. Por meio de ação civil pública, o Ministério Público solicitou providências urgentes à União, à Caixa Econômica Federal, ao Governo Estadual, à Prefeitura Municipal e suas entidades vinculadas para solucionarem os problemas que afetam os moradores da Zona de Expansão de Aracaju.

Ao ingressar com essa ação civil, o Ministério Público revelou a exata percepção dos problemas que afetam os moradores da Zona de Expansão de Aracaju. Exigiu a imediata retomada dos serviços de drenagem da área pela EMURB, a Empresa Municipal de Obras e Urbanização; determinou que a empresa de saneamento, a DESO, tome providências para a implantação do esgotamento sanitário; e que a Caixa Econômica Federal bem como a União não financiem novos investimentos no local.

Com esta decisão, o Ministério Público revela ainda a visão que falta à Prefeitura de Aracaju ao deixar paralisada uma obra tão importante em área de alta densidade populacional. Os prejuízos são imensos, e são incalculáveis e intoleráveis os transtornos que o abandono dessa obra de urbanização causa à comunidade.

De minha parte, Sr. Presidente, já não conto mais quantas vezes tentei, em vão, informações e busquei, junto à Prefeitura, uma palavra que trouxesse alívio e esperança, ao menos uma previsão, sobre a retomada dessas obras na Zona de Expansão de Aracaju.

Sabemos que o problema não tem como causa a falta de recursos. O projeto dispõe de mais de 12 milhões de reais em financiamento do Governo Federal, alocado pelo Ministério das Cidades.

Considero importante que os moradores da Zona de Expansão saibam que a Prefeitura de Aracaju dispõe de vultosos recursos para a execução das obras que estão paralisadas.

E para obter as informações que não consigo na Prefeitura, estou ingressando com requerimento de informações ao Ministro das Cidades. Pretendemos, com este requerimento, obter informações sobre a atual situação do financiamento: quanto de dinheiro do financiamento já foi liberado; se o setor de fiscalização do Governo Federal tem monitorado a execução das obras; se o Ministério das Cidades tem conhecimento a respeito da paralisação das obras; quais problemas foram identificados pelos fiscais; se a paralisação das obras, de alguma forma, prejudica a retomada das obras; e, principalmente, que medidas o Ministério das Cidades indica para a imediata retomada das obras; e que penalidades podem ser aplicadas à Prefeitura em decorrência do descumprimento na execução do

projeto.

Mas o que queremos mesmo, Sr. Presidente, é uma urgente solução para este problema. O tempo está passando. Não devemos permitir que os moradores da Zona de Expansão de Aracaju enfrentem mais uma temporada de chuvas sob o risco de sofrer novas inundações, desmoronamentos e, de novo, perderem os seus pertences.

Muito obrigado.

ANEXO AO DISCURSO DO ORADOR

Valadares Filho: Zona de Expansão virou bairro modelo de abandono

O deputado federal Valadares Filho (PSB) se reuniu mais uma vez com os moradores e líderes comunitários da Zona de Expansão de Aracaju, para tratar da paralisação das obras dos canais dos conjuntos Beira Mar e Costa do Sol, do Loteamento da Aruana e o crescimento desordenado da região; “São mais de dois anos sem nenhuma obra. O que estava sendo feito foi paralisado sem dar explicação para a comunidade. Uma falta de comprometimento total da prefeitura de Aracaju com essa região que o prefeito dizia na campanha eleitoral que ia transformar no bairro modelo. A realidade é que a Zona de Expansão se transformou no bairro modelo do abandono”, afirmou

24 de março de 2015 às 15:13

247 - Na noite desta segunda-feira (23), o deputado federal Valadares Filho (PSB) se reuniu mais uma vez com os moradores e líderes comunitários da Zona de Expansão de Aracaju. A reunião aconteceu na Associação de Moradores do Conjunto Beira Mar I e foi discutida a paralisação das obras dos canais dos conjuntos Beira Mar e Costa do Sol, do Loteamento da Aruana e o crescimento desordenado da região.

Segundo relato dos moradores as obras, iniciadas em 2010, foram interrompidas desde o início da atual gestão. “O que havia sendo feito há quatro anos foi paralisado na gestão de João Alves. Nosso sentimento é de frustração,

porque pagamos o IPTU, que não é barato, e não temos nenhum retorno por parte da prefeitura. Até o orçamento de 2015, que já foi aprovado na Câmara de Vereadores, não contém nenhum projeto que contemple a Zona de Expansão, estamos abandonados", desabafa o morador Eliseu Mamm.

A diretora do Conselho das Associações de Moradores dos Bairros Aeroporto e Zona de Expansão de Aracaju (Combaze), Karina Drummond, teme que as fortes chuvas voltem a atingir o local. "Queremos o retorno imediato das obras, estamos angustiados. Nosso receio é que voltem as fortes chuvas e tenham alagamentos como os que aconteceram nos anos anteriores que deixaram moradores ilhados e, muitos deles, perderam seus móveis e alguns ficaram até desabrigados".

Solidário aos problemas da comunidade, o deputado questiona a falta de compromisso da prefeitura com os moradores da Zona de Expansão. "São mais de dois anos sem nenhuma obra. O que estava sendo feito foi paralisado sem dar explicação para a comunidade. Uma falta de comprometimento total da prefeitura de Aracaju com essa região que o prefeito dizia na campanha eleitoral que ia transformar no bairro modelo. A realidade é que a Zona de Expansão se transformou no bairro modelo do abandono".

Na oportunidade, Valadares Filho se comprometeu com os moradores em cobrar a responsabilidade às entidades fiscalizadoras. "Através dos relatos que ouvi nessa reunião irei fazer um pronunciamento na tribuna da Câmara dos Deputados e vou cobrar tanto do Ministério da Cidades, quanto dos órgãos fiscalizadores informações sobre a paralisação dessas obras", finaliza.

Jornal do Dia - 08/08/2014 às 00:32:00

Chuvas provocam deslizamentos no Santa Maria

Enxurrada de água em rua no Paraíso do Sul, Santa Maria: chuva provocou desmonte de morro e inundação na região

Kátia Azevedo

A zona de expansão voltou a ser prejudicadas com as intensas chuvas ocorridas ontem em Aracaju. No Santa Maria, houve um deslizamento de terra. No Bairro 17 de Março, casas e ruas ficaram inundadas e os moradores ilhados.

Segundo famílias que residem no bairro Santa Maria, este é o segundo deslizamento de terra provocado por fortes chuvas em menos de quinze dias. Os

moradores informaram que nenhum órgão público esteve no local para acompanhar a situação.

A presidente do Conselho das Associações Moradores dos Bairros Aeroporto e Zona de Expansão Aracaju (Combaze), Karina Drummond, diz que a situação é crítica e o poder público tem demonstrado omissão referente à oferta de serviços e estrutura na área. “É um total abandono total. Além do bairro Santa Maria, a segunda etapa do Bairro 17 de Março também está sem a atenção necessária. Os moradores estão com as casas rachando e a água já alcança mais de metro”, relata.

Karina ressaltou que os moradores da região já acionaram a justiça federal para garantir o cumprimento da liminar que determina que a prefeitura realize trabalhos de drenagem e escoamento na área. “O caso está sendo analisado pela 1ª Vara da justiça federal que nos próximos dias deve dar o parecer”, informa.

A presidente do Combaze diz ainda que os moradores temem uma tragédia com os sucessivos deslizamentos de terra e inundações de várias áreas. “Apelamos que a prefeitura envie máquinas para realizar uma operação permanente de drenagem e escoamento das águas na zona de expansão como determina a justiça federal”, ressalta. Ela salienta que na manhã de ontem ligou para a Defesa Municipal de Aracaju solicitando que acionasse a Empresa Municipal de Obras e Urbanização, mas até o final da tarde de ontem nenhuma equipe foi vista na região.

Ela lembrou ainda que as medidas emergenciais para minimizar os alagamentos na Zona de Expansão de Aracaju são necessárias. “Na segunda etapa do Bairro 17 de Março, onde está prevista a realização de obras para estruturação do local, os moradores estão sem acesso a serviços básicos, ruas sem a mínima estrutura de tráfego”, exemplifica.

Morador da segunda etapa do 17 de Março, Adriano Araújo, chama a atenção para a urgência da execução das obras definitivas de saneamento básico e drenagem na região. Ele relatou que com as chuvas de ontem, as casas foram inundadas. “Tememos que haja um desabamento. Os imóveis estão com as paredes rachadas, com estrutura comprometida. Todos estão com medo de ficarem desabrigados”, desabafa.

Adriano Araújo relatou ainda que as 35 ruas do bairro estão completamente inundadas e os moradores ficaram ilhados. “Cerca de 300 crianças deixaram de ir à

escola porque não condições de saírem de casa. Há vários pontos de alagamentos por todo o bairro", reclama.

O coordenador da Defesa Civil de Aracaju, coronel Reginaldo Moura, informou que o órgão tomou conhecimento do deslizamento de terra no Bairro Santa Maria, mas até a tarde de ontem não tinha ido ao local. "Solicitamos a Emurb que enviasse equipamentos para fazer a limpeza necessária na área", explica.

Ainda segundo ele, a Defesa Civil Municipal acionou Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e está em alerta quanto às áreas de risco. "Se as chuvas continuarem, poderá haver transbordamento e enchentes", relata.

Jornal do Dia - 19 de julho de 2014

Moradores vão à Justiça por obras na Zona de Expansão

Kátia Azevedo

katiaazevedo@jornaldodiase.com.br

As intensas chuvas que caíram nos últimos dias em Aracaju provocaram grande alagamento na zona de expansão. Preocupados com a situação, os moradores da região estão acionando a justiça federal para garantir o cumprimento da liminar que determina que a prefeitura faça a realização de trabalhos de drenagem e escoamento na área. Durante a semana, os moradores da região levaram um susto com um deslizamento de parte do morro Santa Maria. "O barro que cedeu do morro desceu a ladeira e invadiu algumas vias. Na Rua 19, algumas casas ficaram alagadas. Os moradores mais uma vez tiveram que erguer os móveis, que apresentam rachaduras", relata o líder comunitário Adriano Araújo, morador da segunda etapa do 17 de Março, no bairro Santa Maria.

Os moradores reivindicam que a Empresa Municipal de Obras e Urbanização (Emurb) disponibilize máquinas para que seja feito o escoamento e drenagem das áreas. "Queremos que a prefeitura faça valetas no canal principal para que seja amenizada a inundação dos bairros. As chuvas devem piorar nos últimos dias e a comunidade está apreensiva", informa. Adriano Araújo conta ainda que as águas também inundaram a avenida Alexandre Alcino. Por causa do problema, na última quinta-feira representantes de comunidades da zona de expansão estiveram reunidos com a procuradora da República Lívia Nascimento Tinôco. "Nosso objetivo

foi informar para a justiça federal que a prefeitura está descumprindo uma liminar que determina uma operação permanente de drenagem e escoamento das águas na zona de expansão. Os moradores estão sofrendo com a situação, que parece não ter fim", desabafa a presidente do Conselho das Associações Moradores dos Bairros Aeroporto e Zona de Expansão Aracaju (Combaze), Karina Drummond.

Ela destaca que as chuvas são apenas um estopim do problema da falta de infraestrutura da região. Karina enfatiza que as medidas emergenciais para minimizar os alagamentos na Zona de Expansão de Aracaju são necessárias, especialmente na segunda etapa do 17 de Março, onde está prevista a realização de obras para estruturação do local, mas lembra também que o poder público faça as obras definitivas de saneamento básico na região.

Em Ação Civil Pública, o Ministério Público Federal determinou em 2009 que a prefeitura, União, o Estado de Sergipe, a Petrobras, Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema), Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso) e Emurb realizassem as mudanças necessárias na área, mas segundo os moradores a região ainda enfrenta total falta de infraestrutura das ruas. Entre as ações emergenciais determinadas pela justiça federal está a realização de obras de drenagem por parte da Prefeitura de Aracaju e a concessão de caminhões limpa-fossa pela Caixa, Prefeitura de Aracaju e Governo do Estado.

Enquanto a área não apresentar mudanças, estão proibidas novas construções na região.

Emurb - Através de nota enviada pela assessoria de imprensa, a Emurb informou que a atual gestão da Prefeitura de Aracaju trabalha, desde que assumiu a gestão, para reiniciar uma série de obras na Zona de Expansão deixadas paralisadas ou com algum problema no projeto executivo. "Graças ao empenho da administração municipal, em muitos casos tem sido refeito todos projetos técnicos, reelaborado estudos e enviado para os órgãos financiadores para captação de recursos, aguardando apenas a burocracia para reiniciar as obras estruturantes que vão melhorar a vida das pessoas e consolidar a infraestrutura da cidade", informa.

Segundo as informações enviadas pela assessoria de comunicação da Emurb, na região está em curso ainda a construção do canal que ampliará a macro drenagem de toda a região. "Vencida a parte técnica e de estudos de impactos, a

Prefeitura aguarda tão somente uma liberação da Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema) para concluir a obra que consiste na ampliação da extensão e profundidade do canal, ampliando o potencial de absorção das águas pluviais. A PMA estuda implantar nos bairros 17 de Março, Santa Maria e toda a Zona de Expansão um grande projeto de urbanização, infraestrutura e saneamento básico nos próximos anos que vão equacionar os problemas de drenagem"

Valadares Filho

24 de março às 17:09

Na noite desta segunda-feira (23/03), me reuni mais uma vez com os moradores e líderes comunitários da Zona de Expansão de Aracaju na Associação de Moradores do Conjunto Beira Mar I. Discutimos a paralisação das obras dos canais dos conjuntos Beira Mar e Costa do Sol, do Loteamento da Aruana e o crescimento desordenado da região.

Segundo relato dos moradores as obras, iniciadas em 2010, foram interrompidas desde o início da atual gestão. "O que havia sendo feito há quatro anos foi paralisado na gestão de João Alves. Nosso sentimento é de frustração, porque pagamos o IPTU, que não é barato, e não temos nenhum retorno por parte da prefeitura. Até o orçamento de 2015, que já foi aprovado na Câmara de Vereadores, não contém nenhum projeto que contemple a Zona de Expansão, estamos abandonados", desabafou o morador Eliseu Mamm.

A diretora do Conselho das Associações de Moradores dos Bairros Aeroporto e Zona de Expansão de Aracaju (COMBAZE), Karina Drummond, teme que as fortes chuvas voltem a atingir o local. "Queremos o retorno imediato das obras, estamos angustiados. Nosso receio é que voltem as fortes chuvas e tenham alagamentos como os que aconteceram nos anos anteriores que deixaram moradores ilhados e, muitos deles, perderam seus móveis e alguns ficaram até desabrigados".

Solidário aos problemas da comunidade, questionei a falta de compromisso da prefeitura com os moradores da Zona de Expansão. "São mais de dois anos sem nenhuma obra. O que estava sendo feito foi paralisado sem dar explicação para a comunidade. Uma falta de comprometimento total da prefeitura de Aracaju com essa região que o prefeito dizia na campanha eleitoral que ia transformar no bairro modelo. A realidade é que a Zona de Expansão se transformou no bairro modelo do

abandono".

Na oportunidade, me comprometi com os moradores em cobrar a responsabilidade às entidades fiscalizadoras. "Através dos relatos que ouvi nessa reunião irei fazer um pronunciamento na tribuna da Câmara dos Deputados e vou cobrar tanto do Ministério da Cidades, quanto dos órgãos fiscalizadores informações sobre a paralisação dessas obras", finaliza.

Procuradoria da República em Sergipe - 28/05/2014

Objetivo é solucionar os problemas de drenagem e esgotamento sanitário da região

O Ministério Público Federal em Sergipe (MPF/SE) ingressou, nesta quinta-feira, 28 de maio, com uma ação civil pública com o objetivo de solucionar os problemas de drenagem e esgotamento sanitário na Zona de Expansão de Aracaju. Na ação, é requerido que a União, a Caixa Econômica Federal, estado de Sergipe, Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema), Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso), o município de Aracaju, Empresa Municipal de Obras e Urbanização (Emurb) e a Petrobras sejam condenadas a solucionarem os problemas da região.

Neste sentido, os procuradores da República Lívia Nascimento Tinôco, Pablo Coutinho Barreto, José Rômulo Silva Almeida, Eunice Dantas Carvalho, Bruno Calabrich, Eduardo Pelella e Silvio Amorim Junior pedem que, liminarmente, seja proibido o licenciamento, construção e inauguração de novos empreendimentos na área que vai dos limites do aeroporto até o bairro Mosqueiro.

Outros pedidos liminares, que visam à tomada de medidas urgentes, também estão presentes na ação. Dentre eles, que a Emurb e o município de Aracaju iniciem imediatamente um projeto de macrodrenagem da área, a Deso inicie estudos para implantação de esgotamento sanitário e a CEF e a União não financiem, nem inaugurem novos empreendimentos no local, antes de solucionada os problemas de saneamento básico da Zona de Expansão. Caso a Justiça Federal defira os pedidos, o MPF/SE solicita ainda que seja determinada uma multa para inibir o descumprimento das determinações.

Os procuradores pedem que, ao final do julgamento da ação, a União, a Caixa, o estado de Sergipe, o município de Aracaju e a Petrobras sejam condenados a arcar financeiramente com as ações necessárias para o reequilíbrio ambiental da

área. Há também o requerimento de que a Adema seja condenada a não licenciar novos empreendimentos sem que se estabeleça a adoção de uma solução sanitária que não sejam as fossas sépticas ou sumidouros.

Drenagem - Desde 2005, o MPF vem empreendendo esforços extrajudiciais a fim de solucionar os problemas ambientais e sociais causados pela falta de saneamento básico na Zona de Expansão da capital. Várias audiências públicas foram realizadas com a presença de moradores e demais envolvidos e até mesmo um termo de ajustamento de conduta (TAC) foi assinado com a Emurb e o município de Aracaju.

Contudo, como destacam os procuradores, o quadro apenas piorou nestes quatro anos.

De acordo com estudos realizados pela própria Adema, na região ocorre acumulação de água da chuva, sem que haja uma drenagem. Além disso, o lençol freático se encontra muito próximo da superfície em toda a área da Zona de Expansão. Dessa forma, segundo aponta estudos do estado de Sergipe, a construção de fossas sépticas e sumidouros provocam a contaminação dessas águas.

“Os estudos não foram e não são levados em consideração por seus próprios órgãos e entidades durante o processo de adensamento populacional da Zona de Expansão de Aracaju”, destaca o texto da ação. Assim, as obras de empreendimentos do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) foram licenciadas e executadas sem a adequada rede coletiva de esgoto, mas sim com a instalação de fossas e sumidouros, que segundo o MPF/SE são completamente incompatíveis com as características ambientais da área.

Na Zona de Expansão existem vários condomínios do PAR e em quase todos eles há problemas nos sistemas sanitários. Como não existe uma drenagem adequada, as fossas são comumente encharcadas pelo lençol freático, o que leva a maioria dos moradores a desviar os esgotos de suas casas diretamente para as ruas ou para as galerias de águas pluviais. Isso acaba por gerar um risco à saúde dos próprios moradores. No período de chuvas, o problema é agravado, pois as águas acumuladas pela falta de escoamento se misturam aos dejetos sanitários e invadem ruas e casas.

Um boletim de análise das águas coletadas em um canal nos arredores do Conjunto Jardim Costa do Sol, solicitado à Adema pelo MPF/SE, apontou, em 2008, índices de 66 mil coliformes fecais por cada 100 ml, sendo que o máximo tolerado é de mil coliformes fecais por 100 ml. “Ou seja, o nível máximo de tolerância está extrapolado em 6.500% e esta água hoje, por falta de drenagem, se mistura à água das chuvas e invade as residências das pessoas na Avenida Melício Machado”, afirmam os procuradores.

Responsabilidades - A ação esclarece que a construção de esgotamento sanitário é uma das condições para implantação do PAR. Contudo, a Caixa mesmo ciente dos problemas ocasionados pela falta de saneamento financiou estes empreendimentos e ainda continuou a realizar investimentos em novas unidades habitacionais na região. O MPF/SE apurou a existência de 72 empreendimentos financiados por meio da Caixa Econômica Federal, a maioria deles, contratados de 2005 em diante.

A Emurb, por sua vez, embora ciente da necessidade de realizar um plano de macrodrenagem, continuou a conceder licenças para construção de imóveis na Zona de Expansão. Sendo que caberia à própria empresa municipal a realização dessas obras de drenagem. Já o esgotamento sanitário deveria ter sido implantado pela Deso.

“A desídia do estado e da Deso, no entanto, a pouca disponibilidade para o diálogo com o Ministério Público, e a política expansionista e não sustentável do estado foi levando ao agravamento das condições sanitárias da população da Zona de Expansão”, enfatiza a ação.

A Adema, por outro lado, não levou em consideração todos esses problemas ao conceder os licenciamentos para as construções. Além do que, não se tem notícia de que esteja monitorando os níveis de contaminação dos aquíferos da região. Os procuradores esclarecem que a participação da Petrobras nos danos ambientais é, sem dúvida, menor, mas suas construções contribuíram também para agravar os problemas de drenagem no local.

Assessoria de Comunicação
Procuradoria da República em Sergipe
(79) 3234-3753 / 9931-6732

Pavimentação e Drenagem do Loteamento Aruana - Aracaju - SE

| | |
|---|---|
| **ÓRGÃO RESPONSÁVEL** | Ministério das Cidades |
| **EXECUTOR:** | Município |
| **UNIDADE FEDERATIVA:** | SE |
| **MUNICÍPIO(S):** | ARACAJU |
| **PREVISTO 2011-2014:** | R$3.107.631,63 |
| **PREVISTO APÓS 2014:** | R$8.994.923,32 |
| **ESTÁGIO:** | Em execução |
| **DATA DE REFERÊNCIA** | 31 de Outubro de 2014 |

**O SR. JEFFERSON CAMPOS** (PSD-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de parabenizar o Governo do Estado de São Paulo pela duplicação de um trecho da Rodovia Francisco Alves Negrão, mais conhecida como SP-258.

Há algum tempo estudos para realização da obra vinham sendo feitos, apurando a necessidade de melhorias na estrada. A SP-258 corta as cidades Itararé, Itaberá, Itapeva, Taquarivaí, Buri e Capão Bonito.

Com cerca de 120 quilômetros de extensão, a via tem grande importância para o transporte de produtos agrícolas. Por ali transitam 83% da produção estadual de trigo, 67% de feijão, 39% de milho, 21% de soja e 13% de laranja.

Porém, desde janeiro passado, quase 140 mil pessoas que moram nos Municípios de Itapeva e Itararé foram beneficiadas com a duplicação da rodovia numa extensão de 5 quilômetros.

Em Itapeva a duplicação atingiu 2 quilômetros, sendo do quilômetro 282,7 ao quilômetro 284,7, com um “retorno” no quilômetro 184,5, além de uma melhoria no acesso do quilômetro 283,2. Uma passarela foi construída no quilômetro 283,2. E os pontos de ônibus foram colocados e remodelados. Neste local circulam, em média, 5 mil veículos.

Já em Itararé a rodovia recebeu mais 3 quilômetros e meio de duplicação, do quilômetro 339,1 ao quilômetro 342,6, com um “retorno” na altura do quilômetro 341,8. O trecho recebe diariamente cerca de 4 mil veículos.

Com um investimento de 47 milhões de reais, as obras evitarão diversos acidentes, algo que acontece frequentemente por ali, além do benefício do desenvolvimento para a região.

As obras foram realizadas pela concessionária SPVias, sob a fiscalização da Agência de Transporte do Estado de São Paulo. Contudo, seria importante que um trecho ainda maior fosse duplicado por conta do grande número de caminhões que rodam pela rodovia.

Solicito, Sr. Presidente, que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

**O SR. ALFREDO NASCIMENTO** (PR-AM. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou muito feliz com o sucesso do 1º Encontro Regional que o Partido da República, do qual sou Presidente nacional, realizou em Manaus no último sábado, dia 25 de abril. Reunimos mais de 500 filiados e simpatizantes de praticamente todos os Municípios amazonenses, que enfrentaram a distância e as dificuldades de transportes amazônicas para estarem presentes no auditório da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Esse Encontro marcou um novo momento do nosso PR, um momento de reestruturação, de renovação, de crescimento com qualidade, com diálogo aberto da Direção Nacional e da Direção Regional com todos os Diretórios Municipais. O Encontro se deu com auditório lotado, o que renova e fortalece nossa crença na boa política, com novos quadros, com pessoas estreantes que possam resgatar a credibilidade da população na classe política e conduzir o País e, em particular, o nosso Amazonas a um período de pujança, de credibilidade nas instituições, de crescimento econômico e social.

Nesse Encontro tivemos a participação ativa de jovens e de mulheres. O PR Jovem está mobilizado, bem como o PR Mulher. Acredito que só com maior participação dos jovens e das mulheres vamos mudar a forma de fazer política. A renovação se faz urgente e necessária. E o PR vai dar sua contribuição, renovando seus quadros, aumentando a representatividade de jovens e mulheres.

Iniciamos uma grande campanha de filiação e logo no primeiro dia conquistamos a adesão de importantes lideranças políticas, comunitárias, empresariais, estudantis e de movimentos sociais de todas as cidades

amazonenses.

Nossa convocação é para que o partido lance candidato próprio a Prefeito em cada Município e dispute com chapa puro sangue de vereadores. Essa proposta agradou a todos. E é esse o caminho que vamos trilhar, perseguir com organização e determinação para aumentarmos consideravelmente nossa representatividade. O PR, que é um dos seis maiores partidos do País, também crescerá no Amazonas de forma exponencial. Já temos um Deputado Federal, dois Prefeitos, dois Deputados Estaduais, 24 Vereadores e um suplente de Senador. Tenho certeza, Sr. Presidente, de que o PR sairá do próximo pleito muito mais fortalecido.

Mas nosso objetivo vai além. Queremos discutir soluções para as nossas cidades, elaborar planos para desenvolvermos nossos Municípios e, principalmente, melhorar a qualidade de vida das pessoas, garantindo educação e saúde de qualidade, bem como obras de mobilidade urbana que facilitem o deslocamento, principalmente nas maiores cidades, como é o caso de Manaus, que sofre com trânsito caótico e transporte coletivo ineficiente.

Por isso, o PR vai ser protagonista nas eleições municipais. Estamos abertos, claro, a alianças, porque política se faz agregando forças, não se faz de forma isolada. Queremos um projeto macro, por exemplo, para Manaus. Nossa Capital tem grandes problemas a serem enfrentados, em todas as áreas, e só um plano de coalizão pode fazer frente a tantos desafios.

O processo de fortalecimento partidário está apenas começando, e o PR vai se estruturar e se preparar para esse novo cenário. Esse foi o nosso primeiro Encontro Regional. Vamos amplificar nossas forças, realizando esse tipo de reunião também no interior do Estado, por calhas de rios. É um movimento que terá

continuidade de forma sistêmica, independentemente de processo eleitoral. O PR muito mais forte é o nosso objetivo, é a nossa missão a ser conquistada.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. WELITON PRADO** (PT-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como membro da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, nós nos reunimos hoje com o Ministro Nelson Barbosa para cobrar a retomada imediata das obras paralisadas em Uberlândia e região. O Ministro se comprometeu, dentre outros investimentos, a priorizar e dar celeridade às obras nas rodovias federais e à construção do novo pronto-socorro da Universidade Federal de Uberlândia — UFU.

Em Belo Horizonte, na tarde de hoje, estamos comemorando mais um avanço na defesa dos animais. Está sendo instalada a Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, pauta esta que tem destaque na minha atuação parlamentar no Congresso Nacional.

Quero parabenizar o Presidente da Assembleia, Adalclever Lopes, por priorizar a criação da comissão. Sou membro da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Animais e autor de projetos de lei que condenam o uso de peles de animais no Brasil e que tratam da defesa com rigor contra os maus-tratos e experiências dolorosas e cruéis em animais vivos. O Projeto de Lei nº 684, de 2011, criminaliza o uso de peles de animais em desfiles de moda, e o Projeto de Lei nº 689, de 2011, garante a promoção de campanhas educativas contra o uso de roupas feitas com a pele de animais.

É preciso chamar a atenção para os métodos cruéis e dolorosos usados na produção de roupas a partir da pele de animais. A moda tem que promover ideais de sustentabilidade e de preservação animal. Sem contar que o uso de peles não condiz com o clima brasileiro, que não possui inverno rigoroso. Nossos projetos pretendem estimular o debate e o uso de soluções alternativas aos produtos de

origem animal, coibindo o uso de peles, na tentativa de eliminar esse comércio e as práticas cruéis contra os animais.

Em 2014, também unido a mil defensores dos animais, inclusive do Movimento em Defesa dos Animais de Minas Gerais, lutamos pela instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra os maus-tratos aos animais. E nas últimas semanas, temos discutido em plenário a aprovação do Projeto de Lei nº 2.833, de 2011, que torna crime a prática de atos contra a vida, a saúde ou a integridade física e mental de cães e gatos.

Portanto, essa parceria com a Assembleia Legislativa é de fundamental importância. Parabéns aos movimentos de defesa dos animais de Minas Gerais!

Gostaria que o meu pronunciamento tivesse ampla divulgação pelos meios de comunicação da Casa, especialmente pelo programa *A Voz do Brasil.*

**O SR. ROBERTO BALESTRA** (Bloco/PP-GO. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pela *TV Câmara* e *Rádio Câmara*, nesse momento de crise que vive a economia nacional, e que penaliza sobretudo a parte mais frágil nas relações de consumo, precisamos pensar em formas de fazer com que o País cresça de forma sólida e se recoloque entre as nações em desenvolvimento no mundo. A palavra chave, que tem sido destacada por vários especialistas da área econômica, é a produtividade. Sem produtividade, não há como competir com outros mercados. Nesse sentido, nossa legislação muitas vezes é um entrave ao empreendedor que quer contribuir para que o País avance.

Portanto, nobres colegas, parabenizo a coragem dos 230 Parlamentares que votaram pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.330, que regulamenta a terceirização. Essa votação foi uma prova, mais uma vez, de que o Congresso eleito para esta Legislatura é independente e corajoso, a despeito das críticas e da desinformação que tem tomado conta das redes sociais.

Além de dar segurança jurídica para os 12 milhões de brasileiros que já atuam como terceirizados, segundo dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a aprovação desse PL vai acabar com um entrave para quem quer empreender e fazer este País andar.

A terceirização está diretamente ligada à especialização do trabalho. Ao permitir que o empreendedor contrate terceirizados especializados em determinadas áreas, estamos colaborando com um trabalho mais produtivo e qualificado e, logicamente, melhor remunerado.

Vale destacar também, nobres colegas, que não cabe a crítica de que o

trabalhador vai perder direitos com a terceirização da atividade-fim. Posso dizer, sem dúvida, que, no texto que aprovamos, 80% dos artigos versam justamente sobre os direitos do trabalhador, que estará resguardado tal qual está na CLT, ou até mais, já que as empresas contratante e contratada têm responsabilidade solidária quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas.

Ao contribuir com o aumento da competitividade e da eficiência das empresas, estamos, na verdade, garantindo crescimento econômico e geração de emprego e renda, não o contrário, como tem sido pregado.

O mercado de trabalho, desde a criação da CLT, mudou muito. Se não formos competitivos, veremos um país em que a economia não cresce, sendo governado com a prática de se corrigir erros e fazer ajustes, como tem sido feito agora, com um Governo que tem retirado sistematicamente o direito do trabalhados e atribuído essa culpa a outros.

Reforço as congratulações a todos e encerro este pronunciamento agradecendo a todos os componentes da Comissão de Agricultura desta Casa por me auxiliarem a aprovar um requerimento direcionado à Sra. Kátia Abreu, Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; ao Sr. Joaquim Levy, Ministro da Fazenda; e ao Sr. Nelson Barbosa, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, para que informem sobre o atraso na aprovação do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural para a safra de inverno deste ano, tema que já foi tratado por mim aqui e que muito me preocupa, diante da insegurança que paira sobre o produtor rural que quer proteger a sua safra.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. a divulgação do meu pronunciamento pelos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil.*

Muito obrigado.

**O SR. SANDES JÚNIOR** (Bloco/PP-GO. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última sexta-feira, 24 de abril, Brasil e Coreia do Sul formalizaram uma parceria na área de tecnologia da informação e comunicação (TIC) pelos próximos 3 anos. O acordo de cooperação foi assinado durante reunião entre o Ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, e o Ministro da Ciência e Planejamento da Coreia do Sul, Yanghee Choi.

O acordo contará com 1 milhão de dólares da Coreia do Sul e prevê atividades bilaterais em setores como políticas de TIC, governança de Internet e tecnologia 5G para telefonia móvel. Além disso, inclui pesquisa e desenvolvimento em M2M, conhecida como “Internet das coisas”, aplicações de Big Data e projetos de cidades inteligentes.

A parceria foi formalizada durante a visita da Presidente sul-coreana, Park Geun-hye, que foi recebida pela Presidente Dilma Rousseff no Palácio do Planalto. No encontro, foram assinados dez atos de cooperação entre os dois países. Entre os atos, está o memorando de entendimento entre a mineradora Vale e o Korea Eximbank (banco coreano de comércio exterior). A instituição coreana pretende financiar com US$ 2 bilhões projetos da Vale que envolvem empresas coreanas.

A Presidente da República do Brasil aproveitou para anunciar que pretende inaugurar a Companhia Siderúrgica do Pecém, no Ceará, até o início do ano que vem. A Siderúrgica é uma parceria entre a empresa brasileira Vale e as coreanas Dongkuk e Posco.

Outra ação proposta pelas duas mandatárias é o fortalecimento dos laços de comércio entre pequenas e médias empresas. Um dos atos tratou especificamente das trocas de conhecimento para redução do uso do papel no comércio. Por meio

dos acordos comerciais, pretende-se ampliar e diversificar o comércio de bens com maior valor agregado.

Além dos dez atos, foi assinado o protocolo adicional à Convenção destinada a evitar dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda. O documento é um complemento da Convenção original, assinada em 1989 entre os dois países, e atualiza questões relativas à troca de informações.

A Coreia do Sul é hoje responsável por aproximadamente 3 bilhões de dólares em investimentos no Brasil, principalmente nas áreas automotiva, de semicondutores e de siderurgia. E a visita da Presidente sul-coreana veio endossar esta importante relação comercial bilateral que, entre 2009 e 2014, passou de 7 bilhões e meio de dólares para mais de 12 bilhões de dólares.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. CARLOS BEZERRA** (Bloco/PMDB-MT. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero manifestar minhas congratulações e aprovação em relação a importante medida adotada pela Receita Federal do Brasil no início deste ano. Desde janeiro, o órgão adotou como procedimento usual para parte significativa de suas instruções normativas a abertura de consultas públicas para recebimento de sugestões de entidades representativas da sociedade civil.

A iniciativa é elogiável, pois amplia e institucionaliza uma das mais eficazes e democráticas vias de interação entre o Fisco e os contribuintes. O efeito esperado é o de redução dos questionamentos judiciais interpostos contra as instruções normativas da Receita e consequente aumento da segurança jurídica nessa fase de importantes ajustes fiscais que estão sendo propostos pela equipe econômica do Governo.

A abertura de consultas públicas já era uma praxe da Receita Federal, mas estava restrita a matérias atinentes a regimes e procedimentos aduaneiros. A publicação da Portaria nº 35, de 7 de janeiro de 2015, derrubou essa limitação, e o campo para participação da sociedade na elaboração das normas que regulamentam as leis tributárias nacionais se expandiu, favorecendo a obtenção de resultados mais efetivos da legislação.

Sabemos, Sr. Presidente, que nosso intrincado Sistema Tributário e a quantidade sem fim de normas e regulamentos que o cercam são ferramentas que, muitas vezes, são usadas para colocar entraves nos objetivos traçados pelo Fisco. A falta de interação com o contribuinte gera questionamentos e reações que distanciam a Receita Federal de suas metas de extinção dos créditos tributários.

Em artigo publicado no jornal *Valor Econômico*, no dia 2 de março, a advogada Priscila Faricelli de Mendonça apresentou um dado que nos chama a atenção: somente no Supremo Tribunal Federal, cerca de um quarto das ações em análise se refere a matéria tributária e previdenciária, temas regulamentados pela Receita Federal. Esse quadro revela que a complexidade e a intempestividade das diretrizes emanadas pelo órgão vinham causando uma enxurrada de processos judiciais, o que resulta em perda de eficácia das normas e em queda de arrecadação para os cofres públicos.

Os conflitos travados na Justiça entre o Fisco e os contribuintes são de difícil solução. Comumente, arrastam-se por anos. Diante desse cenário, aproveito o ensejo para fazer um apelo à Receita Federal, para que, de fato, lance mão do expediente das consultas públicas com grande frequência. Estou certo de que essa forma de construção dos novos regulamentos e instruções normativas pode contribuir para o fortalecimento da instituição, com importantes reflexos na prevenção de conflitos e na solução dos já existentes.

Cabe ressaltar que a publicação das minutas das instruções normativas e o recebimento das sugestões serão feitos pela Internet, em conformidade com os modelos mais modernos de comunicação com o público e de suplantação de barreiras burocráticas.

Encerro meu pronunciamento, reiterando meu apoio aos novos procedimentos adotados pela Receita Federal, entusiasta que sou das iniciativas voltadas para a simplificação das leis tributárias e fiscais, para a transparência e para o aumento da participação da sociedade nas decisões do Estado.

Muito obrigado.

**O SR. ROBERTO ALVES** (Bloco/PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última semana o Brasil se chocou com a erotização extremamente precoce incentivada pelo pai de uma menina de 8 anos que, inserida no meio artístico, ficou conhecida como MC Melody.

O Ministério Público de São Paulo, zeloso na garantia dos direitos e proteção da infância, abriu nesta última quinta-feira, dia 23 de abril, um inquérito para investigação sobre "forte conteúdo erótico e de apelos sexuais" em músicas e coreografias de crianças e adolescentes músicos, sendo o pai da cantora MC Melody, de apenas oito anos, um dos alvos da investigação, que suspeita de "violação ao direito ao respeito e à dignidade de crianças e adolescentes". O caso está sendo investigado pela Promotoria de Justiça de Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos da Infância e da Juventude da Capital.

Segundo uma das representações publicadas no inquérito, MC Melody "*canta músicas obscenas, com alto teor sexual e faz poses extremamente sensuais, bem como trabalha como vocalista musical em carreira solo, dirigida por seu genitor*". Além dela, Sr. Presidente, músicas e videoclipes de outros funkeiros-mirins, como MCs Princesa e Plebéia, MC 2K, MC Bin Laden, MC Brinquedo e MC Pikachu, também são alvo da investigação do Ministério Público paulista. A Promotoria chama atenção para o "*impacto nocivo no desenvolvimento do público infantil e de adolescentes, tanto de quem se exibe quanto daqueles que o acessam*".

O inquérito, aberto pelo Promotor Eduardo Dias de Souza Ferreira, é resultado de denúncias e representações encaminhadas pela Ouvidoria do Ministério Público e por cidadãos que pedem avaliação legal sobre a exposição dos funkeiros mirins. O caso da MC Melody, que chegou a ser o assunto mais procurado

por brasileiros no Google, gerou uma petição no site Avaaz que pede "*intervenção e investigação da tutela da menina*" ao Conselho Tutelar de São Paulo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a mesma sociedade que condena, com toda razão, os terríveis crimes envolvendo a pedofilia e os abusos sexuais contra crianças e jovens, também promove, de forma mecânica e maciça, uma cultura que valoriza a erotização precoce dos pequenos e faz disso uma fórmula imbatível para vender produtos, criar moda, influenciar pessoas e, principalmente, acumular muito dinheiro.

Sejam nos anúncios publicitários, nas novelas, programas de auditório, publicações ou em músicas, a sexualidade exacerbada está presente no dia a dia de todos no Brasil, e é considerada como algo para se ter orgulho.

Bombardeadas por estas informações, muitas crianças têm o seu desenvolvimento afetado, atropelam fases importantes da vida e acabam transformadas em miniadultos.

Para combater a sexualização de nossas crianças e adolescentes estou apresentando uma série de iniciativas nesta Casa de Leis. A mais importante delas é para punir com mais rigor tudo aquilo que incentiva os crimes contra a infância e adolescência. Entrarei também com o pedido de dois requerimentos, um na CPI da Violência Contra Crianças e Jovens Negros, convocando um dos principais empresários que agenciam funkeiros mirins, e um requerimento na Comissão de Ciência e Tecnologia promovendo uma audiência pública para debater medidas de proteção à criança e ao adolescente no que diz respeito ao conteúdo disponibilizado na Internet, em mídias sociais de compartilhamento de vídeos, transmissões ao vivo, música e áudio.

Esta Casa tem a obrigação de proteger a infância e adolescência no Brasil. Não vou me abster desta responsabilidade e clamo a todos os meus pares no apoio a estas importantes iniciativas.

Que Deus abençoe o Brasil.

**O SR. JONY MARCOS** (Bloco/PRB-SE. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil precisa rever urgentemente sua política nacional de trânsito, bem como as suas normas e seus investimentos. Vivemos uma grande dificuldade de mobilização, fruto da escolha governamental equivocada de se privilegiar as rodovias sobre os outros meios de transporte.

Em um artigo sobre o trânsito, o jurista Luiz Flávio Gomes demonstra a assustadora realidade:

> *"Em termos absolutos, o Brasil é 4º país do mundo com maior número de mortes no trânsito, ficando atrás somente da China, Índia e Nigéria. É possível notar que essas mortes também estão intimamente conectadas ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)."*

Chegamos a um ponto crítico onde a vida no trânsito brasileiro está sendo banalizada, tal como demonstra o DATASUS: em 2014 houve o assustador número de 48.349 mortes no trânsito brasileiro.

Tal dado se torna ainda mais preocupante, Sr. Presidente, e ínclitos Deputados e Deputadas, ao se calcular que a média de vidas perdidas no trânsito em 2014, frente aos dias e horas, é de uma pessoa a cada 10 minutos no trânsito brasileiro.

A título de comparação, países como Áustria, Austrália, Nova Zelândia, Islândia, Canadá, Alemanha e Coreia do Sul têm uma média cinco a seis mortes para cada 100 mil habitantes.

Assim, é inadmissível que o Congresso brasileiro não se debruce sobre este

problema e não tenha proposições democráticas para que possamos modificar o nefasto caos do trânsito brasileiro.

Infelizmente, em Sergipe esse quadro não é diferente. Estudo realizado pelo sítio eletrônico *Via Segura*, com base no DATASUS, demonstra que em 2013 houve 665 mortes no trânsito. Deixo claro a todos que esse número é ultrajante para um país que busca seu desenvolvimento.

Neste diapasão, solicito a compreensão da Presidência da República para a necessidade de se duplicar rodovias federais em Sergipe, como, por exemplo, a BR-101, que necessita urgentemente de recursos para que mais vidas não sejam perdidas.

A BR-101 é uma importante via para o desenvolvimento de Sergipe e de todo o Nordeste; porém é inegável que ela precisa de recursos para que cumpra o seu papel integrador.

Por fim, Sr. Presidente e probos Deputados e Deputadas, todo o sistema viário nacional, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, deve ser repensado para que tenhamos mais eficiência e, sobretudo, mais segurança para todos.

Agradeço-lhes pela atenção.

**O SR. ANTONIO BULHÕES** (Bloco/PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é triste reconhecer isto, mas parece que uma nova e indesejada tradição está sendo criada em nosso País. A cada verão tem se repetido a ocorrência de surtos de dengue, que atingem número crescente de pessoas, em diversos Estados brasileiros. E, dada a sua periodicidade, tais surtos já podem ser tecnicamente elevados à nada honrosa categoria de epidemias.

Só nos últimos 3 meses, foram registrados mais de 460 mil casos da doença, o que representa um acréscimo de 240% em relação ao mesmo trimestre do ano passado. Como era de se esperar, as mortes decorrentes de complicações dessa enfermidade também aumentaram — quase 30%. Praticamente todas as regiões têm sido afetadas, em maior ou menor grau.

Infelizmente, meu Estado, São Paulo, concentra mais da metade dos casos e 75% dos óbitos até agora contabilizados. Alguns especialistas atribuem esse quadro ao fato de a população paulista ter tido, até então, menor contato com o vírus e, portanto, ser mais vulnerável que a dos outros Estados.

Ainda que plausível, essa tese não contribui para reduzir minha preocupação com o assunto. Especialmente, quando constato que 511 Municípios, em vários pontos do País, apresentam índices epidêmicos, segundo parâmetros estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde. Em sua maioria, são pequenos e, por isso, não dispõem de recursos para adotar as necessárias medidas de prevenção contra a dengue.

Mesmo essa falta de recursos, de resto, observada em quase todas as áreas de atuação do poder público, não pode ser aceita como principal justificativa para a

situação ter chegado ao ponto que chegou. Nem seria razoável tentar atribuir papel relevante, na intensificação do problema, aos fatores climáticos.

É sabido que, no verão, devido à maior frequência de chuvas e ao resultante acúmulo de água, o mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da doença, encontra ambiente ideal para a sua proliferação. É notório também que o poder público vem negligenciando, e não é de hoje, suas obrigações relativas ao saneamento básico e à vigilância em saúde.

Embora essas duas condições sejam necessárias, talvez não sejam suficientes para explicar a maciça propagação da dengue no Brasil nos últimos tempos. Estudos comprovam que grande parte das contaminações se dá dentro das casas, evidenciando, assim, que todos nos devemos engajar no combate a esse mal. Nesse sentido, talvez até seja nossa a maior parcela de responsabilidade na aplicação de medidas profiláticas.

Contrariando o dito popular segundo o qual é inútil colocar tramela depois de a porta ter sido arrombada, o Ministério da Saúde anunciou a liberação de recursos adicionais para Estados e Municípios, com o intuito de conter o brutal avanço da doença neste ano. Com o mesmo objetivo, o Governador de São Paulo, Geraldo Alkmin, afirmou que vai mobilizar uma equipe de médicos e agentes de saúde, além de disponibilizar atomizadores, veículos e a experiência do renomado Instituto Adolfo Lutz. Antes tarde do que nunca!

Mas nós não precisamos esperar que as diversas esferas de governo comecem a agir, para fazermos a nossa parte. Graças às campanhas de esclarecimento veiculadas pela imprensa, todos sabemos como erradicar os criadouros do mosquito. Bastam alguns minutos, a cada dia, para eliminar possíveis

pontos de acúmulo de água em latas, embalagens, vasos de plantas, pneus velhos, caixas d'água, lixeiras e outros, onde a larva do *Aedes aegypti* possa se desenvolver.

Portanto, vamos nos comportar como cidadãos conscientes, empenhando nossos melhores esforços na luta para acabar com essa praga, que tanto mal tem causado ao Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há 141 anos, precisamente em 25 de abril de 1874, surgia Itacoatiara, que foi, depois de Manaus e de Tefé, a primeira localidade amazonense a ter categoria de cidade.

Distante 277 quilômetros da capital, ela é hoje considerada uma das cidades mais dinâmicas do País e o maior polo exportador de grão da Região Norte. O nome da cidade significa, em tupi-guarani, Cidade da Pedra Pintada.

Tem importante porto fluvial, responsável por grande quantidade de transporte de cargas, e que é o segundo maior porto fluvial de escoamento do país, recebendo diariamente cargas procedentes de Belém, Santarém, Manaus e Cuiabá.

O Município integra a Região Metropolitana de Manaus, com uma área de 8.891 quilômetros quadrados e população de 95.714 habitantes, de acordo com o Censo do IBGE de 2010, sendo 77% em área urbana e 23% em zona rural e ribeirinha. Solimões e Rio Negro são os rios que passam em Itacoatiara. Além desses grandes rios também pequenos igarapés e lagoas cortam a cidade, além de muitos afluentes em suas redondezas.

O Município de Itacoatiara está localizado na porção centro-leste do Estado, em área de baixo planalto, com uma pequena inclinação em direção aos cursos d'água.

Ao longo de sua história, a cidade se tornou uma comunidade de ampla miscigenação cultural e de diversificadas culturas. Os nordestinos que, no fim do século XIX e início do século XX, migraram para a Amazônia, atraídos pelo ciclo da borracha, também contribuíram para a formação da cultura municipal. Tudo isso gerou na região uma cultura mestiça e com grande prevalência da cultura indígena.

Itacoatiara possui o terceiro maior Produto Interno Bruto dentre os Municípios amazonenses, superado apenas por Manaus e Coari. Sua economia está baseada na indústria, na exploração da caça e da pesca, pecuária extensiva nos campos naturais e agricultura incipiente nas terras firmes, com destaque nos últimos anos para a cultura da juta e da pimenta do reino.

Cidade progressista, Itacoatiara é um dos grandes destinos turísticos do Amazonas. Neste seu aniversário, estou fazendo o merecido registro do evento em sessão da Câmara dos Deputados, e daqui, em nome do Prefeito Mamoud Amed Filho, saúdo toda a comunidade itacoatiarense, em sintonia com a grande festa de quatro dias que o Município está realizando!

**O SR. VINICIUS CARVALHO** (Bloco/PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ter plano de saúde privado está deixando de representar segurança e tranquilidade para o cidadão. Hoje, muitas vezes, é fonte de problemas, pois, no momento em que realmente necessita, o usuário vê negada a assistência pela qual paga mensalmente valores elevados.

A Constituição diz que a saúde é direito de todos e dever do Estado, mas, como sabemos, o sistema público jamais conseguiu garantir atendimento de qualidade ao conjunto da população. Sobrou espaço, então, para o crescimento dos planos privados de saúde, que em poucos anos conquistaram grande número de clientes.

Atualmente, há mais de mil operadoras desses planos registradas no País, com um total superior a 50 milhões de beneficiários. Cerca de 80% deles participam de planos coletivos, e 20% pagam planos individuais.

Isso não significa, entretanto, que recebam o atendimento devido, na hora certa.

Ao contrário, muitos clientes têm se deparado com restrições não previstas em contrato, enfrentando constrangimentos inaceitáveis, ainda mais para quem está justamente preocupado com a própria saúde ou a de familiares.

Reportagem divulgada no início do mês pelo *Bom Dia Brasil*, da Rede Globo, mostrou que, em São Paulo e no Rio de Janeiro, não param de aumentar as reclamações levadas à Justiça contra planos de saúde coletivos. No caso de convênios empresariais, o número de processos subiu 19%; no de contratos coletivos por adesão, geralmente intermediados por sindicatos, o total de ações cresceu 18%.

Ocorre, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que muitos planos coletivos passaram a recusar clientes com doenças pré-existentes; outros abandonam os pacientes em meio a tratamentos mais prolongados, e também há os que não aceitam idosos.

Para piorar a situação, os planos individuais, que têm reajustes mais controlados e não podem ser rescindidos facilmente, estão sumindo do mercado, deixando as pessoas sem opção.

Ora, tudo isso constitui um absurdo, que não deve ser tolerado!

O cidadão não pode pagar pontualmente um plano de saúde para, em troca, quando necessita utilizá-lo, ouvir a recusa de atendimento e só conseguir fazer valer seus direitos por meio de recurso ao Judiciário.

Se o Sistema Único de Saúde não consegue atender de forma adequada toda a população, e os planos privados descumprem o que contratam, como fica o paciente?

Em meu mandato anterior, várias vezes denunciei e repudiei, desta tribuna, os abusos praticados pelas operadoras. Agora, novamente como membro da Comissão de Defesa do Consumidor, continuarei atento a essa questão.

É imprescindível, porém, que a Agência Nacional de Saúde Suplementar exerça rigorosamente o seu papel, tomando as devidas medidas administrativas para evitar esses problemas. A ANS precisa ter atitude, precisa se manter vigilante para assegurar o atendimento correto a todos os beneficiários dos planos de saúde.

Se, para as empresas, a saúde é um negócio, para as pessoas, é o bem maior, que não pode ser tratado com desprezo e irresponsabilidade.

Muito obrigado.

**O SR. STEFANO AGUIAR** (PSB-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde o ano de 1943 comemora-se neste País, em 19 de abril, o Dia do Índio. Os direitos dos povos indígenas avançaram muito de lá para cá, especialmente após a Constituição Federal de 1988, mas há de se admitir que ainda há muito a conquistar, assim como é preciso que o Estado reforce a garantia desses direitos.

Estima-se que 3 milhões de índios viviam no território que é hoje o Brasil quando aqui aportaram os portugueses. Ao longo de séculos, os povos originários foram devastados pelas epidemias de sarampo, varíola, tuberculose e tantas outras doenças vindas da Europa com o colonizador. Foram escravizados, vítimas de genocídio e de etnocídio, que é o extermínio cultural de um povo.

E não falo somente de fatos ocorridos em um passado distante. Em 1969, há menos de 50 anos, portanto, inaugurou-se na cidade de Resplendor, no Estado de Minas Gerais, o chamado Reformatório Krenak. Sob o pretexto de reeducar índios considerados infratores, o local aprisionou mais de 100 índios de diversas etnias, vindos de todas as regiões do País. Naquele reformatório, de acordo com investigações do Ministério Público Federal, os índios eram submetidos a trabalhos forçados, eram presos sem nenhum tipo de processo legal, eram proibidos de falar em seus idiomas.

Em março deste ano, o Ministério Público requereu ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que conceda anistia política ao povo indígena krenak, que ocupava o território onde foi instalado o reformatório. A anistia será uma forma de reconhecer oficialmente as violações aos direitos humanos de que eles foram vítimas.

Em setembro de 1987, o índio Ailton Krenak protagonizou uma das mais emblemáticas cenas da Constituinte. Neste Plenário, ele pintou o rosto de preto em sinal de luto, enquanto protestava contra a tão equivocada visão de que os povos indígenas eram inimigos dos interesses e do desenvolvimento do Brasil.

Felizmente, a Constituição Federal fortaleceu os direitos indígenas. O art. 231 reconhece aos índios "*sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam*". Com a Constituição Cidadã, foi abandonada a perspectiva assimilacionista, e os índios conquistaram o direito à diferença, o direito de serem índios.

No período que vai de 1991 a 2010, o crescimento da população indígena foi de 205%. Segundo o Censo Demográfico do IBGE, em 2010, a população indígena era de 896,9 mil pessoas, divididas em 305 etnias e falantes de 274 línguas diferentes. Isso nos mostra, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que o caminho que vimos trilhando desde a redemocratização tem dado resultados muito positivos.

No entanto, aquela visão dos índios como entraves ao desenvolvimento parece ainda existir em nossa sociedade. Ainda hoje, existem povos que estão alijados de seus direitos, vivendo à beira de rodovias, enquanto esperam por uma decisão do Governo sobre as terras que reivindicam. Outros sofrem com a falta de assistência à saúde, com invasões aos seus territórios, com a exploração do trabalho e tantos outros problemas.

Com a consciência de que é necessário colaborar com a preservação cultural, social e linguística das sociedades indígenas, a Associação de Missões Transculturais Brasileiras (AMTB) coordena centenas de ações sociais, principalmente nas áreas de saúde, educação e valorização cultural. Milhares de

atendimentos médicos e odontológicos são realizados todos os anos por meio de agentes de saúde permanentes ou clínicas móveis em terras indígenas.

A Associação, que congrega mais de 100 denominações evangélicas, tem feito o que pode, mas é necessário um esforço muito maior do Estado brasileiro para que as condições de uma existência digna sejam garantidas a todos os índios deste País.

Para finalizar, adiciono aos meus apelos as palavras do escritor Daniel Munduruku, segundo o qual o Brasil precisa buscar "*uma convivência que não negue um ser a favor do outro. Que não segregue. Que não renegue e, principalmente, que não negue ao outro o direito de ser*".

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação desta Casa Legislativa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

**A SRA. TIA ERON** (Bloco/PRB-BA. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 8 deste mês, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o texto-base do Projeto de Lei nº 4.330, de 2004. O texto regulamenta os contratos de terceirização no setor privado para as empresas públicas, de economia mista, suas subsidiárias e controladas na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios. Ao final da votação, foram computados 324 votos a favor do texto, 137 contra e 2 abstenções.

A aprovação do texto trouxe muita repercussão, e eu esclareço que o Brasil não possuía uma lei que regulamentasse os contratos de prestação de serviços através da terceirização da mão de obra. Era a própria Justiça do Trabalho quem estabelecia as normas relativas a esses contratos, através da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho — TST. Essa era uma situação precária e fonte inesgotável de conflitos entre empresas e trabalhadores, tanto assim que atualmente existem mais de 16 mil processos em tramitação no TST sobre o tema.

Ao contrário do que se diz, é a falta de uma lei de regulamentação que expõe os trabalhadores ao risco, sobretudo em relação ao recebimento de salários e direitos trabalhistas. E foi justamente visando garantir uma lei que proteja os quase 15 milhões de trabalhadores que atuam como terceirizados e também que dê segurança às empresas que agem corretamente que votei pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.330, de 2004.

A partir da nova lei, entre outras garantias, apenas as empresas especializadas e com capital social compatível com o número de empregados poderão prestar serviço terceirizado, para evitar a criação de empresas de fachada.

Além disso, caso a empresa contratante não fiscalize se a prestadora está ou

não cumprindo seus deveres legais, como pagamento de salário, encargos trabalhistas, previdenciários e tributários, ela passa a responder solidariamente por esta obrigação.

O trabalhador terceirizado não sofrerá discriminação, tendo acesso aos mesmos benefícios do trabalhador contratado diretamente, como refeitório, ambulatório médico, transporte coletivo, entre outros.

O objetivo do projeto é sempre buscar o caminho que traga melhores condições àqueles que precisam. É verdade também que uma lei não é garantia de solução para todos os problemas, mas estamos atentos para fazer os ajustes que forem necessários.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

**O SR. RÔMULO GOUVEIA** (PSD-PB. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui destacar no dia de hoje, 28 de abril, a inauguração da fábrica da Jeep em Goiana (PE). Afinal, não é todo dia que se pode falar concretamente na geração de milhares de empregos, como os que estão sendo criados pela montadora não só em Pernambuco como em nosso Estado vizinho da Paraíba, onde podemos constatar que a efetiva aplicação dos R$ 7 bilhões no empreendimento pelo Grupo Fiat Chrysler Automobiles (FCA) está ajudando a transformar positivamente as realidades social e econômica de uma área tão carente como o Nordeste brasileiro.

Eu não poderia deixar de aqui destacar a importância do ex-Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, para esse empreendimento. Como Vice-Governador do Estado da Paraíba, pude acompanhar desde o início a implantação desse projeto na divisa dos dois Estados.

Um antigo canavial, em Goiana, interior de Pernambuco, deu lugar a um dos complexos automotivos mais avançados do mundo e à moderna planta produtiva da Fiat Chrysler Automobiles (FCA). O polo automotivo Jeep ocupa uma área de 4,4 milhões de metros quadrados, dos quais 1,9 milhão são da montadora e outros 2,5 milhões do parque de fornecedores formado por 16 empresas. A área construída soma 530 mil metros quadrados, sendo 260 mil da fábrica Jeep. Com investimentos de R$ 7 bilhões, o polo tem capacidade de produção de 250 mil veículos por ano e pode montar simultaneamente quatro modelos diferentes. O processo de produção, com alto grau de automatização, conta com 700 robôs. A operação em plena capacidade gerará mais de 9 mil empregos.

O maior impacto econômico na Região Metropolitana de João Pessoa está

hoje, sem dúvida, na divisa com Pernambuco, com a chegada do polo automotivo da Jeep em Goiana (PE) e suas dezenas de sistemistas/fornecedores e também com o Polo Farmacoquímico, que será instalado em Goiana. Os empreendimentos já estão impactando direta e indiretamente a economia da região.

Fenômeno já conhecido em outras regiões é o do transbordamento de empresas (no caso, fornecedores da Fiat e Jeep), que vão se instalar em Pernambuco e vão demandar serviços da Paraíba e até mesmo migrar com algumas unidades para o Estado. Não é à toa que empresas de construção civil, inclusive de São Paulo, já têm amplos projetos residenciais imobiliários nos Municípios próximos à divisa. A Região Metropolitana de João Pessoa poderá se transformar, caso os gestores municipais priorizem, numa nova fronteira do desenvolvimento do Estado.

Além da Capital, os Municípios do Conde, Alhandra, Pedras de Fogo, Pitimbu, Caaporã, Cabedelo e Pedras de Fogo estão sendo os maiores beneficiados com demandas de serviços, de novos imóveis e de busca por mão de obra qualificada na região. Planejamento minimamente ajustado e investimentos básicos na infraestrutura da região são fundamentais para a chegada de dezenas de novos fornecedores. Diante desses novos investimentos, será imprescindível planejamento, troca de ideias e parcerias dos gestores públicos dos Municípios da Região, algo que ainda é um sonho, se considerarmos o nível de compromisso público da maioria dos gestores dessas cidades, que estão dispersos e sem foco.

Sem a participação de João Pessoa, o PIB desses oito Municípios somava R$ 6,599 bilhões no último dado divulgado pelo IBGE, o que representa 18,61% do valor do Estado (R$ 35,4 bilhões). Os Municípios de Cabedelo (R$ 2,801 bilhões), Santa Rita (R$ 1,402 bilhão) e Bayeux (R$ 836,191 milhões) têm mais de 70% dos

valores, mas o Município do Conde vem registrando as maiores taxas de crescimento do PIB nos últimos anos, com o forte crescimento turístico e imobiliário. Já os investimentos que estão chegando nos próximos anos terão força para expandir significativamente a economia e o PIB dos Municípios, resta saber se realmente os gestores terão vontade política e capacidade técnica para se sobressair nessa nova realidade econômica que já bate à sua porta.

As transformações econômicas e sociais que vão surgindo na região onde está localizado o novo polo automotivo de Goiana chamam a atenção.

Historicamente, a Zona da Mata Norte pernambucana vivia da monocultura da cana-de-açúcar. Durante séculos, sua economia girou em torno dessa produção, a grande fonte geradora de emprego e renda da região.

Com a instalação da Jeep, os canaviais vão dando lugar a um avançado e gigantesco complexo industrial.

Sem dúvida, uma revolução silenciosa acontece nesse pedaço de Brasil, com escolas, cursos, conhecimento se multiplicando.

Muito obrigado.

**O SR. RONALDO CARLETTO** (Bloco/PP-BA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há algum tempo já se sabe que um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da Bahia é a falta de infraestrutura adequada. Por essa razão, apesar dos esforços feitos pelo Estado, tem sido tão difícil atrair investimentos nas áreas da indústria, da agropecuária e de serviços, que tantos benefícios poderiam trazer para a população baiana.

Talvez o maior de todos os gargalos seja a falta de estradas, ou a má qualidade das existentes. É esse o problema que ressalto na oportunidade deste Pequeno Expediente, chamando a atenção do Governo Federal, na condição de representante do povo da Bahia, para a necessidade de se agilizarem o planejamento e a execução de obras rodoviárias em meu Estado, especialmente das que dizem respeito à duplicação de um trecho da BR-101, à construção de alguns trechos da BR-030 e à conclusão da BR-135, da BR-235 e da BR-415.

Por serem todas integrantes do PAC, essas obras geraram grandes expectativas, que, agora se percebe, não lograram concretizar-se, ao menos não com a tempestividade e a eficácia que nós, baianos, esperávamos.

Exemplo disso é dado nas obras de duplicação de um trecho da BR-101, com extensão de 165 quilômetros, desde a divisa com Sergipe até o entroncamento com a BR-324, no Município de Feira de Santana. O início dos trabalhos deveria ter ocorrido em agosto do ano passado, conforme promessa da Presidente Dilma, mas até agora nada foi feito, o que quer dizer que a conclusão, prevista para dezembro de 2016, terá de ser adiada e que os motoristas que por ali trafegam terão de seguir convivendo, sabe-se lá até quando, com as dificuldades impostas pelo congestionamento e pela falta de segurança daquela estrada.

E vejam que a BR-101 é uma das rodovias mais importantes do País, que, só na Bahia, interliga 17 Municípios e registra fluxo diário superior a 11 mil veículos. Ao possibilitar deslocamento significativo de pessoas e cargas entre polos regionais, desempenha papel de destaque na economia do Estado, que poderia ser ainda mais favorecido, caso esse trecho e toda a extensão restante fossem duplicados.

Grandes benefícios também seriam gerados, principalmente no sudoeste baiano, com a pavimentação de alguns trechos da BR-030, para ligar Brasília à Península de Maraú e até a Salvador, se for construída uma ponte ligando a Capital à Ilha de Itaparica. Devido à sua complexidade, a ponte deverá ficar para o futuro, embora um grupo chinês já tenha mostrado interesse em participar do empreendimento. Mas as obras nos trechos entre Carinhanha e Cocos e entre a BR-116 e Maraú, por exemplo, já poderiam estar em pleno andamento, não fossem os sucessivos atrasos de responsabilidade do DNIT. Por enquanto, só o que se vê são operações “tapa-buracos”, como a recentemente executada entre Brumado e Tanhaçu. E, assim, o enorme potencial agrícola e turístico da região vai sendo desperdiçado.

De modo semelhante, prejudicam-se as oportunidades de desenvolvimento dos Municípios que deveriam ser atendidos pelas rodovias BR-135, BR-235 e BR-415, cuja conclusão parece cada vez mais distante.

A BR-135 parece ter sido esquecida pelo Governo Federal, talvez por passar por regiões pobres do oeste da Bahia. Encontra-se em péssimo estado de conservação, com vários trechos sem pavimento. Ademais, apresenta complicações ambientais em seu traçado, que cruza áreas de cavernas, como o Buraco do Inferno da Lagoa do Cemitério, onde se localiza o maior lago subterrâneo do Brasil.

Já a BR-235, que atravessa o extremo norte do Estado e passa pelo sítio histórico de Canudos, praticamente só está asfaltada entre Remanso e a divisa com Pernambuco. As obras de pavimentação, que vêm sendo executadas desde o primeiro semestre do ano passado, foram divididas em lotes e, por isso, encontram-se em diferentes estágios. É bom que as autoridades competentes redobrem sua atenção para com o que está sendo feito, pois tive notícia de problemas no recapeamento de alguns trechos, como o que vai de Casa Nova à divisa com Pernambuco. Reafirmo a necessidade de agilizar a finalização dessa estrada, assim como a das outras, mas sem comprometer sua qualidade.

Essa preocupação é válida também em relação à BR-415, localizada no sudeste baiano, entre Vitória da Conquista e Ilhéus, principalmente entre esta cidade portuária e Itabuna. O trecho, de apenas 33 quilômetros, é muito movimentado, devido ao transporte de soja em carretas, e registra alto índice de acidentes. Embora haja previsão de sua duplicação, esta acabou sendo frustrada no último processo licitatório, porque o menor preço oferecido ainda foi maior que o estabelecido pelo DNIT. Agora, é preciso encontrar uma solução para o entrave criado.

Com este breve relato da situação das principais rodovias federais da Bahia, reitero minha solicitação de providências ao Governo Federal, no sentido de que adote medidas para tornar essas estradas seguras e capazes de contribuir para o desenvolvimento de nosso Estado.

Muito obrigado.

## VII - ENCERRAMENTO

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*

*DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Encerro a sessão, convocando Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, terça-feira, dia 28 de abril, às 20h04min, com a seguinte

ORDEM DO DIA

*(Encerra-se a sessão às 20 horas e 3 minutos.)*